

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**O SINGULAR E O PLURAL DA POLÍTICA:
Uma abordagem teórica sobre a esfera pública multi-
identitária e o ideário da democracia
na sociedade global.**

Sérgio Luiz P. Silva

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora para a obtenção do título de doutor em Ciências Humanas, pelo PPGICH - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, sob a orientação Professora Dra. Ilse Scherer-Warren e co-orientação do Professor Dr. Paulo J. Krischke.

JUNHO, 2003

*À Júlia, Manoel e Antonia.
In memoriam*

Se todos somos hoje democratas (...), então estamos todos comprometidos com uma problemática, com uma luta continuada bem mais que com uma condição concluída.

R. B. J. Walquer

Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente.

Martin Heidegger

A igualdade implica tanto a similaridade quanto a diferença e exige que cada uma delas seja definida de maneira a incluir a outra.

B. Parek

AGRADECIMENTOS

Ao começar este trabalho uma das questões mais relevantes não era sua

conjuntura teórica, seu problema explicativo ou a melhor forma de compor uma metodologia, mas seu título. Que nome dar a este esforço feito sob os auspícios de olhares amigos e colaboradores que dentro do campo interdisciplinar demonstraram um real espírito de colaboração e incentivo em detrimento de qualquer tipo de concorrência ou competição?

Este trabalho, de certa maneira, foi iniciado logo na primeira semana do calendário letivo no curso do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, no ano de 1999, quando em conversas com os novos colegas forjamos um consenso de que a interdisciplinaridade teria como base a alteridade, o reconhecimento e o respeito às diferenças. Nesse sentido, a representação nominal deste trabalho só seria possível de ser destacada no seu próprio conteúdo e nos valores simbólicos que estão no seu entorno, como por exemplo: amizade, respeito, confiança, carinho, atenção, consideração, enfim, coisas de amizade.

A referência simbólica deste fato social demonstra na prática o sentido do nosso próprio objeto de estudo que é expresso na forma de como as relações sociais de diferença podem se traduzir num modelo de interação entre o “eu”, os “outros” e “nós”.

Estes agradecimentos tentam expressar minha gratidão a todos que puderam nos fazer, mais que estudar as formas de interação entre as diferenças, vivenciar este modelo de interação dialógica a partir do reconhecimento e do respeito às diferenças. É bem possível que algumas colaborações especiais passem de alguma forma imperceptíveis por esses agradecimentos. Mesmo assim, insistimos nesta intenção quase irrealizável, esperando concluir os agradecimentos através dos reconhecimentos ao longo do nosso caminhar.

Gostaria inicialmente de agradecer ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas por ter apostado na nossa intenção de estudo, possibilitando assim livre trânsito para as idéias e teorias de variados campos disciplinares que desde a graduação insistiam em fazer piruetas no trapézio do nosso pensamento, sem encontrar espaço e parceiros suficientes para de fato se manifestarem. Neste aspecto a participação do Programa foi fundamental uma vez que nos permitiu o reencontro com antigos parceiros, bem como facultou o desenlace de novas parcerias que aqui esperamos poder arrolar.

É deste modo que os nossos agradecimentos seguem para os meus amáveis [orientador@s](#) professora Dra. Ilse Scherer-Warren e professor Dr. Paulo J. Krischke, pessoas com quem pudemos desenvolver mais que uma relação de [professor@s/](#) aluno, [orientador@s/](#) orientando, mas inauguramos uma relação de parceria. A estes quero muitíssimo agradecer pela precisão das idéias e pelo comprometimento profissional e seriedade com que me ajudaram a desenvolver este trabalho. Os eventuais méritos deste trabalho devem ser distribuídos com esses parceiros, ficando sob minha exclusiva responsabilidade os deméritos.

Ao CNPq que investiu durante todo o período de realização do Doutorado com a bolsa de estudo, sem a qual talvez não nos fosse possível ter dedicação para a realização desta pesquisa.

A Sérgio Costa gostaria de agradecer pelos instigantes diálogos, na maioria virtuais, que nos ajudaram a levantar questões pertinentes ao nosso problema de pesquisa e temas que sempre estiveram em torno das discussões teóricas que nos são comuns e fazem parte de uma identidade que, como ele mesmo afirmou, vai além do nosso primeiro nome.

Aos colegas do doutorado, que se transformaram em amigos no mundo da vida: Alan, Hélio, Luiz Ferreira, Rose, Eliane, Fernando, Erci e Álvaro, gostaria de agradecer por tudo, inclusive pelos debates intermináveis sobre interdisciplinaridade que valeram para nos esclarecer que interdisciplinaridade é muito mais que uma discussão teórica, é antes de tudo um estado de espírito.

À Marlene Tamanini, (colega-amiga) e a Viviane Correa gostaria de fazer um agradecimento especial por tudo que aprendemos junto e por tudo que aprendi com elas nesses anos de convívio.

A Héctor Leis por ter se mostrado, além de professor, um curioso pesquisador que gastou horas de seu tempo (concorrido) comigo em experiências e debates teóricos sobre a “razão sincrética”, que de certa maneira se faz presente nesta tese, e que resultaram em trabalhos que puderam ser apresentados em congressos, seminários e publicações em rede, proporcionando, assim, novos debates virtuais.

Aos [professor@s](#) das disciplinas “*Tempo, Espaço, Causalidade*”, Clélia, Luppi, Rafael, Anghoti, e “*Sociologia do Meio Ambiente*”, Samuel McReilnolds, bem como aos demais que contribuíram de forma indireta nesta pesquisa.

À Liana Bermma pela cortesia e profissionalismo com que viabilizou os trâmites burocráticos do PPGICH, facilitando, em muito, minha passagem neste doutorado.

É imprescindível destacar minha gratidão aos profissionais das bibliotecas da UFSC, UNICAMP, USP, UFRJ, UFF e IUPERJ pela boa vontade em me atender nos momentos de realização da pesquisa.

Ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS-UFSC) gostaria de agradecer, além de todo o apoio de pesquisa, pelo carinho com que fui acolhido por esta instituição.

Aos meus pais, pela torcida à distância.

E por fim gostaria de fazer um agradecimento mais que especial a minha grande companheira Ceça, que acompanhou de perto cada pensamento representado em cada linha deste trabalho.

O SINGULAR E O PLURAL DA POLÍTICA: Uma abordagem teórica sobre a Esfera pública multi- identitária e o ideário da democracia na sociedade global.

Resumo:

Este trabalho se constitui num estudo teórico sobre as formações identitárias presentes nos processos de articulação política da sociedade global. Utilizamos como referência de análise o conceito de esfera pública multi-identitária, forjado para demonstrar que esta se apresenta como espaço de reconhecimento das diferenças na produção de sentido da democracia. O problema que este trabalho apresenta refere-se às mudanças sistemáticas pelo qual a esfera pública vem passando, através de novas formas de articulações da sociedade em rede, demonstradas através das mobilizações políticas no cenário da sociedade globalizada. A partir dessa problemática defendemos a tese de que a articulação comunicativa dos atores sociais tem proposto uma mudança de sentido no campo simbólico da política e essa mudança vem provocando uma nova caracterização do ideário democrático no bojo da relação local-global. Isto se fundamenta na constatação de que as relações locais e globais estão cada vez mais próximas, através da cybercultura política, da legitimidade dada aos movimentos antiglobais e da formação discursiva que os Fóruns Sociais Mundiais (FSMs) têm representado emblematicamente na luta em favor de um modelo democrático fundado no reconhecimento das diferenças. Justificamos a análise sobre as formações identitárias numa dimensão política fundamentada no atual debate teórico sobre a reestruturação da sociedade civil no processo de afirmação e reconhecimento das diferenças. Com isso, procuramos argumentar que no cenário da cultura política contemporânea, a esfera pública, em que se estruturam essas formações identitárias, não é cega às diferenças e funciona como uma caixa de ressonância comunicativa de produção de sentido da democracia, contra o discurso universalista e formal da democracia neoliberal.

**THE SINGULAR AND THE PLURAL OF POLICY:
a theoretical approach about the multi-identity public
sphere and the ideary of democracy
in global society.**

Abstract:

This thesis consists of a theoretical study about the formation of identity present in the processes of political articulation of the global society. The concept of multi-identity public sphere is used as a reference for analysis in order to demonstrate that this presents itself as a space for recognition of the differences in the production of the sense of democracy. The problem that this work treats refers to the systematic changes through which the public sphere is currently passing, by means of new forms of relationship in networks. From this, the author defends the thesis that the communicative articulation of the social actors proposes a change of sense in the symbolic field of politics and that this change is provoking a new characterization in the imagery of democracy at the heart of the local-global relationship. This is based on the observation that local and global relationships are progressively becoming more proximal through the political cyberculture, the legitimacy given to global social movements, and the discursive formation that the world social forums (WSF) represent emblematically in their struggle for a democratic model founded on the recognition of differences. The author argues that the public sphere (the scenario contemporary political culture) in which these identity formations are structured is not blind to the differences and functions as a drum of communicative resonance in favour of the production of a sense of democracy in opposition to the universal and formal model of neoliberal democracy.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

ESFERA PÚBLICA MULTI-IDENTITÁRIA - o contexto de afirmação política contemporânea.

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – O Àgora da Diferença

1.1. A Noção Social da Diferença e a Funcionalidade Política do Espaço Público.	12
1.2. A Esfera Pública Multi-identitária: a expansão de um conceito.	22
1.3. Racionalidade Comunicativa no Enfoque Político da Esfera Pública Multi-identitária.	35
1.4. A Prerrogativa da Formação Política da Identidade no Espaço Público Multi-identitário.	44

CAPÍTULO II – A Gramática identitária e os Pronomes do Conflito

2.1. Identidade como cosmologia pronominal da política: linguagem e diversidade na cultura democrática.	52
2.2. O pressuposto da alteridade identitária na produção de sentido da democracia.	61
2.3. Conflito e poder na figuração democrática.	70
2.4. O <i>habitus</i> político multi-identitário: condições discursivas na esfera pública participativa.	81

CAPÍTULO III – A Democracia dos Sentidos Políticos

3.1. A formulação discursiva do ideário democrático.	93
3.2. O Processo simbólico e o <i>habitus</i> político contemporâneo.	102
3.3. A Sociedade Civil Política: das identidades aos interesses públicos no contexto dos sistemas complexos.	111
3.3.1 A cidadania entre a complexidade reflexiva e a formação identitária.	118

SEGUNDA PARTE

OS DILEMAS DA DEMOCRACIA NA SOCIEDADE GLOBAL

CAPÍTULO IV – A Moldura Global da Tela Multi-identitária

4.1. O ideário da democracia no contexto global	126
4.2. O <i>framework</i> do capitalismo global e a antidemocracia local	138
4.3. Multiculturalismo e multi-identidade como processo político na globalização	148
4.3.1. O Fórum da diversidade e da alocação multi-identitária.	172

CAPÍTULO V – A Política da Virtualidade Real

5.1. Democracia (des)conectada: mídia e <i>ciberespaço</i> como esferas simbólicas de ação da política.	182
5.2. Virtualidade real: política, comunicação midiática e contra hegemonia.	194
5.3. O Local plural de resignificação do ideário democrático.	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244

Introdução

O caráter investigativo deste trabalho versa sobre a produção de sentido da democracia na sociedade global e tem como pano de fundo a relação das categorias de análise “política”, “esfera pública” e “formações identitárias” formando a conjuntura discursiva do ideário democrático desta produção de sentido.

A “política” é aqui concebida como um instrumento de interação e negociação dialógica de interesses simbólicos; as “formações identitárias” como reconhecimento político e afirmativo das identidades numa relação de fronteira das diferenças; e a “esfera pública” é o espaço social e político de interação multi-identitária e de representação social do conhecimento político comunicativo.

Formação identitária é uma abstração conceitual que criamos para nos referirmos ao contexto de articulação das identidades no que tange ao seu fluxo simbólico e às mobilizações de recursos reestruturadores de sentidos no campo da democracia. Dentro desse contexto, as noções de produção de sentidos e representações discursivas são elementos de articulação política na formação identitária associada à estrutura democrática.

A nossa tese é que a interação entre os elementos simbólicos da política e as formações identitárias dá ao espaço público uma função cada vez mais propositiva estendendo seu sentido político ao caráter multi-identitário dessa esfera pública. Esse processo ao mesmo tempo em que condiciona é também condicionado pelas mudanças do ideário democrático contemporâneo. Esta tese é fundamentada na constatação de uma mudança multi-identitária na esfera pública proporcionada pela resignificação de valores simbólicos da política da sociedade global. O propósito de refletirmos sobre as formações identitárias e sua relação com a política como elementos de compreensão sobre a produção de sentidos da democracia na sociedade global se justifica pelo fato de que o fenômeno global traz para o debate atual o caráter de reestruturação política da esfera pública, assim como a rearticulação também política da sociedade civil num plano de explicação dialógico das diferenças. Com isso procuramos argumentar que a esfera pública, ao contrário do que é apresentado numa determinada linha de argumentação

multicultural¹, não é cega às diferenças e funciona como espaço cada vez mais articulador das ações políticas destas.

O local e o global apresentam interações hegemônicas e contra hegemônicas no campo discursivo em que as condições fragmentárias da política justificam formas diferenciadas de legitimação da democracia no ideário da cultura política contemporânea.

A problemática desta argumentação está situada na relação entre “cultura política” e “racionalidade dos procedimentos identitários”, e visa levantar a questão sobre o significado político das configurações sobre sociedades complexas com base no conceito de sociedade em rede e o papel desta nos processo de ressignificação dos espaços públicos. Partimos do pressuposto de que o comportamento político tem sido cada vez mais definido por condições multiculturais que vêm ganhando força afirmativa proporcionada pelas relações em rede. Com isso visamos demonstrar a contextualização do problema da mudança do ideário democrático no que tange a sociedade global através das formas virtuais de comunicabilidade eletrônica.

O foco interdisciplinar no qual nosso problema se fundamenta procura destacar o fato de constituirmos uma linha de raciocínio teórico que comporta o campo da sociologia, da ciência política, da filosofia e em certa medida do campo da comunicação e da cultura. Esses últimos campos, se justificam pelo fato de trabalharmos com a noção conceitual da sociedade em rede de articulação comunicativa e interação das diferenças culturais na formação multi-identitária de uma esfera pública global.

Assim, centramos a discussão sobre o ideário democrático a partir dos pressupostos universais e particulares e os valores políticos dessa discussão presentes na atual crise teórica e conceitual do tema democracia. Esta crise é estabelecida na relação entre: 1) as teorias da modernidade, fundadoras de narrativas hegemônicas e valores universais, assim como fundadoras de um imaginário social que reproduz um discurso de legitimidade política e de normatividade institucional a partir do qual foi criado um desdobramento de sentido entre o particular e o universal no ideário da democracia; e 2) a pós-modernidade analítica, fundadora de modelos de desconstruções discursivas e

¹ Para Charles Taylor (1994) a esfera pública não enfatiza a diversidade identitárias no processo de reconhecimento e com isso este espaço é cego às diferenças.

narrativas fragmentárias que visam argumentar em favor das diferenças identitárias como questionamento do pressuposto universal do ideário democrático.

Nessa relação, são destacadas as questões das narrativas discursivas e representações simbólicas que contribuem para a mudança do ideário da democracia contemporânea à luz da política de reconhecimento identitário na relação local e global.

Para desenvolvermos a defesa de nossas argumentações estruturamos este trabalho em cinco capítulos distribuídos em duas partes. A primeira que chamamos de “esfera pública multi-identitária - o contexto de afirmação política contemporânea” e a segunda “os dilemas da democracia na sociedade global”.

No primeiro capítulo dedicamos uma reflexão sobre a esfera pública multi-identitária onde enfatizamos o caráter de sua construção comunicativa no plano sócio-político. A ação comunicativa é realçada para justificarmos o caráter dialógico das formações identitárias presentes neste espaço público e como a interação entre estas identidades contribui para a constituição da produção de sentido. A argumentação sobre os valores da democracia neste capítulo visa destacar o caráter político dos valores simbólicos que caracterizam o ressignificado identitário das mobilizações sociais.

No segundo capítulo, desenvolvemos uma construção conceitual sobre a cosmologia pronominal das identidades. A orientação teórica de Nobeit Elias, Mikhail Bakhtin e Larry Grossberg, nos encaminha para a reflexão epistemológica sobre a identidade e nos faz retornar ao debate sobre a esfera pública multi-identitária justificada no seu plano comunicativo. O propósito deste capítulo é destacar uma epistemologia sobre o conceito de formações identitárias e o fazemos através de uma orientação teórica interdisciplinar, em que se apresentam as dimensões políticas, sociais e multiculturais das identidades. Chamamos de cosmologia pronominal identitária a relação presente entre o “eu-nós” e os “outros” no modelo de interação de alteridade fundada na construção dialógica mantenedora dos valores democráticos.

No terceiro capítulo o enfoque é dedicado ao contexto de construção discursiva da democracia. Para tanto traçamos um caminho de argumentações conceituais sobre o tema de modo que nos fosse possível discuti-lo de maneira crítica à luz das mudanças conceituais contemporâneas. Sobre este aspecto nosso propósito é que possamos desenvolver a noção de *habitus* democrático para o que chamamos de produção de

sentido do ideário da democracia contemporânea. Este capítulo procura fazer uma ponte para a segunda parte do trabalho em que procuramos tornar visível a problemática do ideário democrático nas formações multi-identitárias da sociedade global.

No quarto capítulo desenvolvemos uma análise argumentativa sobre a mudança do ideário da democracia na sociedade global. Este dá início à segunda parte deste trabalho e visa justificar a reflexão crítica e teórica da formação da esfera pública multi-identitária em termos local-global através das formas virtuais eletronicamente estruturadas da sociedade em rede, que redimensionam o ideário democrático. Nesse sentido, este capítulo nos possibilita discutir as mobilizações identitárias, ocorridas com o advento da sociedade global, como formas de articulações contra hegemônicas assim como analisarmos o caráter multicultural da esfera pública. Os Fóruns Sociais Mundiais (FSMs) são destacados como sendo uma estrutura política discursiva articuladora de formações identitárias e de espaços públicos políticos que dão ecos simbólicos às mobilizações destas formações e articulam uma sociedade civil globalizada.

No quinto capítulo, dedicamos uma reflexão sobre os movimentos articulatórios da sociedade contemporânea tratados num plano discursivo demonstrando a produção de sentido da democracia no limite entre a proposição e a resistência comunicativa dos mesmos na sociedade global. Nesse sentido, procuramos enfatizar o caráter eletrônico da esfera pública multi-identitária e a constituição prática dos códigos singulares diferenciados dos atores em rede. O que nos faz retornar para o ponto de partida em que o foco comunicativo possibilita o ressignificado político da democracia através da articulação identitária da sociedade em rede. Utilizamos como base de análise os meios de comunicação de massa unidirecionais, como a televisão, e os meios pluridirecionais, como a internet. O propósito desse capítulo é destacar a dimensão simbólica da política nessas caixas de ressonância. E com isso voltamos ao ponto de partida da esfera pública multi-identitária através de sua irreduzível vinculação com o ideário da democracia. A produção de sentido identitário é assim uma produção simbólica e a relação dessa produção com a política tende a justificar o seu conteúdo singular e plural na rede de articulação da sociedade civil globalizada.

Nesse sentido, o singular e o plural da política são as bases em que as identidades se revelam como instrumentos plurais de proposição democrática entre o local e o global numa espécie de dialética comunicativa das diferenças.

Finalmente, acreditamos ser relevante afirmar que o esforço de argumentação reflexiva presente em cada parte que compõe este trabalho, e na soma destas, busca ter um caráter especificamente teórico, embora de forma mínima tentemos ilustrar nossa argumentação através de fatos e acontecimentos específicos do campo político. Esse caráter justifica-se por optarmos pela área de análise da teoria social no sentido de tentar contribuir, de alguma forma, com o debate teórico sobre o tema da *identidade* relacionado à discussão sobre a democracia, que julgamos ser necessário à luz das categorias conceituais ancoradas na política.

PRIMEIRA PARTE

ESFERA PÚBLICA MULTI-IDENTITÁRIA: o contexto de afirmação política contemporânea.

CAPÍTULO I

O Àgora da Diferença

1.1 A Noção Social da Diferença e a Funcionalidade Política do Espaço Público.

A configuração da imagem política contemporânea se constitui por um pano de fundo complexo e difuso que estrutura a representação simbólica e social e as formações discursivas da democracia com as mesmas características, no que diz respeito ao sentido de legitimidade mais próximo às aspirações sociais da política democrática. Esse sentido tem um caráter problemático e dinâmico que possibilita o questionamento de sua própria validade, ou seja, da validade da própria democracia, e nos permite formular questões como: é possível falar num valor universal do processo democrático no que se refere ao princípio de igualdade e liberdade, ou o direito à diferença deve ser o principal valor da igualdade dentro desse processo da universalidade? Ou questões mais estruturais como as feitas por Denis Rosenfield (2000) referindo-se ao que ele chamou de “a medida ficcional da democracia”: *Em que regras se assenta a democracia contemporânea? E quais são os princípios ditos norteadores de uma sociedade democrática?*, ou mesmo em um sentido mais amplo como as questões levantadas por José Maria Gomez (2000) (...) *quais as limitações e quais as possibilidades para uma política democrática hoje, diante das evidências da expansão, da intensificação e da aceleração dos processos e das forças econômicas, políticas, culturais e ambientais de interconexão global e regional, que caracterizam o final do século XX e o início do século XXI?* (p.09).

Essas interpelações teóricas em torno da questão democrática simbolizam o valor propositivo da força democrática em seu contexto de liberdade e de expressão da suas perspectivas quanto ao formato da(s) democracia(s) e seu(s) conteúdo(s), pois como demonstra de forma efetiva Philip Schmitter (1997), sobre as condições e perspectivas da democracia na sociedade contemporânea:

De um modo geral, as perspectivas da democracia nunca foram tão favoráveis; contudo, de um modo mais específico, raramente foi tão difícil discernir o tipo de democracia que devemos esperar no futuro. Tudo se passa como se, após eliminar do campo quase todos os seus oponentes ‘sistêmicos’, os defensores da democracia finalmente tenham ficado livres para brigar entre si a respeito do

significado e da aplicação de seu regime político preferido. (Schmitter, 1997, p. 31)

Afinal de contas, a luta pela democracia dentro de seu próprio campo é uma luta democrática, sobretudo em um período em que a radicalização dos desejos e a afirmação política dos mesmos, em termos simbólicos, representam o valor expresso do sentido democrático.

O caráter aparentemente simples dessas questões apresenta o contexto discursivo do valor da contestabilidade da democracia, no sentido do reconhecimento de sua complexidade conceitual, teórica, procedimental e funcional sob a lógica da abordagem política e sociológica, tanto na questão das formas diferenciadas do modelo democrático quanto na questão sobre o particular e o universal da democracia. A produção do sentido discursivo da “democracia” representa a diferenciação temática das formas de afirmação de seus valores legítimos e a possibilidade também legítima de questionamento desses valores.

Sob esse aspecto, devemos ressaltar que uma das coisas mais positivas da democracia, na condição de conceito político, é que ela é contestável como afirma Dallmayr (2001). A questão da contestabilidade da democracia não se refere ao fato se devemos ter democracia como forma de governo ou regime político, seja esta parlamentar, direta, representativa, deliberativa, etc., mas sobre como devem ser tais democracias e qual seu processo de gestação política do ponto de vista da legitimidade social e da heterogeneidade dos interesses políticos identitários. Ou seja, indaga-se sobre o reconhecimento sócio-político frente às diferenciações cada vez mais afirmativas das sociedades contemporâneas que, por sua vez, caracterizam-se por serem complexas, diversificadas, dissensuais, híbridas, polifônicas e polissêmicas no processo da globalização.

No que toca à questão da liberdade, por exemplo, há uma inconsistência no modelo democrático que se fundamenta numa noção de legitimidade política, a partir de uma linguagem própria, que não leva em consideração as formações diferenciadas de outras linguagens políticas no sentido de compor uma formação nova em relação aos valores de uma democracia integrada. Existe uma polarização entre formações identitárias fundamentalistas e o modelo de democracia ocidental, que impossibilita a

fundamentação de um diálogo político para a formação de um novo sentido configurativo à democracia contemporânea. Deste modo, a diferença se fundamenta como linguagem da exclusão ou do não reconhecimento e, assim, os diferentes públicos em suas concepções identitárias podem tender a ser fundamentalistas no sentido de uma antipolítica da esfera pública na sociedade global.

O tema da democracia, no contexto do debate teórico, tem se pautado na questão das desigualdades e das diferenças na sociedade e, com isso, tem demonstrado as inviabilidades da forma de regime político de representação dada sua incompatibilidade com a configuração fragmentária da sociedade contemporânea. Segundo esta autora,

A discussão sobre as desigualdades e as potencialidades da democracia tem sido central nos trabalhos dos teóricos da democracia do hemisfério norte. Entre eles alguns pontos comuns destacam-se: o arranjo da democracia liberal não é capaz de dar conta da complexidade da sociedade contemporânea; a representação nos corpos legislativos não pode continuar a ter o monopólio da participação política, a ele devem ser acrescentadas novas formas de participação que permitam a expressão de demandas de novas identidades ou de grupos historicamente excluídos; a sociedade civil é um locus privilegiado da expansão da organização das novas formas de participação. (Pinto 2000, p.03)

A legitimidade democrática e a legitimidade do Estado de uma maneira geral têm sido revistas de forma conjuntural na política global das mudanças. Esses elementos de análise são pertinentes ao contexto da sociedade global que dentre outros aspectos modificam o contexto de afirmação dos Estados-Nações. A visão de Héctor Manuel Capelo (2001), num estudo sobre o caráter da globalização e seus efeitos complexos na sociedade contemporânea, corrobora essas reflexões quando ele afirma que:

A globalização é um processo penetrante que ultrapassa as variáveis econômicas e afeta todas as sociedades complexas contemporâneas. Essa influência transforma costumes sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como as expectativas dos seres humanos, reduzindo as fronteiras e estreitando o sentido do Estado-nação. (...) o conceito contemporâneo de soberania do Estado-nação está se tornando, cada vez mais um termo político obsoleto. A nova ordem econômica que está sendo estabelecida, produz novas vicissitudes sobre a vida dos Estados-nações, bem como mudanças visíveis na identidade e no caráter nacional, cívico e político de suas populações. (p.116)

Por outro lado, do ponto de vista político emancipatório e no que tange ao tema da diversidade e sua relação com a democracia, a complexidade acima referida representa

elementos passíveis de um avanço, na forma como lida com uma democracia diferenciada para além de um aspecto meramente de representação político-delegativa na sociedade global. Na prática o que podemos afirmar quanto a contestabilidade da democracia, que falávamos em linhas anteriores, é que as pluralidades das proposições democráticas, no sentido de reconhecimento político, representam um avanço em termos de cultura política, esta entendida como: “(...) *orientações especificamente políticas para as atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel do cidadão na vida pública*” (Almond e Verba, 1963 apud Moisés, 1995, p. 86).

Com isso deve-se destacar o fato de que as orientações cidadãs dentro das comunidades político-identitárias não podem ser traduzidas num mosaico de fragmentações atomísticas sem o reconhecimento político. Como afirma Habermas (1985), a cultura política contemporânea, embora esteja pautada num contexto de diversidade de comunidades, étnica, cultural, religiosa, etc, não pode pagar o preço do esfacelamento político da sociedade, bem como, acrescentaríamos ainda, assumir os custos da antidemocracia proposta na prática pelo fundamentalismo das identidades.

Ao contrário, as diferenças identitárias devem ser fundamentadas no interior das atitudes legítimas das diferenças para que a cultura política possa reestruturar o poder simbólico da política no processo democrático contemporâneo, demonstrando a evolução do capital simbólico da política e da própria cultura política instituída (interação, articulação e formas de negociação dos atores sociais e representação de legitimidade das instituições e pluralidades identitárias).

Se traduzirmos essas questões para a discussão sobre as formas do particularismo e universalismo, na realização da democracia, teremos o mesmo sentido de visualização do problema da realização legítima da democracia, no contexto de sua estruturação no processo das diferenciações identitárias da sociedade contemporânea. Segundo Laclau (2001), embora o universal seja incomparável com o particular, ele não pode existir sem este último, isso faz parte da própria realização da democracia. Ele afirma que essa relação é possível porque esse paradoxo não pode ser solucionado, pois é o próprio pré-requisito da democracia, ou seja, o que faz a democracia ser algo funcionalmente democrática, do ponto de vista de sua fundamentação política.

A solução do paradoxo implicaria encontrar um corpo particular, que seria o verdadeiro corpo universal. Mas, nesse caso, o universal teria encontrado sua localização necessária e a democracia seria impossível. Se a democracia é possível é porque o universal não tem nem um corpo nem um conteúdo necessário; grupos diferentes, ao invés, competem entre si para dar temporariamente aos seus particularismos uma função de representação universal. A sociedade gera todo um vocabulário cujo significado temporário é o resultado de uma competição política. É esse fracasso final da sociedade para se constituir como sociedade – que é a mesma coisa de constituir a diferença como diferença – que torna a distância entre o universal e o particular intransponível e como resultado onera os agentes sociais concretos com a impossível tarefa que torna a interação democrática inexecutável. (Laclau, 2001, p. 249).

Essa questão não se traduz como crítica das diferenças, mas como crítica dos fundamentalismos identitários que não reconhecem a política como a única forma de realização da democracia, assim como o universalismo presente nos particularismos identitários, pretensamente legítimos e pressupostamente válidos como universais. E ao mesmo tempo não reconhece as diferenças presentes na sociedade dos atores que lutam por formas de reconhecimento político afirmativo na efetivação do processo democrático.

Na discussão sobre os públicos múltiplos implementada por Pinto (2000) a questão da identidade e da crítica dos valores universais é central na reflexão da teoria política da democracia, no que se refere à potencialidade política das formações identitárias. Ela afirma que,

A discussão teórica sobre a democracia contemporânea tem sido ancorada no surgimento de novos grupos e demandas, onde as mulheres e as minorias étnicas e sexuais aparecem com grande destaque. O surgimento dessas novas identidades pôs em xeque uma das noções mais arraigadas da modernidade, a saber, o universal, a noção essencial para a construção do arcabouço teórico e mesmo político das idéias de democracia. O questionamento da “universalidade do universal” introduz a noção de diferença e da impossibilidade de sua redução a um princípio único. (p.5)

O momento de cultura afirmativa que vem atravessando as sociedades contemporâneas, sobretudo as mais complexas, representa a efetivação de um multiculturalismo com reconhecimento em favor da democracia. Em termos da sociedade brasileira ousaríamos dizer um multiculturalismo complexamente híbrido, de cunho político e um espaço público multi-identitário e sincrético através dos quais os vínculos de ação, articulação e contestabilidade política e social adquirem cada vez mais

legitimidade no processo das mudanças contemporâneas. Uma argumentação que corrobora com Costa (2003) que afirma o conteúdo político de emancipação da esfera pública brasileira contra visões tradicionalistas que a definem como mercado de opinião e extensão dos interesses privados e patrimonialistas nos espaços públicos. Nesse sentido, o processo de democratização da esfera pública no Brasil vem adquirindo um conteúdo político multicultural e multi-identitário em favor da institucionalização da própria democracia.

Ao fazermos menção ao caráter multiculturalista é válido reafirmar que nos referimos ao multiculturalismo com reconhecimento que é por natureza político propositivo no sentido de manutenção da articulação identitária e da diversidade interativa.

Valter Silvério (1999) apresenta, com base em Homi Bhabha e Bhikhu Parekh, a idéia de multiculturalismo propositivo que admitimos em nossa análise:

(...) multiculturalismo não significa simplesmente pluralidade numérica de diferentes culturas, mas um espaço comunitário que é criado, garantido e encorajado dentro do qual diferentes comunidades são capazes de crescer no seu próprio ritmo. Ao mesmo tempo significa a criação de um espaço público no qual essas comunidades são capazes de interagir enriquecendo a vivência cultural e criando um novo consenso cultural no qual possam reconhecer os reflexos de suas próprias identidades (Bhabha e Parekh, 1989, p. 4 apud Silvério, 1999, p.47.) A definição de Parekh evita a noção de multiculturalismo como um pluralismo superficial. Permite identificar os desafios presentes no desenvolvimento de um novo espaço público, do ponto de vista dos defensores dessa nova política multicultural. (Silvério, 1999, p.47).

As formações identitárias no âmbito do reconhecimento, tendo a “política” como mecanismo de interação das diferenças e a “alteridade” como afirmação positiva do outro no campo político, introduz um novo caráter à *sociogênese* da democracia contemporânea. Lançamos mão do conceito de *sociogênese* de Elias para fazermos menção à dimensão de cultura e civilidade que vem se desenvolvendo na sociedade contemporânea com base no reconhecimento emancipatório da democracia no atual momento de crise da sociedade global. Queremos com isso apenas ilustrar que a política tem uma função cultural e civilizadora na educação dos sentidos sociais dos atores no contexto da sociedade contemporânea².

² Na teoria social de Norbert Elias encontramos o conceito de “processo civilizador”, que foi elaborado para explicar (dentre outras questões) o contexto de longa duração através do qual a sociedade ocidental desenvolveu sua

Talvez o melhor termo conceitual de análise seja o de “*figuração*” também desenvolvido por Nobert Elias (1980; 1994a). O conceito de *figuração* significa uma formação social na qual as dimensões podem ser variáveis, em que os indivíduos ligam-se uns aos outros por uma forma de dependência de reciprocidade que promove tensão e equilíbrio nas relações sociais. Nesse sentido, a *figuração* da democracia contemporânea tem esse caráter do ponto de vista das relações identitárias, ou da legitimidade da diversidade como mecanismo de política das diferenças no que se refere às tensões e equilíbrios das relações políticas da cultura democrática contemporânea.

O dispositivo da contestabilidade democrática, de que falamos anteriormente, é parte do mecanismo político desse processo de *figuração* na formação social contemporânea, que também está fundamentada no paradoxo entre as práticas simbólicas da diversidade social e a rigidez unilateral instituída pelo sistema político presentes, por exemplo, nos mecanismos de governabilidade do poder executivo e na funcionalidade política do poder legislativo. Dentro desse contexto podemos compreender que as questões que se situam em torno das desigualdades e da potencialidade da configuração democrática têm sido centrais na reflexão da teoria política, de uma maneira geral. E um ponto comum a partir dessa questão é que, como nos afirma Pinto (2000), o contexto de formação de um modelo liberal de democracia política não é correspondente ao processo de mutação social contemporânea, pelo fato de que esse modelo não é capaz, em termos de uma estruturação política, de dar conta da complexidade emergente contemporânea, (...) *a representação nos corpos legislativos não pode continuar a ter o monopólio da participação política, a ela deve ser acrescentada outras formas de participação que permitam a expressão de demandas de novas identidades ou de grupos historicamente excluídos; a sociedade civil é um locus privilegiado da expansão da organização das novas formas de participação* (Pinto, 2000, p.3).

Do ponto de vista prático, esse processo de inadequação política representa um contexto de tensão e equilíbrio frente à constituição dos poderes políticos, de um lado, e a sociedade civil política, diversificadamente configurada do outro. O que demandaria, pelo menos em tese, o reconhecimento do procedimento político deliberativo como um

emancipação com base na sociogênese entre a *Kultur e Zivilisation* no que viria a se constituir depois como mundo moderno com base na experiência francesa e alemã. No desenvolvimento analítico dessa questão vemos a influência de pensadores como Max Weber, Karl Manheim e Freud, autores que como ele tiveram a preocupação com a formação e desenvolvimento da modernidade. Ver: ELIAS, Nobert. (1994). O Processo Civilizador. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. Vols. I e II.

modelo que se constitui pelo processo de compatibilidade das diferenças e da forma de representação participativa mais eqüitativa no que diz respeito ao processo político.

Para Habermas (1997), a interação que envolve uma esfera pública com base na *sociedade civil e a formação da opinião e da vontade institucionalizada no complexo parlamentar forma um excelente ponto de partida para a tradução sociológica do conceito de política deliberativa* (p.104), levando-se em consideração as formas de representações que estão constituídas na sociedade civil e a possibilidade de equilíbrio destas com as instituições do sistema.

Embora reconheçamos o hiato que separa muitas vezes o sistema político das bases da sociedade civil, estamos nos referindo ao processo de tensão que se forma pelo não reconhecimento, por parte do sistema político, em relação aos valores da diversidade presentes na cultura política contemporânea. Valores esses responsáveis pela mudança do imaginário político na dimensão institucional constituída e na dimensão sócio-cultural a partir da diversidade das formações identitárias e da força política que estas estão adquirindo. Para isso basta lembrar a argumentação que Habermas utiliza sobre a sensibilidade política da sociedade civil e seu caráter catalisador quanto aos problemas sociais. A sociedade civil sofre uma influência bastante forte da política na arena pública, assim como influi no próprio sistema político onde as questões temáticas e os assuntos importantes da sociedade são tratados de forma processual e fundamentam opiniões públicas, o que para nós tem também um importante significado quanto ao aspecto do poder simbólico no seu formato político de influência sobre os atores sociais. Segundo Habermas,

(...) os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de conseqüências, quando tomam consciência da situação de crise. Com efeito, apesar da diminuta complexidade organizacional e das desvantagens estruturais, eles têm as chances de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação da esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar os problemas de todo sistema político. (1997, p. 115)

Podemos dizer que do ponto de vista do significante simbólico a sugestão dessa figuração democrática participativa, que vê na sociedade civil “política” seu principal ator articulatório, tem como uma das principais conseqüências a mudança propositiva da

formação social da política na reestruturação do imaginário da democracia. E essa proposição de sentido político tem uma representação relevante na medida em que as formas de diferenciações identitárias presentes no tecido social tendem a implementar uma política de reconhecimento que visa a incorporação da alteridade e da tolerância nas relações das diferenças identitárias e a inibir os fundamentalismos identitários estruturados em valores simbólicos conservadores que, via de regra, não reconhecem o valor dialógico político como valor da cultura democrática.

Em termos mínimos de uma antropologia política refletimos um pouco sobre os aspectos de conservação e inovação da cultura política e sua constituição simbólica no que toca ao sentido de representação e formação discursiva do atual processo democrático em que as fronteiras identitárias tendem a adquirir uma multiculturalidade antifundamentalista de cunho dialógico. Vide, por exemplo, o significado simbólico da cultura política representada em articulações identitárias como os Fóruns Sociais Mundiais (FSMs).

Podemos dizer a esse respeito, com relação ao aspecto da diferença e do reconhecimento, que no contexto social contemporâneo articulações internacionais como o FSM, tanto o primeiro realizado em Janeiro de 2001, como o segundo, realizado exatamente um ano depois – ambos em Porto Alegre -, têm causado um significativo avanço para o sentido de alteridade do multiculturalismo propositivo presente na formação da cultura dialógica por parte da sociedade civil política no contexto da democracia contemporânea. E isso é possível, na medida em que o FSM, dentre outras coisas, tem o intuito de se constituir como um espaço público para a diversidade em escala global, com reconhecimento e legitimidade política internacional³, pois em ações como as do FSM reconhecem-se as diferenças identitárias como possibilidades de um relacionamento político mais condizente com a cultura democrática da diversidade. Cultura essa em que se pode perceber o desenvolvimento de uma formação social emancipadora (no sentido do comportamento político) com base numa perspectiva multicultural e multi-identitária.

A efetivação da democracia da diversidade é a questão em pauta na agenda política da sociedade contemporânea, pois *a exigência de reconhecimento da diversidade*

³ Alguns autores chamariam atenção para o caráter de formação de uma sociedade civil global possível a partir das articulações desses atores de nacionalidades múltiplas; retomaremos essa discussão mais adiante. Sobre o assunto ver: Vieira, L. (2001;1997), Scherer-Warren (1999), Trevisol, J. (2000).

cultural e de um tratamento igualitário na convivência das várias etnias e/ou raças que edificaram e constituem o espaço público de uma sociedade multicultural é o primeiro de tais problemas (Silvério, 1999, p.47). E o reconhecimento de uma esfera pública multi-identitária é o fundamento da ressonância política dessas diferenças no contexto dos reconhecimentos das formações identitárias. Nesse sentido, vejamos a noção constitutiva da esfera pública multi-identitária como espaço político das identidades.

1.2 A ESFERA PÚBLICA MULTI-IDENTITÁRIA: a expansão de um conceito.

A dinâmica da complexidade da vida social contemporânea faz, cada vez mais, aparecer o processo de “diferenciação afirmativa” da vida coletiva. Essa é uma premissa bastante plausível de constatação feita sob os auspícios das Ciências Sociais de nossos dias, de uma maneira geral. Mas embora se saiba que esse fato se constitua com o advento das mudanças sociais contemporâneas, ainda assim demanda-se enfoques mais específicos sobre o assunto da afirmação das diferenças sociais e o debate sobre a universalidade dos valores comuns a tais diferenças e a condição da democracia.

O ponto que discutiremos aqui se refere aos efeitos que esse debate tem provocado sobre categorias sólidas da sociologia, ao mesmo tempo em que trouxe um certo incômodo explicativo sobre alguns objetos da análise sócio-política. Nesse sentido, trabalharemos com as categorias espaço público e formações identitárias com o intuito de relacioná-las de forma mais próxima do ponto de vista analítico e assim situar, pelo menos em âmbito conceitual, o que chamamos de Esfera Pública Multi-identitária, o que apresentaremos com tratamento analítico dos processos políticos interativos e da inter-relação de identidades, no contexto complexo da sociedade contemporânea.

A efervescência política proporcionada nos anos finais do século XX, com a decadência dos regimes autoritários e das sociedades totalitárias em todo mundo, criou um campo de debate político extremamente pluralizado quanto aos interesses afirmativos dos vários atores nos mais diversos setores da sociedade. Nesse sentido, o tema da democracia foi focado com um caráter não menos plural. Várias percepções políticas, motivadas por sentidos específicos, admitiam subliminarmente o princípio político

fundador da expressão “ter direito a ter direitos” como marco orientador da dinâmica dos processos políticos.

Somada a esse processo de liberalização, a crise do marxismo apareceu como suporte motivador de mudanças que também rompiam com um imaginário totalitário de forma de governabilidade. O cenário desse momento é, assim, fundamental para que se destaque um foco analítico de visualização da reestruturação da cultura política no mundo de uma maneira geral, e em especial no Brasil que mediante esse processo busca formas alternativas de reestruturação de seu acordo social e político, agora sob as condições de uma cultura civil, politicamente participativa no que caracterizou e ainda caracteriza a ideologia das reivindicações, superação das demandas e tentativa política de definição da cidadania.

Por outro lado, também vimos uma crescente estruturação de duas orientações formadas contra a prerrogativa liberal que dominou o cenário político e econômico do mundo ocidental durante todo o século XX, em especial nas suas duas décadas finais. Esses dois pólos antagônicos - de campo simbólico e material de lutas pretensamente libertárias - objetivavam-se contra a democracia liberal e seu imaginário de validade universal da boa sociedade ou a ideal. Segundo Celi Pinto (1999),

(...) em um extremo, encontra-se o socialismo de extração marxista, que buscou uma sociedade regida por uma grande narrativa, capaz do apagamento de qualquer diferença. No outro extremo, gesta-se nas últimas décadas do século um radical multiculturalismo, de extração pós-moderna que, advogando o completo direito ao reconhecimento de tantas identidades culturais quantas forem existentes e/ou propostas, deixa para um obscuro segundo plano as questões que concernem à justiça social. Os dois extremos dividem entre si uma espécie de perverso essencialismo. (pp.57)

Dentro do aspecto da participação, vemos o enfoque sobre a sociedade civil vinculado à perspectiva dos movimentos sociais como categoria fundamental para a orientação das discussões sobre o Brasil e sua política de participação reivindicativa. A influência da análise habermasiana, dando o tom do enfoque da reestruturação da esfera pública, caracterizava a sociedade civil desvinculada do mercado e do Estado. Esta foi entendida, a partir da década de setenta, como um universo social e político de demanda dos atores como forma de reconhecimento das mobilizações sociais.

Todo o debate que se ambientou, direta ou indiretamente, nessa orientação teórica justificava a relação entre a verdade produzida pelos atores na esfera do universo social e a realidade que se produzia no mundo dos sistemas, um exemplo claro disso pode ser visto pela influência da Razão Comunicativa na abordagem feita por Cohen & Arato em seu estudo bastante conhecido⁴.

O debate crítico sobre a esfera pública redimensionou a dinâmica dos processos sociais e políticos da democracia. Em termos de Brasil, essas afirmações são verdadeiras considerando a característica de nossa formação, a partir da qual a construção da esfera pública funciona como mecanismo de pressão democrática diversificada, do ponto de vista dos relacionamentos políticos e da heterogeneidade cultural.

Nesse sentido, o grupo de estudos sobre a construção democrática da Unicamp sintetiza bem, em quatro pontos, as noções básicas da funcionalidade política da esfera pública no Brasil:

A construção de espaços públicos torna os mecanismos de decisão política permeáveis à influência dos setores da sociedade civil que geralmente têm sido mantidos à margem desses processos. Nesse sentido, podemos dizer que eles favorecem a ampliação da política, seja por questionar a unilateralidade do Estado na tomada de decisões, seja por questionar a prevalência dos interesses de grupos privilegiados da sociedade civil. Ao tornar as decisões políticas resultado de uma deliberação pública ampliada, na qual um número maior de interesses e de propostas pode-se fazer ouvir e representar, as experiências do espaço público questionam não apenas a exclusão política, mas também se mostram instrumentos promissores na luta contra a exclusão social tendo em vista os seus resultados possíveis em termos de políticas públicas mais igualitárias. Trata-se portanto de uma reinvenção de procedimentos que pode levar, como resultado a uma revisão de prioridade e agendas. A participação nos espaços públicos contribui para o aprendizado e consolidação de uma cultura de direitos, pois possibilita a convivência entre interlocutores portadores de interesses diferenciados reconhecidos como legítimos. O espaço público, ao ter como fundamento o reconhecimento do outro como um “sujeito portador de direitos”, tenta burlar as assimetrias de poder e oferecer um campo regulado democraticamente para a administração dos conflitos.(Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. “Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática”, in IDÉIAS – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 5(2)/6(1). 1999. P. 44-45)

Esse ponto é fundamental para o enfoque tanto do reconhecimento da diferença quanto da sua equidade política, o que faz da perspectiva político-discursiva da esfera pública um ambiente de visualização do mundo social e do mundo sistêmico, justapondo com isso os procedimentos políticos participativos ao nível político-normativo.

⁴ COHEN, J. ARATO, A. Civil Society and Political Theory. MIT Press, 1992

A noção da ação comunicativa introduz no universo de análise da sociologia política uma crítica fundamental sobre a razão objetiva instrumentalizada de orientação capitalista, em favor de uma reestruturação do equilíbrio e emancipação do sistema, no qual a formação normativa poderia incorporar a validade dos fatos socialmente construídos, e assim legitimar politicamente o procedimento de participação dos atores políticos comunicativos da sociedade civil no contexto da esfera pública política.

No que tange ao tema da racionalidade dentro da crítica habermasiana, a lógica ocidental é de fundamental importância para o desenvolvimento desse sistema, por ser o instrumento que determina a ordenação das características formais do sistema de pensamento baseado em aspectos burocráticos e administrativos hegemonicamente constituídos, o que definiria peculiarmente o ocidente moderno, como parte do mundo que cresceu a partir de um ordenamento racional instrumental como modelo de mentalidade.

O utilitarismo instrumental dos procedimentos de racionalidade, segundo Habermas, perpassa de forma objetiva a constituição da esfera pública assim como a esfera do mundo privado, ambientes mediados pelo conhecimento técnico e racional orientador das condutas e ações dos indivíduos. Esse aspecto de racionalidade que se desenvolve na sociedade ocidental contextualiza a relação entre “indivíduo” e “estrutura” dentro da chamada “jaula de ferro” da razão.

Habermas desenvolve na Teoria da Ação Comunicativa uma análise teórica e epistêmica da racionalidade como sistema operante da sociedade, e nesse sentido deve-se analisar sua tese como contraposição à razão instrumental. Na idéia de mundo da vida, Habermas mostra a racionalidade dos indivíduos mediada pela linguagem e comunicatividade. É na esfera do universo da relação dos sujeitos que Habermas parte de sua concepção ontológica para a construção da racionalidade política de orientação dialógica.

Na Teoria da Ação Comunicativa a racionalidade das opiniões e das ações é tratada sob um prisma filosófico e sociológico. Sendo assim, o que a ação comunicativa busca explorar é uma sociologia política do mundo constituído pela relação dos sujeitos, ou seja, uma sociologia da ação comunicativa em que o universo subjetivo, a ação

política e a racionalidade dos indivíduos se constituem em elementos de formação e constante revitalização da esfera pública política na busca da emancipação social.

Habermas busca abranger as várias manifestações de razão dos indivíduos na relação com o mundo tanto nas ações diretas do relacionamento do homem com a sociedade de uma forma geral, quanto nas expressões simbólicas que intermediam a relação dos sujeitos com o mundo onde ele vive.

Na concepção habermasiana a ação racional é concebida a partir da conceituação relacional entre ação, crítica e fundamentação, ou seja, uma relação de três pressupostos que abrange de forma complementar um conceito de racionalidade em que a razão e a fundamentação são intermediadas pelo senso crítico.

A racionalidade comunicativa serve para uma ampliação compreensiva que dê conta de outras formas de expressividade do agente comunicativo, que não se limita apenas à formalidade normativa da ação. Essa idéia está relacionada ao que Habermas chama de conquista de conhecimento. Dentro desse contexto, ele afirma que o conteúdo do universo racional existe em duas situações: primeiro na relação dos sujeitos que possuem um conhecimento falível; segundo nas expressões simbólicas que dão forma ao conhecimento.

A forma da racionalidade expressa tem sua afirmação na relação sistêmica, entre a semântica, o pressuposto de validade e as razões sobre as quais os sujeitos se baseiam para as afirmações de verdade na eficiência das ações. É dentro desse processo de relação dos sujeitos, que, via instrumento cognitivo, as verdades relativizadas ou o pressuposto de validade se constrói e com isso novas formas de racionalidade transcendem um pressuposto de razão ou verdade únicas.

Os procedimentos comunicativos da mobilidade política da sociedade civil demonstram claramente a tentativa de uma unidade da razão mediante uma multiplicidade de vozes, como diz o próprio Habermas (1990) em seu diálogo com a filosofia pós-moderna de Richard Rorty.

Embora vejamos ainda hoje a importância do exame do problema analítico, entre a perspectiva da validade universal frente aos valores particulares, da crise de uma razão geral ou generalizante ante as fragmentações racionais, cremos ser relevante referirmos a uma possibilidade de relação entre questões pertinentes aos dois lados da moeda

analítica, o que procuraremos fazer ante a discussão reflexiva do enfoque sócio-identitário. Tentaremos fazê-lo no sentido de analisar politicamente a cultura afirmativa das diferenças de reconhecimento e pertencimento identitário, no âmbito da esfera pública politicamente dimensionada, por dois motivos fundamentalmente importantes: 1) para definirmos a identidade por um aspecto político e assim a retirarmos da discussão essencialista; e 2) para conceituarmos a esfera pública como esfera política dialogicamente constituída. Nesse sentido a política é a principal categoria de análise do problema em questão.

Vejam os então a atualização do conceito “esfera pública” como referência operacional de investigação sob o enfoque teórico-discursivo feito por Habermas em seu trabalho mais recente “*Direito e Democracia: entre a facticidade e validade*”, no qual ele afirma:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regular o modo de pertença a uma organização etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, rede adequada para comunicações de conteúdos, tomada de posições e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa. (1997, p. 92).

Ante tal base conceitual cremos ser possível implementarmos uma perspectiva de reflexão multi-identitária desse espaço público, perante a noção de pertença, reconhecimento e opinião política dos atores sociais. Argumentamos, ainda, que isso é possível sobretudo quando estamos referindo a sociedades estruturalmente híbridas e sincréticas no âmbito da formação sócio-cultural e complexamente plural considerando as várias identidades políticas. Estes são elementos que compõem a mentalidade da sociedade brasileira e que formam categorias investigativas para a análise contemporânea da nossa formação social.

Mas ao mesmo tempo é preciso delimitar o foco de análise sobre as formações identitárias que procuramos trabalhar. A formação das identidades aqui referida é baseada sob a lógica do conceito de identificação entendido na forma de reconhecimento, resistência, interação, representação e interpelação compreendidos nos âmbitos social, político e cultural. Segundo Maura Pena,

A identidade é apresentada como representação e como uma forma de classificação - que expressa necessariamente e de modo explícito, quer no nível do grupo quer no nível do indivíduo, a problemática do reconhecimento social, estritamente vinculado as relações de poder, disputa em torno de critérios de delimitação e qualificação dos grupos (esquemas classificatório e seus atributos) ou a pertinência de um indivíduo a ele, e que se encontram em movimento tanto a partir do interior do grupo em questão, quanto a partir de outros grupos que lhe são exteriores, ou seja a sociedade que o envolve.(1989, p. 39).

Na argumentação de Alain Touraine (1996), a definição de identidade social se fundamenta na mobilização do reconhecimento social e do campo de conflito que tal reconhecimento estrutura na esfera das relações sociais e políticas, na medida em que associa a noção de sujeito e de mudança. Touraine, assim como para Maura Pena, argumenta em favor da idéia de representação e reconhecimento sócio-político como elementos constitutivos das formações identitárias, pois estes são processos elementares fundados em interesses e conflitos intersubjetivos (sócio-político e cultural).

Nossa preocupação com as formações identitárias se justifica pelo fato de tentarmos fugir de uma perspectiva essencialista deste fenômeno e assim situá-los num nível analítico explicativo. Tentamos dar ao processo das formações identitárias um conteúdo com maior visibilidade política para torná-las compreensíveis do ponto de vista discursivo e simbólico no campo da teoria social e, assim, mais visíveis nas interações do espaço público. Nesse sentido, buscamos atribuir-lhes um sentido político e dialógico, que forma sua base inter-relacional. Deste modo, as diferenças identitárias e as interações políticas das identidades têm a possibilidade de serem visualizadas neste espaço de maneira dinâmica e interativa, deixando esse espaço de ser “cego às diferenças” como afirmou Charles Taylor (1994)

Para isso, justificamos relacionar o tema “identidade” ao tema “complexidade social”, pela necessidade de estruturarmos elementos conceituais para uma base teórica

em torno da noção de identidade no contexto contemporâneo e, ao mesmo tempo, buscarmos uma explicação sobre a formação multi-identitária da esfera pública.

Nossa base de análise será estruturada em categorias de análise como: “reconhecimento social”, “resistência”, “alteridade”, “interesses”, “interpelação” e “ação social”. Elementos que giram em torno das formações identitárias e podem nos ajudar a constituir uma reflexão conceitual sobre a dinâmica potencial da política das identidades em sua diversidade e funcionalidade.

O conceito de identidade, na grande maioria das vezes, sempre foi “abstratamente” próprio de áreas afins como a antropologia, na qual se explicavam as identidades culturais, na psicologia e psicanálise, que definiam a identidade no contexto do *self* e da alteridade, ou na ciência política, campo de enfoque institucional em que se explicam as identidades políticas, além de outras áreas das ciências humanas como a geografia e sua noção de identidade territorial.

A sociologia, na sua formação científica clássica, igualmente a essas outras áreas não se furtou a utilizar a identidade, embora de forma menos objetiva. Vemos por exemplo noções de identidades sociais no campo da microsociologia, do interacionismo simbólico, da etnometodologia, ou mesmo na fenomenologia, ou seja, num ambiente de investigação das micro relações sociais. Encontramos também elementos de identidade nas discussões das classes sociais, nos movimentos sociais e noções de papéis sociais.

A questão importante a destacar é que a categoria sociológica de identidade se referia a um aspecto de base secundária que estava escondido no subsolo dos conceitos sociológicos e, sendo assim, não era um fenômeno emergente que viesse a poder se constituir no que chamaria de um tema/problema no campo da sociologia. Talvez o exemplo mais claro disso que estamos dizendo refira-se ao papel da identidade na explicação teórica da ação coletiva, tratado por vários autores da sociologia desde o início do século vinte até fins da década de setenta do referido século.

No caso mais claro, podemos citar indícios de identidade nas ações coletivas referidas aos movimentos e mobilizações sociais, na noção de ator ou mesmo na revitalização da idéia do sujeito entre fins da década de sessenta até início dos anos oitenta do século vinte. Dentro desse contexto, argumentamos que a identidade se apresentava no substrato do conceito do fenômeno da ação e mobilização social.

Com as mudanças estruturais ocorridas na sociedade contemporânea, datadas na década de oitenta do século XX, como a revolução tecnológica na área da informação, a crise do sistema capitalista, a crise dos regimes de governos socialistas, a emergência de mobilizações de movimentos libertários por todo o mundo e, por fim, o processo de transformação paradigmática do conhecimento científico, o que era teorizado e sociologicamente explicado no âmbito geral perde força e as identificações presentes nas grandes narrativas sociológicas se constituem num fenômeno de fragmentação de narrativas plurais.

Essa conjuntura é apresentada no campo da sociologia por vários autores como sendo o fim da modernidade e o advento da pós-modernidade, sobretudo no que diz respeito ao foco argumentativo sobre a crise da razão. Eduardo Portela representa bem essa reflexão em seu texto “As Modernidades” quando afirma que:

À medida que o projeto moderno foi avançando, e deixando de lado sua coesão iluminista, tornou desaconselhável, ou impreciso, falar-se em modernidade no singular. O mais provável é que tenha havido um desdobramento do sentido, ou uma sucessão de cortes sobre o sujeito, cuja consequência imediata não poderia deixar de ser o conjunto de mudanças no corpo e na alma da modernidade. Talvez possamos imaginar, levados por uma visão perigosamente sumária, que a primeira modernidade, normativa por excelência, foi absorventemente consensual; a segunda, a vanguardista, transgressora por vocação e vontade, preferiu ser non sens (ual); a terceira, liberada pela alta hospitalar recebida do Dr. Sigmund Freud, tem sido abusivamente sensual; e agora, a que irrompe sob a denominação ansiosa, e freqüentemente a-crítica, de pós-modernidade, se autoproclama dissensual. (1987, p. 05)

A identidade do grande discurso estrutural cede lugar ao discurso das identidades fragmentárias. Estas deixam de ser algo subliminar, menos importante, e passam a se constituir num fenômeno cada vez mais emergente, presente e processual, se configurando como um tema autônomo no campo das ciências sociais, mais especificamente da sociologia atual.

A noção conceitual de identidade sempre fez parte de um foco de abordagem subjetivo e essa dimensão é ainda hoje importante para se discutir a identidade com bases sociológicas.

Segundo Berger e Luckmann (1990), a idéia de identidade é vista como elemento da realidade subjetiva, situada numa relação dialética com a realidade social. Nesse

sentido, o processo de síntese dessa dialética é que *a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais* (1990: p.228). Com isso podemos argumentar que a noção de identidade refere-se ao processo interativo “ação social - estrutura social” ou, em outras palavras, que a identidade remete a formações sociais, entendendo o termo como um processo mediador entre a individuação e o sistema social.

Nesse caso, podemos discutir as questões referentes à noção de “identidade social”, a qual definimos como: forma de resistência e reconhecimento social provedora de formações sociais de conflitos delimitados pelo estabelecimento de interesses dentro ou fora de instâncias institucionais. Os elementos “representação” e “reconhecimento”, remetidos ao problema exposto, ajudam a forjar o conceito de formação identitária no sentido da política vivenciada no cotidiano. Esses elementos conceituais se tornam mais efetivos quando remetidos ao mundo da vida cotidiana, onde experimentam tipificações identitárias emergentes com base em marcos de referência da vida na prática, ou seja, ambiente no qual relações simbólicas e materiais se efetivam afirmativamente.

Diante desse aspecto podemos argumentar que os processos dos comportamentos sociais e suas orientações na vida cotidiana dependem de tipificações elaboradas nos processos de interações sociais. Isto significa que as identidades apresentam-se dentro ou fora do mundo da vida e estão atreladas a interesses tipificados mediante o contexto das relações sociais.

De forma minimizada, poderíamos situar uma exemplificação operacional disso que afirmamos utilizando a noção de identidade no contexto das redes numa era de relações globalizadas. O processo de formação de identidades se estabelece a partir do processo de ressignificação de sentidos mediados por um jogo de interesses tanto num âmbito simbólico quanto material, no qual o processo de representação de tais sentidos, no contexto de formações de grupos, comunidades, movimentos, etc., efetivam os limites de relação entre nós e o(s) outro(s) ou o eu e o outro mediante um processo interativo de ações e significações de interesses, seja num plano social, cultural, religioso ou de outra natureza dentro dos *nouds* da rede da globalização.

Sob esse aspecto, o cenário de formação da rede de interação e relação, seja local ou global, permite que se estabeleçam representações discursivas de mobilização dos

interesses, reconhecendo as diferenças como pressuposto de formação dos limites identitários. Mas é válido ressaltar que o discurso da diferença em si não representa a identidade, poderíamos até dizer que a diferença é pré-condição para as formações identitárias, mas as identidades se estabelecem como tal quando mediadas pela política de afirmação presente na identificação da diferença.

O discurso da diferença subestrutura o discurso das formações identitárias, e o rompimento das fronteiras dos interesses políticos, no plano dialógico, dinamiza o processo das relações das identidades nas redes. Com isso, podemos entender o processo de formação dos limites identitários circunstancialmente definidos a partir de suas mobilizações no contexto de sua formação discursiva e ao mesmo tempo também entender as formações interidentitárias⁵ através dos cruzamentos dos interesses e dos reconhecimentos.

No âmbito interno da unificação discursiva da identidade há o que chamaríamos de as necessidades de uma economia de conflitos ou a minimização de disparidades dentro da própria identidade, justamente para garantir, pelo menos em tese, o fortalecimento do núcleo identitário em relação a outros reconhecimentos identitários no contexto da constituição de um campo de conflito mediado por relações de interesses inter-identitários. Essa relação interna da identidade é um posicionamento político de manutenção da própria identidade. Quanto maior a unificação discursiva da identidade, maior será seu poder de resistência no tecido social assim como, mais estruturada estará sua base de negociação e entendimento político na esfera pública frente às outras formações identitárias.

Essa noção de formação identitária que buscamos analisar se estrutura no contexto da pertença político-dialógica. Um pertencer voluntário, politicamente legitimado por ressignificações de interesses e reconhecimentos presentes nas ações mobilizatórias das identidades. Com isso, as formações identitárias, por nós enfocadas, têm uma imagem de reconhecimento e de conflito, mas ao mesmo tempo a possibilidade de uma interação política que visa minimizar os conflitos através de uma predisposição dialógica.

Em termos introdutórios podemos transplantar os argumentos político-dialógicos sobre as formas de interação social aplicadas as formações identitárias e, nesse sentido, devemos levar em conta as categorias atuais da identidade em suas formas inclusive

⁵ O conceito de interidentidade se refere aos vários interesses e condições presentes nas identidades

antagônicas de relacionamento. No que toca, por exemplo, as hegemonias identitárias de grupos e instituições dominantes e as identidades dos grupos táticos ou de resistência em termos da sociedade global.

É válido ressaltar que tais noções, embora de forma embrionária, cabem dentro de uma reflexão contemporânea no campo de uma sociologia das identidades como de certa maneira é apresentada por Castells (1999) em “*O Poder da Identidade*”, no qual se instituem três formas categóricas de construções identitárias na sociedade contemporânea, embora só possamos pensar estas relações identitárias a partir de sua incorporação no espaço público da sociedade global.

No contexto dessa globalização, Castells (1999) nos apresenta as seguintes categorias identitárias: 1) A identidade legitimadora que é definida pelo que Castells chama de instituições sociais dominantes que buscam estabelecer seu poder frente aos atores sociais; 2) A identidade de resistência estabelecida pelos atores no cenário social que se encontram em posições “*desvalorizadas e ou estigmatizadas*” no contexto da dominação acima referida e com isso constroem trincheiras de resistência; 3) A identidade de projeto definida por um processo de construção do ressignificado de sua própria identidade e, conseqüentemente, de redefinição da posição da própria identidade no tecido social.

A partir dessas definições argumentamos que o foco político presente e necessário tanto na formação identitária quanto no relacionamento interidentitário, tende a minimizar e a manter uma predisposição procedimental das interações sociais dessas identidades e, com isso, fundamentar uma base política na esfera pública. É essa argumentação que nos leva a definir isso que chamamos de esfera pública multi-identitária. Uma esfera estabelecida muito mais pelo processo de interação das formações identitárias do que por um nível de atomização, que se nega à interação política, ou fundamentalização destas.

Nossas pretensões nem de longe visam uma configuração analítica que resulte numa teorização da identidade, mas numa reflexão micro conceitual sobre as bases para uma discussão da identidade, do ponto de vista de sua politização social, dentro do fenômeno da sociedade complexa. E justificamos esse aspecto pelo fato de julgarmos haver ainda um vácuo teórico sobre o tema no cenário contemporâneo, embora a temática

das formações identitárias seja, indubitavelmente um, entre vários, dos fenômenos mais importantes da reflexão sociológica dos dias atuais.

Nossas palavras se referem a indagações sobre o tema proposto que estão situadas no problema do reconhecimento das diferenças como patamar de relacionamento dessas diferenças nas sociedades complexas. Essa discussão se faz necessária pelo fato de situar no campo ético e normativo determinados valores que giram em torno dos fenômenos contemporâneos da complexidade social e das formações identitárias, no que toca à reflexão da democracia contemporânea.

A complexidade, as formações identitárias, a globalização, a descentralização, a fragmentação e a diferenciação são questões ainda muito recentes e, por isso, enfocadas e refletidas ainda de forma emergencial, embora com bastante propriedade e habilidade, por parte de vários estudiosos em todo mundo. Com isso, se tem a necessidade de que seja apresentada uma explicação teórica a estes fenômenos, ao mesmo tempo em que seja possível integrá-los numa teoria da sociedade contemporânea.

Este trabalho pretende desenvolver um processo de indagação interdisciplinar sobre variáveis e categorias de análise que se refiram ao enfoque da política e das formações identitárias para uma compreensão da produção de sentido da democracia no debate sobre esfera pública contemporânea.

Nesse sentido, vejamos o contexto da racionalidade no processo de análise da política da democracia na dinâmica da esfera pública a partir da problemática discursiva da identidade, fundamentada com base na teoria social habermasiana que reconhece a necessidade do entendimento dialógico como função da política.

Habermas com os cuidados explicativos da ação comunicativa e da teoria discursiva desenvolve um argumento que utilizaremos para reforçar a afirmação sobre o processo de interação comunicativa e o entendimento nas formações identitárias. Tais afirmações estão presentes no seu trabalho destinado à explicação sobre a racionalidade e a comunicação na pragmática universal. Segundo Habermas,

A função da pragmática universal é identificar e reconstruir condições universais de possível compreensão mútua (verständigung). Noutros contextos, fala-se igualmente em 'pressupostos gerais de comunicação' embora pessoalmente, preferimos falar em pressupostos gerais de ação comunicativa, visto que encaramos como fundamental o tipo de acção que é adoptado com o objeto de se conseguir entendimento. Partimos assim do principio de que outras

formas de acção social (por exemplo, o conflito, a competição e as acções estratégicas de um modo geral) derivam da acção orientada para o entendimento (verständigung). Além disso, dado que a linguagem é o meio objetivo de se atingir esse objectivo no estágio sócio-cultural da evolução, é nosso objectivo dar um passo a mais à frente e isolar as acções de discurso específicas de outras formas de acção comunicativa. (1996, p. 09)

Apresentamos essa citação para referir à constituição de uma forma de racionalidade que se funda na proposta do entendimento comunicativo, fazendo, com que possamos entender os processos de formações identitárias ante uma racionalidade dialógica. Deste modo, podemos entender os modelos de análise conceitual sobre identidades, apresentados pela sociologia contemporânea.

1.3 Racionalidade Comunicativa no Enfoque Político da Esfera Pública multi-identitária.

A crítica teórica habermasiana, edificada a partir da linguagem e da política, busca retomar o caminho emancipatório da racionalidade moderna perdida com o paradigma da razão instrumental. Esta crítica se funda em oposição à teoria weberiana (1987,1987), no qual o foco conceitual da racionalidade ocidental se define na justificativa dos fins pela ação dos meios, em que as ações sociais são mediadas por algum tipo de interesse com um sentido subjetivo.

A partir de tal questão, segundo Habermas, se estruturam os elementos de um racionalismo de caráter utilitarista através dos quais meios e fins constituem a identificação da individualização das formas de ação sociais e econômicas. Sendo assim, a lógica utilitária da cultura ocidental, de caráter econômico e político, compõe a conduta dos indivíduos. Este tipo de concepção justifica-se, no plano teórico, na forma como o processo de desenvolvimento da racionalidade individualista está atrelado ao progresso tecnológico e cientificista da sociedade moderna.

Sobre a base da tese de Weber a respeito do desenvolvimento progressivo do mundo ocidental, não apenas Habermas mas também Marcuse (1969), estabelecem uma contraposição crítica em relação à ótica racionalista fundamentada por aquele autor e afirmam que o que está conceituado como idéia de racionalização fundada sobre bases

instrumentais é, na verdade, apenas uma forma racionalista de dominação social e política e, nesse sentido, a própria idéia de razão técnica é em si mesma ideológica.

O que Marcuse pretende afirmar é que o modelo de racionalização no qual Weber fundamenta sua formalização teórica não pode e não deve ser implantado à racionalidade como um todo, mas apenas a um modelo determinado e definido por um fim objetivo de sobreposição política.

A partir de então Marcuse estabelece sua crítica que tem por base analisar a teoria da racionalização vinculada à idéia de estratégias de manutenção do sistema de dominação da sociedade e, por esse motivo, faz uma conceituação sobre a “técnica ideológica”:

O conceito de razão técnica é talvez em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas “posteriormente” e a partir de fora se inserem já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é “material” e, nesse sentido, pertence à própria forma de razão técnica. (Marcuse, 1969, p.145)

Nesse sentido, inclui-se objetivamente a racionalidade ideológica da dominação pulverizada como forma legítima, tanto na direção de um tipo hegemônico de desenvolvimento, quanto na forma de exploração e manutenção do poder. Como conclusão, Marcuse afirma que este modelo de ideologia de dominação social pode ser medido pela conversão e legitimação das forças produtivas, fundadas na unidimensionalidade da noção de progresso técnico desta sociedade.

Na interpretação de Weber temos uma visão teórico-sociológica de um formato compreensivo da sociedade moderna com seu inevitável modelo de desenvolvimento com uma postura objetivo-racionalista dentro do seu contexto; por outro lado o estabelecimento de uma visão crítica de Marcuse tenta compreender a forma de dominação ideológica dos mecanismos postos pela sociedade moderna em sua estruturação técnica. Para Weber a ação social, a religião, a economia e a burocracia são apresentadas como fenômenos compreensivos de uma sociologia historicista que tem como base a lógica da técnica e da instrumentalidade como categoria de análise, o *logos* da ação social é fundamentado pelo seu aspecto racional objetivo.

Com base nesse tipo de argumentação podemos perceber que o utilitarismo racional perpassa de forma objetiva a constituição da esfera pública estatal, em seus aspectos racionais burocráticos e administrativos, e a esfera do mundo privado, ambientes mediados pelo conhecimento técnico e racional orientador das condutas e ações dos indivíduos. Esse caráter de racionalidade que se desenvolve na sociedade ocidental contextualiza a relação entre “indivíduo” e “estrutura” dentro da chamada “jaula de ferro” da razão presente em todas as formas da vida social.

É contra essa instrumentalidade racional que a Razão Comunicativa, apresentada por Habermas (1984) tenta se estabelecer como teoria crítica das relações sociais fundadas no processo de uma racionalidade dialógica e procedimental no conjunto das relações sociais e políticas. Como ele afirma: *Eu vou argumentar que uma mudança de paradigma para a teoria da comunicação torna possível retornar ao empreendimento que foi interrompido com a crítica da razão instrumental; e isso nos permitirá assumir novamente as tarefas desde então negligenciadas de uma teoria crítica da sociedade (p.286).*

A perspectiva teórica de Habermas tem um caráter político discursivo, além de interdisciplinar, dada a complexidade argumentativa presente em suas análises explicativas. Nesse sentido, deve-se entender as dinâmicas subjacentes dos procedimentos políticos de afirmação e negociação dialógicos, na sua base de explicação. E isso é fundamental de ser afirmado, por que a realização de leituras sobre seus trabalhos nos deixa claro a sua rejeição à perspectiva teleológica, nas explicações filosóficas e sociológicas. Assim como também rejeita a idéia de uma teleologia imanente à história ou a qualquer forma de explicação sobre a ação social. Desse modo, em sua perspectiva a ação social tem uma dinâmica político-dialógica emancipatória a partir do contexto das interações sociais da esfera pública.

Essa feição emancipatória da razão político-discursiva presente na teoria Habermasiana, se contrapõe ao pessimismo teórico da geração anterior da escola de Frankfurt, representado pela perspectiva da razão negativa de Adorno e Horkheimer, assim como também se contrapõe ao ativismo de Marcuse.

Para Habermas (1989) a linguagem e, conseqüentemente, seu poder de comunicabilidade é a marca distintiva do ser social assim como é a possibilidade de seu

processo emancipatório. Os fundamentos das condições ideais de comunicabilidade e das práticas argumentativas são processados num modelo de razão manifesto através da interação num contexto processual dos atores e é a partir desse problema, proposto teoricamente, que ele operacionaliza os conceitos de “razão comunicativa” e “mundo-da-vida” (este último extraído das abordagens fenomenológicas de Husserl), elementos objetivos e relacionais de um processo de racionalidade que torna possível conhecer através de suas próprias manifestações interativas.

Sua abordagem tem um caráter interdisciplinar dada a necessidade de intercalar na sua explicação crítica aspectos diferenciados da realidade social e política para expor sua teoria da razão⁶. Sobre esse aspecto bases teóricas de várias áreas do campo das ciências humanas são incorporadas no seu trabalho como as explicações de Mead⁷, é possível ver outras como as de Piaget, a partir da utilização que ele faz da teoria sobre os modelos do processo de aprendizagem dos indivíduos (processos cognitivos) desenvolvida na área da psicologia; Kohlberg com as explicações do processo moral; Austin com suas explicações sobre os atos de fala; Wittgenstein e a filosofia lingüística, dentre outros teóricos que são utilizados como pano de fundo para sua teorização comunicativa, no sentido de demonstrar que suas explicações se inscrevem definitivamente no campo interdisciplinar das ciências humanas, no que toca fundamentalmente à teoria social.

⁶ A experiência interdisciplinar acadêmica de Habermas tem um aspecto marcante nos seus trabalhos. Habermas estudou filosofia, história, psicologia, economia e literatura alemã nas universidades Göttingen, Zurich e Bonn. Doutorou-se com o trabalho “O Absoluto na História” uma tese sobre Schelling. Trabalhou como assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (Escola de Frankfurt), dirigido então por Adorno e Horkheimer, onde desenvolveu pesquisas mais empíricas, como seu estudo sobre a conscientização política dos estudantes de Frankfurt, assim como sua tese de Livre-Docência, publicada posteriormente com o título “Mudança Estrutural da Esfera Pública”. Um trabalho de pesquisa que não foi aceito por Adorno assim como por Horkheimer, e que Habermas teve como orientador Wolfgang Abendroth então professor da Universidade de Marburgo. Inicia-se nesse momento a ruptura de Habermas com o Instituto de Frankfurt. Na verdade esse momento demonstra o ponto de ruptura de Habermas com a razão negativa representada pela perspectiva filosófica de Adorno e Horkheimer. Segundo Sérgio Paulo Rouanet (1987) a ruptura radical estabelecida por Habermas se fará mais tarde com a publicação de seus outros trabalhos, em especial “A teoria da Ação comunicativa” e “Discursos Filosóficos da Modernidade” em que Habermas afirmará de forma conclusiva o aspecto psicanalítico de assassinato simbólico do pai: “A partir desse momento a base de sua identidade passa pela ruptura com Adorno. Em nenhum outro tema essa ruptura é tão completa quanto no conceito de razão” (Rouanet, p.331). No período de sua saída do Instituto de Frankfurt Habermas se transfere para a Universidade de Heidelberg e só retorna para o instituto de Pesquisa Social em 1964 onde leciona filosofia até 1971, ano em que novamente se afasta de Frankfurt para assumir o cargo de Diretor do Instituto Max Planck. Dez anos depois volta novamente para o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt atuando novamente como professor de filosofia até sair mais uma vez para assumir atividades acadêmicas na Universidade de Bielefeld.

⁷ Segundo Mead, a transposição do estágio de interação por meio dos gestos ao estágio interativo mediado por símbolos foi fundamental para que o gênero humano de vida pudesse se estabelecer socialmente e com isso a linguagem se torna fundamental para o processo de hominização, a partir do qual é possível falar de processo de emancipação das formações sociais. Sobre essa discussão na teoria habermasiana ver: Habermas, *Teoria de la accion comunicativa; critica de la razón funcionalista*. Madrid, Tomo II. Taurus, 1987.

Argumentamos que esse foco de análise, assim como as categorias de investigação eleitas por Habermas demonstram duas questões relevantes no campo epistemológico: 1) a necessidade de romper com critérios essencialistas e unidisciplinares do conhecimento; 2) Romper radicalmente com a base do conhecimento instrumental, fundado pela estrutura de um tipo de racionalidade de meios e fins teleologicamente justificados, pois subjacente a sua teorização há uma base política procedimental, tanto na busca do conhecimento como na utilização do mesmo, uma política processada no contexto das relações comunicativas.

Habermas (1997) recupera sua noção teórico-conceitual de ação comunicativa e tenta relacioná-la a uma discussão contemporânea situada entre a facticidade e a validade das ações mediadas por interesses e pela reestruturação do sistema normativo da sociedade, e o faz tanto a partir de uma perspectiva política quanto jurídica, relacionando uma a outra. O que nos leva a entender a dinâmica da política como fenômeno eminentemente relevante no contexto da complexidade social contemporânea tal como nos referimos linhas acima. Mas, o que em linhas gerais podemos compreender como a idéia subjacente de ação comunicativa? Quais os elementos que, pelo menos em parte, constituem essa argumentação teórica? E como, em tese, essa ação potencializa politicamente as formações identitárias no contexto contemporâneo?

Habermas desenvolve com a teoria da ação comunicativa e com a teoria discursiva uma sociologia da ação político-dialógica em que o aspecto subjetivo da comunicatividade dos indivíduos, a ação política e o processo da racionalidade formam juntos elementos revitalizadores da esfera pública participativa na busca do amadurecimento sócio-político da sociedade.

Nesse sentido, Habermas fundamenta a reabilitação da esfera social, com base na idéia de orientações dialógicas das ações sociais, o que não pode ser feito de modo coercitivo ou meramente instrumental (onde os meios justificam os fins) mas por uma postura dialógica, compreensiva e democrática na órbita de um consenso comunicativo que, nesse sentido, deveria ser construído dentro das relações sociais em função das racionalidades das ações. Do ponto de vista filosófico ele tenta abranger as várias manifestações da razão dos indivíduos na relação com o mundo, tanto nas ações diretas do relacionamento do homem com a sociedade de uma forma geral, quanto nas

expressões simbólicas que intermediam a relação dos sujeitos com o mundo onde ele vive.

Na concepção habermasiana a ação racional é concebida a partir da conceituação relacional entre ação, crítica e fundamentação, ou seja, uma relação de três pressupostos que abrange de forma complementar um novo conceito de racionalidade em que a razão e a fundamentação são intermediadas pelo senso crítico necessário contra um instrumentalismo *a priori*.

A racionalidade comunicativa serve para uma ampliação que dê conta de outras formas de expressividade do agente político-comunicativo que vão além da formalidade normativa da ação e da instrumentalidade objetiva dos interesses. Essa idéia está relacionada ao que Habermas chama de conquista de conhecimento. Ele afirma que a racionalidade está mais próxima da forma como se adquire o conhecimento, ou seja, da forma perceptiva dos sujeitos na busca do saber, do que da posse do seu conhecimento, ou seja, um conhecimento interativo de cunho comunicativo.

Esse autor afirma que o conteúdo do universo racional do conhecimento existe em duas situações: primeiro na relação dos sujeitos que possuem um conhecimento falível; e segundo nas expressões simbólicas que dão forma ao conhecimento.

O modo de racionalidade expressada tem sua afirmação na relação sistêmica entre a semântica, o pressuposto de validade e as razões sobre as quais os sujeitos se baseiam para as afirmações de verdade na eficiência das ações. É dentro desse processo de relação dos sujeitos que, via instrumento cognitivo, as verdades relativizadas ou o pressuposto de validade se constrói, e com isso novas formas de racionalidades transcendem a um pressuposto de razão ou verdade únicas. Como afirma Habermas: *Uma expressão satisfaz a pré-condição de racionalidade, se e na medida em que corporifica conhecimento falível e, portanto, tem uma relação com o mundo objetivo (isto é, uma relação com os fatos) e está aberta ao julgamento objetivo.* (1984. p.09) Esta questão está centrada na pressuposição da comunicabilidade processual que é básica no seu conceito de racionalidade.

Esta definição mostra as intenções da comunicatividade que estão além do aspecto semântico e lingüístico das expressões que são executadas no mundo-da-vida e que são fundamentadas num pressuposto de validade. Com isso podemos perceber o teor

valorativo da ação comunicativa e sua funcionalidade dialógica, no plano da interatividade. Habermas expõe compactamente uma definição da racionalidade pela comunicatividade:

(...) podemos dizer que as ações reguladas normativamente, as auto-apresentações expressivas, e também as expressões valorativas suplementam os atos de fala constataativos na constituição de uma prática comunicativa que, contra um pano de fundo de um mundo-da-vida, é orientada para alcançar, sustentar e renovar o consenso - e, na verdade, um consenso que se baseia no reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validades criticáveis. A racionalidade inerente a esta prática é mostrada no fato de que um acordo alcançado comunicativamente deve ser baseado no final em razões. E a racionalidade daqueles que participam dessa prática comunicativa é determinada pelo fato de que, se necessário, podem, sob circunstâncias convenientes, fornecer razões para suas expressões.(1984, pp.17)

Uma vez que essa concepção de racionalidade, aqui discutida, ocorre mediante um processo de relacionamento dos sujeitos no mundo-da-vida, convém também definir de forma analítica o conceito de mundo-da-vida nessa teoria e com isso mostrar o chão social em nasce essa idéia, e sua relativa fundamentação no contexto da esfera pública.

O conceito de mundo-da-vida, na teoria de Habermas, é uma separação relativa dos três universos presentes na existência dos sujeitos: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo, como afirmamos no início. Todos esses mundos referem-se a totalizações diferentes que abarcam desde o processo de relação formal entre sujeito e instituições até as experiências cognitivas adquiridas pelo sujeito no cotidiano de suas relações sociais, ou seja, busca dar conta da dinâmica que envolve os processos sociais.

O mundo-da-vida é, em primeira instância, essa relação tri-partidária que resulta em um mundo objetivo, o qual representa-se pela totalização das entidades na sociedade, onde esse mundo goza de uma base ontológica que necessariamente os indivíduos defrontam em suas ações. Este mundo objetivo está exteriorizado aos indivíduos, e suas relações socialmente construídas situam-se dentro de um aspecto formal. Como afirmamos anteriormente, este mundo formalmente constituído representa a relação entre indivíduos e instituições, intermediada por ações lingüísticas e racionais.

Conceitualmente, este é o cenário ontológico do ser social. Mesmo que esse mundo legitime-se como ambiente ontológico que é intermediado pela ação da linguagem

(veículo de mediação), a própria linguagem não fundamenta elementos dos quais por si só se possa fazer uso, na interpretação do universo formal que é construído nessa relação.

Em segunda instância, temos o mundo social. Esta segunda divisão do universo do mundo da vida, totaliza o processo de relações sociais interpessoalizadas na vida dos sujeitos. O ambiente cotidiano é o local onde podemos definir a existência desse mundo, pois é nele onde os sujeitos vivem e se relacionam comunicativamente, constituindo novos valores e novas verdades determinadas a partir do processo social de construção da realidade.

Neste contexto, três pontos são fundamentais para a compreensão de Habermas: a realidade da vida cotidiana, a interação social na vida cotidiana e a linguagem e o conhecimento na vida cotidiana. Estes elementos estão compostos na análise de Berger e Luckmann (1990) em *“A Construção Social da Realidade”* que Habermas utiliza como contribuição para a Teoria da Ação Comunicativa.

Nesse sentido o que é socialmente verdadeiro é socialmente processado pelos sujeitos e legitimamente expressado de forma interpretativa por eles na cotidianidade, por isso, esse mundo-social é fundamentado pelo conteúdo das relações nas quais o pressuposto de verdade, a partir da interação dos indivíduos pelos atos comunicativos, é construído com a base legítima das ações, pela visão de mundo expressada na busca de uma razão dialógica.

Por fim, temos o mundo subjetivo, que encerra a conceituação e classificação do mundo-da-vida. Se os dois primeiros conceitos expostos acima estão situados no universo externo da vida dos indivíduos (e são articulados política e ontologicamente), o mundo subjetivo apresenta-se como universo interno dos sujeitos, onde nele se totalizam as experiências vivenciadas e transformadas em conhecimento subjetivo, que é reconhecidamente válido e necessário para exteriorizar a ação e a razão no aspecto comunicativo.

O que é importante nessa separação é fazer com que seja possível entender a explicação conceitual de cada uma dessas dimensões, porém é fundamental entender o processo de desenvolvimento dos três mundos, que acabamos de discutir, sob uma ótica integral processando-se num todo que é o mundo-da-vida.

Definido o aspecto estrutural da idéia de Habermas, é a partir de tal estrutura teórica que percebemos a importância dessa teoria como um possível paradigma, como afirma Sérgio Paulo Rouanet (1987), no campo da investigação sociológica, pois é com ela que os teóricos podem interpretar, com uma certa proximidade, o conteúdo do processo das relações sociais e das mudanças que são socialmente construídas na interação dos sujeitos dentro do processo de relação social.

A partir do esboço teórico da ação comunicativa, Habermas reintroduz nos seus trabalhos mais recentes um enfoque político discursivo. Sob esse aspecto a retomada da análise sobre a esfera pública e a sociedade civil ganha um enfoque político-procedimental. A argumentação comunicativa adquire força política no interior dos espaços públicos e nos processos de reconhecimento das diferenças.

É com base nessa ênfase que é possível falarmos contemporaneamente de uma “sociedade civil política” e, ao mesmo tempo, de uma “esfera pública política” sob a qual o sentido de democracia apresenta seu aspecto de mudança atual num contexto de interação procedimental e deliberativa fundamentada num processo discursivo (Habermas 1997, 1998a, 1998b), como crítica a um sistema de democracia fundado apenas na relação entre maioria e minoria como representação da vontade política, que desconsidera assim o caráter político das identidades na sociedade contemporânea.

Evidenciamos esse contexto de argumentação teórica para justificar a análise sobre o caráter político das formações identitárias, com seus respectivos interesses, e a referente necessidade de reestruturação da esfera pública no processo da sociedade global no sentido de mantermos a relevância dos processos comunicativos para o contexto das formações identitárias. Nesse sentido, o contexto conceitual do espaço público é referido a um plano de articulação e negociação de interesses simbólicos e formações identitárias de dinâmica no campo político, no que toca à produção de sentido da democracia.

1.4. A prerrogativa da formação política da identidade no espaço público multi-identitário.

As formações identitárias são atualmente um dos principais fenômenos presentes no tecido social. Isso representa, dentre várias outras coisas, a constituição da demanda por procedimentos políticos e reconhecimento das diferenças no cenário da esfera pública

multi-identitária. Dentro desse contexto, podemos afirmar que as diferenças são reconhecidas mediante uma ação política, ou seja, o que define a distinção entre as identidades é o reconhecer através da política sua distinção frente a outras identidades. Porém a questão não é tão simples em se tratando de identidades híbridas e tecidos sociais complexos, no que toca ao processo interativo que misturam formações identitárias na compatibilização de particularismos.

A interidentidade é um complicador a mais na definição política da identidade, em que vários elementos e condições potencializam a dinâmica política das identidades, demonstrando o seu processo hibridizador de diferenças dentro da própria conjuntura unitária da identidade. O fato de nos identificarmos com algo pode definir nossa pertença mas não significa uma homogeneidade inexorável, há elementos que potencializam a diferenciação dentro da própria formação identitária produzindo uma dinâmica operacional do sentido da identidade.

Para darmos um exemplo podemos argumentar que a condição de ser mulher não essencializa a questão “gênero” como categoria identitária de análise. A dinâmica da presença de outras variáveis adicionadas à condição ontológica “mulher”, como a condição de ser negra, de ser da classe média ou de não ter classe e estar abaixo da linha de miséria, ser “mãe de família” ou “mãe solteira”, religiosa, celibatária ou prostituta, etc., conduz à politização da construção dessa formação identitária. Não há uma essência à priori, ou seja, uma substância que constitua a natureza mulher pois a própria noção de gênero já identifica o caráter político dessa construção simbólico-discursiva no que toca ao reconhecimento das constituições das diferenças. Não há, ou não deve haver, uma fundamentalização, que não seja uma política da identidade pois esse é o único processo que pode tornar viável a interação social no âmbito da alteridade positiva, no espaço público das sociedades contemporâneas.

Mas antes de falarmos da interidentidade é necessário retomarmos a base de raciocínio da política para a definirmos como determinante daquela e, assim, desfundamentalizarmos a discussão sobre as formações identitárias.

A pertença é entendida como propriedade inerente à identidade, mas será que esta categoria analítica seria suficiente para determinar a formação identitária? É possível afirmar que ser de uma cultura ou comunidade específicas seria, em última instância,

suficiente para definir uma identidade? O aspecto involuntário de ter nascido numa dada comunidade ou cultura como único critério identitário não é ilegítimo, no que toca ao processo necessário da interação social num plano interidentitário? Ao mesmo tempo, o sentimento fundamentalista da identidade não esvaziaria politicamente seu sentido? Essas questões nos indicam a necessidade de reconhecermos a demanda política como processo de formação e reconhecimento da identidade.

Nesse sentido, a dinâmica política traduz o processo de conhecimento sobre a identidade a partir do reconhecimento do outro e do conhecimento de si a partir do outro, no conjunto da alteridade política. A diferença afirmada politicamente define as distinções através de um processo de reconhecimento do “eu” no “nós”, incorporando e respeitando o encaminhamento e os limites desse processo de relação identitária e de interpelação dialógica das identidades. A expressão que melhor traduz esse contexto é “alteridade”. Conhecer no outro o conhecimento de si e incorporar a legitimidade da diferença constitui um processo de legitimidade política das formações identitárias. Assim, a identidade é auto-referente, politicamente, no que toca ao seu reconhecimento, e inter-referente nas outras identidades, na dinâmica política da complexidade social da esfera pública multi-identitária.

Queremos afirmar com isso, que a constituição da esfera pública multi-identitária determinada pela inter-relação das formações identitárias constituídas pela alteridade, habilita as formações identitárias a interagirem politicamente com um grau de tensão mínimo, o que faz da esfera pública multi-identitária um espaço de resistência politicamente processual e de negociações propositivas.

Abrindo um pequeno parêntese sobre o Brasil, diríamos que essa configuração explicativa sobre os processos de interação e entendimento identitários é estruturada em termos políticos dado o fato de que a cultura da interação das diferenças possibilita uma maior articulação identitária. Nesse sentido, podemos argumentar, em doses sutis, que esta sociedade não tendo uma configuração radical e antagonista que demarque diferenças bipolares ou fundamentalistas entre as formações identitárias, contribui para uma cultura do reconhecimento das diferenças dentro de um modelo híbrido de relações sociais. E dentro desse contexto, a concepção de ação afirmativa das identidades não tem um aspecto extremista ou fundamentalista (seja de qualquer natureza), mas político. As

afirmações das identidades sociais no Brasil são políticas dentro de um contexto híbrido e multicultural, o que, do ponto de vista de uma percepção política das diferenças, foi um dos vários fatores que justificaram a realização dos Fóruns Sociais Mundiais no Brasil, e devemos isso em grande medida à cultura da participação política inaugurada com as mobilizações populares presentes na história dessa sociedade, em especial às formas de mobilizações dos movimentos sociais da década de setenta realizadas na esfera pública brasileira.

Mesmo quando se argumenta que o Brasil possui uma cultura da condescendência e da permissividade das formações identitárias, há que se considerar que a predisposição de reconhecimento da “política” como forma de reconhecimento de si e do outro está mais e mais fazendo parte de uma cultura política afirmativa, pertinente ao contexto híbrido de sua configuração política. Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre o aspecto cultural e dos costumes no contexto do *habitus* da sociedade brasileira que se objetiva em relação ao caráter político da sociedade, o que faz do Brasil um laboratório de relações pós-modernas na visão de Maffesoli (2002).

Podemos até admitir que o caráter político desse contexto híbrido seja fraco, em se tratando de uma base procedimental de negociação e compatibilidade das diferenças, mas não é possível deixar de admitir que ele é político, se estivermos tratando de uma cultura de articulação identitária de associações de moradores de bairro, do movimento negro, movimento dos homossexuais, movimento feminista, das mobilizações étnicas, religiosas, etc, considerando as devidas proporções de diferenças entre estes. Se discutirmos esta questão com base nos excluídos no processo global deve-se admitir que a forma de articulação destas identidades tem um caráter de originalidade política como forma de resistência contra o *establishment* moralista da classe média burguesa da sociedade contemporânea, sobretudo quando temos um processo híbrido de construção das identidades como apresenta Cancline (1998).

Concordamos que esse nível político de reconhecimento e ação de resistência transcende as várias identidades e se posiciona num contexto interidentitário na nossa esfera pública. O caráter sincrético de nossa formação sócio-cultural permite o intercâmbio de identidades e, conseqüentemente, a complexidade peculiar das nossas relações interculturais, interétnicas, etc. A formação do imaginário da brasilidade no

espaço público e político é cada vez mais afirmativa e isso se demonstra na medida em que as formas de reconhecimento adquirem o caráter de alteridade dentro do processo de sua civilidade. A brasilidade identitária tem um aspecto plural pela forma como historicamente a sociedade se desenvolveu frente a toda adversidade de formação, tão discutida e interpretada pelos teóricos sociais brasileiros no campo das ciências humanas⁸.

Admitimos com isso que o processo de racionalidade sincrética de nossa formação advoga uma autenticidade justamente pela originalidade diferenciada frente a outras culturas. Nossa racionalidade antropofágica, já nasceu pós-moderna e ganha uma dinâmica político-dialógica cada vez mais forte. Diferentemente de outras sociedades, entramos no mundo das relações da modernidade depois que vários países do hemisfério norte estavam presentes nesse mundo. Enquanto as sociedades modernas ocidentais definiam-se como nações dentro de um contexto estrutural institucional em termos normativos, a construção da idéia de nação da sociedade brasileira faz parte de uma construção narrativa e ao mesmo tempo política fora de uma dimensão burocrática da mentalidade liberal republicana⁹.

A narrativa pluri-cultural e pluri-étnica da brasilidade possibilita a recriação, a todo instante, de significados simbólicos no contexto de seu espaço público multi-identitário dado seu caráter sincrético e híbrido. Ao mesmo tempo, essa esfera pública é caracterizada por uma mistura discursiva entre o tradicional e o moderno, e em alguns contextos sócio-culturais, também pós-modernos. Isso é fruto das temporalidades e espacialidades que se misturam sincréticamente no processo das formações sociais e históricas desta sociedade visível no seu espaço público.

Segundo Calderón apud Piesterer (1994) isso é um caráter não só brasileiro mas latino-americano, pelo fato de que seu formato híbrido, do ponto de vista sócio-cultural, possibilita a mistura de temporalidades e espacialidades diferentes num imaginário híbrido. Como ele afirma, *Another dimension of hybridity concerns the experience of*

⁸ Sobre isso ver, SOUZA, Jessé *A Modernidade Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, UNB, 2000; SOUZA, Jessé “Gilberto Freire e a singularidade cultural brasileira”, in SOUZA, Jessé. (org) *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília. UNB, 2001.

⁹ Saliba (2002) argumenta que a idéia de nação presente na sociedade brasileira foi em princípio constituída num sentimento de pertença social representada pelo humor. A representação humorística dos brasileiros sobre sua condição social, cultural e política definiu a essência de nação que os indivíduos legitimavam independente da constituição do próprio estado brasileiro. Ver sobre isso: “Humor e narrativa nacional”, (p. 29). Saliba, Elias T. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo, Cia da Letras. 2002.

time, as in the notion of mixed times (tiempos mixtos) common in Latin America, where it refers to the coexistence and interspersion of premodernity, modernity and post-modernity (Piesteser, 1994, p. 167)

Para Maffesoli, o Brasil é um dos países mais pós-modernos que existem no mundo. Em entrevista à revista Caros Amigos, ele afirmou que:

A pós-modernidade é a sinergia entre o arcaísmo e desenvolvimento tecnológico. E isso vemos claramente no Brasil e não na Europa. Uma razão importante para o Brasil ser considerado um laboratório da pós-modernidade é que, através de sua geração jovem, o país dita novas formas de pensamento e comportamento do que são os valores pós-modernos. (...) O que eu identifico de pós-modernidade nessa civilização que está nascendo é o retorno dos valores do passado, mas que não são ultrapassados. Eu acredito no retorno disso e no meu livro L'Ombre de Dionysos (A Sombra de Dionísio), tento expor todas essas referências hedonistas, como o retorno do valor do corpo, por exemplo. É interessante perceber como no Rio de Janeiro, o culto ao corpo torna-se uma realidade social. Não é algo secundário nem tão pouco frívolo, mas uma questão ética. Costumo denominar isso de "ética da estética". Um vínculo que se faz do corpo e do prazer. Além do Brasil, o Japão é outro país onde percebo transformações. Nos dois países há uma crença nos valores religiosos tradicionais e um incrível desenvolvimento tecnológico, no campo da Internet. (2002, p.20)".

Discorrendo sobre como esse caráter pós-moderno se apresenta em termos de formas de relações sociais grupais, Maffesoli afirma que esse processo se dá em termos de relação tribal, sobretudo nos espaços de sociabilidade urbanos. Dentro desse contexto, o retorno ao caráter do tribalismo e do nomadismo é um aspecto de configuração da pós-modernidade e, nesse sentido, o Brasil tem uma forma muito peculiar de representação em termos de significação identitária no seu espaço público. Respondendo em relação ao significado da tribalização Maffesoli afirma que:

(...) quis mostrar que além de uma vida social burocratizada, racionalizada, presente nas grandes instituições, houve um retorno dos microgrupos através de várias manifestações: o gosto musical, o esportivo e das opções sexuais da sociedade. De maneira transversal a gente vê retornar a idéia de tribos. Em relação ao Brasil, dentro da selva de pedra onde estão as grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, era necessário criar pequenas tribos para poder encontrar forma de humanidade para sobreviver. Eu vejo que o termo tribo é retomado de forma ampla. O nomadismo seria uma outra pista para entender o mundo de hoje. Eu tento mostrar que (...) o nomadismo não se determina somente pela necessidade econômica ou de simples funcionalidade. Quem o move é o desejo da evasão, que incita a mudança de lugar, de hábito e

de parceiros. A metáfora do nomadismo pode nos levar a uma visão mais realista das coisas. (2002. p. 20-21)

Se pensarmos essas temáticas apresentadas por Maffesoli, no contexto da esfera pública multi-identitária da sociedade contemporânea, não só a brasileira, veremos que a introdução da política nesse contexto tende a adquirir um aspecto inteiramente novo, uma estética diferenciada em relação aos valores tradicionais institucionais. No caso brasileiro todo este conjunto é sem dúvida, verdadeiro na medida em que na singularidade cultural das formações identitárias grupais e intergrupais, estas são peculiares a partir de seu contexto híbrido e se apresentam de forma polissêmica nos espaços públicos.

Os vários sentidos presentes nas formações identitárias se constituem a partir da cultura da alteridade. Os Fóruns Sociais Mundiais representam esse caráter uma vez que as várias formações identitárias se compatibilizaram, politicamente, de forma dialógica no processo de reconhecimento das diferenças entre si, tanto em termos locais, dos grupos identitários brasileiros, como em termos dos interesses identitários dos grupos internacionais que participaram politicamente no espaço público dos FSMs. Se pensarmos em termos da realização dos Fóruns Sociais Mundiais, talvez possamos entender todas aquelas características identitárias definidas por Castells (1999) e, ao mesmo tempo, entender o sentido multi-identitário do próprio Fórum como esfera pública política de afirmação da diversidade identitária dos que propõem um tipo de globalismo contra hegemônico.

Em termos de uma compreensão política e social, vemos presente nos FSMs, ao mesmo tempo, narrativas nacionais, locais e grupais compondo sentidos diferenciados de identidades, na busca comunicativa de reconhecimento político afirmativo numa mesma esfera pública. A relação global-local dos FSMs como esfera pública multiidentitária é processada a partir de uma interpelação política de interesses simbólicos num cenário de complexidade. Dentro desse contexto, os conceitos identitários desenvolvidos por Castells, apresentados em páginas anteriores, demonstram as referências simbólicas dessa esfera pública. A identidade de legitimação, de resistência e de projeto numa esfera pública multi-identitária constitui-se a partir de bases políticas, o que faz com sejam eliminados os fundamentalismos antipolíticos e, conseqüentemente, antidemocráticos.

No que diz respeito ao caráter de formação da esfera pública multi-identitária, diríamos que a singularidade híbrida presente na sociedade brasileira contribuiu para o amadurecimento da cultura política no contexto de discussão da esfera pública contemporânea. Com isso podemos perceber que a condição pós-moderna da política presente nas várias formas de mobilizações políticas da sociedade global tem demonstrado um caráter híbrido e sincrético em termos das formas de construção dos interesses identitários e de ações comunicativas no processo de formação da esfera pública global, contribuindo inclusive para uma noção de sociedade civil globalizada.

A esfera pública multi-identitária não se constitui a priori como um espaço sincrético e híbrido, mas político interativo, e nesse sentido é uma esfera de construção e reconhecimento das diferenças que só é possível através da cosmologia das identidades. Nesse sentido, trataremos no próximo capítulo do caráter de definição epistemológica das formações identitárias, a partir do que chamaremos de cosmologia pronominal da identidade, para justificarmos a relevância da discussão sobre a esfera pública multi-identitária local-global no que tange à produção de sentido simbólico dos valores identitários sobre a democracia.

Capítulo II

A Gramática Identitária e os Pronomes do Conflito

É preciso restabelecer a crença na igualdade entre os seres humanos a partir do reconhecimento e da aceitação das diferenças entre eles.

Wanda Engel

(...) temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza

Boaventura de Souza Santos

2.1. Identidade como cosmologia pronominal da política: linguagem e diversidade na cultura democrática.

Para estruturarmos uma discussão sobre o processo de análise das formações identitárias, partiremos de duas vertentes conceituais que nos possibilitarão compreender a função interativa da diversidade identitária, uma fundamentada em Larry Grossberg e a outra em Nobeit Elias. A base de discussão conceitual feita por Grossberg, a partir da influência dos estudos culturais, nos leva a entender a identidade de um sujeito pós-humanista situado numa fronteira de diversidade identitária; no caso da teorização identitária dos processos sociais desenvolvida por Elias, que tomo a liberdade de chamar de “cosmologia pronominal da identidade”, esta nos leva a uma representação situada da relação entre o “eu” e o “nós” na sua sociologia das formações sociais.

Tomamos o cuidado de destacar logo de início as diferenças quanto ao lugar argumentativo desses dois autores, separando as duas visões mesmo que queiramos destacar a proximidade existente entre estes, que é o reconhecimento do “outro” e sua incorporação na formação da identidade social e política.

A noção de identidade, fundada no processo de reconhecimento, denota a diversidade presente na identidade ao mesmo tempo em que esta demonstra o contexto das fronteiras também nela presente. A relação entre diversidade e fronteira é fundamentada a partir das relações das diferenças, na qual a presença do outro se encontra no cruzamento dos limites da linha fronteira do “eu”, no sentido de nos vermos presente no “outro”, e do “outro” em “nós”, através de influências voluntárias ou

involuntárias dessas interações simbólicas. Nesse sentido, o “eu” é em si um espaço de multiplicidade identitária, assim como a relação desse “eu” com os “outros” no tecido social de que fazemos parte.

A partir desse contexto de reflexão, a questão das particularidades essenciais não pode ser traduzida em fundamentalizações identitárias pelo fato de que o processo de relações das diferenças do “eu” e dos “outros” remodela a compreensão que fazemos de nossas particularidades para mantê-las como nossas características próprias. Inclusive nossas fundamentações simbólicas são objetos de negociação de “nós” conosco na medida em que precisamos nos relacionar com os outros no sentido de reivindicarmos o reconhecimento do “eu” e do “nós” como mecanismo de afirmação identitária. O nosso “eu” é, assim, um espaço de luta, conflito e negociação dialógica porque na interação social, da qual fazemos parte, temos, queiramos ou não, o outro presente em nós.

Esta noção de formação identitária tem fundamento na argumentação conceitual referente ao “sujeito pós-humanista” definido por Grossberg citado em McLaren e Giroux (2000, p. 43) que afirma:

Este sujeito “pós-humanista” não existe com uma identidade unificada (mesmo se entendido como uma estrutura hierárquica articulada de seus vários posicionamentos de sujeito) que, de alguma forma, manifeste-se em todas as práticas. Ao contrário, é um sujeito referido constantemente, remodelado como um conjunto de relações em movimento em um contexto fluido. O próprio sujeito tornou-se um espaço de luta, um espaço de articulação contínua com sua própria história, suas determinações e seus efeitos.

A identidade do “eu-nós” e do “outro” forma um processo híbrido, interativo e dinâmico, sob a ótica social, cultural e política, relacionada ao posicionamento dos sujeitos no mundo e à composição de suas visões dialógicas no mesmo, no reconhecimento de si e do outro. É esse aspecto que convencionou o processo fluido da identidade nas lutas do reconhecimento e na leitura da realidade.

Com relação a essa discussão, Elias (1980, 1994b) afirma que há um reconhecimento de “todos” no “nós” e de “nós” no todo, na relação social “eu”, “tu”, “ele”, “nós”, “vós”, “eles”, numa espécie de cosmologia pronominal da identidade. Para ele o conceito de indivíduo é fundado na interdependência entre pessoas o que faz com

que o conceito de sociedade seja fomentado nos indivíduos, como é representado em uma de suas principais obras: “*A Sociedade dos Indivíduos*” (1994b).

O indivíduo é em si social e não unitário/atomístico, mesmo que o pensemos em sua singularidade. E ao afirmarmos o “eu” já estamos afirmando os outros, e isso é um dos fatores que representa a função do conceito de sóciogênese, como processo de formações sociais e culturais no seu trabalho. A fronteira identitária pronominal de Elias sugere que *a discussão sobre o significado da série de pronomes pessoais, conduz-nos imediatamente a uma transição fácil da imagem do homem como Homo clausus à de Homines aperti*. (1980, p.136) .

Como ele afirma em sua configuração identitária pronominal:

O conceito de “eu” – o pronome da primeira pessoa – é sintomático da natureza de todo o conjunto, indicando a posição tomada pelas pessoas que comunicam nas suas relações umas com as outras. Serve de meio de orientação num grupo, quer os seus membros estejam ou não realmente presentes, quer as pessoas se refiram a si próprias em voz alta como “eu”, quando estão na presença dos outros, quer usem o conceito silenciosamente quando pensam em si mesmas. De qualquer modo, tem que incluir a idéia de outras pessoas que ocupam outras posições na trama de relações a que o conjunto de pronomes pessoais se refere. Não pode haver um “eu” sem que haja um “tu”, “ele”, “nós”, “vós”, “eles”. É perfeitamente ilusória a utilização dos conceitos de eu ou ego, independentemente da sua posição dentro da trama de relações a que se referem os restantes pronomes. Os pronomes pessoais são no seu conjunto uma expressão elementar do facto de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social. (1980, p.135)

Com base numa lógica de raciocínio próxima, Karl Racevskis defende a idéia de que a construção da identidade é parte da incorporação do outro nesta. Este autor ajuda-nos, reflexivamente, a reforçar nossas argumentações conceituais sobre as formações identitárias nos informando que *se por um lado, a identidade é constituída por uma experiência pessoal e por uma história individual, ela é, também, inevitavelmente um produto da condição de ‘outro’ de determinantes culturais, sociais e lingüísticos*. (Racevskis apud McLaren 2000b, p.218), ou seja, a condição do reconhecimento de algo e alguém fora de sua identidade impede que se fundamentalize a identidade a partir do argumento da essência identitária. O fundamentalismo impede as formas positivas de

reconhecimento político das diferenças e inviabiliza a vida social, se acreditamos que a sociedade depende das diferenças para manter-se dinâmica.

Voltando a Elias vemos que para aquele autor o contexto de explicação pronominal tem uma função relevante no seu pensamento teórico no sentido de entender as relações sociais como uma trama, uma rede interativa de “eu(s)” e “nós” que corresponde a uma sociedade composta por indivíduos fundados numa configuração simbólica e funcional das pessoas nos processos sociais e culturais.

A relação de equilíbrio no “balanço nós-eu”, presente em *“A Sociedade dos Indivíduos”* é entendida pela ênfase dada à configuração social dessa interação, Elias (1994b) nos informa que a função do termo “indivíduo” se fundamentou na intenção de expressar a idéia de que os seres humanos seriam entendidos como entidades autônomas. Nesse sentido, o “eu” sempre foi visto equivocadamente com autonomia e independência em relação ao “nós” e aos outros. Sendo assim para Elias tem-se a “identidade-eu” e a “identidade-nós” como fundações dos processos sociais, uma suplementando a outra, dependendo do enfoque escolhido para a análise do ponto de vista sociológico ou da compreensão que os próprios indivíduos fazem de si em relação aos outros. O que pode levar a um equívoco de individualização do “eu” a partir de sua suposta autonomia.

O equívoco é apresentado na forma da argumentação seguinte:

“É característico da estrutura das sociedades mais desenvolvidas de nossa época que as diferenças entre as pessoas, sua identidade-eu, sejam mais altamente valorizadas do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade nós. A primeira suplanta a segunda. (...). A maneira acrítica como o termo “indivíduo” é usado na conversação nas sociedades mais desenvolvidas para expressar a primazia da identidade-eu pode levar-nos a presumir, equivocadamente, que essa ênfase seja a mesma nas sociedades em todos os estágios de desenvolvimento e que tenham existido conceitos equivalentes em todas as épocas e línguas” (Elias, 1994b, p.130).

O que não é verdade, pois em vários estágios sociais a configuração da “identidade-nós” foi coletivamente valorizada como única forma de visibilidade da vida social suplantando a “identidade-eu”, não querendo com isso levar nossa análise ao outro lado do extremo onde se situa apenas os enfoques da coletividade e das estruturas sociais sobre os indivíduos. O “eu” e o “nós” estão presentes numa mesma relação dialética

pronominalmente posta e configurada segundo a argumentação da sociologia dos processos sociais de Elias, por isso privilegiamos a perspectiva da relação “nós-eu”.

Gostaríamos de dar continuidade a essas argumentações pronominais recorrendo mais uma vez à abordagem de Elias que nos mostra o caráter das ciências sociais nesse contexto de processo identitário:

A sociologia deve entender tanto a perspectiva da primeira como da terceira pessoas. Do mesmo modo, o modelo de pronome mostra que nunca podemos considerar as pessoas como seres singulares e isolados; temos sempre que as encarar inseridas em configurações. Um dos aspectos mais elementares e universais de todas as configurações humanas é o de que cada ser é interdependente (...). A concepção que cada um de nós tem destas configurações é uma condição básica para a concepção que cada um tem de si próprio, como pessoa isolada. O sentido que cada um tem de sua identidade está estreitamente relacionado com as “relações de nós” e de “eles” no nosso próprio grupo e com a nossa posição dentro dessas unidades que designamos por “nós” e “eles”. (Elias, 1980, p.139)

Essas argumentações conceituais e teóricas feitas nas linhas acima nos auxiliam a compor uma base de reflexão sobre as formações identitárias que estarão presentes ao longo deste trabalho. Por enquanto devemos voltar às questões da política e da diversidade, como elementos das interações dialógicas das diferenças e da utilização da política como instrumento de linguagem na configuração da democracia contemporânea.

Em termos de análise da relação pública podemos afirmar que os princípios da identidade e do reconhecimento são questões que evidenciam a formação dos interesses e das interações de alteridades no contexto do espaço público, que funciona como ambiente político de compartilhamento do reconhecimento dos “outros” no “eu” e do “eu” nos “outros”, uma relação dialética identitária cuja síntese é a diversidade e não a unidade. O que, nesse sentido, torna os processos políticos de reconhecimento instrumentos de negociação dialógica no contexto de afirmação dos sentidos e dos interesses identitários na cultura democrática.

Sobre a negociação de sentidos, podemos entendê-la como sendo um processo de busca de compatibilidade e entendimento social, lingüístico e cultural. Umberto Eco no livro “*Entrevista Sobre o Fim dos Tempos*” (2001) reforça este argumento referindo-se ao contexto de negociação lingüística praticada por todos os indivíduos nos processos das falas e nas interações culturais. Segundo ele, estamos negociando o tempo todo,

muitas vezes mesmo sem saber, através da linguagem e do pensamento. Ao afirmamos que *algo* existe e que esse *algo* é isso ou aquilo, por mais simples que esse *algo* seja e por mais consensualidade que exista sobre ele, negociamos o sentido de compreensão e legitimação sobre esse *algo*. Isso é um processo dialógico da linguagem no contexto das práticas de entendimento.

A linguagem é o principal instrumento de articulação social e política das intenções e dos interesses negociáveis no processo das diferenças, assim como é também o instrumento de visibilidade cultural do poder das formações identitárias e formações político-discursivas no tecido social.

O excesso de linguagem chama-nos atenção para as formas pelas quais o discurso está integralmente ligado, não apenas à proliferação de significados, mas também à produção de identidades sociais e individuais, ao longo dos tempos e em condições de desigualdade. Como questão política que a língua opera como um espaço de luta entre diferentes grupos, os quais, por várias razões, políam suas fronteiras, significados e ordenamentos. A linguagem fornece as autodefinições a partir das quais as pessoas agem, negociam as várias posições do sujeito e assumem um processo de nomear e renomear as relações entre elas próprias, os outros e o mundo (McLaren e Giroux, 2000, p. 25)

A linguagem é um empreendimento político de visibilidade das identidades no mundo, assim como o meio através do qual o universo simbólico se manifesta como real e a realidade se manifesta como objeto simbólico nomeado, pois a realidade à qual os símbolos estão referidos é também simbólica na medida em que é produzida por elementos nomeados socialmente e compartilhados dentro das culturas. Nesse sentido, a linguagem, a política e as identidades são próprias de um mesmo contexto social compartilhado, sendo assim elementos dialogicamente constituídos, que se complementam na produção de sentido e na construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1973). E com isso, a linguagem é um meio simbólico que, segundo McLaren e Giroux refrata, molda e transforma o mundo,

A linguagem é o meio básico através do qual as identidades sociais são construídas, os agentes sociais são formados, as hegemonias culturais asseguradas, designando e agindo sobre a prática social (Fraser apud McLaren e Giroux). A linguagem não é conduto levado a uma ordem imutável de coerência e estabilidade, mas geradora de realidade, a qual ela evoca para qual ela fala. (...) ela evoca uma variedade de interpretações e leituras. Nessa

visão o conhecimento é uma construção social o que significa que o mundo que habitamos é construído simbolicamente por meio da interação social. (Mclaren e Giroux, 2000, p.30)

Interação social e negociação dialógica são mecanismos do processo lingüístico de formação social das identidades no contexto de visão e leitura da realidade a partir do lugar social que ocupamos no mundo. Como afirma Bakhtin (1981) a linguagem que utilizamos na nossa leitura do mundo determina, em grande medida, a forma como pensamos e agimos no mundo e sobre ele. E essa visão justifica o aspecto político presente como dialogismo na construção ética e discursiva da linguagem.

O conceito de linguagem presente na abordagem bakhtiniana está comprometido com uma forma de construção e instauração do sentido que se reflete na abordagem lingüístico discursiva. *A busca da compreensão das formas de produção do sentido e da significação, as diferentes maneiras de surpreender o funcionamento discursivo impeliram Bakhtin na direção de uma estética da linguagem (...) no propósito também de examinar a sistematicidade do discurso cotidiano, contribuindo, portanto para uma nova perspectiva a respeito da linguagem humana e de seus estudos.* (Brait, 1999, p. 71). O dialogismo lingüístico apresentado por Bakhtin vai além de um aspecto lingüístico literário o que faz com que a linguagem seja trazida, em sua estética dialógica, para o campo político.

A linguagem é assim política no seu sentido processual porque seu uso sócio-cultural faz incorporar as criações simbólicas de sentidos inscritos nos sujeitos e como os sujeitos inscrevem novos sentidos no contexto de recriação e negociação da realidade vivida. *Produzimos a linguagem e somos produzidos por ela. (...) A identidade reside, em parte, dentro das dimensões retóricas da linguagem, isto é, dentro dos processos políticos e lingüísticos pelos quais ela é convocada a existir* (Brown apud McLaren e Giroux, 2000, p. 32).

Segundo a perspectiva dialógica bakhtiniana a relação entre interação e identidade se fundamenta no fato de, primeiro, ocuparmos lugares sociais diferenciados através do qual temos ou formamos a estrutura de nossa visão de mundo. Nesse sentido vemos o que outros não podem ver assim como os outros vêem o que não podemos ver. E, segundo, dependermos da alteridade como processo de afirmação da nossa própria

identidade. Temos com isso a explicação de que a identidade depende da alteridade, ou seja, do reconhecimento do outro, o que faz com que a questão identitária do lugar social ocupado e o de reconhecimento do outro formem, assim, uma relação complementar da identidade dialógica (Bakhtin, 1981).

Robert Stam (1992) complementa essa afirmação justificando que a questão dos valores do outro é um fato de grande relevância da teoria do dialogismo bakhtiniana. Ele afirma o processo de diálogo, de autocompreensão através da alteridade, presente no reconhecimento dos valores do outro é justificado na obra de Bakhtin pela explicação que este dá à noção de “eu”. O “eu” bakhtiniano é um “eu” que se constrói em colaboração com os outros, mas a influência marxista de Bakhtin não permite que ele desconsidere o fato de que essa colaboração pode ser impedida pelas forças sociais, ou seja, vemos as determinações das relações materiais presentes, de forma menos ortodoxa, na construção da linguagem e do sujeito.

A relação dialógica faz parte dessa construção identitária do “eu” em Bakhtin, mas esse “eu”, diferentemente da visão de Elias que vimos nas linhas iniciais deste tópico, é um “eu” autor articulador da dialética dialógica, e é dentro desse processo dialético que esse “eu” constrói sua identidade. Robert Stam (1992) afirma que,

Bakhtin afasta-se do marxismo clássico ao dar menos ênfase às determinações econômicas, em favor de uma visão mais comunitária da dialética social, no interior da qual os “eus” são “autores” uns dos outros. A opção de Bakhtin pela palavra “autor” não é casual, pois para ele a atividade do diálogo e da criação do personagem no interior da literatura é modelar para o diálogo e a criação em todos os domínios da vida. O “autor” como o “eu” concebido por Bakhtin, não é uma entidade estática, mas, antes, uma energia disponível que existe em interação com outros eus e personagens. (p.18)

Do mesmo modo a linguagem para Bakhtin é um processo contínuo que se transforma a todo o momento. Como ele afirma, a língua que falamos é viva e dinâmica e está sempre se transformando no seu uso cotidiano. Esse processo de mudança presente na linguagem faz com que haja um entendimento sobre a ação dos indivíduos em relação à linguagem. Para ele os indivíduos não recebem uma língua pronta e acabada, ao contrário esse sujeito “autor” ingressa num processo móvel de comunicação verbal e a

partir disso age sobre o mundo na relação com os outros, uma relação de identidade dialógica. (Bakhtin, 1981).

Não queremos cair num reducionismo simplificado a partir dos autores elencados que usam a linguagem como forma de instrumento político do entendimento, mas com base na abordagem lingüístico-dialógica, de certa maneira, podemos supor que a relação entre *política* e a *identidade* são construtos de negociações discursivas nas formas como Umberto Eco, Peter McLaren e Henry Giroux, Elias e Bakhtin remetem nas linhas acima. O foco de negociação se aplica de forma efetiva, na medida em que a política e a identidade lidam com diferenças, conflitos, negociações e práticas de interpelação e entendimento pelo uso da linguagem.

Lidar com diferenças é fundamentalmente compartilhar pluralidades de caráter legítimo numa sociedade democrática. Nesse sentido, a negociação é a estrutura básica da vida social democrática, sobretudo a contemporânea. A compatibilidade da diversidade no processo das diferenças é o pressuposto fundamental da política no funcionamento da interação social e a alteridade, por sua vez, é a base de estruturação desse pressuposto.

Enfocando essas questões do ponto de vista político-operacional, argumentamos que o processo da democracia das pluralidades deve permitir a regra da diferença como patamar normativo e legítimo, desde que tais diferenças não sejam traduzidas em disparidades e iniquidades quanto à superação e satisfação das necessidades dos sujeitos dentro da sociedade. E dentro desse contexto, a democracia tem sua sustentação na capacidade de reproduzir e autogerar comportamentos democráticos dos atores sociais e dos governos, mesmo que reconheçamos os seus limites internos quanto ao controle dos radicalismos identitários e suas formas de reconhecimento negativo das diferenças, que leva à prática do preconceito e do racismo em culturas democráticas. Vejamos então o sentido da alteridade como valor inalienável da democracia.

2.2. O pressuposto da alteridade identitária na produção de sentido da democracia.

Conforme Gerschman (1997), a prática democrática real se torna viável na medida em que três fatores ocorrem: 1) a existência de comportamentos político-

democráticos que sejam implementados pelos atores políticos identitários no processo de aceitação das diferenças como valor ético; 2) a possibilidade de negociação dialógica entre esses atores identitários em torno das questões da diversidade de interesses políticos presentes nos contextos sociais: esta impõe a sobreposição prioritária do coletivo em relação aos interesses individuais; e 3) a promoção da democracia como um instrumento político que possibilite bases mínimas de relações políticas em termos de entendimento. Ele afirma que:

a reprodução da democracia é indissoluvelmente relacionada à concepção de sujeitos democráticos; a referência a 'sujeitos' remete a uma concepção societária embutida na noção de democracia. Nessa, o reconhecimento de si mesmo e do outro, se expressa na existência de direitos a serem usufruídos pelo conjunto dos cidadãos. Em sociedades extremamente desiguais, entretanto, a constituição de si mesmo é privilégio que cabe apenas àqueles que consigam alcançar a satisfação plena das necessidades, enquanto o outro se constitui, cada vez mais, de crescentes contingentes de pessoas desprovidas do direito de subsistência e, por fim, de formar parte da sociedade. Assim podemos afirmar que a exclusão social é incompatível com a democracia. (1997, p.54)

A questão da diferença tem sido discutida nos fóruns públicos e nos contextos dos sistemas políticos de vários países, sobretudo nas administrações de poderes executivos municipais de uma maneira geral. Nesse sentido, tanto os intelectuais, no campo da teoria social, como os próprios atores nos contextos das interações na sociedade, têm proposto formas de reconhecimento político dessas diferenças em relação aos poderes públicos no que diz respeito às elaborações de políticas públicas mais condizentes com a realidade das demandas identitárias.

Esse contexto de configuração da política, formado através da noção de reconhecimento, tem sido discutido em vários países desde a década de setenta através de redes de articulações de interesses dos direitos civis e das mobilizações sociais. Não queremos porém afirmar com isso que desde então as diferenças são respeitadas e legitimadas nas formações identitárias através desse reconhecimento.

É fato que a bandeira do reconhecimento das diferenças, nestes últimos anos, tem um forte tom discursivo da política de esquerda e centro esquerda, pelo menos de uma esquerda que vem se autointitulando progressista (no final do século XX) e que

reconhece não só o fato do direito à diferença mas fundamentalmente o dever de implementar politicamente o discurso positivo da diferença.

Tomamos aqui a liberdade de utilizar a expressão “discurso positivo”, pelo fato de que este apelo político em favor das diferenças tem um caráter inclusivo e de superação de desigualdades na sociedade contemporânea, por exemplo num sentido de políticas públicas que visem o fundamento da emancipação social e as estruturações de novas formas de regulamentação das regras de vivência na sociedade globalizada e os efeitos dessa globalização nas sociedades locais.

É necessário afirmar essas questões pelo fato do tema da diferença ter sido historicamente constituído por processos de estratificações sociais, exclusões, separatismos, guerras e práticas xenofóbicas estabelecidos em várias sociedades a partir de formas de não reconhecimento conservadoras que lidaram da pior maneira possível com a pluralidade na história.

Flávio Pierucci (2000) apresenta essa questão de forma enfática quando afirma que:

“a nova esquerda” dos novos movimentos sociais, dos movimentos das minorias sobretudo, passou a investir no léxico da diferença e a tematizar o “direito à diferença”. Com base na convicção da “legitimidade das diferenças”, mas até do “valor da diferença”, passou-se a propor como novos imperativos categóricos para a esquerda o “respeito às diferenças”, o “convívio com as diferenças”, a “defesa das identidades coletivas”, a “preservação das particularidades culturais”, o “respeito das mentalidades específicas”, a “irredutibilidade da experiência de gênero”, as “experiências peculiares das mulheres como mulheres” e assim por diante. São divisas novas para a esquerda, vem da esquerda e não da direita. Isso significa que além do diferencialismo de direita, existe hoje um diferencialismo de esquerda ou, se quiserem, uma esquerda diferencialista e seu mote é a defesa do direito à diferença. (...) estas novas divisas de esquerda que giram em torno do direito à diferença trazem consigo um ardil, instalado justamente nesta sua ambigüidade, uma debilidade hereditária: o fato de ter sido o amor da diferença alimentado no campo (ultra) conservador duzentos anos a fio e só mui recentemente ter sido incorporado nalgumas faixas ou zonas de campos da esquerda. Este fato torna o atual clamor pelo “direito à diferença” dificilmente distinguível da defesa das diferenças própria do estoque de certezas do senso comum conservador e do pensamento de direita. (p.31)

O fato de que se tenha constituído um discurso excludente e conservador à diferença não implica em afirmar que é impossível constituir uma conotação que chamo de positiva e inclusiva do reconhecimento das diferenças. É isso que faz do

multiculturalismo dialógico, com o qual iniciamos as reflexões deste trabalho, um processo político com bases minimamente eqüitativas quanto ao reconhecimento das diferenças.

O contexto discursivo da diferença não significa necessariamente exclusão. Tratando-se de um contexto de negociação e interação política, o valor da política tem em si um significado dialógico justamente por entender-se como negociação, acordo, inclusão. Por exemplo, o contexto de deliberação de decisões significa haver questões, diferenças e interesses a serem compatibilizados politicamente através da negociação de sentidos plurais. A diferença identitária está presente como elemento de funcionalidade política deste processo. Ao contrário, os aspectos de exclusão, alteridade negativa e o conservadorismo (nos moldes citados por Pierucci linhas acima) representam o aspecto da *não-política*, ou seja, da negação do reconhecimento e da interação identitária como elementos de diálogo e negociação fundamentados em bases políticas.

Dentro do contexto político institucional, já é possível ver no Brasil alguns aspectos de reconhecimento com relação às diferenças, embora em bases mínimas, mesmo assim pode-se vislumbrar políticas públicas preocupadas com tais questões. Isso é possível graças ao caráter emancipatório da esfera pública multi-identitária através da qual a ação política da sociedade civil tem sido visível no sentido de articular-se em torno de questões como efetivação da política de gênero, da manutenção de escolas públicas laicas¹⁰ e também, em certa medida, na questão de políticas de cotas, tanto nas escolas públicas de segundo grau como nas universidades federais, dentro de um contexto de reconhecimento multi-identitário e dialógico das afirmações identitárias.

Isto representa o processo de emancipação política do que chamamos, em páginas anteriores, de “*figuração*” da democracia contemporânea sob o aspecto constitutivo da educação política e da formação da personalidade política da sociedade de uma maneira geral, tomando mais uma vez emprestados os argumentos conceituais da sociologia de Elias.

¹⁰ Essa questão é relevante dado o grande aumento de afirmação dos evangélicos (sobretudo através da conversão dos ditos católicos não praticantes em protestantes) demonstrado nos resultados do senso de 2002 em relação aos católicos no Brasil, que ainda é um dos maiores países católicos do mundo. Assim como o aumento da bancada evangélica nas várias instâncias do sistema político brasileiro: câmaras de vereadores, congresso e senado.

O processo de amadurecimento da cultura política e a civilidade dos sentidos sociais identitários são aqui referidos fundamentalmente em bases de interações políticas.

Com relação a essa questão, o processo de produção social de sentido por uma democracia que legitime e reconheça as diferenças são um processo de educação dos sentidos políticos no que tange as formações da *sociogênese* da democracia contemporânea e da cultura política da sociedade. É válido ressaltar, mais uma vez, que os conceitos tanto de *figuração* como o de *sociogênese*, desenvolvidos na sociologia de Nobeit Elias, são operados num contexto de longa duração do processo histórico, através do qual os usos dos costumes e as práticas comportamentais interativas modificam hábitos no processo de formação das sociedades do *ancien regime*. Processo esse analisado em suas peculiaridades tendo por base a diferenciação entre o conceito de cultura e o conceito de civilização, como afirmamos em linhas anteriores (Elias, 2001).

Mas argumentamos que a aplicação desses conceitos aos nossos propósitos de análise sobre a produção de sentido da democracia é pertinente, na medida em que o momento histórico que investigamos apresenta reflexos da incorporação de novos valores culturais e comportamentais no tecido social e político, fruto das rupturas e mudanças dessa passagem de século e milênio. Como é o caso da reestruturação dos valores políticos fragmentários, como caráter de reestruturação do poder simbólico, que vem sendo incorporado discursivamente à cultura política contemporânea, tanto em termos teóricos, no sentido da reflexão sobre os novos valores políticos da democracia, como na prática da vida cotidiana, como é possível ver através dos processos de formações identitárias das várias mobilizações sociais da sociedade contemporânea.

O que temos com isso é um contexto de representação da realidade política com base nas formações identitárias que tem se refletido de forma diferenciada com a globalização. Sobretudo no que se refere à questão entre o global e o local, ou seja, na relação global-local hegemônica e contra hegemônica que vem estruturando formas de mudanças dos valores da democracia e influenciando formas de representações sobre a política e a identidade no tecido social contemporâneo.

Vemos com isso a possibilidade de uma formação política cultural e comportamental que tende a refletir os elementos fragmentários das representações

simbólicas da política no processo de reestruturação do *habitus* democrático por parte dos atores em termos locais e globais. Os processos sociais locais estão atravessando uma fase de mudança simbólica significativa e a ação social e política dos atores está sendo ao mesmo tempo *causa e efeito* desse processo de mudança, sejam esses atores cidadãos das sociedades centrais ou periféricas.

O conceito de *habitus* e o comportamento político fundamentam nossa argumentação sobre o sentido de mudança simbólica do processo de *figuração* da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, a reestruturação da institucionalização simbólica do imaginário da democracia. A força de ação dos atores sociais no contexto de mobilização de suas formações identitárias enfatizada acima, reflete um pouco o caráter de constituição do *habitus* político comportamental e cultural dessas mudanças contemporâneas. A questão a tratar é como se constitui o *habitus* e como ele refere-se às questões do ambiente simbólico da sociedade política global, no que toca ao contexto identitário¹¹.

Podemos definir o *habitus*, segundo a noção de Bourdieu, como um contexto simbólico que se contextualiza como “estrutura estruturada e estruturante”. Segundo essa base, Jean-Hugues Déchaux afirma que o *habitus*,

(...) consiste em esquemas de percepção, de apreciação e de ação inculcados pelo contexto social e se analisam em uma incorporação das estruturas sociais. Mas simultaneamente, este sistema de disposições adquiridas é produtor de práticas. Ele é matriz de percepções, de apreciações e de ações, o princípio gerador dos comportamentos. Como escreve P. Ansart, o habitus ‘é ao mesmo tempo o produto da interiorização das condições objetivas e a condição das práticas’ (1993, p.4).

Na perspectiva de Elias, a noção de *habitus* refere-se à sociogênese das formações sociais mediante os processo de relações sociais e os processos de formações culturais.

Análises sobre sociedades antigas a partir dessa questão são referenciadas dentro da sociologia histórica demonstrando a relação do caráter de formação simbólica na interação entre o gênero humano de vida e o meio ambiente físico no processo de sociabilidade dos indivíduos. Elias (1998) toca nessa questão discutindo as relações entre

¹¹ Para definir a noção conceitual de “*habitus*” com maior propriedade, recorreremos a alguns autores que trabalham com tal noção: Pierre Bourdieu (1989) e Nobert Elias (1980/1994a/1998). Enfatizamos que o conceito de *Habitus* nos dois autores tem noções teóricas distintas mas nos servem como base estrutural de conceituação do problema em questão.

o ambiente físico e formas de organizações sociais de culturas antigas numa análise sobre a questão de constituição do *habitus* na percepção do tempo. Esse autor demonstra como o raciocínio das formações sociais antigas constitui seu *habitus* a partir de percepções objetivas sobre o meio ambiente. Essas percepções referenciavam a relevante contribuição de elementos do meio ambiente biofísico sobre essas formas de organizações sociais e constituiu a formação do processo de representação simbólica da realidade dessas sociedades.

Em seu trabalho “*Sobre o Tempo*” (1998), Elias mostra a relevância do ponto de intercessão na relação homem-natureza e, com isso, desenvolve uma compreensão sociológica sobre processos culturais antigos que se formaram ancorados no contexto de percepção do meio ambiente (sol, lua, vento, chuva, clima, natureza etc.) e como essa questão influenciou a constituição do *habitus* que incidiu em práticas de condutas sociais. Dentro desse aspecto, determinadas formações sociais antigas, segundo o autor, desenvolveram compreensões e elaborações sobre o tempo com base em hábitos institucionalizados de suas práticas sociais sob o aspecto ambiental e cultural no processo de formação de suas sociedades.

Embora estejam ancoradas em noções conceituais diferentes, as idéias de *habitus* em Bourdieu e Elias delimitam o aspecto operacional do *habitus* como categoria de análise sociológica envolvendo dimensões mais simbólicas, como no caso de Bourdieu, e dimensões da *sóciogênese* na percepção e representação da realidade, como no caso de Elias.

Além desse contexto, procuramos também enfatizar a dimensão da cultura política para discutir nossa questão, para tanto recorreremos às análises atuais que discutem a política e as formas de mobilização na sociedade global. Voltaremos mais tarde a discutir a questão do *habitus* na sociedade complexa.

A implementação de novos valores, sobretudo no campo político, representa a reestruturação de significados simbólicos e o redimensionamento de valores culturais das formações sociais contemporâneas. A ressignificação dos valores, que citamos linhas acima como “direito à diferença” proclamado pelos atores políticos, demonstra a troca de sinal na mudança de sentido simbólico dos valores políticos da sóciogênese contemporânea. O direito à diferença antes era visto como algo negativo, no sentido

inclusive de manutenção da exclusão e dos valores xenofóbicos em relação ao reconhecimento dos diferentes. Atualmente o reconhecimento das diferenças está situado dentro de um contexto positivo, através do qual o significado de democracia ganha mais e mais um sentido de legitimidade, e torna-se mais palpável em termos políticos.

O reconhecimento da diferença, nesse sentido, respalda-se na sensibilidade da inclusão do outro em termos da teoria política contemporânea (Habermas, 2002). E não podemos negar que há um saldo positivo significativo nessa troca de sinal, no que diz respeito à emancipação da cultura política e aos valores simbólicos dessa *figuração* social nesta passagem de século. Uma das frases mais felizes que profere sentido ao significado positivo da democracia na sociedade global, foi escrita por Boaventura de Souza Santos, utilizada como epígrafe desse capítulo, e representa exatamente o balanço político entre a questão da igualdade e da diferença na constituição da democracia contemporânea: *temos o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferiorizam e a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.* (2002a, p.75).

Como exemplo podemos demonstrar que se antes o discurso da diferença foi constituído por uma narrativa excludente, hoje o discurso da diferença apresenta uma narrativa de alteridade e interação política com uma *figuração* positiva na relação dos atores sociais. E ao falarmos de alteridade e interação sócio-política, consideramos o processo dos conflitos inerente às diferenças e os dispositivos de poder onipresente nas relações institucionais e sociais dessas diferenças através dos quais seja possível se estabelecer uma cultura democrática atualizada com as mudanças de sentidos entre os diferentes sem que esses sejam excluídos do processo democrático. Não estamos propondo um modelo homogêneo e unitário no qual possa se estabelecer relações sem conflitos, isso é irrealizável, mas uma reflexão sobre uma cultura política em que o processo do reconhecimento possa estabelecer um *locus* democrático inclusivo das diferenças atuais, ou seja, o reconhecimento analítico de uma cultura democrática atualizada com as mudanças de sentidos entre os diferentes sem que esses sejam excluídos do processo democrático.

Laclau (2001) nos ajuda a configurar politicamente nossa argumentação sobre essa questão:

O processo democrático nas sociedades atuais pode ser consideravelmente aprofundado e expandido se for feito responsável pelas exigências de grandes

setores da população – minorias, grupos étnicos, etc. – que tradicionalmente foram excluídos dele. A teoria democrática liberal e as instituições têm, nesse sentido, que ser desconstruídas. Como foram pensadas originalmente para sociedades que eram muito mais homogêneas do que as atuais (...). As lutas sociais e políticas de hoje podem trazer para o primeiro plano esse jogo de decisões tomadas em um terreno indeterminado e ajudar-nos a andar em direção a novas práticas democráticas e a uma nova teoria democrática inteiramente adaptada às circunstâncias atuais. (p.247)

Embora tenhamos relações entre os diferentes, isso não vem a significar que possamos ter uma idéia de unidade como pré-condição dessas relações. Laclau, inclusive, questiona esse suposto de origem liberal, ao mesmo tempo não partimos do pressuposto que o processo de negociação dialógico possa unificar as diferenças no sentido de uma consensualidade universal, o que é irrealizável como já afirmamos.

A questão é que o processo de diferenciação identitária proposto em bases de fundamentação política e de alteridade pode, sem sombra de dúvida, proporcionar uma interação entre os díspares em bases negociáveis. A manutenção do dissenso inter-identitário justifica o uso da política como instrumento de reconhecimento e pressuposto de interação social. Nesse sentido, o choque de interesses proponente de conflito justifica a negociação dialógica.

Podemos demonstrar essa emancipação política dos valores sociais na seguinte equação sociológica que traduzimos como uma hipótese estrutural de nosso trabalho teórico:

- **As diferenças justificam os conflitos, que justificam a política, que justifica as negociações dialógicas, que justificam a continuidade emancipatória das diferenças em bases de alteridade.**

O dissenso tem como função a manutenção da política. E não queremos afirmar que teremos com isso a diminuição dos conflitos inter-identitários e a extinção das relações de poder entre estes. Ao contrário, teremos a manutenção destes em bases de relacionamentos de reconhecimento com pressuposição política. Nesse sentido, demonstraremos nos últimos capítulos deste trabalho como os atores dos movimentos contra a globalização são representantes de uma política conflitiva em nome de uma perspectiva figuracional de democracia descentralizada, através das novas formas de articulação política da sociedade em rede. Nesse caso as diferenças justificarão os conflitos que por sua vez justificarão a afirmação do posicionamento político nos

espaços públicos multi-identitários frente às formas hegemônicas de representação do poder econômico na sociedade global. Mas antes faremos uma pequena reflexão sobre a relação do conflito como fundamento social da constituição de sentido democrático.

2.3. Conflito e poder na figuração democrática.

A noção de conflito que referimos aqui é fundada na perspectiva de Simmel e Foucault que se baseiam na questão da diferença e na relação de forças sociais em suas argumentações teóricas e analíticas, salientando que embora o lugar social da crítica entre esses teóricos seja diferente, a questão da linguagem discursivamente estabelecida nas formações sociais é desenvolvida na chamada analítica do poder de Foucault e na teoria do conflito de Simmel. Para que possamos explicar melhor façamos uma pequena análise do que significa o contexto dos conflitos e da proposição de poder nele presente para referir ao fundamento de nossa equação sociológica nos moldes de uma investigação político-social.

A questão inicial é que o conflito e as relações sociais de poder não se apresentam como um fato social estanque e inerte nos processos de formações sociais. Ao mesmo tempo admitimos que a construção social do conflito não é apenas fruto objetivo dos interesses, mas de representações compostas em bases dissensuais e polissêmicas sobre as quais estão ancorados interesses e visões de mundo no processo de produção de conhecimentos dos indivíduos dentro das formações sociais.

O conflito é uma forma concreta de sociação, imbricado necessariamente nas relações sociais, segundo Simmel (1983). A relevância sociológica do conflito é dada pela análise das forças antagônicas ou diferenciadas em várias posições na manutenção das formações sociais. Isso implica que as idéias de divergência e diferença, imbricadas na definição social do conflito, precedem qualquer idéia de harmonia e unidade social pré-estabelecida, ou seja, a uma idéia de consenso a priori. *A contradição e o conflito não só precedem a esta unidade como operam em cada momento de sua existência (...) um grupo absolutamente centrípeto não só é irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real. (...) a sociedade para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis.* (Simmel, 1983, p. 124).

Como é possível ver, as relações sociais pressupõem posições e interesses distintos que estão implicados em relações de poder e, dentro de tal pressuposição, o ideal de igualdade nas relações sociais é utópico e irrealizável do ponto de vista de uma sociologia que tem como problema central as relações sociais. Sendo assim, é possível verificar estratégias e correlações de forças, o que nos faz pensar no conflito e no poder como *instituinte onipresente*.

Abrindo um outro pequeno parêntese para nos referirmos a essa questão do ponto de vista lingüístico, diríamos que essa afirmação tem inclusive respaldo numa fundamentação dialógica da realidade social. Em termos da linguagem isso é afirmativamente verdadeiro e Bakhtin (1992), embora partilhando de uma abordagem teórica e conceitual distinta da de Simmel e Foucault, alerta para o fato de que a linguagem é um processo de conflito social constituído num lugar onde os debates políticos dos atores são travados no espaço público da fala (onde o “eu” e os “outros” interagem constantemente) e no espaço da intimidade (onde o “eu” demarca o seu lugar social de visão de mundo no qual o outro também se faz presente).

Segundo Bakhtin (1992), a linguagem e o poder estão em permanente intercessão pois a linguagem entra sempre na configuração hierarquizada das relações de poder macro estrutural ou micro estrutural. Do ponto de vista macro estrutural, pode-se referir ao contexto de relação das diferenças lingüísticas que se vêem relacionadas com organizações sociais assimétricas em termos, por exemplo, de países colonizadores em relação aos colonizados no que diz respeito à língua falada, contexto no qual o idioma do colonizador tem um poder efetivo e, conseqüentemente, um prestígio social em detrimento da língua dos colonizados, que nessa relação são subjugados e desprestigiados.

Segundo Stam (1992), *Em toda parte a linguagem entra nos arranjos hierárquicos do poder. Cada palavra transforma-se na arena onde competem as entonações sociais. A empregada se dirige à patroa como “senhora”, enquanto a patroa chama a empregada de você. A mesma palavra sendo pronunciada por um camponês, um operário, um intelectual, ou um empresário, não é exatamente a mesma palavra.* (p. 31).

Fechando esse parêntese de orientação bakhtiniana e voltando à análise das relações de conflito e poder, agora a partir de Foucault, a questão é que essa analítica de poder se insere como dispositivo presente nas relações sociais que são reprodutoras instituintes e mantenedoras da lógica do poder que se reproduz nos discursos e nos saberes, pois saber e poder fazem parte da analítica das relações de força do poder na visão foucaultiana.

Foucault (1980, 1993) partilha da lógica que percebe as relações sociais como relações de conflito e poder. Ele preocupou-se com uma análise do poder que, ao contrário de uma teoria que busque explicá-lo como um fato social, trata-o como uma proliferação instituinte deste nas relações socialmente estabelecidas. Foucault e Simmel, assim como Bakhtin, têm preocupação com as relações sociais em suas abordagens, mas Foucault (1980, 2002) critica a concepção institucional de poder como única forma de explicação das relações do conflito, considerando-a reducionista, e a chama de “jurídico discursiva” pelo caráter normativo e legal que está presente nessa dimensão formal presentificada na instituição, seja ela de qualquer natureza. Tal concepção de relações sociais de poder constitui o poder-lei, ou seja, o poder instituído pela lógica de funcionalidade da interdição (proibição, sujeição e submissão) característica das normas constituídas institucionalmente e concretizadas no imaginário social. Uma dimensão que atende ao real imagético que é fruto social das ações subjetivas dos sujeitos e dos saberes reproduzidos por eles.

O que Foucault pretende é desestruturar a abordagem sobre a relação de poder e o discurso criado sobre ele. Para tanto, o seu método não postula o poder como dominação institucional, ou seja, aparelhos instituintes de dominação nas relações sociais do conflito, e sujeição dos indivíduos dentro do Estado. Ao contrário, o poder e, conseqüentemente, o conflito devem ser compreendidos a partir de um método que os enfoquem como uma multiplicidade de correlações de forças presentes nas relações sociais.

É esta concepção que o aproxima de Simmel, para quem o conflito integra efetivamente as formações sociais. Sem termos a intenção de amarrar um mesmo fio condutor entre os dois autores, se poderia afirmar que a concepção de conflito e poder, presente nas relações sociais que ambos utilizam como análise, tem um caráter efetivo de

permanência, ou poderíamos dizer um caráter de onipresença efetiva a qual exclui uma idéia social de homogeneidade harmônica e universalidade consensual. Uma visão que é próxima da perspectiva multicultural de autores como Peter McLaren (2000) para quem a idéia de harmonia e consensualidade a priori, é instituinte da negação das diferenças e do não reconhecimento da condição multicultural do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo em que, é uma idéia que não reconhece também que o aspecto identitário é fundamentalmente pressuposto no dissenso das formas de relações instituídas pelas condições multi-identitárias da sociedade contemporânea. Formas estas instauradoras de conflitos e relações de poder como condições das relações sociais da globalização.

A política multicultural, sob a ótica da formação social do conflito e das formas de interação identitária, entende o processo de dissensualidade como uma resistência ao modelo totalitário e homogêneo de pensamento único, assim como ao autoritarismo das unificações consensuais, sejam elas universalistas ou particularistas, que não admitem as diferenças ou que as entendem como condição de desigualdade. Ou seja, estas últimas são formas de reconhecimento negativo das diferenças, numa clara relação de poder instituído do discurso da exclusão, por exemplo o discurso racista e xenofóbico tão presente no mundo contemporâneo globalizado.

Discurso que promove formas argumentativas de relação de poder em que a diferença do outro nos aflige ou nos incomoda num contexto de reprodução do não reconhecimento e do não respeito ao outro. A emergência de grupos fundamentalistas identitários como os *skinheads*, por exemplo, tem sido sistematicamente combatida em vários contextos de mobilização política, inclusive pelos movimentos de antiglobalização que são caracterizados como movimentos extremamente abertos em relação à assimilação das diferenças no sentido de composição de força nos protestos antiglobalização. Na manifestação realizada em Praga, República Tcheca, a propósito da reunião anual do FMI – Fundo Monetário Internacional – e do Banco Mundial, os ativistas políticos antiglobalização dispersaram um grupo de *skinheads* que tentava se aglutinar na manifestação de protestos. A questão é que mesmo que o sentido de protesto seja o mesmo é fato que o limite de diferenciação em relação às diferenças é determinado em termos de legitimidade social e política. A questão relevante é que os critérios éticos e morais, mesmo em se tratando de uma forma de protesto amplo que abrange várias

formações identitárias, como é o caso dos agentes que participam dos processos sociais antiglobais, são acionados quando os limites da diferença perdem seu conteúdo de alteridade e legitimação¹².

O discurso racista promove argumentos como: *o outro quer sempre roubar nosso prazer, arruinar nosso estilo de vida, tem sempre algum segredo, alguma satisfação perversa às nossas custas*¹³. Uma argumentação que não esconde a instituição do poder no reconhecimento negativo das diferenças. E com bases nessas manifestações argumentativas, de poder e de conflito, encontram-se as representações sociais do preconceito mantenedoras do *status quo* da desigualdade nas sociedades de formações democráticas.

Afirmções facilmente encontradas no Brasil, caracterizado pela definição de belíndia¹⁴, no sentido das desigualdades entre sul/sudeste/nordeste e de todos esses com o norte e o centro-oeste. Ou por toda a Europa Ocidental, onde turcos árabes, africanos e asiáticos são impedidos de qualquer forma de inserção social percebidos como *outsiders* no regionalismo da União Européia, assim como na relação entre EUA e América Latina e Caribe onde é tão ou mais forte o processo de pré-impedimento social. Antes de haver uma relação entre dominantes e dominados, há efetivamente uma relação de não respeitabilidade no contexto da reprodução discursiva da exclusão identitária, uma reprodução discursiva que cria uma imagem de poder na relação dos diferentes fundada na discriminação e no preconceito.

Nesse contexto de relação, o funcionamento democrático tem um limite interno que o impede de funcionar legitimamente frente ao processo de desigualdade instaurado. Esse limite enfraquece a *figuração* da democracia na medida em que mantém uma estrutura de desigualdade em bases funcionais de antagonismo, social, econômico, étnico, cultural, gênero, religioso, etc.

Com base nesse contexto, segundo McLaren, *Esta talvez seja a mensagem da luta por identidade em oposição: confrontar o excedente de nossos sonhos e o impasse fundamental da democracia e, mesmo assim agir de acordo com a possibilidade da*

¹² A título de curiosidade é válido ressaltar que os grupos neonazistas, fascistas ou *skinheads*, chamam a si próprios de “nacionalistas de extrema-direita” com o intuito de afirmarem-se politicamente. Essa afirmação foi apresentada pelos atores do Indymedia na ocasião do protesto contra a reunião do FMI, com o fim de informar os jornalistas.

¹³ Crítica que Žizek estabeleceu na análise da construção da enunciação xenofóbica. Ver McLaren (2000b)

¹⁴ O termo belíndia foi criado para caracterizar a desigualdade econômico-social presente no Brasil. Nessa forma de representação o sudeste-sul é considerado como uma Bélgica em termo de riqueza e desenvolvimento econômico, enquanto o norte-nordeste é considerado como a Índia em se tratando do grau de pobreza presente nesta região.

liberdade e da justiça. (2000b, p. 296). Em termos práticos a presença do preconceito de todas as naturezas e de todas as formas de exclusão discriminatória que ele proporciona está atrelada a um dispositivo de onipresença da formação social instituinte de poder e de conflito.

Como afirmado anteriormente, essa é uma concepção que enfoca poder e conflito a partir da lógica da onipresença e justificamos tal afirmação pelo fato de que a produção e reprodução do poder e do conflito se constituem a cada instante e em toda parte, ou seja, em todas as relações. Para Foucault *O poder está em toda parte; e não porque englobe tudo e sim porque provem de todos os lugares. E o poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte e de autoreprodutor, é apenas efeito do conjunto esboçado a partir de todas estas mobilidades, (...) o poder não é uma instituição e nenhuma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma estratégia complexa na sociedade.* (1980; p.89).

Nesse sentido, o poder é uma estratégia imanente às relações sociais pelas correlações de força e, segundo Foucault, é no campo dessas correlações de força que se deve analisar o poder, que por sua vez é pluriforme e, por isso, presente com formas diferentes e descontínuas nas relações sociais e na produção social do discurso. (...) *Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso dominante e o dominado; mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem estar em estratégias diferentes.* (idem; p.90).

Desse modo, pensar as relações sociais numa lógica reducionista de dominante e dominado não somente reduz as ações sociais a uma lógica binária, como inibe a real pluriformidade das ações, presentes, sobretudo, no sistema político e no espaço público de atuação das formações identitárias. É, assim, preciso explicar as ações pelo jogo complexo das relações sociais que estão implicadas nos conflitos. Pois, como o próprio Simmel afirma (...) *o desaparecimento de energias de repulsão não resulta numa vida social mais rica e mais plena, mas num fenômeno (...) irrealizável.* (1983, p.126).

As oposições nas relações sociais, para Simmel, são elementos imanentes das próprias relações sociais e estas estão intrinsecamente entrelaçadas a outros motivos de existência dessas relações. Segundo Simmel,

As relações de conflito, por si mesmas não produzem uma estrutura social. (...) Nesse ponto o conflito, em sua forma variada, associada a outras formas de relações é que possivelmente pode resultar numa explicação sociológica consistente.(idem; p.128). Remetendo essa linha de análise para um ponto de vista subjetivo, Simmel afirma que *os processos de dentro do indivíduo(...) são, a cada momento, tão diversificados e contêm tal multiplicidade de oscilações variadas e contraditórias, que designá-los por qualquer de nossos conceitos psicológicos é sempre imperfeito e realmente enganoso pois os momentos da vida individual também nunca se ligaram por um elo somente* (idem; p. 129),

Entretanto, apesar dessa argumentação poderíamos dizer que o nosso universo subjetivo se forma por uma complexidade de “elos” diferenciados por posições diversas e necessariamente conflitantes.

O conflito e as relações de poder fazem parte da vida social, ambos são fenômenos do processo das relações estabelecidas por sujeitos que em si são diferentes, compreendem as coisas de formas diversas e agem de formas distintas, mas que têm potencialidades dialógicas de interação com relação a suas diferenças no campo social democrático.

Em termos da categoria da *figuração*, a fundamentação de nossa equação sociológica, vista em páginas anteriores, visa demonstrar o caráter de alguns elementos de figuração no processo democrático do ponto de vista dos avanços na interação política. E nesse sentido, a emancipação cultural da política acompanha o vetor dessa proposição sociológica e redimensiona os valores simbólicos citados em linhas anteriores.

Do ponto de vista da cultura institucional podemos demonstrar que em certa medida a formação discursiva do multiculturalismo dialógico, mantenedor das diferenças, tem se feito apresentar em algumas práticas de poderes executivos. Políticas de reconhecimentos têm sido realizadas em algumas instituições do sistema político de forma normativa como programas de governos, sobretudo programas de governo dos poderes executivos municipais.

No âmbito das instituições políticas, as prefeituras são as instituições do sistema político que podemos definir como sendo as mais próximas dos atores sociais e, conseqüentemente, as que melhor refletem ou mesmo orquestram algumas mudanças referentes a esses aspectos, sobretudo por ter que incorporar uma demanda altamente conflitiva da cidade e traduzi-la em políticas públicas.

Muito recentemente no Brasil algumas prefeituras municipais, com gestões administradas pela esquerda, têm procurado implementar políticas públicas multiculturais visando incorporar demandas identitárias como formas de resolução dos problemas da cidade.

Um desses exemplos é a implantação das Coordenadorias de Mulheres, fruto das mobilizações do movimento feminista, em prefeituras como as do Recife, Olinda e Porto Alegre que incorporam as diferenças da questão de gênero em fóruns de discussões e reuniões de secretariado executivo para a resolução das demandas. Outro exemplo de política pública multicultural foi a proposta da Prefeitura Municipal do Recife de promover na cidade um carnaval multicultural em 2002. Ainda ficando no campo dos exemplos introdutórios, a mesma prefeitura da cidade do Recife resolveu criar uma propaganda objetivamente multiculturalista no carnaval de 2002, que teve como principal argumento à política da pluralidade cultural. Como pode ser visto no argumento da secretaria de cultura da cidade do Recife na gestão do ano de 2002

Pluralidade, participação e valorização da cultura. Esses são os principais conceitos que marcam a política cultural da atual gestão e se refletem em todas as ações desenvolvidas pela prefeitura do Recife. O carnaval de 2002 é um perfeito exemplo disto. Frevo, maracatu, caboclinho, coco, ciranda, manguebeat, afoxé, samba, reagge, todos os ritmos foram convidados para a festa que mostrará toda a multiculturalidade que faz com que a cidade do Recife tenha uma identidade cultural forte e diferenciada¹⁵.

Esse fato se deu pelo planejamento político da secretaria de cultura daquela cidade de fragmentar a cidade em vários pólos de animação, nos quais os vários tipos de manifestações diferenciados se realizariam. Nesse sentido, foi possível observar o Pólo Afro, no qual foram realizadas apresentações afro-brasileiras como maracatus e afoxés e onde a comunidade negra e sua identidade de fronteira podia ser celebrada; o Pólo do Recbeat, espaço para a música alternativa; o Pólo de manifestação tecnopop com DJs; o Pólo dos Shows da MPB; o Pólo do frevo e um Pólo central no qual essas várias manifestações podiam apresentar suas diversidades, uma espécie de espaço público da diversidade instituída.

¹⁵ Trecho do texto presente na programação distribuída para o carnaval de 2002.

De forma clara podia se ver uma política de reconhecimento, até porque as discussões prévias sobre o planejamento das atividades foram feitas em conjunto com as comunidades, os grupos e os atores diversos envolvidos nessa questão. O processo de articulação dialógica entre o poder executivo municipal e as comunidades, grupos, etc. foi feito com base na forma político-administrativa de gerenciamento da cidade. Nesse sentido a funcionalidade das Regiões Político-Administrativa (RPAs) estrutura o processo de negociação da sociedade com a prefeitura como um fórum deliberativo mínimo no qual os interesses são compatibilizados mediante representantes e articuladores, seja para a implementação de orçamentos participativos ou para resoluções de demandas de âmbito cultural. O processo de reconhecimento mediante esse mecanismo é fundamentado dentro de um contexto institucional e referendado normativamente no planejamento de governo. Na cidade do Recife esse instrumento político-administrativo tem sido implementado por quatro mandatos, curiosamente mandatos de orientações ideológicas e partidárias diferentes.

Esta é uma forma de percebermos como a mudança da política cultural, ligando sociedade civil e poder executivo municipal, vem contribuindo para a produção de sentido de um outro tipo de relação democrática. Do ponto de vista analítico os exemplos são simples, mas é possível ver nesses tipos de ações sócio-institucionais, aspectos do conceito de *figuração* operando como processo de formação social e política.

O problema relevante a ser discutido é o que diz respeito ao significante simbólico desse processo no sentido da manutenção de uma política das diferenças a partir da qual se constitua num *habitus* de valores da diversidade democrática estabelecida na relação entre o reconhecimento e a formação identitária. Em relação ao reconhecimento, Silvério (1999) nos afirma que

A exigência de reconhecimento torna-se premente devido aos supostos nexos entre o reconhecimento e a identidade, expressão que designa a habilidade do homem para observar suas próprias ações, perceber suas experiências e emoções, conhecer o que ele é (auto-identidade). Como esse processo faz parte de um espaço compartilhado, é preciso lembrar ainda a identidade voltada para os outros. Ter uma identidade supõe não apenas ter o conhecimento do que a pessoa é, mas também o conhecimento que os outros fazem dela (identidade para os outros). Há uma relação de identidade tão profundamente estabelecida que, entre essas duas situações, deve haver um mínimo de

concordância. (...) A importância do reconhecimento hoje é universalmente reconhecida tanto no plano íntimo ou individual quanto no plano social. No primeiro caso, existe a consciência de como a nossa identidade pode ser bem ou mal formada no curso de nossas relações com os outros significantes. No segundo caso, contamos com uma política ininterrupta de reconhecimento igualitário. Dessa forma, o discurso do reconhecimento opera tanto na esfera privada ou íntima, onde se deve compreender que a formação da identidade tem lugar em um diálogo permanente com os outros significantes, quanto na esfera pública, onde a política do reconhecimento igualitário tem desempenhado um papel cada vez maior (p.49)

A idéia de um modelo de governança multiculturalista com uma política democrática de reconhecimento pode estar surtindo efeito só muito recentemente em países latino-americanos, como o Brasil, mas não é novidade pois desde a década de 70 tenta-se estabelecer uma política multicultural nos países do hemisfério norte, como EUA e Canadá, no sentido de minimizar as desigualdades culturais, raciais, identitárias, etc.

As primeiras iniciativas de colocar em prática as idéias defendidas pelos multiculturalistas ocorreram no início da década de 70, quando em 72, o governo canadense anunciou o primeiro ministério de Estado para o multiculturalismo com o objetivo político exposto um ano antes, de promover e realizar a diversidade cultural e, ao mesmo tempo, trabalhar para a eliminação do racismo na sociedade mais ampla. O anúncio foi acompanhado da declaração de que os grupos minoritários seriam auxiliados em sua preservação e participação a partir das remoções das barreiras culturais. (Silvério, op.cit. p.53)

Nos Estados Unidos as políticas multiculturalistas apareceram um pouco mais tarde, na década de oitenta e visavam a estimulação de um pluralismo cultural, étnico, religioso, etc. no que tangia a grupos minoritários no sentido de incluírem membros desses grupos nos processos de decisões políticas daquela sociedade. A relação de diferença dos grupos minoritários nos EUA tem hoje um caráter não só político mas, fundamentalmente, econômico e afirmativo, do ponto de vista identitário. O mercado para os grupos negros e latinos, por exemplo, demonstra claramente essa questão em termos econômicos. A sociedade norte americana afirma seu multiculturalismo apostando na manutenção da separação das formações identitárias.

O conteúdo de representação simbólica no processo de mudança dos valores políticos da sociedade contemporânea denota um significado multicultural instituído

independente de haver uma política assumidamente multicultural como programa de governo ou de comportamento social, que represente na prática um processo de reconhecimento identitário.

Em termos da origem política do multiculturalismo isto não significa que possamos definir que houve e há um mesmo tipo de multiculturalismo que orienta as questões da democracia, mesmo que haja em termos mínimos a aceitação do diferente. Há uma certa diferenciação quanto ao enfoque político-ideológico dessa questão, a bibliografia quanto a isso é ampla e procuraremos discuti-la na medida do possível no desenvolver deste trabalho. Pelo menos no aspecto objetivo em que o multiculturalismo esteja intrinsecamente ligado à democracia política das diferenças e à contestabilidade de regimes de democracia que não reconheçam a diferença como processo de legitimidade política. Fazemos jus à questão levantada por Peter McLaren (2000b) quanto ao modelo de democracia multicultural que propõe a constituição da diferença como modelo político.

Uma visão de democracia como um terreno no qual a pluralidade de vozes emerge dos discursos e práticas da identidade popular não precisa de coisa alguma que seja externa a si própria para sustentar-se. Uma democracia construída sobre um diálogo aberto sobre muitos "outros", muitas vezes, é válida por si só, desde o princípio. Em sua circularidade operacional, ela é projetada para limpar e neutralizar suas próprias propriedades constitutivas, enquanto purga suas visões e práticas oposicionistas e molda suas premissas, de forma que suas conclusões já estejam constituídas dentro delas" (p.291)

Em termos da figuração do imaginário democrático, a questão da citação acima tem haver com o fato de que o questionamento político da democracia existe não contra seu próprio princípio ou sentido, mas contra a hegemonia de um modelo democrático imutável que não reconhece as demandas particulares dos valores identitários para, a partir destas, gerir um processo político e um contrato social legítimo do ponto de vista contemporâneo, mantenedores dos valores simbólicos da diversidade. Aliás, é o processo da própria contestação que garante a democracia da democracia.

O reconhecimento do valor democrático é o reconhecimento da possibilidade de sua contestabilidade processual, *quanto mais amplamente a democracia é enaltecida, mais forte é a controvérsia que envolve seu significado e suas características*

constitutivas (Dallmayr, 2001, p. 12). Essa é uma questão que justifica uma democracia inacabável, como afirmam Rossiaud e Scherer-Warren (2000), gestora de sua própria mudança ou a democracia como um processo que aprende com o próprio processo, como afirma Krischke (2001), autores que em termos de problematização analítica da democracia reconhecem a necessidade inerente de um processo de autogestão decorrente das relações sociais, sejam estas locais, em termos de cultura política do Brasil, ou globais, no contexto das relações de uma cultura política internacional, contanto que esta tenha bases dialógicas.

Nesse sentido, o local e o global aparecem trazendo novas demandas explicativas o que amplia a complexidade da política e da esfera pública multi-identitária, a partir da qual o local social da cultura e da política forma híbridos cada vez mais complexos de localização da imaginação democrática.

2.4. O *habitus* político multi-identitário: condições discursivas na esfera pública participativa.

Os elementos presentes na esfera pública da sociedade contemporânea são cada vez mais plurais, diversificados, complexos e afirmativos em seu aspecto de mobilização e visibilidade.

O âmbito da voluntariedade identitária¹⁶, a afirmação e o reconhecimento formam a base da estruturação da identidade. No âmbito involuntário referimo-nos ao aspecto no qual não há uma afirmação objetiva, mas os indivíduos vêem-se reconhecidos dentro das formações sociais e discursivas sem uma vontade a priori de fazer parte delas, as condições externas aos indivíduos fazem parte da estruturação da identidade.

A questão que procuramos traçar aqui não se refere, sobremaneira, ao reconhecimento político dos discursos afirmativos das minorias, seja essa de qualquer natureza, para compor um mosaico da chamada “cultura da reclamação” e “processo de vitimização” dessas. Ao contrário, referimo-nos ao reconhecimento de elementos de afirmações diferenciadas.

¹⁶ Referimo-nos as representações das identidades e com isso à apresentação de sua demanda de reconhecimento político afirmativo, se afirmar pertencente a um grupo: negro, muçulmano, católico, homossexual, etc. e ao mesmo tempo também fazer parte de outras identidades e se afirmar frente ao que não se reconhece pertencer.

Essa análise sobre demanda afirmativa que se justifica e se estrutura nas formações identitárias nos possibilita falar sobre essa “Esfera Pública Multi-identitária”, qual nos referimos como espaço de visibilidade social e política que há entre a sociedade civil e o Estado e através da qual as enunciações discursivas dos atores são veiculadas como formadoras de opinião política em favor da manutenção da figuração democrática dos valores simbólicos da política.

O resgate da discussão sobre a “esfera pública” neste trabalho é feito e justificado a partir do enfoque multi-identitário, multicultural e político, com o intuito de superar as críticas, elaboradas sobre o não reconhecimento das diferenças na perspectiva inicial da obra habermasiana (1984). A retomada da discussão remonta a uma fase posterior dos trabalhos de Habermas, com bases em orientações mais contemporâneas, no debate com os pós-modernos especificamente na crítica da razão onde encontramos um caráter de reflexão dialógico sobre “A unidade da razão na multiplicidade das vozes” e reflexões ainda mais atuais, situadas a partir de referências teóricas da sociedade contemporânea (1990, 1997).

A questão relevante dessa discussão, em relação ao que já foi dito até aqui, se refere à afirmação sobre o reconhecimento das diferenças no contexto do espaço público, no sentido de superar as críticas quanto à negação desse caráter (Taylor, 1994). Ao contrário de tais afirmações partimos do pressuposto de que as diferenças não são negadas, mas em certa medida determinadas em espaços privados, que de algum modo tendem a ser complementos do espaço público (Semprini, 1999).

Porém, é válido ressaltar que o tipo de crítica levantada por Taylor se fundamenta numa primeira dimensão conceitual elaborada por Habermas no livro *Mudança Estrutural da Esfera pública* (1984) em que ele faz uma análise da sociedade civil burguesa, do Estado e da relação entre o público e o privado na sociedade moderna.

Numa abordagem mais contemporânea Habermas (1997), desenvolveu reflexões cunhadas em explicações procedimentais em relação à esfera pública. Estamos nos referindo a um tipo de explicação que justifica o caráter político da esfera pública assim como da sociedade civil e, nesse sentido, as formações e afirmações das diferenças ganham visibilidade também política.

Esse argumento potencializa-nos a justificar o conceito de esfera pública multi-identitária, sob o qual a noção de identidade se caracteriza pelo reconhecimento da afirmação, da sociabilização e da descentralização política nas redes de relações sociais, através das quais é pronunciado um sentido de democracia por parte dos atores sociais com base em seus reconhecimentos identitários.

O reconhecimento das diferenças é a questão que fundamenta as novas abordagens conceituais da democracia na medida em que as diferenças se transformam em identidades. É necessário ressaltar que a afirmação da diferença, por seu reconhecimento em si mesma, não se traduz em reconhecimento político. Apenas quando o reconhecimento da diferença se afirma como reconhecimento político é que a diferença se traduz em democracia da alteridade identitária. Este argumento contribui para nossa reflexão sobre a figuração do *habitus* democrático. De forma mais exemplificada podemos dizer que assim como em décadas passadas lutou-se por um ideal de igualdade universal que compatibilizou as diferenças, atualmente os atores sociais procuram implementar a política da diferença como um recurso legitimamente estabelecido de reconhecimento e formação identitária.

Nesse sentido, o campo simbólico da política vem incorporando valores de novos significados identitários que estão sendo cada vez mais constituídos nos reconhecimentos e afirmações dos interesses sociais, culturais, étnicos, religiosos, etc.

Com isso nos é possível argumentar que a sociedade civil, num contexto global assim como num contexto local, apresenta um aspecto de representação social sobre novos valores estruturados pelo reconhecimento de formações discursivas das diferenças que busca reconhecer o processo de diversidade presente no contexto das relações e interações sócio-políticas no que se refere à reestruturação de um contexto de justiça, de política social e econômica.

A questão que buscamos ressaltar é que a pluralidade do social se apresenta hoje como um elemento de reestruturação da política no sentido da descentralidade do poder político e da produção do conhecimento da política, pois as representações sociais são produções de conhecimentos vivenciados. Ao mesmo tempo esse caráter demanda a configuração de um processo de interação sócio-político baseado em forma de rede de articulação com *nouds* flexíveis que permitam o trânsito horizontal dos interesses e de

sensibilização das opiniões públicas políticas dos vários atores no contexto de suas formações identitárias.

Essa questão define a problemática desse trabalho que tem como ambiente de investigação a esfera pública multi-identitária e o contexto de produção de sentido da democracia a partir das formações identitárias, no que se refere à representação social da política em suas práticas de articulação na sociedade complexa. Este problema investigativo se estrutura na relação teórica e conceitual do mundo da vida no qual se processam as formações da diversidade multi-identitária. E nesse sentido, esse espaço público da diversidade é ao mesmo tempo um espaço constituinte da esfera de ação política da sociedade civil, na medida em que este é entendido também como o *locus* de visibilidade, interação e organização desta sociedade civil, politicamente constituída e potencialmente ativa.

Dentro desse contexto, Habermas busca entender o caráter de fortalecimento político da sociedade civil a partir de uma mudança de concepção do lugar social da política e do significado social da política, o que nos possibilita compreender a sociedade civil como uma sociedade política na sua relação com o sistema normativamente constituído, na medida em que se pode entender essa relação como um processo fecundo de mudança dos valores simbólicos da cultura do comportamento político no processo da sociedade complexa.

Para ampliarmos nossos horizontes reflexivos sobre a produção de sentido da democracia nas formações identitárias, vejamos um argumento que segue um caminho diferente dos implementados pela teoria discursiva habermasiana mas que, ao mesmo tempo, se encontra num patamar de argumentação que constata a potencialidade política dos atores sociais, assim como o contexto de pluralidade democrática diante da mudança da cultura política contemporânea, e tenta refletir sobre o caráter da descentralização e complexidade da política e da identidade social na formação da democracia contemporânea da sociedade global.

Giddens (1996a) analisa a reestruturação do processo democrático a partir de uma abordagem interativo-dialógica da política reflexiva da sociedade contemporânea e a esta ele chama de “democracia dialógica”. Segundo esse autor:

A democratização dialógica não é uma extensão da democracia liberal ou até mesmo um complemento para ela; no entanto, a medida que avança, ela cria formas de intercâmbio social que podem contribuir substancialmente para a reconstrução da solidariedade social. A democracia dialógica não significa primordialmente proliferação de direitos ou a representação de interesses. Em vez disso, ela se ocupa da promoção de cosmopolitismo cultural (...) A democracia dialógica não está centrada no Estado mas sobre ele refrata de forma significativa. Situada no contexto de globalização e de reflexividade social, a democracia dialógica incentiva a democratização da democracia dentro da esfera do Estado. (1996a, p. 130).

Esse referencial conceitual, somado à teoria discursiva de Habermas, dá o tom da reavaliação da democracia em nossos dias. A noção de “democracia deliberativa” que se fundamenta na idéia de reconhecimento das diferentes posições dos atores e, por sua vez, constitui um processo de diálogo e entendimento para tomada de decisões no campo político, é o exemplo explicativo de análise conceitual que ambienta as concepções expostas acima. Nesse sentido, podemos referenciar uma “democracia diferenciada” (de caráter pretensamente procedimental, dialógico e deliberativo) recorrendo a Habermas (1995), Joshua Cohen (1989 apud Habermas, 1997), David Miller (1992) e Giddens (1996a), como uma forma processual de política sob a qual é desenvolvido o sentido de obtenção de acordos e tomadas de posições por parte dos atores e seus interesses sócio-políticos na arena política constituída na esfera pública da sociedade.

Este sentido reconhece a necessidade da relação entre a sociedade politicamente estruturada e o sistema político normativamente constituído a partir do conceito de cultura política fundamentado na interação das formações identitárias e nas formas de articulações da sociedade complexa, no qual o *habitus* político do reconhecimento das diferenças é formador de uma conjuntura que visa impedir a fragmentação da estrutura social, mantendo as afirmações identitárias num patamar de interação potencialmente política. Um aspecto que inevitavelmente caracteriza os sistemas sociais contemporâneos.

Partimos do pressuposto de que nas sociedades contemporâneas (especificamente as de formação historicamente híbrida como a brasileira) há a emergência do fenômeno do reconhecimento e afirmação política das formações identitárias, seja de natureza religiosa, étnica, política, sexual ou de outra natureza que se constitui como elemento de complexidade no contexto das relações sociais e, conseqüentemente, dos sistemas

sociais. No caso do Brasil verificamos que *A formação do imaginário da “brasilidade” no espaço público é cada vez mais político afirmativo, e isso se demonstra na medida em que as formas de reconhecimento adquirem o aspecto da alteridade dentro do processo de sua civilidade* (Leis e Silva, 2001, p. 07).

Dentre outros fatores, esse contexto identitário de diferenciações se justifica pelo processo de reafirmações sócio-políticas no campo de ação dos atores e tais diferenças precisam ser compatibilizadas mediante um processo argumentativo de negociação procedimental, deliberativo e dialógico para que estas possam ser politicamente relacionáveis.

O contexto comunicativo e dialógico, como processo político das identidades, se justifica na identificação do reconhecimento da diferença entre os atores e na superação de uma racionalidade instrumental que apenas atomiza as ações sociais e políticas dessas identidades dentro de um caráter individualista de ação social. Nesse sentido, argumentamos que compatibilizar diferenças pressupõe reconhecer e relacionar distintas formações identitárias que se formam num mesmo contexto. Em outras palavras, significa reconhecer as identidades dos interesses políticos diferenciados e tentar estabelecer um patamar de equidade discursiva para estas, no sentido de constituir uma arena de diversidade de relações.

Esse é o cenário político-configurativo das sociedades complexas. Um contexto de cosmologia identitária numa base de relações interligadas. Uma rede de relações identitárias sobre a qual as grandes narrativas políticas e sociológicas perderam seu poder de explicação e as mudanças e ações sociais se constituem num ambiente de conflito plural.

A questão relevante dentro dessa discussão refere-se a resignificação do sentido de reconhecimento democrático que se apresenta no âmago político dos sistemas sociais complexos, e que propõe, por sua vez, uma resignificação dos sentidos das ações coletivas e políticas na elaboração de projetos identitários.

Alguns exemplos de movimentos sociais como o movimento de mulheres ou o movimento dos trabalhadores, apresentados por Melucci (1996), redefiniram suas identidades no contexto contemporâneo com base na resignificação de suas bases tradicionais. As resignificações identitárias podem possuir um emblema renovado,

assim como uma reestruturação do conteúdo que se inova a cada momento que incorpora outros elementos simbólicos significativos para o fortalecimento das identidades e através dos quais dão visibilidade política e continuidade as lutas simbolicamente iniciadas em outros contextos e por outros atores, porém esse caráter não se aplica como regra a todo contexto de formação identitária.

O processo híbrido de formação identitária representa claramente um exemplo da condição pós-tradicional de identidade que curiosamente tem um papel comunicativo na medida em que os entendimentos das releituras culturais dos valores são emancipatórios, no que respeita a estruturação da identidade, e são políticos, no que respeita a forma do fortalecimento e reconhecimento da própria identidade. As inovações culturais se aproximam dos tradicionalismos e regionalismos e o amálgama de sentidos, entre estes, produzem novos sentidos a partir da releitura de velhos valores. A legitimidade e os consensos estabelecidos sobre esse fato, representam o poder comunicativo e simbólico das condições sociais de estruturação identitária. A condição comunicativa dessa construção identitária é formada pelas novas conjunturas de sociabilidade na qual a disponibilidade de informação e conhecimento proporciona mudança no *habitus* político na sua versão multi-identitária.

O foco dessa questão é a condição discursiva das identidades, que ganha poder político justamente pelo reconhecimento de si no contexto da pluralidade comunicativa. Esse aspecto em nossa argumentação aproxima as discussões sobre os sistemas complexos de articulação identitária ao processo de formação comunicativa das mesmas. Nesse sentido, a aproximação entre as análises de Melucci (1996) e Habermas (1987) nos ajuda a enfatizar o potencial da conjuntura multicultural formadora de novos espaços públicos, pautado em formas de afirmações, reconhecimento das diferenças e complexidade nas relações dialógicas das identidades. A conjuntura híbrida e comunicativa das formações identitárias no tecido social complexo reafirma a condição do poder de representação simbólica e social das formações identitárias nos espaços públicos, que estão cada vez mais sendo legitimados pela visualização das diferenças.

Ante esse processo, a construção identitária na atualidade redefine-se no tecido social dentro do que na abordagem multiculturalista se convencionou chamar de semiosfera¹⁷. A produção de sentido identitário ganha um poder de ressignificação

¹⁷ “Espaço sócio-cultural como semiosfera” ver SEMPRINI, Andrea (1999).

simbólica e social e, conseqüentemente, as ações, mobilizações e interações identitárias tendem a se complexificar mais e mais mediante o *network* social. Nesse sentido, a idéia que orienta Alberto Melucci (1996) sobre identidade e descentralidade contemporânea das ações coletivas, está fundada numa preocupação de crítica que rompe com o mito da totalidade nas explicações sociológicas da identidade e se pauta nos ressignificados complexos desta, sob o ponto de vista articulatório e comunicativo dos atores sociais.

Dentro desse aspecto, ele nos explica que as mobilizações identitárias, no contexto da impossibilidade das grandes mudanças sociais, se vêem forçadas a aceitar, e em certa medida legitimar, a pluralidade dos níveis de estruturação social que reconfiguram a sociedade e estabelecem os sistemas complexos. Com isso, tais mobilizações tendem a legitimar também os instrumentos de mudança social com suas irredutíveis diferenças.

Mas por outro lado, Melucci nos mostra que esse contexto complexo da sociedade abre um grande campo de ação político diferenciado e conflitual, o que tende a complexificar ainda mais o sistema no que toca a relação entre a mobilização identitária e os processos de mudança social. Nesse contexto, Melucci argumenta que a relação entre a complexidade e a mudança cria um vínculo de necessidade por decisões e isso envolve interesses identitários diferenciados e plurais sob um aspecto de descentralização. Esse é um dos motivos da proliferação de atores políticos nas variadas áreas das sociedades, e isso de certa forma demonstra o contexto de autonomia da política no momento contemporâneo.

As mobilizações político-identitárias se enquadram no interior do tecido social e, em certa medida, nas instâncias do sistema político. Tais mobilizações representam interesses identitários tanto no aspecto simbólico como material, através dos atores. Essa relação simbólica e material é aqui referida como “motivação de sentido” das formações das identidades. Seja no campo simbólico (uma ideologia, uma religião, uma visão de mundo ou outro objeto de caráter abstrato) ou no material (um pedaço de terra ou instrumentos para trabalhar nela), essa motivação de sentido representa um elemento constitutivo da formação identitária dos atores, pois é algo que está relacionado ao processo de reconhecimento dos interesses e afirmação das pertenças identitárias.

Motivação de sentido, pertencimento e reconhecimento são elementos que relacionados à política ganham um caráter hiperativo nas relações sociais complexas.

O fluxo simbólico das relações identitárias é cada vez mais de afirmação (reconhecimento e posicionamento do limites identitários) e interação (processo de relacionamento com outros limites identitários) nos processos sociais. Poderíamos chamar esse processo de sóciogênese da complexidade contemporânea, fazendo uso mais uma vez das categorias de análise de Nobert Elias.

Na medida em que estamos desenvolvendo esta linha de raciocínio estamos sempre nos referindo a questão da identidade e ao processo de mobilização política com seu caráter de capital simbólico, e ao mesmo tempo ao fato de que esse fluxo de bens simbólicos influencia sobremaneira a complexidade da sociedade contemporânea tanto no aspecto social, cultural ou de qualquer natureza identitária, do ponto de vista do que chamamos, linhas acima, de “motivação de sentidos”.

A sociedade complexa é um ambiente de geração das identidades cada vez mais plurais e estas se formam frente ao processo de fragmentação e reestruturação do tecido social, cultural e fundamentalmente político. Sendo assim, poderemos partir dessa base de argumentação para analisarmos noções teórico-conceituais sobre as “identidades” com um caráter político-explicativo no contexto da democratização contemporânea. Dentro desse contexto, as questões levantadas sobre as formações identitárias ganham maior peso quando tratadas à luz das formações democráticas, o que faz com que tenhamos a partir desses dois temas a problemática da política sendo retomada como questão central no debate contemporâneo.

Os autores destacados nessa primeira parte do trabalho se aproximam de forma indireta, na medida em que apresentam argumentações teóricas e conceituais que destacam a questão da identidade e do reconhecimento político como processo presente no tecido complexo das sociedades destacando uma preocupação comum com a democracia e com a cultura política.

E uma das principais questões que aproximam suas argumentações teóricas é a constatação, presente de forma diferenciada em seus trabalhos, de que o processo de afirmação e reconhecimento das diferenças são fatores que contribuem para o

enriquecimento da cultura de participação política e para a mudança dos valores institucionais da democracia contemporânea.

Argumentamos a partir disso que a política da formação identitária, tende a estabelecer novos significados à cultura política da participação dos atores sociais em relação ao sistema político. Pois a redefinição simbólica das identidades nas estruturas sociais complexas tem o poder de acenar para as mudanças de comportamento político dos sistemas democráticos através das articulações diferenciadas dos atores identitários. Com isso a forma argumentativa da cultura democrática contemporânea desenvolvida por Giddens (1996a; 1996b; 1997) com sua noção de democracia dialógica, a definição dos sistemas complexos e a reestruturação da cultura de ações coletivas em rede feita por Melucci (1990; 1996), o conceito de democracia deliberativa através da qual as regras das participações políticas dão maior legitimidade à cultura política para os atores político-sociais desenvolvida por Joshua Cohen (1989 apud Habermas, 1997), os princípios normativos dos processos democráticos formados nas regras simétricas para as diferenças políticas a partir de Dahl (1989 apud Habermas 1997)¹⁸, assim como o processo de escolha pública deliberativa na condição democrática contemporânea, enfatizado por Miller (1992), formam argumentações teóricas que indiretamente corroboram com a tese da democracia discursiva fundada no reconhecimento e inclusão das diferenças, estruturada por Habermas (2001; 1998a; 1998b, 1997) e com os reconhecimentos das afirmações políticas das formações identitárias presentes nas discussões multiculturalistas. A tríade conjuntural: identidade, política e democracia, se apresenta de forma diferenciada nos trabalhos desses autores, mas acomoda uma análise afinada com o problema das diferenças tão enfatizado pela situação global das sociedades. Tais explicações teóricas proporcionam novos modelos de análise que

¹⁸ Fazendo um pequeno esclarecimento sobre o conceito normativo de política deliberativa apresentado por Dahl, afirmamos que esta se fundamenta num modelo abstrato de política democrática em que se reconhecem regras que garantem as diferenças como formas de compatibilidade das relações políticas e decisões sobre acordos simétricos. Na visão conceitual e normativa de Dahl existem cinco regras que possibilitariam uma real democracia das diferenças: 1) a inclusão de todos livremente envolvidos com o processo político decisório, que representariam os interesses político-identitários; 2) a definição real das chances de participação desses atores, distribuída de forma equânime no processo político; 3) igual direito de voto nas decisões por parte dos atores; 4) o mesmo direito sobre a escolha dos temas na formação da agenda política; e 5) a constituição de uma situação através da qual os atores identitários, de posse de informações suficientes, possam desenvolver uma compreensão articulada sobre os temas e matérias que serão regulamentadas politicamente. Sobre o tema da deliberação política, ver também: FUNG, Archon e WRIGHT, Erik. “Experimentos em democracia deliberativa”. In *Sociologias 2; Dossiê/ Cidadania e democracia*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

podem se complementar nas explicações sobre o caráter político e que vão além de revisões conceituais.

Nesse sentido, a argumentação que implementamos para discutir o que chamamos no próximo capítulo de formulação discursiva da democracia tem como base a retomada complementar do problema da identidade e da política e a vinculação destas com a formação da democracia. E se valerá do fato de que os sentidos políticos nos sistemas complexos tendem a reestruturar o *habitus* democrático.

O contexto discursivo no qual essas idéias se afirmam é fruto de uma mudança de comportamento social e institucional do campo simbólico da política. E a questão relevante desses argumentos se fundamenta no fato de que a fragmentação social não pode e nem deve prescindir da política, sob pena de termos um esfacelamento da estrutura social. A mudança da cultura política pelo reconhecimento da diferença é o elemento chave para que se discuta a reestruturação do ideário democrático nas sociedades locais e sua irreduzível vinculação com o fenômeno global.

O caráter de aproximação indireta desses autores, em suas argumentações focais, reforça a nossa hipótese geral fundamentada no fato teórico de que nas sociedades complexas a cultura política dos atores, em seus reconhecimentos identitários, tem proposto formas de interações políticas nas quais os conflitos são legítimos nos processos de afirmações das comunidades identitárias e formações identitárias, na medida em que estes conflitos se justificam a partir do reconhecimento das diferenças e nas negociações político-dialógicas mantenedoras dessas diferenças.

Vejam os aspectos reflexivos da democracia e da política na sociedade complexa e a relação que estes têm nos elementos que compõem o problema do *habitus* político contemporâneo.

CAPÍTULO III

A Democracia dos Sentidos Políticos

3.1. A formulação discursiva do ideário democrático.

O conceito de democracia na atualidade, no que concerne ao seu entendimento entre “regime político” e “cultura política”, nos remete à reflexão sobre “participação social”, à noção de “ator social” e às interações, relações e negociações dialógicas no âmbito do reconhecimento das diferenças identitárias e dos interesses entre os diversos atores no mundo contemporâneo. Essas questões envolvem elementos fundamentais para entendermos a democracia contemporânea, na medida em que tais elementos conceituais se contextualizam no processo social e político das formações sociais nas quais os atores identitários sociais são mobilizadores desse cenário.

Nesse sentido, para analisarmos a conjuntura dessa formação democrática sob um prisma reflexivo, devemos partir de seu pressuposto original no conjunto da sociedade moderna e, com isso, verificar os elementos contextuais de sua fundamentação conceitual. Nesse sentido, partimos de um problema primário da democracia moderna, o qual se refere à relação entre os aspectos da liberdade social e política das afirmações identitárias e a conexão desses componentes com o poder político constituído.

Com base nesse cenário, podemos entender que o sentido de democracia na modernidade se estruturou entre duas percepções distintas: uma que tratou a democracia sob a égide da soberania popular (o sufrágio universal como elemento de representação política legítima e normativa) e outra que a tratou como liberdade da diferença referente ao debate político e social (reconhecimento do direito da diferença como afirmação política de interesses díspares e, conseqüentemente, identitários).

Tal questão se apresentou de forma subliminar no debate político e filosófico do século XIX, na medida em que entrou em choque a perspectiva da filosofia liberal, que reconhecia o valor da liberdade e da diferença como premissa máxima da sociedade moderna, com o princípio de normatização de uma forma de regime político e de governabilidade legítima, que partia do princípio de uma igualdade universal para todos os cidadãos como valor pretensamente legítimo de organização política dos Estados. A questão problema girou em torno de como garantir o preceito de liberdade no contexto da relação entre igualdade e diferença, e no âmbito da relação entre maioria e minoria, este último entendido como pressuposto de legitimidade político-representativa e delegação de poder.

Segundo Touraine (1996), o aspecto que se refere à equidade democrática como procedimento geral (referido à normatização do princípio da igualdade sócio-político-econômico) caracteriza a democracia num contexto referente ao que os intelectuais convencionaram chamar de “ideais democráticos da igualdade social”. O outro aspecto, referente ao direito de liberdade e diferença, diz respeito à contextualização dos procedimentos das ações dos atores no âmbito da participação social e política sob o aspecto da diversidade, aludindo de forma subliminar ao direito à diferença.

Essa discussão foi sistematicamente revelada na filosofia do século XIX, o que tornou possível exprimir a democracia como forma de governo legítimo e normativamente constituído ao mesmo tempo em que também tornou possível percebê-la como processo de reconhecimento da liberdade política e social dos indivíduos (Arblaster, 1988). Nas duas concepções, o sentido atribuído à democracia se fundamenta no processo de formação política que constitui e busca garantir liberdade de ação sócio-política à grande maioria da sociedade e, ao mesmo tempo, reconhecer o contexto de diversidade dos sujeitos envolvidos em tal processo.

Autores reconhecidamente importantes no campo da filosofia liberal como John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, investigaram o contexto de consolidação da democracia representativa como forma de governo, ancorados no princípio de liberdade.

Tocqueville era antes liberal que democrata e sua fundamentação argumentativa referia-se à compreensão sobre a possibilidade de sobrevivência do princípio ideal de liberdade (valor máximo do liberalismo), e de que forma se daria tal sobrevivência na

sociedade democrática, na medida em que imperava uma lógica, pretensamente legítima, do valor da imposição da maioria sobre a minoria. Como Tocqueville propriamente afirma:

Considero ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria do povo tem direito de fazer tudo; apesar disso situo na vontade da maioria a origem de todos os poderes. (...) Afinal o que é uma maioria tomada coletivamente, se não um indivíduo que tem opiniões e, na maioria dos casos, interesses contrários a outro indivíduo, denominado minoria? (...) se você admitir que um homem investido da onipotência pode abusar dela contra seus adversários, por que não admite a mesma coisa para uma maioria? (1998, p. 294).

A questão, em última instância, refere-se ao poder dado à maioria e como esse aspecto se instaura voluntariamente contra o princípio de liberdade.

Para Bobbio (1997a), a democracia na visão de Tocqueville se expressa em dois aspectos distintos. Num primeiro ela se refere à forma de governabilidade em que, a princípio, “todos”, em tese, têm o poder de participação na coisa pública. Num segundo aspecto, refere-se ao contexto social e político que se inspira no preceito de ideal de igualdade como valor legitimamente universal. Assim,

A ameaça que deriva da democracia como forma de governo é para tais autores a tirania da maioria: o perigo que a democracia corre como progressiva realização do ideal igualitário é o nivelamento, cujo efeito final é o despotismo. São duas formas diversas de tirania, e, portanto, ambas embora de maneira diversa, são a negação da liberdade. (Bobbio, 1997a, p. 57).

O sentido principal da questão da “tirania da maioria” na argumentação de Tocqueville repousa nos critérios de definição da democracia representativa que tem como fundamento o pressuposto da “maioria representada” através do sufrágio universal. Esse princípio tenta se justificar legitimamente no ideal de igualdade que faz com que o poder do número prevaleça sobre a individualidade. Conforme Tocqueville, nesse princípio há o sentido de que *“existe mais cultura e mais sabedoria em muitos homens reunidos que num só, no número mais do que na qualidade dos legisladores. É a teoria da igualdade aplicada à inteligência.”* (1998, p. 298).

Segundo Giddens, numa análise sobre a origem conceitual do liberalismo democrático, *“A democracia é basicamente um sistema de representação. É uma forma*

de governo que se caracteriza por eleições regulares, sufrágio universal, liberdade de consciência e pelo direito de candidatura e o de formação de grupos e associações políticas. Definida dessa maneira, a democracia é normalmente relacionada ao pluralismo e à expressão de interesses diversos.” (1996a, p.129).

Por outro lado, no que toca às bases de representação e delegação política constituintes desse regime, verifica-se um determinado hiato entre o regime e os eleitores que contribui para a distância entre a sociedade civil e o sistema político de representação. Como afirma Giddens: *“Não importando a forma como estiver organizada, a democracia representativa significa o governo de grupos distantes do eleitor e com freqüência é dominada por insignificantes questões de política partidária”*. (1996a, p.129). De forma contextual, Carl Becker (1964) estabeleceu uma análise mais realista, do ponto de vista crítico, quando afirmou que a democracia nos moldes representativos se constituía num *“governo do povo, pelos políticos, para quaisquer grupos capazes de utilizar bastante pressão para garantir a realização dos seus interesses.”* (p.17).

Diante da perspectiva do que podemos chamar de problemas originais da democracia, argumentamos que a noção de democracia representativa, na medida em que contextualiza a participação ativa dos atores sociais, tem seu sentido através da liberdade política que está inerente ao seu processo e isso fundamenta a garantia legal e legítima do direito à diferença política. Sem tal caráter não seria possível existir os processos de formações dos atores e das mobilizações sociais, políticas e ideológicas como expressões de cunho democrático.

Mesmo assim, vemos que um dos maiores problemas dessa formação democrática é uma distância acentuada entre a sociedade civil e o sistema político, criando o que chamaríamos de espaço desabitado da política no contexto da interação de relações de poder entre os representantes frente aos representados, embora se reconheça todo o esforço político da sociedade civil para a formação e manutenção da democracia.

A relevância da sociedade civil se fundamenta no reconhecimento político dos valores da democracia através da articulação dos atores sociais, mesmo não havendo consenso sobre o caráter do papel político desses atores. Por outro lado, no argumento de Weffort o que é colocado em relevo é o caráter amorfo que a mesma possui e que

coexiste com sua visibilidade pública. Em suas palavras *a realidade da sociedade civil ficava em algum ponto entre a nulidade amorfa das concepções tradicionais e a imagem produzida por sua grande ressonância pública* (Weffort apud Schiochet, 2000, p. 17). Desse modo, tinha-se uma imagem negativa da sociedade civil que predominava, contraposta posteriormente por uma visão politizada e ativa dessa sociedade civil no meandro dessa cultura de democracia representativa, e este pode ser considerado o aspecto positivo do modelo representativo da democracia, mesmo com seu caráter hegemônico de uma vontade da grande maioria.

Embora, segundo seus críticos, este não seja o modelo mais legítimo, a democracia representativa traz o pressuposto da liberdade de expressão da vontade como proposição de sentido da política. O aspecto político de escolha do governante e dos membros do legislativo, em todas as esferas, representa esta liberdade de opção por uma legitimidade político-representativa de formação democrática.

Coadunando com esta linha argumentativa, Rui Paulo da Cruz (2000) faz uma reflexão que ressalta positivamente o caráter representativo da democracia associado ao sistema da mídia informativa nas sociedades ocidentais, embora ele considere que essa relação (mídia-política) possui problemas estruturais no que diz respeito à relação de poder entre representante e representado. Segundo ele,

Num contexto de decisão democrática, não governa necessariamente o melhor, nem o mais iluminado, nem o mais competente nem o mais capaz. Em democracia governa aquele que reunir o maior número de votos. Por isso dizia Churchill, (...) que a democracia era horrível como regime. (...). Churchill acrescentava, que não se lhe conhece alternativa melhor... O mesmo se pode dizer da imprensa e da sua liberdade. Que horríveis desvios da verdade e atropelos à dignidade dos homens nos têm dado a imprensa livre de nossos países democráticos... Mas quem conhecer melhor alternativa ao exercício universal da liberdade de expressão dos povos que nos apresente a solução. Estamos então a falar de democracia, de liberdade, de informação e de votos. A essência da democracia ocidental é a representatividade do eleito. O eleitor delegou poderes em alguém que escolheu. Esta é um outro componente fundamental da democracia: a capacidade e a possibilidade de escolha. Um voto não é apenas uma delegação de poderes feita cegamente a alguém que nos merece confiança. O voto é uma escolha livre feita pelos cidadãos entre cidadãos que livremente apresentam suas idéias e propostas à sociedade. Por isso aqueles que pensam como eu não reconhecem a democracia sem liberdade. Não há escolha quando não há por onde escolher. Não há democracia sem opções alternativas para o eleitor. Ora é na questão da escolha que se centra a perigosidade relativa das relações da imprensa com o poder. (p.16)

Contextualizando a discussão quanto à questão democrática e seu mecanismo funcional de legitimidade temos o caráter da diferenciação dos atores e seus processos de interação política como aspecto de dinamização da democracia mesmo num molde representativo. Nesse sentido, ampliamos a discussão para além do processo eleitoral e da composição política e a ancoramos no contexto da esfera pública, que é o ambiente sócio-político de visibilidade das ações e articulações democráticas dos vários atores e suas diferenças.

A democracia a partir de seu pressuposto original, traz em si a garantia da liberdade das diferenças presentes na sociedade e a garantia de que tais diferenças possam ser reconhecidas nos processos sociais (relações sociais livres, relações e ações políticas e institucionais) do espaço público da sociedade civil política, efetivamente constituída (Costa, 1994, 1995, 1997a; Touraine, 1995, 1996).

Segundo Alain Touraine (1996) *“O que define a democracia não é somente um conjunto de garantias institucionais ou o reino da maioria, mas antes de tudo, o reconhecimento pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal e o direito de identificação com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular.”* (p.26). Em outras palavras, liberdade de expressão e de ação dos sujeitos na sociedade fundamentada a partir das diferenças.

Tal contexto de liberdade está situado na relação entre duas coisas: primeiro na participação social estruturada na prática política e reconhecimento do direito da mesma; e segundo no interior do *habitus* político, no seu sentido de disponibilidade de conhecimento cultural da política, que se configura como efeito do processo das formações sociais no campo simbólico da política. Isso nos leva, de forma particular, à discussão sobre a mobilização social e política nos processos de articulação e luta dos atores sociais, contextualizada em ambientes de conflito e caracterizada por interações dialógicas. E isso não significa que estejamos falando de uma cultura do consenso político, mas dos limites interativos das diferenças identitárias em termos da cultura democrática.

A existência da participação democrática, ante o aspecto da formação política da liberdade das ações sociais, tem seu suporte na forma de expressão e ação dos atores

sociais. Segundo Robert Fraise, a democracia é a luta dos sujeitos contra a lógica de imposição e dominação dos sistemas na sociedade (Fraise apud Touraine, 1996), ou seja, a política do sujeito em favor do reconhecimento de sua liberdade de ação. Essa forma de ação se expressa visivelmente no ambiente da esfera pública multi-identitária.

Com isso, estamos argumentando que a sociedade civil política, funcionalmente estabelecida nesta esfera pública, do ponto de vista de um ambiente de visibilidade participativa, se revela como “*locus*” das ações de caráter social, político e cultural, isto é, ações caracterizadas por uma pré-disposição democrática em seu aspecto geral. Ante esse contexto, argumentamos também que essas ações não são apenas de caráter formal institucional, pois o espaço público politicamente constituído e ativado pela ação política da sociedade civil incorpora como democrática a liberdade da prática político-identitária de vários atores sociais não institucionais ou mesmo institucionalizados: movimentos sociais, étnicos, culturais e religiosos dando, com isso, sentido prático à premissa fundamental da “liberdade” e da “diferença” como dispositivos legítimos de ações da sociogênese política da sociedade contemporânea, o que demonstra o sentido dinâmico da política na esfera social e nos possibilita ouvir o “barulho democrático” das formações identitárias, como afirmado por Peter McLaren (2000b),

(...) uma democracia na qual as identidades conseguem fazer soar suas vozes, em uma interação dialógica como condição do outro, é uma democracia barulhenta, exigindo disputa aberta nas estruturas acordadas (pelo menos na tentativa) e utilizando uma forma de crítica de contraponto, para prevenir que a animosidade ferva e transborde para a violência. Além de uma democracia barulhenta, é necessário que criemos espaços de identidade que impeçam a pureza da mesmice, (...). (p.294)

Essa argumentação citada faz parte de uma reflexão multiculturalista que tem como fundamento criticar o universalismo consensual apriorístico da democracia na perspectiva liberal. O pluralismo liberal é determinado por um consenso universal que em termos democráticos tenderia a subtrair o próprio sentido da diferença, pois elimina a função da política como elemento de reconhecimento da alteridade e instrumento de interação da diversidade. Ainda referindo à crítica de McLaren “*A noção errônea de que a democracia requer um acordo consensual evoca a imagem de uma sociedade que lembra um espaço vazio e congelado, um silêncio estruturado e sedimentado, no qual*

poder e antagonismo desaparecem (...) em tal espaço, a identidade de grupo não é funcional para a integração cultural e o consenso social.” (2000b, p. 294)

Desse modo, podemos entender que no cenário das formações sociais, os atores veiculam sentidos políticos como prática do exercício democrático de uma racionalidade política, no âmbito do sistema político ou no âmbito das mobilizações sociais no mundo da vida do cotidiano (vê-se aí todas as formas de mobilizações sócio-identitárias e político-culturais), como ações do associativismo civil, movimentos sociais, ONGs nacionais ou internacionais, grupos políticos, etc.; mobilizações afirmativas, movimento de mulheres, identidades culturais, étnicas, religiosas, não fundamentalistas como atores que produzem “barulho político” no espaço da democracia (Scherer-Warren, 1999; Schere-Warren e Roussiaud, 1999; Scherer-Warren e Krischke, 1987). Com isso podemos entender a predisposição das ações democráticas contemporâneas da vida social, política e cultural como uma vitrine de interesses simbólicos que apresenta ações afirmativas de liberdade e diferenças identitárias.

Esses interesses simbólicos dão uma subestrutura às formações identitárias na sociedade civil politicamente estruturada e articulada, frente a uma rede de complexidade de ações afirmativas cada vez mais descentralizada, que se localiza ao mesmo tempo na fronteira entre o local e o global presente nos contextos multiculturais dos espaços públicos multi-identitários.

Perante tal processo, as questões que parecem ser principais ao propósito de compreensão da produção de sentido da democracia são: 1) como compreender a reestruturação do imaginário político, no que diz respeito à cultura da participação democrática e a forma de incorporação do aprendizado da política relacionado ao que definimos anteriormente como *habitus* da democracia nas formações identitárias; e 2) como visualizar o comportamento político presente nestas formações a partir da noção contemporânea de esfera pública multi-identitária com base no reconhecimento das diferenças e na transformação dos valores simbólicos da democracia. Essas duas questões se referem à produção de sentido de uma democracia multi-identitária em uma sociedade irreversivelmente complexa do ponto de vista social e político com base numa visão interdisciplinar da teoria social.

As abordagens teóricas contemporâneas que tematizam as explicações da democracia têm buscado entender o grau de ressignificação dos sentidos presente nos procedimentos democráticos na relação local-global, como por exemplo a ressignificação dos valores que os atores sociais têm dado as questões das mobilizações políticas no contexto da globalização. Dentro de um determinado contexto, as reflexões sobre a democracia têm buscado retomar argumentações sobre procedimentos de caráter subjetivo, como o fenômeno dos interesses identitários, para possibilitar a compreensão do imaginário político da democracia possibilitando uma maior complexidade de reflexão político-sociológica.

O processo de constituição da crise do que chamamos de dilemas conceituais da democracia demonstra a necessidade de se retomar a discussão política e procedimental sobre esta democracia considerando o aspecto objetivo da instituição democrática assim como os valores subjetivos e simbólicos nas práticas da democracia.

As abordagens da teoria política contemporânea, feitas a partir das referências habermasianas percorrem um caminho procedimental subjetivo e ao mesmo tempo normativo nas explicações sobre o tema. E sob esse aspecto situam a análise da democracia entre a factualidade sócio-normativa e a validade da política dos procedimentos. Essa abordagem está ainda ancorada na relação entre o mundo da vida e o mundo sistêmico, e isso é um exemplo de como a realidade e os subsistemas sociais contêm interseções cada vez mais recorrentes e como essas estão ancoradas na política, num contexto de diversidade de interesses.

Com isso podemos dizer que o aspecto normativo da teoria habermasiana sobre a democracia se constitui discursivamente considerando o chão político dos atores sociais. Dentro dessa abordagem teórica, elementos de subjetividade, como representação lingüística, e elementos de objetividade, como sistema jurídico, são operacionalizados em conjunto com o intuito de enfatizar a realidade contemporânea da validade democrática.

O problema contemporâneo da fragmentação identitária encontra suporte num contexto de universalidade da política, o universal sendo a predisposição à política de interação e negociação. A democracia traz, nesse sentido, a questão subjacente da multiplicidade identitária frente à unidade da racionalidade política. Ou como o próprio

Habermas afirmou: “a unidade da razão na multiplicidade das vozes”, temática de discussão entre ele e os pós-modernos (1990).

Vejam os então o ideário da significação democrática no que toca à sociabilização política dos seus atores no contexto das interações da esfera pública política e no mercado de bens simbólicos do campo político, com fundamentação na teoria discursiva.

3.2.O Processo Simbólico e o *Habitus* Político Contemporâneo.

A possibilidade de participação, representação e diferenciação garante aos atores sociais uma condição à mobilização social democrática. Porém, tal ação não se revela apenas como recurso instrumental de busca de fins objetivos, mas também como sentido discursivo de reconhecimento dos agentes sociais, uma vez que a liberdade da ação política está subjacente ao reconhecimento dos atores na esfera pública.

A esfera pública é apresentada como um mercado de opinião de bens simbólicos no qual os diferentes atores se encontram em permanente interação e relacionamento público e político. Tais atores procuram participar do processo de geração da opinião pública e influenciar por essa via as tomadas de decisões, como um dispositivo de pressão ao sistema político que funciona sobre bases políticas de interação social¹⁹.

Dentro do campo simbólico da política, podemos reconhecer duas formas de participação: a normativa, referente ao sistema político através do qual se institucionaliza a democracia; e a dos atores de articulações identitárias, como os movimentos sociais e ecológicos, os sindicatos, ONGs, o associativismo civil, dentre outras matrizes discursivas de formações identitárias que se configuram como atores de ação indireta deste sistema, representantes de formas simbólicas de articulação e ação políticas.

Demonstrando com isso formas de produção de conhecimento da política que têm como referência um mesmo capital simbólico de produção de sentido da política, um normativo funcional do mundo sistêmico que entendemos

¹⁹ Sobre tal temática há uma ampla literatura que nos disponibiliza informações sobre a potencialidade política e o vigor com que a sociedade civil ativa vem atuando no processo de mudança da cultura política da sociedade contemporânea, tais como: Costa (1994) “*Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa*” in. Novos Estudos. SP: Cebrap; Costa (2003) “*As Cores de Ercília*”, BH: UFMG; Laval, Adrián. (2001) “*O Vigoroso modelo da Sociedade Civil Miúda*”. Mimeo; Schiochet, Valmor (2000) “*Sociedade Civil: O Social, o Político e suas Mediações*”. Tese de Doutorado. UNB: Brasília; Melucci, A.; Avritzer, L. (2000) “*Complex Cultural, Pluralism and Democracy: collective action in the public space*”. in *Social Science Information*, Columbia University: New York; e, por fim, Vieira, L. (2001) “*Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil na globalização*”. São Paulo: Record.

(...) como um conjunto de conceitos estruturados por questões como ética, valores, ideologias que orientam condutas, doutrinas e estratégias de ações. Ele é composto de conceitos políticos ou de propostas de ação política, definidos em seu campo simbólico (...) Ao utilizarmos a expressão “Pensamento Político-Normativo” nos referimos a políticas desenvolvidas por um grupo ou grupos, constituído(s) como discurso ideológico objetivo de convencimento, ou seja, uma política partidário-associativa. Fazemos referência a grupos ideologicamente associativos (Partidos Políticos e ONGs.) que se constituem como grupos identitários e coesos caracterizados por uma unificação discursiva. É um campo homogêneo (de saber e de fazer) definido por um discurso unificador e coesivo. (Silva, 1997, p.72)

e outro comum pragmático funcional do mundo da vida, que está circunscrito ao dia a dia vivido pelos atores fora dos espaços sistêmicos e normativos como os movimentos sociais, os espaços de articulações comunitárias, as mobilizações da sociedade civil, etc.

Este espaço simbólico do mundo vivido é constituído por um ambiente de conhecimento comum que se forma pelas representações sociais que têm assim uma vinculação ideológica do ponto de vista político. No que toca, por exemplo, à representação social da democracia vemos que o saber popular dos atores sociais, a partir de suas formações identitárias e o contexto de formação discursiva dos valores políticos, produzem um tipo de conhecimento ancorado em valores simbólicos fortalecidos pela legitimidade social no contexto da esfera pública²⁰.

As questões do mundo sistêmico e do mundo vivido demonstra que o caráter ideológico da política normativamente constituída ou vivenciada pelo senso comum no mundo da vida é produzido em ambos sentidos discursivos e voltado à questão democrática como prática político-participativa.

No que toca ao mundo da vida, diríamos que este se constitui na sociedade como um fenômeno eminentemente vivo de processos sociais e ressignificações de valores, os

²⁰ Teoria das Representações Sociais, no que tange à sociologia, indica-nos os recursos operacionais do método de investigação da epistemologia do processo. Este é um recurso instrumental de investigação que prioriza, sobretudo, o contexto social e os aspectos relacionados aos indivíduos no universo de análise, ou seja, que busca a identificação do aspecto interativo no qual são construídas relações sociais a partir das condições práticas e simbólicas. Desse modo, esse modelo de análise focaliza quatro pontos fundamentais do processo de formação das representações sociais: 1) o lugar social de produção do conhecimento; 2) o “modus” epistemológico de produção do mesmo; 3) o conhecimento como produto e 4) o sujeito como produtor. Essas definições conceituais são importantes para nossa análise pelo fato de nos possibilitar a investigação das representações sociais a partir da relação entre os atores e as estruturas que envolvem os processos de produção das mesmas. É fato que as representações nos revelam um panorama bastante amplo sobre a temática sugerida, “democracia e participação identitária”, por isso buscaremos seus elementos para identificarmos distintas formações discursivas. Edson Alves de Souza Filho (1993) afirma que a utilização de elementos da Análise de Discurso nas representações sociais é pertinente na medida em que estas são ambientadas nas formações discursivas. Para tanto, ele assevera que uma das tarefas seria examinar as representações como um sistema e delimitar o “corpus discursivo” sobre o qual se estruturam as representações.

quais são provedores de formas diferenciadas de produção simbólicas, de cultura e de conhecimentos sociais através das formas de sociabilidades nas formações identitárias. Ao fazermos tal afirmação, queremos argumentar que na dimensão da vida cotidiana consegue-se criar e desenvolver práticas inovadas, mecanismos táticos e, por que não dizer, estratégias de ações sociais que servem para a manutenção e para a mudança da cultura e do processo político do dia-a-dia na vida social que, por sua vez, se mostra plural e heterogênea sobre as bases do espaço social vivido a partir de um contexto simbólico e comunicativo da política.

O espaço vazio que há entre a esfera social e o sistema político tem sido preenchido por uma ampla e significativa mobilização de sentidos simbólicos em termos de interesses políticos. Os processos sociais vêm ocupando este espaço através das ressonâncias simbólicas, que têm sido fruto de novos significados dados aos modelos de mobilizações já conhecidos no cenário social, e que têm adquirido novas formações identitárias, obra das mobilizações de articulação da sociedade civil política. Nesse sentido, os movimentos sociais e seus novos processos de articulações, locais e globais, têm contribuído em muito para a mudança dos valores da democracia através dos seus exercícios políticos na esfera pública democrática contemporânea.

A discussão sobre o ressurgimento dos atores sociais como forma de participação democrática, tem procurado relacionar a questão do sistema político e a participação política na vida cotidiana dos atores sociais, centrando o enfoque sobre o caráter das formações identitárias como modelos de visibilidade da reestruturação da participação social e política da sociedade. Tal matriz argumentativa é fruto da ressignificação teórica sobre as formas de mobilização dos atores sociais que têm evoluído sistematicamente ante os dispositivos comunicativos da sociedade complexa. A descentralização das formas de interações identitárias proporcionada por mecanismos comunicativos deu novos significados simbólicos a velhos conteúdos identitários, e novas identidades a velhos significados. O espaço público multi-identitário evoluiu no sentido de incorporar novos valores em relação aos significados das lutas sociais e com isso garantir a emancipação política no contexto da esfera pública.

As matrizes identitárias que eram responsáveis politicamente pelas formas de organização social dos velhos movimentos ganharam força política na esfera pública

multi-identitária. É positivo destacar o papel simbólico do histórico de luta dos movimentos sociais na década de setenta e oitenta do século XX, que possibilitou a efervescência política do mundo da vida e conseqüentemente dos atores sociais nele presentes.

No enfoque da discussão sobre essa temática no Brasil, Vera da Silva Telles apresenta o ressurgimento desses atores como responsáveis pela reorganização da sociedade civil. Tais atores desenvolveram práticas políticas de questionamentos, reivindicações, articulações, mobilizações, etc. fazendo com que a sociedade civil se manifestasse num momento em que parecia estar presa por uma “*normatividade tecnocrata e repressora que despolitizava e privatizava a vida social*” (1987, p. 55). Na reflexão desenvolvida por Telles vemos o papel político da sociedade civil no contexto da produção da cultura política e é a partir dessa forma de análise que se pode verificar a tendência de reestruturação da sociedade civil política como um contexto de interação social de formas de mobilidade e sociabilidade nas articulações populares do tecido social. Como ela própria afirma, “*os registros de uma sociedade civil em formação estão presentes na articulação entre movimentos sociais e práticas associativas, direitos e espaços públicos democráticos*” (Telles apud Schiochet, 2000, p. 27).

Esta ação da sociedade civil influenciou sobremaneira a reabertura do processo democrático, sendo abordada num dos principais livros, segundo a crítica, sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais na consolidação da reestruturação democrática no Brasil, sob o título de: *Uma Revolução no Cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*, organizado por Scherer-Warren e Krischke (1987), que destaca também o papel da formação da democracia de base e o papel das identidades na transição política, fundamentando o processo de produção do conhecimento da política através da cultura do comportamento político dos atores sociais na esfera pública da sociedade civil ativa.

A partir de reflexões como estas é possível visibilizar a relação entre o mundo da vida e o mundo sistêmico, destacando a relação necessária entre estes para o entendimento do sentido de “democracia” constituído como processo de relação entre a sociedade civil política e o sistema político normativo.

A questão principal desse contexto reflexivo é como entender a noção contemporânea sobre a sociedade civil e qual a relevância política desse conceito perante a complexidade social, o processo de descentralização política e a fragmentação dos interesses identitários na sociedade globalizada e glocalizada em que as matrizes discursivas são fragmentadas e conectadas em redes reestruturando novos significados simbólicos e novas formações discursivas.

Nesse contexto, a abordagem do campo simbólico da política é fundamental para tal propósito, assim como seu caráter de representação e formação discursiva como base da produção de sentido da democracia. Podemos dizer que tal processo tende a reformular as condições do *habitus* democrático (como disponibilidade de conhecimento político-participativo produzido e compartilhado nas formações identitárias) que se constitui no campo simbólico da política.

Compreendemos este campo simbólico da política como um lugar social de ações identitárias e formulações discursivas. Este se funda a partir de uma lógica de relações de interesses que lhe são pertinentes e que se apresenta sob a forma de regras, valores, costumes e tipologias lingüísticas, configurando uma estética própria e uma autonomia relativa em relação a outros campos.

No que toca a noção de “campo” Bourdieu afirma que “*A teoria da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (...)*”. Sendo assim, para ele “*Compreender a gênese social de um campo, é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que ele joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e das obras por eles produzidas (...)*.” (1989, p. 69). O campo social é um espaço microcósmino que desenvolve suas normas e que se define na composição do macrocosmo global na relação com os outros campos.

No contexto de composição dos campos há uma clara relação de poder e conflito estabelecido no processo de interação entre seus atores, que são agentes de representação simbólica do poder do campo. Esse processo é responsável pela definição da noção do campo como um “campo de forças” de estratégias e táticas argumentativas. Segundo

Bourdieu,

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças,(...) há relações constantes e permanentes, de desigualdades que se exercem no interior deste espaço – que é também um campo de lutas para a conservar ou transformar este campo de forças. Cada um no interior deste universo empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência , suas estratégias. (1997,p.57)

Desse modo, podemos argumentar que a composição do campo social da política se dá a partir da estruturação simbólica que nele se faz constituir tendo como base correlações de forças nesta estruturação simbólica. As ações sociais e políticas deste campo se efetivam a partir da intermediação de seus atores e interlocutores identitários, representantes de significados simbólicos e argumentativos. Como afirma Bourdieu, “*O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)*” (1989, p. 09) que possibilita diferentes estratégias dos atores nos espaços sociais. Segundo essa lógica, “*É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação (...)*” (1989, p. 11).

Uma das características constitutivas do campo político é o jogo complexo de interesses nele instituído. Sendo assim, o campo político não é um império caracterizado por um poder central e centralizador de um representante, mas um lugar social de confrontos, conflitos, negociações, articulações, jogo de poder e ambiente de comunicabilidade de interesses identitários. No campo da política os efeitos das necessidades externas (materiais e simbólicas) se fazem sentir pelo intermédio da relação que os representantes estabelecem com os representados e pela articulação de interesses das formações identitárias da política.

Embora a discussão sobre o campo simbólico da política tenha um caráter estrutural, extraímos dela especificamente a noção de sistema simbólico, pois permite-nos focar as mudanças de sentido do significado da política perante as reestruturações e mudanças sociais ocorridas na sociedade contemporânea, através das quais, por exemplo, as variáveis “identidade”, “política” e “identidade-política” ganham um sentido

analítico relevante no que se refere à ressignificação dos valores simbólicos da democracia a partir das formações identitárias e, conseqüentemente, do *habitus* da cultura política contemporânea.

Deste modo, as formações identitárias ganham uma ressignificação simbólica nos contextos de suas ações democráticas produzindo com isso um sentido discursivo diferenciado em relação aos valores da democracia.

Esse processo simbólico-instituente redimensiona a noção de campo político ante o contexto de fragmentação dos interesses identitários, que se caracteriza como um processo que questiona o caráter de representação do poder pelo aspecto de delegação do mesmo e contextualiza a política a partir da fragmentação dos interesses identitários dentro dos sistemas sociais que, por sua vez, se tornam mais complexos. A cada momento esses são processos que reestruturam o campo político e o significado de poder simbólico da política atual. A “fragmentação social” e a “diversidade identitária” cria um novo sentido para o reconhecimento da política nos sistemas sociais complexos contemporâneos, o que tem possibilitado a reestruturação do sentido discursivo do conceito de poder político.

As formações político-identitárias na sociedade civil significam um processo de fortalecimento da mesma e, ao mesmo tempo, uma forma de interação política dos atores sociais com o sistema político. Por conseguinte, a autonomia relativa do poder político dentro desse sistema tende a diminuir, na medida em que as mobilizações identitárias dos atores se constituem num processo indireto de fiscalização e controle das representações políticas através de mobilizações dialógicas como pode ser visto no exercício dos Fóruns Sociais Mundiais constituídos como esferas públicas multi-identitárias da sociedade global. Em tese essa é a tendência presente nos sistemas sociais contemporâneos.

Nesse sentido, o sistema simbólico da política adquire uma dinâmica mais procedimental no contexto contemporâneo. O que pretendemos afirmar é que na medida em que as formações identitárias reconhecem a política como um instrumento de poder mínimo para garantia de determinadas conquistas sociais isso reflete a manutenção simbólica do direito a diferença.

Desenvolvemos esse argumento com base nas formações discursivas e representações sociais da democracia presentes nas formações identitárias da sociedade contemporânea.

O campo simbólico da política tem uma relevante contribuição analítica no que se refere ao cenário das relações identitárias, tanto no que diz respeito ao caráter interativo, pertinente ao sistema político normativo, como ao aspecto cotidiano do significado da política no próprio mundo da vida. Vejamos essa questão com base na institucionalização simbólica do *habitus* político.

O contexto de *habitus*, na visão da sociologia simbólica é fundamentado com base na ação dos indivíduos em relação às estruturas constituídas, mantenedoras de uma relação dialética entre valores práticos e simbólicos. Essa relação é também mantenedora de espaços sociais, nos quais as interações identitárias e o sistema das práticas das ações sociais passam a fazer parte de uma dimensão de poder simbólico da política.

Nesse sentido, o *habitus* pode ser dimensionado como: “*estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, com o princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e regulares sem ser o produto de obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.*” (Bourdieu, 1994, p. 61). Com isso temos, uma relação simbolicamente instituída entre estrutura, indivíduo e valores mutáveis constituídos em termos dos interesses em jogo na questão do *habitus*. Diríamos, em outras palavras, que essa relação estruturadora de *habitus* é composta numa relação de campo de forças de formação política.

Do ponto de vista estrutural da política, o caráter normativo nele configurado se afirma no ambiente do campo político instituído e se faz apresentar pelos canais legais institucionais presentes no campo social mais geral, que são as instituições políticas presentes na sociedade civil organizada e ativamente política.

Esse contexto dá um sentido de descentralidade com relação à participação identitária na esfera pública política através da sociedade civil, o que leva a aproximar o mundo da vida ao subsistema da política sendo, ambos, campos de interesses simbólicos

numa rede de relações identitárias. E, nesse sentido, é completamente plausível a compreensão sociológica da demanda por reconhecimentos e afirmações identitárias, o que nos fortalece a argumentação de que há uma resignificação de sentido político presente nas formações identitárias e isso tem dado força propulsiva à esfera pública multi-identitária.

A partir desses pontos reflexivos discutidos acima, procuraremos analisar as questões relacionadas à reestruturação da esfera pública numa versão multi-identitária através da qual a ação da sociedade civil é fundamental para esse processo.

3.3 A Sociedade Civil Política: das identidades aos interesses públicos no contexto dos sistemas complexos.

O conceito de sociedade civil nasceu a partir da sociedade burguesa e representou por muito tempo uma esfera do mundo privado com base nos princípios individualistas do liberalismo. Podemos dizer inclusive que esse conceito foi traduzido como um lugar social situado entre o Estado e o mercado econômico. Mas a questão relevante é traduzir o conceito de sociedade civil para um plano político no sentido de ser possível potencializá-la como lugar social de influência da esfera pública política e, conseqüentemente, a interação de ambas como exercício de visibilidade do processo de democracia. Sobretudo atualmente quando a questão da sociedade civil ganhou uma dinâmica global baseada na ação de articulação dos atores sociais tanto no âmbito das relações locais como internacionais, possível através da estrutura informacional da sociedade em rede (Castells, 1999).

Para isso é preciso levar em conta a necessidade de visualização crítica quanto ao conceito de sociedade civil, para que não a entendamos como uma instância autônoma e independente na luta política dos interesses dos atores.

Advogamos, nesse sentido, uma relação potencial entre a sociedade civil política e a esfera pública política em que demandas e interesses possam representar seu caráter político de interpelação e negociação a partir do processo de diferenciação social proporcionado pelas formações identitárias.

Nestor Garcia Canclini, expressa uma opinião crítica quanto ao conceito de sociedade civil. Segundo ele:

A dificuldade de se continuar falando em nome do popular levou, mais do que a um questionamento radical do discurso e das políticas de representação, à substituição deste termo pelo de sociedade civil. A fórmula sociedade civil tem a vantagem, às vezes, de decidir seus porta-vozes do Estado, mas a variedade de seus representantes, o caráter amiúde antagônico de suas reivindicações e a adesão quase sempre minoritária que os sustenta reproduzem os problemas que a conceitualização do popular deixara sem solução. (...) Alguns autores definem os modos de integração social que a expressão sociedade civil engloba como diferentes da economia e do Estado embora entrelaçados com ele. Aqueles que, ao meu ver, melhor a reformulam são Jean Cohen e A. Arato ao incluir – e ao mesmo tempo distinguir – “a esfera íntima (especialmente a familiar), a esfera de associações (especialmente associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública”. (Canclini, 1999, p.57-58)

Na reflexão de Cohen e Arato a *sociedade civil retém o núcleo normativo da teoria democrática* (1992, p.20). Habermas reitera os conceitos desenvolvidos sobre sociedade civil por J. Cohen e A. Arato vinculada politicamente ao mundo da vida (1997). Na concepção de Cohen e Arato, a classificação da sociedade civil na modernidade se estrutura em três contextos de diferenciação: pluralidade, publicidade e privacidade, como eles afirmam:

Plurality: families, informal groups, and voluntary associations whose plurality and autonomy allow for a variety of forms of life; publicity: institutions of culture and communication; privacy: and domain of individual self-development and moral choice; and legality: structures of general laws and basic rights needed to demarcate plurality, privacy and publicity from at least the state and, tendentially, the economy. Together these structures secure the institutional existence of a modern, differentiated civil society” (J. Cohen e A. Arato apud Habermas, 1997, p.101-102)

Habermas conceitua a sociedade civil dentro de um aspecto relacional com a esfera pública no sentido de potencializá-las politicamente. Em sua concepção, a sociedade civil possibilita constituir um *modus* afirmativo de equalização das diferenças funcionando como um núcleo de catalização de pluralismos identitários instituídos por seus atores e organizações que se visualizam discursivamente. Nesse sentido, ele afirma que na sociedade civil

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de

comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-se e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie da associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. Esses designs discursivos refletem, em suas formas de organização, abertas e igualitárias, certas características que compõe o tipo de comunicação em torno da qual se cristalizam, conferindo-lhe continuidade e duração. (Habermas, 1997, p.99)

A noção de política em Habermas tem o sentido de intermediação dialógica e está ancorada no contexto da Ação Comunicativa. Nesse sentido, a validade política das ações sociais é enfatizada mediante um conteúdo discursivo potencializador de acordos e negociações próprios do princípio comunicativo presentes na esfera pública. Mas a questão de fundo para adoção dessa base de análise é a caracterização dessa esfera pública e a sua relação com o campo político das formações identitárias, por um lado, e a definição do habitus político desse processo, por outro.

O contexto de esfera pública multi-identitária que desenvolvemos aqui tem um caráter interdisciplinar. Nesse sentido, damos a este um tratamento mais analítico e conceitual para nos referirmos ao momento da política no final dos anos noventa e a transição para os anos seguintes, em que analisaremos o Fórum Social Mundial como um exemplo seguramente mais explícito de esfera pública de mobilização das formações identitárias e de identificação da mudança do *habitus* político.

Mas convém ainda analisarmos a dinâmica funcional do conceito de esfera pública situada entre o mundo da vida e o mundo sistêmico, definindo-se como lugar político da sociedade civil.

Sérgio Costa afirma que a esfera pública atua “(...) *como instância intermediária entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida cotidiano e os colegiados competentes que articulam institucionalmente o processo de formação da vontade política*” (1994, p. 59), pois o processo político do mundo do sistema e da sociedade civil corresponde a um contexto de conhecimento ancorado numa “cultura política” que nos dá a noção de sociedade civil politicamente articulada no espaço público característico dos sistemas sociais complexos contemporâneos.

O exemplo da sociedade civil brasileira e a reestruturação de seu espaço público de articulação são significativos para essa discussão pois se pode perceber que o processo de abertura política desta sociedade deu força de reconstituição à cultura da participação da sociedade civil e ao seu *habitus* político – reconstituindo com isso o campo simbólico dos valores políticos e proporcionando um novo sentido aos valores democráticos. A retomada da cultura civil neste caso possibilitou mudanças no campo simbólico da política na luta pela democracia e na forma de configuração discursiva dessa luta. Dentro desse contexto, as formas de reconhecimentos da “política” indicavam um sentido de pluralidade, diferenciação e reconhecimento de formações de interesses identitários frente a um novo cenário de procedimentos políticos. A esfera pública brasileira e a sociedade civil experimentam um novo gosto pelo reconhecimento político da pluralidade e hoje se inserem num contexto de complexidade multi-identitária, na medida em que foi isso um processo de diferenciação e dinâmica interativa no que diz respeito à nova identidade participativa da sociedade brasileira.

A reestruturação da cultura política dos atores sociais na sociedade contemporânea está caracterizada por uma gradação elevada dos níveis de fragmentação e pluralidade de interesses simbólicos, fundados nos processos de reconhecimento afirmativo de suas formações identitárias. A noção de política está inserida em um aspecto de reconhecimento e legitimidade das diferenças, o que significa dizer que o sentido de política contemporânea está constituído, e em certa medida demarcado, por um caráter multi-identitário da esfera pública local-global. O pluralismo de interesses afirmativos prolifera mais e mais no conjunto das formações sociais e no processo da complexidade contemporânea da esfera pública. Essas mudanças parecem dar um ressignificado à ação política atual, no sentido das reorganizações dos interesses dentro das redes de relações sociais, que são cada vez mais autônomas no processo de formação das sociedades complexas.

Esse aspecto está relacionado ao processo de reconhecimento dos interesses diferenciados dentro das redes de relações contemporâneas que demandam, cada vez mais, ações e políticas afirmativas nos processos sociais. O contexto de diferenciação baseado na luta pelo reconhecimento da diferença não reconstitui, nesse sentido, o processo de exacerbação do individualismo, mas de uma integração diferencial dos

interesses que se distingue pelo aspecto fragmentário das interações sociais. O caráter da identidade enfocado pela noção conceitual de “individação”²¹ representa bem a explicação desse argumento.

O processo de descentralização da sociedade permite a formulação da base de estruturação do aspecto procedimental e deliberativo das ações sociais e políticas, a partir do reconhecimento dos interesses diferenciados que justificam uma instância de negociação discursivo-comunicativa na sociedade contemporânea. Esse tipo de explicação corrobora os argumentos sociológicos de Melucci publicado em seu trabalho “*Challenging Codes: Collective action in the information age*” (1996), sobre a formação de rede de articulação descentralizada. A relação entre descentralização e articulação comunicativa é pertinente na medida em que a instância discursiva de interação dos atores se estabelece num patamar horizontal de negociação.

Até mesmo se pensarmos em termos de negociação entre sociedade e Estado, o patamar de entendimento é necessariamente diferenciado, dado o processo de afirmação diferencial dos atores da sociedade contemporânea. Segundo Avritzer, em análise sobre a política na perspectiva comunicativa, a relação entre Estado e sociedade “*Trata da aceitação da diferenciação social como uma característica necessária das formações sociais modernas, o papel da política e dos movimentos sociais limitando-se à organização da sociedade e à determinação de novas formas de relação entre sociedade e estado.*” (1996, p.14). Constituindo-se, pois, em um processo político de emancipação social e democrática.

Parece-nos ser necessário identificar a principal característica que gira em torno da noção de sociedade complexa. Esta por sua vez é definida pela variável “descentralização” que reconfigura o sistema social em forma de rede articulatória. Para Melucci (1996) o sistema social contemporâneo se constitui no âmbito de uma rede de relações estruturada autonomamente. Isso se refere, de forma específica, ao aspecto do reconhecimento dos interesses diferenciados dentro das redes e, conseqüentemente, ao lugar das ações sociais no mesmo processo. O contexto de diferenciação, através da luta por reconhecimento das diferenças identitárias, constitui um processo de integração diferencial nesta descentralização. Associando essa perspectiva às análises discursivas,

²¹ Sobre o conceito de individação ver: Giddens, A. (1997)

vemos que esta abordagem tem a ver com as argumentações habermasianas sobre processos políticos de descentralizações.

Segundo Habermas (1997) o processo de descentralização da sociedade, no campo político, permite a formulação da base de estruturação do caráter procedimental e deliberativo das ações sociais e políticas a partir do reconhecimento dos interesses diferenciados que, segundo ele, justificam uma instância de negociação no campo político-normativo da sociedade contemporânea. É com base nesse aspecto que é possível falarmos de uma “sociedade civil política” e ao mesmo tempo de uma “esfera pública política” que na nossa argumentação são preenchidas por formações identitárias interativas²².

A ação comunicativa, presente na teoria discursiva de Habermas, se justifica na identificação do reconhecimento da diferença entre os atores e na superação de uma racionalidade individualista. Nesse sentido, argumentamos que compatibilizar diferenças pressupõe reconhecer e relacionar distintas identificações que se formam num mesmo contexto de formulação discursiva. Em outras palavras, significa reconhecer as identidades dos interesses distintos e tentar estabelecer um patamar de equidade discursiva para tais diferenças, tendo como fundamento o elemento da alteridade política. Esse contexto figurativo da sociedade complexa é possível graças ao processo das redes de conexões sociais.

A questão relevante dentro caráter comunicativo interidentitário é o processo de ressignificação de sentido que se apresenta no contexto desta formação social das identidades. Refiro-me ao aspecto de referência às tradições na constituição dos discursos identitários. Um exemplo claro dessa questão pode ser mostrado com o papel dos vários segmentos dos movimentos sociais, como o movimento de mulheres, apresentados por Melucci (1996), nos quais suas tradições serviram para redefinir politicamente seus papéis identitários no contexto contemporâneo. A ressignificação dos sentidos de suas ações representa a característica de formações identitárias no processo inter-relacional

²² Habermas não tem como preocupação central discutir conceitualmente a noção de “identidade” - embora seja válido salientar que ele fez uma discussão sobre identidade em seus trabalhos tais como: “*Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*”; “*A inclusão do outro*”; “*Identidades Nacionais y Postnacionales*” e “*Inclusão: integrar ou incorporar?*” - mas parte do pressuposto de que nas sociedades contemporâneas há a emergência do fenômeno da diferenciação complexa nos contextos das relações sociais que se justifica pelo processo de reconhecimento político no campo das ações sociais e que precisa ser compatibilizada no contexto argumentativo e procedimental (Habermas, 1997).

das redes sociais que citamos linhas acima, processo esse estruturado politicamente segundo nossa argumentação e que incide diretamente sobre a enunciação discursiva em relação a novos valores da democracia.

Essas mobilizações identitárias em certa medida tendem a legitimar a pluralidade da estruturação social estabelecida nos sistemas complexos. Com isso tais mobilizações identitárias tendem a legitimar também os instrumentos de mobilização da mudança social assim como as diferenças simbólicas de suas diferenças. Melucci nos mostra também que esse contexto complexo de mudança, presente na sociedade contemporânea, abre um grande campo político de ação diferenciado e conflitual, o que tende a complexificar ainda mais o sistema no que tange à relação simbólica entre a mobilização identitária e os processos sociais na luta por mudança. Ele argumenta que a relação entre a complexidade e a mudança cria um vínculo de necessidade por decisões e isso envolve interesses identitários singulares e plurais se compatibilizando de forma comunicativa e política.

Esse é um dos motivos de se ter atualmente uma grande proliferação de atores e agentes políticos nas mais variadas áreas da sociedade, representando e afirmando valores identitários como valores políticos, isso demonstra que a política é uma categoria de análise cada vez mais relevante no cenário da sociedade civil contemporânea. Dentro desse aspecto, as mobilizações identitárias se enquadram no interior das múltiplas instâncias do sistema social modificando as referências simbólicas destas através do campo simbólico da política.

Como é possível perceber, estamos falando todo o tempo de mobilização política identitária como sendo uma categoria fundamental do problema sociológico contemporâneo. Com isso acreditamos ser necessário saber em que se constitui essa noção de identidade no âmbito teórico-conceitual dentro dos sistemas complexos atuais. Pois se sabemos que a sociedade complexa é o ambiente de gestação das identidades politicamente constituídas, e que hoje essas identidades se reconstituem no processo contemporâneo de fragmentação e reestruturação do sistema social, poderemos partir dessas bases para analisar noções teórico-conceituais sobre o fenômeno “identidade” em um sentido conceitual e explicativo, em seu contexto de relação com as formações democráticas e, fundamentalmente, com o tema da cidadania. Vejamos uma pequena

reflexão referente à complexidade da sociedade civil e o discurso da cidadania política nas formações identitárias.

3.3.1 A cidadania entre a complexidade reflexiva e a formação identitária.

A variedade positiva de uma cidadania global implica uma confiança utópica na capacidade humana para exercer os horizontes realistas, mais isto também está enraizado na convicção altamente pragmática de que o que é dado freqüentemente como realista não é sustentável. Para fortalecer as fundações de uma sociedade civil global, a qual pertençam todos os homens e mulheres, é preciso dedicar-se à realização de uma utopia funcional, de uma política que signifique realizar simultaneamente o que é necessário e o que agora parece ser impossível.

R. Falk²³

O acalorado debate sobre a cidadania encontra no advento da globalização o retorno à discussão sobre os valores universais dos direitos e deveres de todos os indivíduos com um novo âmbito de reflexão que é: esses valores situados na relação entre o “local” e do “global” e a fundamentação política desses dois lugares. Há que se considerar que o debate sobre o aspecto internacional da cidadania, no que diz respeito à estruturação do reconhecimento dos direitos dos indivíduos fora das fronteiras do Estado, encontra em Kant, com seu trabalho sobre a *Paz Perpétua*, sua justificativa filosófica. Assim como também é válido ressaltar que dentro das fronteiras do próprio Estado, a discussão sobre a cidadania já foi bastante tratada no debate entre os universalistas e os particularistas (ou como quer o debate sociológico, entre os liberais e os comunitaristas).

Essas duas bases de argumentação reflexivas originais, estruturam, seja no campo filosófico ou no político sociológico, positivamente o debate sobre o conceito de cidadania ainda hoje, pois essas duas lógicas de argumentação dão o tom de investigação sobre os problemas teóricos na explicação do conceito ocidentalizado de cidadania e trazem elementos para a reflexão contemporânea. Esse aspecto é de fundamental importância dada a dinâmica reflexiva, política e discursiva que este debate adquire no decorrer de seu desenvolvimento na sociedade globalizada.

Esta discussão é levantada por Liszt Vieira (2001) que apresenta uma ampla

²³ Falk, R. (1994) apud Gomez, J. M. **Política e Democracia em tempos de globalização**. Vozes.

reflexão, tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista prático, sobre a cidadania no contexto dos processos sociais contemporâneos. Partindo de um problema atual que é caracterizado pelo fato de que a desterritorialização e a reterritorialização dos indivíduos na esfera pública política, redefine a noção de sociedade civil, Vieira analisa a relevância das várias formas através das quais a Teoria Política e a Sociologia sistematizaram os valores simbólicos e práticos da cidadania.

Nesse sentido, a tentativa de abarcar as formas operacionais do conceito de cidadania identifica a noção de pertença como elemento crítico do processo de cidadania nas relações sociais identitárias globais. Em princípio, cidadania representa um claro aspecto de estratificação social no qual o pertencimento é um elemento definidor de relações de poder e de elitização estabelecido pela territorialidade. Um processo que vai mudando com o tempo pelas várias formas de inclusão social que redefinem o sentido de excluídos e só posteriormente o conceito de cidadania ganha uma dimensão ampliada para os vários indivíduos na sociedade de um mesmo país. É dentro dessa reflexão estrutural que encontramos os elementos normativos e operacionais da explicação sobre a cidadania nos argumentos reflexivos do autor.

A noção de direitos e deveres ativos e passivos, assim como a questão da universalidade e do processo de igualdade da cidadania ganha seu ambiente explicativo na interação entre indivíduo e sociedade ou mais especificamente, no que concerne o estabelecimento da relação do Estado com seus indivíduos.

Ante tal contexto de argumentação, encontramos a dinâmica mais fundamental do conceito de sociedade civil operacionalizado em conjunto com o conceito de cidadania. Nesse sentido, a sociedade civil - institucionalizada por relações e ações sociais mantenedoras de sua funcionalidade – associada à constituição do espaço público, compõe um tipo de estruturação que é tratado sob dois aspectos. O primeiro se dá pela proximidade conceitual entre a noção de sociedade civil e espaço público; e o segundo pela necessidade de diferenciação de ambos conceitos frente à dependência afirmativa destas noções com o poder do Estado e todo seu aparato institucional.

José Maria Gomez (2000) enfoca essa questão referindo ao aspecto da globalização e sua irredutível influência na relação entre Estado e cidadão:

No cerne da reflexão, encontram-se os conceitos tradicionais de soberania e cidadania submetidos a forte interpelação pelos desafios combinados dos processos supra-estatais de globalização e subestatais de diferenciação multicultural crescente na sociedade civil. Razão pela qual, por trás de uma abordagem da globalização em termos de dialética de poder e conflitos entre uma configuração dominante 'pelo alto' e um embrionário desenvolvimento contra hegemônico 'por baixo', o que está em questão não é uma nova visão do Estado como mediador de diferentes lealdades e identidades cidadãos nos planos subnacional, nacional e transnacional, mas a própria natureza e alcance da cidadania em tempos de profundas transformações dos laços sociais. (p.14).

Essa é uma questão que trata a relação entre esfera pública estatal e esfera pública não-estatal na construção democrática do processo contemporâneo.

Neste contexto, a reflexão sobre a cidadania ganha um caráter político a partir das várias abordagens sobre o tema, o que possibilitou os vários conceitos sobre sua problemática. De uma forma ou de outra, a interação política é a marca subjacente da reflexão conceitual da cidadania. Em termos de uma pequena classificação sobre as abordagens podemos perceber na perspectiva do liberalismo o enfoque contratualista, que caracteriza a perspectiva da cidadania no que toca à relação entre direito e obrigação; sob a ótica comunitarista, há a caracterização da cidadania pelo seu aspecto de coesão identitária da pertença comunitária no que diz respeito aos valores normativos da cidadania, associados à idéia de virtude que é atribuída a este conceito; na social-democrata, tal conceito é apresentado com base na discussão do direito de acesso à cidadania a todos os sujeitos, num aspecto interativo de relação entre os cidadãos e instituições; na visão do Nacionalismo, apresenta-se a noção de cidadania com base no contexto de identidade e consciência nacional definidas pela idéia de pertença e herança comum, influência da revolução francesa; na perspectiva do multiculturalismo, encontramos a superação da visão liberal de cidadania em nome do enfoque diferenciado da cidadania; e por fim, afirmamos que na perspectiva das formações identitárias, a cidadania é abordada a partir da politização e reconstrução da esfera pública, assim como pela superação do discurso naturalista atrelado à questão das diferenças. Neste último contexto afirmamos ainda que a cidadania é apresentada como política de afirmação da diferença, no processo de argumentação discursiva de mudança dos valores democráticos.

Sobre esse aspecto, o retorno à discussão sobre a cidadania está intrinsecamente relacionado à questão do espaço público, que apresentado nos moldes da teoria de Habermas é privilegiado como base teórica para o enfoque da cidadania dada sua abrangência e aprofundamento quanto à análise explicativa do caráter político do espaço público, bem como por sua maior relevância quanto à legitimidade dessa questão em relação à manutenção da democracia.

Nesse sentido, nos moldes da análise político filosófica habermasiana desenvolve-se o enfoque da teoria discursiva da esfera pública. Essa opção teórica revela a dimensão emancipatória do argumento da politização da sociedade civil e do estabelecimento comunicativo da cidadania, pois o espaço público é constituído por uma arena discursiva que tem autonomia em relação ao sistema político, apresentando-se como lugar de realização das afirmações dos cidadãos participativos. Ou seja, ele é o ambiente social e político do exercício de afirmação da cidadania.

Dentro desse *locus* político encontramos uma prática de cidadania conectada politicamente, refere-se aqui ao modelo de associativismo civil e dos movimentos sociais com seus aspectos de ação política difusa, mas com poder de estruturação do espaço público sobretudo quando estruturado em redes de organização social. Do ponto de vista da ampliação dos processos de sociabilidade e acessibilidade à informação, a relação em redes de organização amplia consideravelmente a estruturação da cidadania, assim como o processo de politização do espaço público não estatal, o que por sua vez, contribui para a ampliação do processo democrático no ambiente da esfera pública da sociedade contemporânea mediante o processo da globalização.

Nesse sentido, importa discutir os elementos que estão compostos em torno do problema da funcionalidade política desta sociedade civil, sob o argumento de suas formações identitárias no caráter da complexidade contemporânea e sua relação com a manutenção dos valores democráticos nos espaços públicos e comunicativos da sociedade global. Dentro desse contexto, as argumentações conceituais que desenvolvemos até aqui são pertinentes para uma reflexão sobre a dinâmica discursiva da democracia global, a partir da justificativa da questão sobre a produção de sentido da democracia nas formações identitárias da esfera pública global.

A questão agora é discutir, do ponto de vista ilustrativo, os problemas até aqui apresentados como: a constituição conceitual da esfera pública, as formações dialógicas identitárias, a sociedade civil política a partir de uma reflexão sobre a globalização através da qual o ideário da democracia seja o foco principal da crítica reflexiva. Retomando o raciocínio original desta primeira parte do trabalho vemos que o foco multi-identitário da esfera pública e o valor político e dialógico das formações identitárias, presente nesta, nos leva para um debate político sobre a globalização que considera o princípio da alteridade como valor legítimo da democracia contemporânea. Nesse sentido, a reestruturação dessa esfera pública discutida até o presente momento tem uma fundamentação neste contexto crítico de globalização.

O processo de formação identitária, no cenário contemporâneo, tem se estabelecido com base na ação de resignificação de sentidos mediada por um jogo de interesses tanto num âmbito simbólico quanto material, no qual o processo de representação de tais sentidos, no conjunto das formações de grupos, comunidades, movimentos, etc., tem efetivado os limites identitários das interações sociais. Sob esse aspecto, o contexto de formação de redes de significação e interação, seja local ou global, permite o estabelecimento de representações discursivas e simbólicas e mobilização de interesses no plano do reconhecimento das diferenças na constituição política da esfera pública.

A ressonância das ações identitárias no contexto das mobilizações sócio-políticas por cidadania inclusiva, ou mesmo a noção de sociedade civil internacional, se deve ao fato destas terem encontrado nos veículos de comunicação estruturadores desta globalização um instrumento articulador da sensibilização da opinião pública e política a partir do momento em que suas questões locais que se traduziram em questões nacionais e, na maioria das vezes, questões internacionais, num contexto de esfera pública ampliada.

A democracia das identidades, presente na base de formação desta esfera pública ampliada é assim uma condição para o reconhecimento das diferenças nas relações de uma democracia global. O problema é que os valores universais da democracia moderna entram em choque com o princípio de legitimidade da diversidade identitária quando tratada em termos da reestruturação democrática, sobretudo quando essa reestruturação

pressupõe novas formas de articulações identitárias fora de um contexto local assim como uma esfera pública que transcende as fronteiras territoriais das cidades.

É relevante demonstrar haver um ressignificado de sentido na ação política da sociedade globalizada em rede. As ações políticas digitais de resistência dos atores formam uma atitude contra hegemônica através do espaço público eletrônico. O que demonstra o claro aspecto multi-identitário de relações sociais da sociedade globalizada, assim como a visibilidade simbólica de uma esfera pública que contextualiza esse processo de relações de diversidade intergrupar que se mobiliza a partir do ideário democrática das diferenças.

Nesse sentido, é possível traduzir a virtualidade real das formações identitárias como processo de mobilizações políticas dessa rede de comunicação da sociedade contemporânea, que apresenta ao mesmo tempo elementos da complexidade de uma sociedade na modernidade pela constatação da relação clara entre riqueza e pobreza, incluídos e excluídos, poder do Estado e poder social ou mesmo um contexto mais concreto que é o fato de haver um público identitário *off line* que sofre as conseqüências da hegemonia global mas que pode se fazer presente neste espaço público. Pois uma das questões relevantes dessa democratização informativa é que a política de participação na sociedade civil globalizada é fundamentada nas redes de relações interativas e o mecanismo de participação é constituído pela produção e consumo simbólico de informação.

Esses fatores, tanto do ponto de vista estrutural como do ponto de vista simbólico representam um processo multidimensional que tem como determinante uma interdependência internacional proporcionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, como nos afirma Castells (1999), e que efetivamente definem o sentido da globalização em seus aspectos cultural, político e social, no que redimensionam as condições dos processos democráticos da sociedade global, tanto em termos locais como internacionais.

Se pensarmos em termos do fortalecimento político da sociedade civil e em termos do debate político da cidadania no sentido global, o papel político que o Fórum Social Mundial exerceu frente ao sistema político internacional, verificaremos que o poder de politização das questões não está simplesmente determinado pelo fortalecimento dos

interesses identitários, mas pela associação desses com a rede de comunicação. Essas novas tecnologias de informação e comunicação são estruturadoras de uma sociedade articulada por um poder simbólico e comunicativo mantenedores de um discurso contra hegemônico dessa globalização, como ilustraremos nos capítulos seguintes, em termos de uma esfera pública política internacional e multi-identitária.

Através dessa rede torna-se possível potencializar o poder simbólico das formações identitárias na sensibilização política da opinião pública, e ao mesmo tempo legitimar a própria esfera pública reconhecendo seu cenário de diversidade, o que nos levará para um debate sobre as mudanças do ideário democrático na atual conjuntura global que iniciaremos na segunda parte deste trabalho.

SEGUNDA PARTE

OS DILEMAS DA DEMOCRACIA NA SOCIEDADE GLOBAL

CAPÍTULO IV

A Moldura Global da Tela Multi-identitária

4.1. O ideário da democracia no Contexto Global

O momento da democracia contemporânea é representado por reorganizações político-econômicas das sociedades globalizadas que apresentam uma desestruturação e uma reestruturação das sociedades locais. Isso parece paradoxal mas é ao mesmo tempo um processo hegemônico e sincrético (da globalização e da glocalização), caracterizado por uma racionalidade híbrida presente nas formas de sociabilidades contemporâneas que lidam a todo tempo com valores políticos universais e particulares, hegemonias e contra hegemonias, diferenciações e ações afirmativas.

Grosso modo o caráter da globalização, está associado aos processos de reestruturação do capitalismo iniciado na década de 70, período em que historicamente os processos de relações internacionais se intensificaram em termos de fluxo financeiro e configuração de novas formas de capitalismo transnacionais possibilitado pela revolução na área das tecnologias. Sevckenko (2002) é um dos autores que sintetiza bem essas argumentações sobre a era da globalização quando afirma

Nos anos 70, em meio às convulsões causadas pela crise do petróleo, uma série de medidas foi tomada para dar maior dinamismo ao mercado internacional. Essas medidas geraram novos fluxos de capital que (...) se voltaram para novas oportunidades de investimento no mercado mundial, superando assim os limites tradicionalmente representados pelas fronteiras nacionais. Os grandes beneficiados com essa nova situação foram os capitais financeiros – que poderiam agora especular livremente com as oscilações de valor entre as moedas fortes do mercado internacional – e as empresas transnacionais. (p. 27)

É válido salientar que essas empresas liberadas de qualquer tipo de centralização têm total liberdade de ação no campo da especulação financeira. O que fez com que o fenômeno do fluxo financeiro se tornasse, em termos negativos, uma única forma para a abertura dos mercados internacionais, havendo com isso uma mudança de sentido na economia estrutural de todos os países. A questão relevante desse contexto, é o fato de

que esse fenômeno produziu um novo sentido na prática das relações financeiras, (uma prática especulativa no campo de uma economia virtual).

Cada fração de segundo em que uma informação nova possa ser traduzida pelo simples toque de uma tecla eletrônica transfere volumes fabulosos de recursos de uma parte do mundo para outra e de milhares de fontes para as contas de um pequeno punhado de agentes privilegiados. O montante dessas transações eletrônicas do mercado financeiro mundial ultrapassa 1 trilhão de dólares por dia. Cerca de noventa por cento desse total nada tem a ver com investimentos reais em produção, comércio ou serviços, se concentrando no puro jogo especulativo. (Sevcenko, 2002, p.30)

Ainda segundo ele,

A especulação com moedas e títulos de diferentes naturezas, na esfera ampla do mercado globalizado, se tornou por si só um atrativo irresistível para os agentes financeiros. Nesse sentido, eles foram beneficiados pelas medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados, mas também pelas conquistas das novas tecnologias microeletrônicas. A multiplicação num curtíssimo intervalo, de redes de computadores, comunicações por satélites, cabos de fibras ópticas e mecanismos eletrônicos de transferência de dados e informações em alta velocidade, desencadeou uma revolução nas comunicações, permitindo uma atividade especulativa sem precedentes. (Sevcenko, 2002, p. 29)

Nosso objeto de investigação sobre a globalização refere-se ao contexto político e social pressuposto a partir dessas mudanças. Não nos parece recomendável aprofundar as questões econômico-financeiras sobre esse aspecto, mas é relevante nos referirmos a estas de modo que possamos entender o novo contexto que essa globalização produz nos cenários políticos locais. E dentro dessas conseqüências entender os problemas em torno da democracia e da esfera pública, tanto num âmbito local como global, e veremos isso a partir da fundamentação no campo da teoria social da globalização no campo político e sociológico.

Santos (2002) faz uma reflexão entre este processo global e a sua relação com a teoria social, desenvolvendo uma definição panorâmica do que é esse processo da globalização. Para ele este se funda em interações econômicas, políticas e culturais que se intensificaram relevantemente nas últimas décadas através das revoluções no campo tecnológico da comunicação. Ainda segundo ele, estas interações provocaram uma erosão na esfera do Estado ao mesmo tempo em que possibilitaram a articulação da

sociedade civil internacionalizada. Porém, a condição desta diversidade global e essa reestruturação de relações internacionais e fluxos informativos,

(...) faz com que o impacto nas estruturas e práticas nacionais e locais seja muito contraditório e heterogêneo, já que em cada uma das áreas da vida social é produto de uma negociação conflitual e de resultados relativamente indeterminados entre o que é concebido como local ou endógeno e o que é conhecido como global ou exógeno, entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércia. (2002, p.11)

Identificamos o dilema democrático desta situação a partir da forma de racionalidade política presente no processo complexo de reestruturação global e os efeitos políticos e culturais que possibilita à sociedade mundial. Os critérios que definem a globalização abordada neste trabalho, têm como fundamento os elementos “territorialidade”, “desterritorialidade” e relações de poder nas interações sócio-internacionais, as relações interativas de conflito e de diálogo, bem como um poder simbólico politicamente veiculado pelos discursos hegemônicos entre o global e o local e a legitimidade contra hegemônica das estruturas da esfera pública política multi-identitária contemporânea. Gómez (2000) ajuda-nos a precisar estes critérios quando define a globalização em termos: *(...) de transformações da organização espacial das relações sociais e privilegiamento das relações e exercício de poder ‘à distância’ entre, dentro e para além dos estados nacionais, numa complexa e contraditória desterritorialização e reterritorialização do poder econômico, político e social. (p. 09)*

A dinâmica da racionalidade política, entre o universal e o particular, no dilema da relação entre o global e o local, constitui um processo sincrético que amplifica o problema da democracia. Nesse sentido, o conjunto da ação política, da cidadania, da sociedade civil e da esfera pública vai se caracterizar de forma híbrida na dinâmica global. Esse é um tipo de dilema do mundo atual que afirmamos influenciar o processo de racionalidade das formações identitárias contemporâneas, através de formas de sociabilidades políticas. E com base nesse processo, afirmamos que:

The citizen participation in public global life is guided by conflicting values. In their own states, most of the citizens accept a political order oriented by universal values (not by particular ones). But on the international arena, it is a

fact that most of the people do not accept the same values for everybody. This was not a problem in the past, but certainly it is a problem now, when the humanity is living in a increasingly global and interdependent world. (Leis e Silva, 2001, p.01)

Concordamos assim com Vasantkumar (1992) quando afirma que *in short, a globalizing world is also a sycretizing world*, o que demonstra um aspecto ainda mais complexo de configuração da racionalidade política contemporânea para o processo de mudança do ideário da democracia.

Segundo Held (1997) a questão da democracia, como modelo de fundamentação política no contexto da globalização, é saber como lidar com a diversidade que propõe mudanças que não são respondidas com os velhos modelos políticos. O modelo democrático precisa “mudar com a mudança”. Como ele afirma:

Que hacer hoy com estos distintos modelos de democracia? El modelo participativo clásico no se puede adaptar fácilmente a diferentes situaciones a lo largo del tiempo y el espacio. Su emergencia en el contexto de las ciudades-Estados, y en condiciones de “exclusividad social”, fue un factor esencial de su exitoso desarrollo. En las sociedades industriales complejas, caracterizadas por un alto grado de diferenciación social, económica y política, resulta muy difícil imaginar de qué manera una democracia de este tipo podría ser exitosamente adoptada en grandes escalas sin una drástica modificación. (p.35)

No que tange à perspectiva liberal, sabe-se que seu caráter político-funcional não é, ou não está, suficientemente estruturado para reorganizar o ideário institucional da democracia, assim como também, não está preparada para lidar com a multiplicidade de formas político identitárias presentes nos sistemas sociais complexos da globalização.

Dentro desse argumento, Peter McLaren (2000b) faz uma crítica ao modelo liberal de democracia dada a sua artificialidade pretensamente consensual. O consenso apriorístico e o pluralismo apresentados nas abordagens da filosofia liberal, aplicado às relações da sociedade globalizada são incompatíveis com o processo afirmativo das identidades contemporâneas, por impedir a diversidade identitária em termos dialógicos da suas diferenças multiculturais. Ele afirma que:

Uma democracia das subjetividades e disposições da diferença nunca deve estar presa a uma narrativa que busque o grande consenso. O verdadeiro Civitas Dei não é harmonioso, mas um clamor conflituoso de idéias e

desacordos. Qualquer democracia constituída sobre narrativas consensuais, constitui uma forma de funcionalismo que recusa confrontar a hierarquia do privilégio nos arranjos assimétricos e nas relações de poder, presumindo falsamente que os indivíduos ou grupos podem possuir equivalência no domínio das necessidades materiais. Além disso, a democracia liberal expressa a contingência de sua própria seleção de valores, revelando seu idealismo epistemológico em seus desejos ocultos de fundir seus anseios por conexão em uma unidade metafísica e uma harmonia paradisíaca. (p.292)

Ainda sobre a crítica ao modelo liberal McLaren afirma que mesmo que este apresente uma noção de pluralismo funcional, ele estaria fadado a um aspecto inadequado à diversidade, assim como estaria fundamentado num processo de individualismo que não tem como premissa básica o reconhecimento das diferenças, mas a formação do mecanismo de concorrência econômica e busca de hegemonia política. *O pluralismo liberal, com preconceito da escolha de suas premissas constitutivas, freqüentemente reproduz aqueles valores que ele estipula a priori, em sua visão de democracia tácita, não dita e metafísica (McLaren 2000b, p.291).*

Além desse aspecto, a perspectiva liberal representa um valor de inclusão desigual do individualismo plural, porque parte de uma concepção desigual sobre o controle do poder, a partir do qual as minorias identitárias estariam em desvantagem nessa relação de concorrência na sociedade. Se pensarmos em termos de uma política de inclusão a perspectiva liberal pode estar realmente mantendo o *status quo* da desigualdade sócio-cultural em termos materiais e simbólicos, primeiro no sentido das relações de estratificações das classes e divisão do trabalho social tanto nos países desenvolvidos como nos países periféricos, e, segundo, no aspecto simbólico, que significa ser cidadão de segunda categoria mantido por um sentimento de pertença nessa relação plural de valores de desigualdade e de individualismo. Segundo McLaren (2000b) é preciso que seja entendido o modo como tanto a cultura oficial hegemônica como as culturas populares fundem diferenças de identidade em uma ideologia do pluralismo liberal.

Quando dizemos que as pessoas que são diferentes de nós deveriam ser julgadas de acordo com os padrões de suas "identidades particulares", não estamos oferecendo à cultura dominante o alibi de que ela precisa para condenar o outro a estar separado de nós? Não seria um pedido de desculpas, por uma incorporação diferencial de fato das coletividades raciais? Nessa visão, uma política da diversidade pode ser desenvolvida de má vontade, para

garantir a produção da força de trabalho e a manutenção suave da ordem da lei. Aqui, uma política de diferença e pluralismo liberal submete-se ao status quo, a não ser que esteja contingentemente baseada e estruturada em um projeto ético-político. (Mclaren, 2000b, p.293)

Podemos colocar as coisas em outros termos questionando o fato de que se a política liberal pressupõe uma prática individualista e excludente, como este modelo pode propor uma política de coletividade universal? Essa universalidade seria no máximo includente, mantida por uma desigualdade a priori, que pode ser traduzida, em última instância, na clivagem clara da sociedade contemporânea. E, nesse sentido, a noção de diferença do que chamamos nas linhas acima de cidadania desigual leva a uma política includente só quando aceitos os valores pretensamente hegemônicos do universalismo dos valores dominantes. O que nos leva a concluir que o universalismo liberal seria particularista do ponto de vista de determinados grupos ou de determinados interesses, como nos informou Laclau (1985) em linhas anteriores. E isso colocaria em xeque a noção real de democracia do ponto de vista do reconhecimento dos valores da diferença. Para McLaren, a democracia liberal, implicaria

(...) uma separação entre cidadão abstrato e universal que foi diluído, purificado até se tornar branco, e o portador burguês de interesses particulares, mais obscuros e sinistros. A democracia existe apenas na margem fina que fica entre o público e o privado, entre a patologia privada e a moralidade pública, entre o amor e seu objeto de desejo. As exigências democráticas de uma integração universal têm o efeito de submeter a si as particularidades étnicas. As mais-valias contidas nos restos das democracias formais são refletidas em uma noção patológica de estado-nação.(2000b, p.294).

Mclaren lamenta que as formações sociais e políticas da democracia liberal, no contexto contemporâneo, tenham reduzido a ética no processo das identidades a uma relação entre opressores e oprimidos, num ambiente interativo instituinte de poder e de exclusão. Ele afirma que

Nossas identidades funcionam através do discurso de senhor e escravo, mas não podem ser reduzidas a ele, nossas identidades não existem a priori em relação ao discurso, ainda que o discurso não possa capturar de forma completa a totalidade da identidade. Discursos de identidades são históricos e relacionais, e não autônomos e unificados. Mesmo assim, recusamo-nos a ligar identidade à política da luta coletiva, porque entendemos raça, gênero,

sexualidade e classe social quase sempre de uma perspectiva que é inerentemente individualista. (2000b, p.296)

A idéia de consenso *a priori* que está pressuposta na ótica liberal representa um arquétipo engessado de diversidade no que é entendido como pluralidade. E esse engessamento transforma o princípio de cidadania política, ou o sentido político das lutas sociais pelo reconhecimento, em instrumento de mercado. Ou seja, em bens simbólicos de consumo mantenedores do *status quo* da desigualdade, social, política, cultural e étnica a partir de um processo de desigualdade fundamentalmente econômica. Porque o princípio do universal é particular, fundado num discurso hegemônico.

O que estamos vendo nas lutas particularistas por identidade é o inverso da busca por universalidade, é a afirmação de uma singularidade pura em face da pressão a ser absorvida em um universalismo abstrato, conhecido como democracia. Como já observaram Slavoj Zizek, Ernesto Laclau e outros, o paradoxo da democracia é, precisamente, o fato de que conquistamos status universal ao ignorarmos as características particulares e distintivas dos cidadãos e cidadãs. Os cidadãos e cidadãs, em uma democracia, são despojados culturalmente e refeitos em uma “ausência constituinte” (...) Nesse processo, a democracia torna-se meramente um vínculo formal, entre indivíduos abstratos, esvaziados de suas especificidades culturais e subjetivas. (...) Os fundamentos da democracia são sua própria ausência constitutiva, sua própria impossibilidade. A democracia liberal reproduz o paradoxo da compreensão coletiva do individualismo. (McLaren, 2000b, p.295)

E isso nos faz voltar à pergunta que fizemos linhas acima: como a política liberal, pressuposta por uma prática individualista, pode compor objetivamente um modelo coletivo e universal legítimo de democracia para uma sociedade cada vez mais diversificada que se funda mais e mais na fragmentação? Ao mesmo tempo esse modelo de consenso universal de caráter apriorístico não tolhe o procedimento político dos atores no sentido de uma democracia fundada no diálogo e no reconhecimento do direito da diferença?

Quanto a essas questões Habermas (1998) compartilha o mesmo enfoque crítico desenvolvido pelos multiculturalistas contra o enfoque liberal do consenso *a priori*, ao mesmo tempo em que acredita no desenvolvimento social fundado na diferença desde que o procedimento político, na forma de reconhecimento, seja estruturado contra a fragmentação fundamentalista das identidades presentes no tecido social.

Sem dúvida a coexistência juridicamente equacionada de diversas comunidades étnicas, grupos lingüísticos e formas de vida, não pode ser adquirida ao preço da fragmentação da sociedade. O doloroso processo de desacoplamento não pode dilacerar a sociedade em uma multiplicidade de subculturas que se repudiam mutuamente. Por um lado, a cultura da maioria deve livrar-se de sua fusão com a cultura política geral, uniformemente compartilhada por todos cidadãos; do contrário, ela dita de saída os parâmetros dos discursos de autocompreensão. Se não pode viciar o procedimento democrático em determinadas questões de existência, relevante para as minorias, a cultura da maioria não pode continuar formando a fachada do todo. (Habermas, 1998, p.113)

Esta argumentação está respaldada na visão multicultural de H. J. Puhle²⁴ e nos trabalhos de pesquisa do multiculturalismo americano. Sobre essa questão, Habermas (1998a) acredita que o único caráter *a priori* possível para o tema da democracia é o *a priori* da vontade política como ele mesmo afirma no questionamento do liberalismo e de seu caráter pré-consensual.

Não é necessário um consenso prévio de fundo, assegurado por homogeneidade porque a formação democraticamente estruturada da opinião e da vontade política possibilita um entendimento racional normativo mesmo entre estranhos. Porque o processo democrático, graças às suas propriedades procedurais, garante legitimamente, ele pode, quando necessário, intervir nas lacunas da integração social. Na medida em que assegura de maneira uniforme o valor de uso das liberdades subjetivas, o processo democrático zela para que a rede de solidariedade civil não se rompa (p. 106-107).

Para Habermas, a ótica liberal da democracia, em seu caráter determinista disfarça o problema dos pequenos grupos identitários nomeados como minorias. Ao mesmo tempo ele compartilha da crítica à hegemonia em que se afirma que há uma ditadura da maioria sobre a minoria na visão mantida na perspectiva liberal.

A leitura liberal da autodeterminação democrática dissimula o problema da minoria, percebido mais claramente da perspectiva comunitarista e do ponto de vista da teoria do discurso. O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura politicamente dominante da maioria impõe sua forma de vida às minorias e assim nega uma efetiva igualdade de direitos ao cidadão de outra origem cultural. Isso diz respeito a questões políticas que atingem a autocompreensão ética e a identidade dos cidadãos. (Habermas, 1998a, p. 111)

²⁴ Ver, Puhle, H. J. "Vom Bürgerrecht zum Gruppenrecht? Multikulturelle Politik in den USA" ("Do direito de cidadania ao direito de grupos? Política multicultural nos EUA"). In: Baade, K. J. (ed) Menschen über Grenzen (Seres humanos para além das fronteiras) Hernen, 1995. Citado em Habermas 1998a.

É válido ressaltar que tomamos como modelo liberal o enfoque universalizante de democracia fundada pelo princípio capitalista de governabilidade política que apresenta um processo democrático que, segundo Habermas (1995), é estruturado frente aos interesses sociais do mercado e concorrência, como falamos linhas acima. Como ele afirma:

Segundo a concepção liberal o processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade, entendendo-se o Estado como o aparato de administração pública e a sociedade como o sistema, estruturado em termos de uma economia de mercado, de relações entre pessoas privadas e do seu trabalho social. A política (no sentido da formação política da vontade dos cidadãos) tem a função de agregar e impor os interesses sociais privados perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político para garantir fins coletivos. Segundo a concepção republicana a política não se esgota nessa função de mediação. Ela é um elemento constitutivo do processo de formação da sociedade como um todo. A política é entendida como uma forma de reflexão de um complexo de vida ético. Ela constitui o meio em que os membros de comunidades solidárias (...) se dão conta de sua dependência recíproca em que se encontram, transformando-a em uma associação de direitos livres e iguais. Com isso, a arquitolerância liberal do Estado e da sociedade sofre uma mudança importante: junto à instância de regulação hierárquica representada pela jurisdição do Estado, e junto à instância de regulação representada pelo mercado (junto, portanto, ao poder administrativo e ao interesse próprio individual) surge (...) a orientação pelo bem comum como uma terceira fonte de integração social. (p.39-40).

Porém, segundo Habermas o aspecto relevante na configuração da cultura republicana do ponto de vista da funcionalidade integradora na relação entre política e economia está no seu desenvolvimento, que se deu com base num procedimento integrador dos interesses político-econômicos e que demarca a noção de cidadania e formação da opinião pública como processo democrático.

Para a prática da autodeterminação cidadã supõe-se uma base de sociedade civil autônoma, independente tanto da administração pública como do intercâmbio privado, que protegeria a comunicação política da absorção do aparato estatal ou da assimilação à estrutura do mercado. Na concepção republicana o espaço público e político e a sociedade civil com sua infraestrutura assumem um significado estratégico. Eles têm a função de garantir a força integradora e a autonomia da prática de entendimento entre os cidadãos. A esse desacoplamento entre comunicação política e sociedade econômica corresponde um reacoplamento entre poder administrativo e o poder comunicativo que emana da formação da opinião e da vontade política. (1995, p. 40)

Temos com isso, uma contraposição na lógica da democracia discursiva através da qual Habermas apresenta uma análise crítica em relação ao modelo liberal e republicano no que se refere aos seus particularismos comunitaristas e sua universalidade. Dentro desse contexto, da crítica a análise habermasiana é estruturada na crítica da filosofia do sujeito, tanto em termos liberais como republicanos.

Segundo Dallmayr (2001) a crítica contra o humanismo do micro e do macro sujeito está presente na democracia deliberativa de Habermas caracterizando uma noção de descentralização das relações políticas e dando, assim, à política seu aspecto procedimental de manutenção das relações sociais e institucionais. Conforme Dallmayr:

Ao desenvolver seu modelo de uma democracia deliberativa- supostamente a corrigir tanto os defeitos das variantes liberais como os das republicanas – Habermas discorda das premissas humanistas (ou centradas no sujeito) existentes nessas duas concepções. Ele escreve que o modelo deliberativo ‘descarta todos aqueles motivos utilizados na filosofia da consciência’ (leia-se: filosofia do sujeito) que poderia levar a pessoa a atribuir o autogoverno popular a um ‘sujeito macrosocial’ ou então a confirmar em mecanismo de governo entre ‘sujeitos individuais concorrentes’. (2001, p.28)

Dentro desse enfoque, a questão entre o particular e o universal, em termos liberais e comunitaristas, apresenta o que podemos chamar de um essencialismo determinístico que antecede a política, aspecto que leva Habermas a fundamentar uma argumentação crítica contra a filosofia do sujeito.

Contrariamente à filosofia deliberativa ou discursiva corresponde a ‘imagem de uma sociedade descentrada’, sociedade essa que desistiu da filosofia do sujeito. Ao refletir a alta complexidade que caracteriza a vida social moderna o ‘eu’ dos cidadãos nessa versão ‘desaparece’ nas formas de comunicação desprovidas de sujeitos, que regula o fluxo da opinião discursiva e a formação de vontade’ (Dallmayr, 2001, p. 29)

Essa democracia discursiva se traduz nos modelos de análise para a reestruturação das sociedades complexas na globalização, onde a descentralização é o ponto de discussão de uma esfera pública global que visa redimensionar as relações institucionais em termos políticos. A reestruturação da política é ambientada no procedimento da democracia como processo equânime de participação político-discursiva.

Em termos de uma crítica dos modelos de democracia no contexto contemporâneo (considerando sobretudo o processo premente de globalização e a reestruturação das relações internacionais) tanto o universalismo liberal quanto o particularismo comunitarista representam modelos de Estados mantenedores de uma estrutura centralizada e essencialista, no qual as diferenças políticas não são reconhecidas como processo de afirmação e negociação discursiva de interesses. Seriam, em termos críticos, modelos autoritários de fundamentação econômica que desconhecem a relevância da política como processo de interação que não responde ao caráter global das relações contemporâneas.

Voltando à questão da relação entre o global e o local, afirmamos que esta do ponto de vista político, ambienta tematicamente a formação discursiva dos modos de representação social da democracia. Representações sociais e formações discursivas são definidas aqui como elementos de percepção de realidade e construção simbólica de produção de sentido da democracia. E sob esse aspecto o panorama de produção e sentido da democracia se estrutura a partir das ruínas políticas das mudanças contemporâneas, ou como querem interpretações pós-modernas, do mosaico das identidades fragmentárias.

Nesse sentido, temos um panorama contemporâneo decorrente de mudanças estruturais, crise de paradigmas explicativos e fins de ideologias que faz a sociedade passar por um processo de redimensionamento da cultura política e dos valores democráticos na esfera tanto local quanto global. O que faz com que os modelos pretensamente hegemônicos encontrem dificuldades de catalizar legitimidade. Por exemplo, a narrativa liberal, do ponto de vista teórico, econômico e político, advoga uma representação de democracia universalmente válida segundo seu próprio argumento, fundada num consenso prévio. Mas, em termos pragmáticos, vê-se o quanto é problemática sua afirmação contemporânea como modelo de governabilidade tanto política quanto economicamente em termos de legitimidade. Podemos destacar sobretudo os problemas de legitimidade social no âmbito dos valores pretensamente universais definidores do discurso da cidadania.

Sem dúvida alguma, a narrativa liberal provocou uma marca incontestável na mentalidade política ocidental, estruturada por critérios econômicos. Se partirmos de

uma reflexão sociológica, podemos argumentar que essas influências de cunho econômico, ajudaram a promover uma racionalidade individualista e instrumental orientadora de representações e condutas sociais, que a teoria social teve a possibilidade de explicar com o uso de categorias como “ação social”. Dentro das abordagens econômicas e políticas do conhecimento sociológico a obra de Max Weber é significativa a esse respeito. Nesse tipo de racionalidade meios e fins são justificados por ações políticas e econômicas garantidas pelo processo legítimo da individualidade, o que contextualizou a ação social e a racionalidade instrumental como sinônimas num mesmo aspecto imaginário de democracia fundado, principalmente, pelo direito de propriedade privada.

A fundamentação teórica desse tipo de abordagem busca ainda hoje a justificação explicativa de seu modelo democrático, mas é fato que o ideário político contemporâneo opera com dificuldades a manutenção desse modelo político liberal. O caráter político liberal, atualmente entendido como neoliberal, vem demonstrando uma fundamentação antidemocrática no contextos das relações internacionais e locais na medida em que vem propondo uma liberalização de cunho econômico e formas de interações sociais e culturais excludentes. Dentro desse aspecto, faremos uma reflexão sobre as bases da democracia no contexto global enfatizando o caráter da esfera pública contemporânea.

4.2. O *framework* do capitalismo global e a antidemocracia local.

Noam Chomsky vem demonstrando que a formação do neoliberalismo é um processo de expansão do capitalismo desenvolvido sob os cuidados de uma orientação estrutural internacional. Em relação a isso, gostaríamos de abrir um pequeno espaço para reflexão sobre algumas passagens de sua palestra no segundo Fórum Social Mundial (FSM II), que se contrapôs ao Fórum Econômico realizado, nesta referida versão, em Nova York no ano de 2002, onde ele discutiu a estratificação mundial realizada pela separação do capital internacional em relação ao resto da sociedade mundial, que não faz ou não fez parte das decisões hegemônicas globais. Chomsky afirma que:

Não é novidade o fato de vivermos num mundo de conflitos, onde há diversas dimensões e complexidades. Nos últimos anos, porém, confrontam-se de um

lado as concentrações de poder estatal e privado e, de outro, a população de todo mundo. O pretexto do conflito muda, mas as políticas permanecem praticamente as mesmas. E os donos do poder usam de todas as oportunidades possíveis para levarem sua agenda adiante. Pode ser um terremoto, uma guerra, ou até mesmo os eventos de 11 de setembro. A crise faz com que seja possível explorar o medo e a preocupação do público para exigir que os adversários sejam submissos, obedientes e distraídos. O conflito de que falo é simbolizado neste momento pela oposição entre o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e o Fórum Econômico Mundial, de Davos que agora acontece em Nova York. O Fórum de Davos é uma reunião dos ricos e famosos, dos líderes ministeriais e executivos de empresas, dos que realmente tomam as decisões no mundo. Eles dizem que vão pensar profundamente para tentar resolver os problemas da humanidade. (2002, p. 30)

Para Chomsky, do ponto de vista técnico, o fator da distribuição da renda mundial é algo que justifica gradativamente os processos de desigualdade econômico-social na sociedade global e, a partir daí, ele estrutura sua análise demonstrando como essa ação da globalização é fundamentalmente antidemocrática. Em sua concepção, a contextualização interpretativa da globalização poderia ser traduzida numa convergência entre mercado e salário, ou em outras palavras, *preços e salários únicos o que certamente não aconteceu ainda. Com relação à renda é o oposto que se vê, com desigualdade entre os países e dentro deles.* (Chomsky, 2002, p. 30)

O contexto do mercado e da hegemonia econômica internacional demonstra o principal aspecto de crítica ao processo de globalização na visão das ciências sociais, em especial na ótica de uma sociologia interdisciplinar que busca relacionar elementos estruturais e válidos em termos de sua consistência crítico-reflexiva, o que nos leva a um retorno a argumentos que, embora tenham sido objeto de reflexões do passado, continuam presentes dada a sua pertinência. O modelo de reflexão crítica em relação ao capitalismo é um exemplo claro disso que afirmamos, não apenas Chomsky mas vários outros autores visam refletir sobre a globalização a partir de um viés crítico que tem respaldo no marxismo, sem que isso seja uma ideologia de retorno ao paradigma marxista. Ante esse contexto, Jean Pieterser (1994) em seu trabalho “Globalization as Hybridization” não se furta a referir o caráter da modernidade no enfoque da globalização com base num redimensionamento dos valores explicativos do marxismo, numa reflexão conjuntural que considera as várias vertentes conceituais para a composição de um estudo ao mesmo tempo crítico e reflexivo da sociedade

contemporânea, em seu processo de hegemonia global como forma de expansão da nova configuração do capitalismo.

Nesse sentido, o processo de modernidade do mundo contemporâneo está atrelado fundamentalmente à globalização e uma análise crítica, a partir desse contexto, pode ser referida com base em alguns critérios como as formas de redimensionamento da divisão social do trabalho internacional, o individualismo fragmentário e concorrencial mantenedor de um paradigma liberal, e as questões referidas ao Estado, especificamente a fragilidade deste no que toca à perda de soberania em relação aos países hegemônicos em especial os EUA.

Para demonstrar isso, seguindo uma linha de raciocínio sobre os valores sociológicos presentes na explicação da sociedade global, tomamos a liberdade de apresentar um pequeno parágrafo do autor citado que ilustra bem o que afirmamos.

Modernity is a keynote in reflections on globalization in sociology. In several prominent conceptualisations, globalisation is corollary of modernity (...). In conjunction with globalisation, modernity provides a structure and periodisation. In addition, this move reflects the general thematisation of modernity in social science from Habermas to Berman. Together globalisation and modernity make up a ready-made package. Ready-made because it closely resembles the earlier, well established conceptualisation of globalisation: the Marxist theme of the spread of the world market. The time and pace are the same in both interpretations: the process starts in the 1500s and experiences its high tide from the late nineteenth century. The structures are the same: the nation-state and individualisation (...) corollaries of the spread of the world market. In one conceptualisation universalism refers to the logic of market and the law of value, and in the other, to modern values of achievement. World-system theory is the most well known conceptualisation of globalisation in the Marxist lineage; its achievement has been to make 'society' as the unit of analysis appear a narrow focus, while on other hand it has faithfully replicated the familiar constraints of Marxist determinism. (Pieterser, 1994, p.162-163)

Outro pensador que desenvolve uma base de reflexão nestes moldes é Otávio Ianni (2001), que apresenta o processo da globalização como uma nova revolução burguesa visando explicar o processo cada vez maior de desigualdades econômicas e sociais entre países dentro do contexto contemporâneo.

Referindo-se à globalização Ianni (2000) desenvolve a seguinte argumentação:

Globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação. A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e

antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. As mesmas relações e forças que promovem a integração suscitam o antagonismo, já que elas sempre se deparam com diversidades, alteridades, desigualdades, tensões, contradições. Desde o princípio, pois, a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade dos modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação, com a ressalva fundamental de que todas as peculiaridades são levadas a recriar-se no espelho desse novo horizonte, no contraponto das relações, processos e estruturas que configuram a globalização. (p. 222)

Para Ianni o processo da nova revolução do capitalismo contemporâneo está intrinsecamente imbricado e caracterizado pela sociedade global através do qual as fronteiras nacionais perdem sentido em nome da internacionalização intensa das relações mercantis, culturais, ideológicas etc. *É claro que a globalização das sociedades, em curso nesta altura da história, vinha ocorrendo em décadas anteriores. O capitalismo, com o qual nasce o mundo de que falamos no século XX, é um modo de produção e reprodução material e espiritual que se forma, expande e transforma em moldes internacionais. (Ianni, 1999, p. 36).*

A expansão do capitalismo, para Ianni, se desenvolve em três formas das quais a última destas adquire uma hegemonia global na sociedade contemporânea. A primeira destas formas refere-se ao modo nacional com o qual o capitalismo se forma na produção da organização e divisão social do trabalho no âmbito local. *Institui a produção de mercadoria e valores de troca compreendendo a dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, o mercado, a mercantilização crescente das forças produtivas e relações de produção. (Ianni, 1999, p. 37).*

A segunda forma de capitalismo fundado em bases nacionais, transcende suas fronteiras na constituição do sistema mundial do capital com o desenvolvimento das seguintes características:

O comércio, a busca de matérias-primas, a expansão do mercado, o desenvolvimento das forças produtivas, a procura de outras e novas fontes de lucro, tudo isto institui colonialismos, imperialismos, sistemas econômicos, economia-mundo, sistemas mundiais, em geral centralizados em capitais de nações dominantes, metrópoles ou países metropolitanos. Ao mesmo tempo em que subsistem e florescem as formações econômicas nacionais, desenvolvem-se e prosperam os sistemas mundiais. Mas sistemas sempre centralizados,

metrópoles simbolizando países dominantes e coloniais, dependentes ou associados. (1999, p.37)

Por fim, o mais maduro dos processos de formação do capitalismo, o da sociedade globalizada significando o que ele chamou recentemente de a “revolução burguesa contemporânea”:

Terceiro e último, o capitalismo atinge uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas e blocos articulando regiões e nações, países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido, o caráter global do capitalismo. Declinam os Estado-nações, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimento do mercado, exigências de reprodução ampliada do capital. Os processos de concentração e centralização do capital, adquirem maior força, envergadura, alcance. Invadem cidades nações e continentes, formas de trabalho e vida, modos de ser e pensar, produção cultural e formas de imaginar.(...) As sociedades contemporâneas, a despeito de suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. (...) o que começa a predominar é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades ou particularidades cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade civil global. (1999, p.39)

Os aspectos apresentados por Ianni representam um modelo de reflexão crítica, econômica, política e cultural em relação ao processo de formação social contemporâneo com base na legitimidade de um enfoque democrático contra as desigualdades.

A discussão sobre o caráter do capitalismo contemporâneo no mundo globalizado tem um aspecto mais complexo quanto a formas de classificação e as trajetórias que os modelos capitalistas têm encontrado para se desenvolverem. A questão do capitalismo no processo da globalização vai além da discussão sobre a forma de sua revolução, introduzindo-se em contextos dos modos distintos de estruturação econômica das sociedades complexas.

Poderíamos dizer de início que as categorias distinguindo países centrais e periféricos continuam sendo para vários autores um instrumento de reflexão e compreensão do processo de exclusão global dos países latino-americanos, asiáticos,

africanos, mas o caráter de inclusão dos países centrais é marcado por formas diferenciadas, o que demonstra uma complexidade ainda maior do processo hegemônico da globalização da sociedade contemporânea. Em termos figurativos a análise centro-periferia representa uma maneira ainda usada para demonstrar as formas de relações de dominação, mas também para demonstrar como nessa relação de iniquidade, a periferia pode reverter o processo hegemônico da centralização do poder através de modos alternativos de ação e mobilização e por meio dos novos implementos tecnológicos das formas de interações sociais em favor de relações sociais democráticas internacionais, ou seja, uma esfera pública multi-identitária conectada.

Na análise de Lévy (2000) a noção de centro constitui-se como um nó de fluxos, um espaço físico ou virtual onde as coisas estão acessíveis e são determinadas pelo poder dessa centralização, enquanto a periferia é um local a partir do qual o raio de ação e as interações são de curto alcance e de fraca densidade. *O centro está densamente conectado a ele próprio e ao mundo, a periferia está mal conectada a ela mesma e as suas ligações com o seu meio são controladas pelo centro.* (p.146). Se pensarmos nesses termos a relação de dependência que há entre os países ricos do hemisfério norte e os países pobres do hemisfério sul, teremos a aplicação dessa lógica de análise da relação hegemônica centro/periferia tendo como base a riqueza econômica e tecnológica dos países centrais. German (2000) argumenta que *As conseqüências da entrada das novas tecnologias de comunicação no cenário global não apenas aponta para uma diferença mais acentuada entres países ricos e industrializados e o resto do mundo, mas também fortalece mais ainda as desigualdades internas nos países em desenvolvimento. (...) os grandes perdedores hoje são mais do que nunca aquelas faixas sociais pertencentes au proletariado off-line* (p.114).

Uma ampla camada de indivíduos da sociedade mundial se encontra excluída do processo de inserção da sociedade global em seus aspectos materiais e simbólicos. Só em termos de acesso à mídia eletrônica de comunicação pela rede mundial de computadores há uma segregação significativa em termos dessa sociedade *off-line* pertencente à periferia do mundo global. Quanto a isso German (2000) nos informa dados que demonstram o percentual dessa exclusão em períodos recentes:

No ano de 1998 conta-se cerca de 100 milhões de usuários, ou seja, 1,7% numa população mundial de cerca de 6 bilhões. Mesmo com as mais otimistas das estimativas, o número de usuários da internet se situará, no ano de 2000 somente entre três e quatro por cento da população mundial. A maior parte, sem dúvida, consiste numa faixa alta on-line nos EUA e Europa. No ano de 1997 cerca de 50% dos surfistas da internet estavam nos EUA; 30% , na Europa; 5%, no Japão e somente 15% no chamado resto do mundo” (p. 121) .

Esses dados servem para demonstrar simbolicamente o processo de estratificação em termos de uma sociedade conectada e não conectada no mundo global, que tem como princípio básico o meio de comunicação eletrônico como elemento de sua estruturação. Se pensarmos em termos práticos, podemos dizer que para que haja conexão de fluxo de informação por meios eletrônicos na sociedade global é necessário que haja a disponibilidade de coisas extremamente simples como modem e telefone, visto que informação é hoje, e será cada vez mais, um bem simbólico de primeira necessidade, sobretudo para a estruturação e manutenção da democracia no mundo.

Mas ao mesmo tempo, paradoxalmente, a relação em rede é também um processo contra hegemônico dessa globalização, na medida em que a periferia conectada pode implementar lutas de resistências e de proposições de mudança. O mundo *on-line*, embora ainda hoje sendo um mundo de acesso restrito de pessoas comparando em termos mundiais, tem um poder de articulação global. As redes de conexões via computador mudaram as formas de interação entre os atores políticos assim como o modo de produção na relação capital e trabalho desse mundo global. Ao mesmo tempo em que integram e possibilitam formas de interações à distância de atores *on-line*, criam uma massa de atores *off-line* que numa relação de poder político de ação se vêem num contexto de desigualdade social e política de ação no mundo globalizado.

Do ponto de vista de utilização da rede de informação, na conexão digital não há hierarquias, desse modo a forma de utilização é também um processo de afirmação de lutas identitárias através de solidarização dialógica entre atores contra-hegemônicos no universo virtual, assim como a possibilidade de acesso a dados e informações dos atores lhes dão um *empowerment* informativo significativo para as formas propositivas e resistentes da globalização. Segundo Lévy (2000),

O tipo de poder favorecido pela expansão do ciberespaço, evidentemente, não é o poder hierárquico, burocrático ou territorial de antigamente. Será cada vez mais um poder que nasce da capacidade de aprender e trabalhar de forma cooperativa, uma potência relacionada com o grau de confiança e de reconhecimento recíproco que reina no meio humano, um centralismo indexado a densidades qualitativas das conexões e troca. A questão do poder (ou do centro) e da exclusão (ou da periferia) deve nos levar de volta àquilo que somos capazes coletivamente, aqui e agora. (p.148)²⁵.

Voltando à questão da hegemonia central do capitalismo que se reestrutura a partir desse fenômeno global e suas várias formas de conexão expansiva dos países do hemisfério norte, pode-se afirmar que as formas de exclusão das sociedades periféricas se dão em moldes estruturais através dos modelos diferenciados de desenvolvimento com base nos meios tecnológicos de avanços econômicos.

Podemos dizer que o mundo é uma aldeia global de diversidade que vista de forma multidimensional apresenta valores diferenciados de suas regionalidades e esses modos de expansão dos capitalismos representam justamente trajetórias plurais de desenvolvimento dentro dessa aldeia global. Ou conforme Robertson (2001), a globalização é um processo com vários aspectos que envolvem o social, o cultural, o político e o econômico e que facilita as formas diferentes de desenvolvimento da modernidade numa relação entre globalidade e localidade. Sendo assim, a globalização é um processo multidimensional que facilita a modernização e que promove modernidades diferenciadas.

Na perspectiva de Santos (2002) a globalização forma (...) *conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais* (p.85). Uma base de análise que tem como pressuposto o contexto de desigualdade inerente ao processo global das relações referidas. *As desigualdades de poder no interior dessas relações (as trocas desiguais) afirmam-se pelo modo como as entidades ou os fenômenos dominantes se desvinculam dos seus âmbitos ou espaços e ritmos locais de origem e, correspondentemente, pelo modo como as entidades ou fenômenos dominados, depois de desintegrados e desestruturados, são revinculados aos seus âmbitos, espaços e ritmos locais de origem.* (p.85)

²⁵ Voltaremos a analisar a questão do sistema de informação e sua relação com as condições da democracia na sociedade global no cap. V.

Abriremos um parêntese aqui para fazer menção à afirmação de Gerschman (1997) que demonstra como a exploração na globalização é característica das sociedades em que o processo democrático funciona no sentido de manter a ação de concorrência econômica e as desigualdades sociais dos cidadãos.

No mundo globalizado, onde se exalta a democracia, observamos que esta comporta apenas a existência de um sistema político democrático baseado na competição político-partidária, mas o exercício do governo é sustentado na exclusão social. Isto não acontece apenas na parte arcaica do mundo global; existe também nos países desenvolvidos, ainda que de maneira suavizada. (...) Falamos na globalização num mundo profundamente fragmentado pelas desigualdades. (Gerschman, 1997, p.55)

Ainda segundo Gerschman, a pobreza constitui-se num subproduto da globalização, pois também é globalizada em todo seu contexto simbólico e material no que respeita a manutenção de cidadanias desiguais.

No mesmo contexto de reflexão entre pobreza e cidadania Vera da Silva Telles (2002) afirma que esta relação tem se constituído num fato importante no que refere à constituição do imaginário democrático contemporâneo. Essa autora enfatiza as concepções de cidadania e de direitos, em seu caráter cultural, como elementos capazes de implementar formas mais igualitárias de relação social. Assim como realça também a relevância da análise sobre a hierarquização e o autoritarismo das relações sociais que está implicada nesse contexto.

A pobreza, a desigualdade social, o não reconhecimento do outro como sujeito de interesses, e a questão moral como regra pública formam, para essa autora, um processo conjuntural de incivilidade que desmente o discurso de igualdade universal do liberalismo. A questão da pobreza na sociedade globalizada está estruturada como o ambiente dos indivíduos que não possuem existência cívica, direitos e cidadania estando, assim, destituídos de qualquer tipo de reconhecimento positivo. Segundo a argumentação da autora, *a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído*, se encontram numa condição de cidadania invertida, ou como é chamada por ela, uma cidadania pelo avesso.

A consequência política da relação entre pobreza e riqueza na sociedade global reflete o caráter simbólico da promessa não cumprida da modernidade quanto ao desenvolvimento normativo e universal do valor da cidadania liberal que faz da relação pobreza e riqueza e dominantes e dominados uma condição estrutural das relações de poder e de conflito mantenedoras das desigualdades, porque a questão estrutural dessa desigualdade está alijada do debate político na sociedade globalizada²⁶.

Do ponto de vista macro estrutural, esse caráter relacional entre dominantes e dominados, que funciona como um fluxo de poder expansivo dos primeiros sobre os segundos, é caracterizado por um processo de desterritorialização e reterritorialização simbólica e material, num contexto de relação de poder e de conflito nessas formações sociais da democracia. Nesse sentido, Gerschman afirma que

Enquanto as transformações dos fenômenos dominantes são expansivas, visam ampliar âmbitos, espaços e ritmos, as transformações dos fenômenos dominados são retrativas, desintegradoras e desestruturantes; os seus âmbitos e ritmos, que eram locais por razões endógenas e raramente se auto-representavam como locais, são relocados por razões exógenas e passam a auto-representar-se como locais. A desterritorialização, desvinculação local e transformação expansiva, por um lado, e a reterritorialização, revinculação local e transformação desintegradora e recreativa, por outro, são as duas faces da mesma moeda, a globalização (1997, p.86).

Essa é uma abordagem que explica como o processo global se apresenta como um fenômeno de expansão hegemônica frente ao contexto local, deixando a este apenas o direito a tais consequências expansivas, mantenedoras da desigualdade sobretudo do ponto de vista econômico.

Mas é válido ressaltar ainda um outro aspecto de reflexão sobre a globalização hegemônica, este com um caráter mais social, cultural e normativo, através do qual a perspectiva democrática tem um viés de regulamentação e emancipação sociais estruturada na questão dos direitos humanos do multiculturalismo crítico. Estamos falando da argumentação crítica e reflexiva de Boaventura de Souza Santos e sua perspectiva multicultural dos direitos sociais e humanos para uma política legítima na

²⁶ Sobre essa temática ver também, Scherer-Warren, I. (1996b).

sociedade global democrática que possibilita a fundamentação da esfera pública multi-identitária como parte do ideário da democracia contemporânea.

Mas o ponto relevante disso ao nosso propósito é como referenciar a questão das formações identitárias no processo do ideário da democracia e na constituição da esfera pública multi-identitária, como condição política das diferenças. Nesse sentido, visamos justificar a argumentação entre as condições da mudança do ideário democrático e sua relação com a esfera pública política a partir da retomada reflexiva sobre as condições multiculturais da democracia presente na primeira parte deste trabalho.

Nesse sentido vejamos a dimensão multicultural da democracia como um modelo fundamentado na legitimidade política das diferenças da esfera pública.

4.3. Multiculturalismo e multi-identidade como processo político na globalização.

Santos (2000; 2002) desenvolve uma reflexão sobre a crítica conceitual dos parâmetros da globalização como fenômenos diferenciados e hegemonizados por localismos e contextos que ele chama de conjuntura das relações sociais de poder. Para ele,

(...) a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. (...) Em primeiro lugar, perante as condições do sistema-mundo ocidental não existe globalização genuína; aquilo que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo, (...) não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. A segunda implicação é que a globalização pressupõe localização. O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o fato de o discurso científico hegemônico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores. (2000, p. 22)

Esse parâmetro crítico representa uma perspectiva discursiva na qual as formações identitárias encontram respaldo argumentativo contra hegemônico em favor da reestruturação dos valores da democracia no processo global. Podemos nos referir a esse caráter argumentativo como sendo uma menção à política democrática que visa

redimensionar o ideário dos valores democráticos a partir do direito à diferença inerente aos valores culturais e sociais, na perspectiva do multiculturalismo crítico.

Por outro lado vemos que há uma outra argumentação discursiva que nos ajuda a compor uma reflexão crítica sobre o processo de formação do ideário democrático também a partir da visão identitária que é a democracia da política radical de Laclau e Mouffe.

No conjunto do ideário democrático as questões relacionadas às identidades sociais ganham um peso fundamental no aspecto político-normativo, como é o caso das questões levantadas por Santos, assim como no contexto da formação discursiva da fragmentação política, como é o caso da democracia radical pós-estruturalista apresentada por Laclau e Mouffe. A relevância de ambos está no caráter contra hegemônico argumentativo em favor da democracia contemporânea. Nas duas perspectivas, o discurso contra hegemônico tem um peso fundamental na reestruturação da cultura política e, conseqüentemente, nos valores do capital simbólico do ideário da democracia que é relevante para nossa discussão.

No caso da democracia radical vemos ser apresentado um modelo analítico que visa redimensionar a produção de sentido da política a partir de uma reflexão crítica sobre os valores de poder do universal hegemônico e do princípio de igualdade presente neste. A desconstrução discursiva pós-estruturalista se fundamenta na crítica moral à pretensão de validade universal presente numa estrutura política socialista conservadora que entra em crise diante de uma perspectiva pluralista de formações sociais, *“O aspecto plural e multifacetado das lutas sociais finalmente dissolveu o último fundamento daquele imaginário político.”* (Laclau e Mouffe, 1985)

Esse aspecto presente no *“Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics”*, demarca em termos analíticos a base crítica sobre a qual várias narrativas pós-modernas encontram fundamento epistemológico para seus discursos em termos de crítica política da diferenças. Não queremos afirmar com isso que esse trabalho desenvolvido por Laclau e Mouffe os classifique como autores pós-modernos, mas podemos afirmar sua afinidade com a mentalidade crítica pós-moderna no contexto da teoria social. Para Atilio Boron (2001) *é indiscutível que a obra de Laclau e Mouffe, no sentido de expressar uma radicalização da democracia, adquiriu uma indubitável*

significação nas ciências sociais, latino-americanas, e entre os intelectuais das diversas correntes, através das quais hoje se expressa o caráter pós-moderno (p.121)

A importância de nos referirmos a Laclau e Mouffe, se faz pelo fato de que estes autores inauguraram uma discussão sobre o processo de desestruturação discursiva e analítica dos valores universalistas da democracia a partir da questão sobre os critérios de poder instituídos. A narrativa da formação discursiva da identidade no trabalho desses autores é fundamentada na política e através desta identidade é que se torna possível destacar a legitimidade da democracia no contexto de sua mudança conceitual e teórica contemporânea. A construção identitária nos trabalhos destes autores é assim uma construção narrativa e analítica e essa construção ganha um peso teórico quando aproximado do debate político da democracia.

E a questão relevante dessa discussão em nosso trabalho é que há uma aproximação reflexiva entre as abordagens dos multiculturalistas em relação aos pós-estruturalistas quanto ao debate democrático que nos é importante, na medida em que são tratadas questões que compõem o nosso problema referentes à política e identidade em relação à democracia. Embora o multiculturalismo de Santos (2000, 2003) o leve para um caminho crítico da discussão político-normativa, e as reflexões teórico-analíticas de Laclau e Mouffe os conduza para o caminho da desconstrução discursivas e hegemônicas de modelos políticos, a questão da identidade, da política e da democracia os aproxima no campo de debate teórico sobre a restauração do ideário da democracia contemporânea fundados na discussão entre o particular e o universal, a partir do qual estão presentes as formações identitárias.

Nesse sentido, a discussão que o pós-estruturalismo traz para o debate da democracia é relevante por destacar os valores desta enfatizando o processo de construção identitária como valor político democrático. Guardadas as devidas proporções, destacamos que há uma outra aproximação entre o pós-estruturalismo e o multiculturalismo que se refere à tentativa de produzir um novo sentido para a política tendo como base a crítica sobre o princípio da igualdade destacada pelos ideais do liberalismo.

É fato que a questão da identidade, tomada isoladamente, não é o fundamento prioritário de nenhum desses autores, mas esta categoria passa a ser relevante quando é

ressaltada como princípio norteador da reestruturação da democracia. Nesse sentido, o ponto incomum destas abordagens na teoria social contemporânea é o reconhecimento político das formações identitárias associado à crítica político-filosófica, o que faz do valor do reconhecimento político da identidade uma argumentação contra o fundamentalismo identitário assim como contra o universalismo apriorístico da democracia. Sob esse aspecto, o radicalismo da política, presente nos argumentos pós-estruturalista, é um fortalecimento da própria política e não pode ser traduzido numa fragmentação fundamentalista de identidades. Um bom exemplo disso pode ser referido aos trabalhos de Mouffe (1986, 2001), em que é possível ver uma defesa da retomada da política no processo contemporâneo, das afirmações identitárias, e a reintegração da democracia a partir dos valores críticos das diferenças.

Do mesmo modo, o multiculturalismo político é uma forma de reconhecer o fortalecimento das identidades na busca de maior legitimidade dos valores da democracia. Em ambas discussões encontramos o ressurgimento discursivo do valor das diferenças oposto ao universalismo da igualdade democrática.

A questão prioritária a se destacar é que em ambas as discussões a crítica ao fundamentalismo é um ponto importante para a reestruturação da democracia pois o contrário da postura da universalidade é a estruturação de particularismos que não reconhecem os valores das diferenças, como pode ser visto com o fundamentalismo comunitarista que ao criticar os valores universais da democracia buscam uma saída isolada que desconsidera a política como valor de sedimentação das diferenças.

Do ponto de vista da mudança dos valores simbólicos do ideário democrático vimos que os valores da narrativa liberal a partir do princípio da universalidade encontram dificuldades afirmativas no campo institucional da política, assim como legitimidade política por parte das formações identitárias na sociedade contemporânea. Porém não podemos traduzir que o resultado desse fato corrobore com a fragmentação da sociedade em que sejam preteridos os valores políticos instituintes das diferenças. Nesse caso é o que ocorre com qualquer modelo de fundamentalismo presente em formações identitárias que reconhecem o valor da democracia sem reconhecer o valor da diferença.

Pensando em termos da problemática política da democracia veremos que esta perspectiva comunitarista, vai se constituir como um terceiro problema de formação do imaginário político de composição da democracia na sociedade global.

Esse é um problema de duas naturezas: a primeira referente à crítica de um reconhecimento atomístico da afirmação política, que em termos de sua funcionalidade político-organizacional pode chegar às vias de um fundamentalismo - seja este religioso, étnico, ou de outra natureza - na medida em que desconhece ou desconsidera o princípio da alteridade política como fundamento do reconhecimento legítimo das diferenças, demonstrando apenas a fragmentação do tecido social contemporâneo estruturador da narrativa pós-moderna que sem as grandes narrativas discursivas encontra saída em pequenas narrativas identitárias; e a segunda refere-se ao fato de haver ainda, em termos explicativos, uma pluralidade conceitual do próprio comunitarismo que tem estruturas institucionais diferenciadas representadas por formações multiculturais e discursivas variadas do ponto de vista político.

O que nos leva a imaginar que, em termos comunitaristas, o imaginário político, em certa medida, opera como modelo essencialista sem alteridade e muitas vezes sem tolerância em termos da consolidação democrática, ou seja, um modelo de racionalidade identitária fundada em si própria sem um procedimento político de reconhecimento da diferença do outro, o que contribui para uma relação de não reconhecimento ou de *não-política* entre as identidades comunitárias. Isso influi na negação do pressuposto da negociação social que é a base de compactibilização do processo das diferenças, sejam essas: étnicas, religiosas, culturais, ideológicas, etc.

Castells (1999) nos apresenta uma reflexão sobre o modelo fundamentalista de construção identitária afirmando a existência de uma relação causal entre a globalização e a manutenção das identidades fundamentalistas. Vejamos o exemplo do fundamentalismo cristão:

O fundamentalismo não parece ser uma racionalização dos interesses de classe, tão pouco um posicionamento com base no território. Em vez disso ele atua nos processos políticos em defesa dos valores morais e cristãos. Trata-se de um movimento reativo, voltado para a construção da identidade social e pessoal, como na maior parte dos casos de fundamentalismo encontrado na história, com base em imagens do passado projeta-se um futuro utópico, visando a superação do insustentável tempo presente. Reação a quê? O que é

insustentável? As causas mais imediatas do fundamentalismo cristão parecem ser duas: a ameaça da globalização e a crise do patriarcalismo. (p.42).

A questão que relaciona fundamentalismos identitários e globalização é preocupante para outros autores, como a Nancy Fraser (2000) que identifica a questão da intolerância, dos separatismos e autoritarismos como consequência de uma visão tosca de comunitarismo fundamentalista, reconhecedor de uma essencialidade identitária.

Nesse sentido, ela afirma que as ciências sociais estão visualizando e enfrentando uma nova constelação da gramática política que é o movimento em favor do reconhecimento identitário, sobretudo por causa da aceleração da globalização e dos avanços do capitalismo no que diz respeito à manutenção das desigualdades. Segundo essa autora, as lutas de hoje por reconhecimento estão ocorrendo em um grande contexto de interação transcultural que cresce à medida em que a comunicação midiática global acelera os fluxos identitários cruzando formas plurais de cultura.

O problema, conforme a autora, é que embora os cruzamentos e a visibilidade midiática se encontrem num aspecto de multiculturalismo, na maioria das vezes respeitoso com relação à manutenção das identidades, estes podem servir para promover o encorajamento dos separatismo, da intolerância, do chauvinismo patriarcal e do autoritarismo nas várias instâncias das relações da sociedade (Fraser, 2000). Um problema que associa uma relação de exclusão sócio-identitária com a manutenção do *status quo* do poder no processo da dinâmica social, econômica, política e cultural da sociedade contemporânea global, ou seja, uma questão de *establishment* da cultura estrutural do poder.

Richard Rorty (1995) compartilha dessa base de reflexão crítica quando analisa os perigos do multiculturalismo fundado apenas numa contra-visão do preconceito que ao invés de resolver o problema da diferença, amplia ainda mais seu sentido na busca de um radicalismo identitário. Nesse sentido, Rorty demonstra sua crítica enfatizando o radicalismo que pode está atrelado às afirmações fundamentalistas sobre raça, sexo, religião, etc. Esse autor faz uma reflexão sobre um modelo de multiculturalismo norte americano que peca por seu excesso, como está presente no livro *Dictatorship of virtue: multiculturalism and battle for America's future* de autoria do jornalista Richard Bernstein. Segundo Rorty, o tipo de multiculturalismo analisado é marcado por boas

intenções, mas termina por cair em um contexto de dogmatismo desprovido de alteridade, (...) *um universo de boas e ambiciosas intenções que se desviou do caminho do respeito às diferenças para mergulhar num abismo nebuloso de afirmações dogmáticas, otimismo exagerado e declarações pseudocientíficas sobre raça e sexo.* (Bernstein citado por Rorty, 1995, p.46)

Na visão de Rorty, a forma como o multiculturalismo exagera na afirmação das identidades tende a manter um separatismo conservador tão negativo quanto o modelo do separatismo dos conservadores de direita da sociedade norte americana, e, sendo assim, ele apresenta um exemplo de como esse aspecto antagônico de relação social, entre negros e brancos por exemplo, é marcado por um tipo de separação afirmativa que ao invés de diminuir as distâncias entre estes termina por ampliá-la num novo processo de interação sócio-cultural simbólica.

Uma conversa franca e honesta sobre as divisões na sociedade norte americana, enfatizaria o fato, por exemplo, de que as escolas públicas, mantidas com o imposto sobre a propriedade, garantem que crianças de bairros negros tenham perspectivas de vida muito inferiores às de crianças de bairros brancos. No entanto, o multiculturalismo, está obcecado, não pelo sofrimento, mas pela “identidade” dos grupos que foram atropelados. (...). A partir da idéia de que também as crianças brancas deveriam conhecer os heróis afro-americanos, termina com o prognóstico, que se auto-realiza, de que elas permanecerão separadas de seus contemporâneos negros não apenas por diferenças financeiras e de oportunidades, mas por uma diferença cultural. (Bernstein citado por Rorty, 1995, p.47)

Referindo-se as reflexões de Alan Ryan, Rorty afirma que:

(...) os que empunham a bandeira do multiculturalismo se orgulham tipicamente, de seu pós-modernismo mas regridem ao velho essencialismo quando se põem a descrever as identidades imensuráveis dos membros de culturas diversas. Bernstein parece certo ao explicar tal contradição pelo fato de que (...) ‘embora, em alguns casos, o multiculturalismo seja o que nos parece que deveria ser, uma realização mais completa do pluralismo americano; trata-se em sua maior parte, de uma palavra-senha para algo diferente, que (...) não é multi, não é cultural e nem chega a ser um ismo. É uma senha para uma ambição política, uma aspiração a mais poder, combinada a um anseio genuíno, determinado e ardoroso de desenvolvimento social’. (...). Mas trata-se de um erro dos intelectuais americanos de esquerda insistir que a América deveria ser “não um caldeirão de misturas, mas uma salada” (Rorty, 1995, p. 47).

Para Myszta e Shupe, citados por Castells (1999), sob um outro ponto de vista analítico, a dinâmica global promoveu a dinâmica do fundamentalismo identitário de forma dialética. Nesse sentido, as identidades se reconhecem como uma forma de resistência que mantém o processo de luta e confronto como mecanismo global de enfrentamento identitário no que toca à manutenção dos valores que regem a identidade. Esta é sustentada pela forma fundamentalista de resistência seja religiosa, étnica, racial ou cultural. O fundamentalismo cristão, judaico ou muçulmano representa o exemplo claro dessas afirmações identitárias, tanto no que compreende aos conflitos quanto no que compreende à manutenção de suas tradições.

Neste contexto, em termos de poder simbólico o discurso religioso, especialmente o discurso cristão, é aglutinador da legitimidade política e da constituição de uma moralidade que busca manter os valores institucionais como instrumentos de coesão social e manutenção do *status quo* do poder, sobretudo político-econômico em nome da manutenção democrática.

Um dos temas recorrentes do fundamentalismo cristão nos Estados Unidos durante os anos 90 é a oposição ao controle do país exercido por um 'governo mundial', com autoridade sobre o governo federal do EUA, sancionado pelas Nações Unidas, pelo Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, entre outros organismos internacionais. (...) A construção da identidade fundamentalista parece ser uma tentativa de reafirmação do controle sobre a vida e sobre o país, uma reação direta ao processo desenfreado de globalização que se faz cada vez mais presente na economia e na mídia. Entretanto, provavelmente a causa mais importante do fundamentalismo cristão dos anos 80 e 90 é a reação contra o desafio ao patriarcalismo, fruto das revoltas da década de 60, e expresso pelos movimentos feministas, das lésbicas e dos gays.(Castells, 1999, p.42-43)

Esse tipo de discussão caracteriza-se dentro de um aspecto comunal de definição da identidade. O viés da pertença identitária é definido com base no reconhecimento das comunidades. Um contexto de reflexão no qual o multiculturalismo tem a possibilidade de demonstrar sua caracterização.

Com relação ao multiculturalismo vamos encontrar em Andrea Semprini (1999) quatro tipologias de espaços multiculturais presentes de forma diferenciada na esfera pública contemporânea, salientando que esses modelos mesclam elementos diversificados de funcionamento operando complexamente os sentidos de suas próprias

fragmentações, como modelo de configuração identitária e como modelos de reconhecimentos identitários da democracia política. Um aspecto que demonstra o caráter híbrido do capital político.

Semprini (1999) classificatoriamente define esses modelos como: primeiro, um multiculturalismo de influência liberal clássica que justifica uma amostra de comunitarismo apresentando (...) *uma distinção básica entre esfera pública e privada da vida coletiva. A primeira cuida dos direitos e deveres cívicos e políticos dos indivíduos, como o respeito às leis, pagamentos de impostos, o exercício do direito de voto, liberdade de expressão e de locomoção.* (p.135). Um aspecto comunitário de influência liberal que define os direitos identitários pelo direito de cidadania, a partir de um processo de democracia que em termos de espaço público tem o mesmo aspecto universalizante do espaço público que não reconhece as diferenças. Ou seja, admite o caráter de um consenso prévio a partir de uma cultura comum e uma política homogênea.

Esse modelo de multiculturalismo, segundo Habermas (1998), reforça o argumento de uma cultura política comum, *que se torna tanto mais abstrata quanto mais subculturas, ou formações identitárias, levarem a um denominador comum, e que devem se manter vigorosas o bastante para não deixar a noção de cidadão se esfacelar.* (p. 113). Habermas cita Raz, em seu trabalho “*Multiculturalism: a liberal perspective*” que afirma sobre essa questão que:

Ao endossar a percepção de diversos grupos culturais em uma única sociedade política, o multiculturalismo requer igualmente a existência de uma cultura comum (...). Membros de todos os grupos culturais (...) deverão ter uma linguagem política comum e códigos de conduta para poder participar efetivamente da competição por recursos e proteção de interesses tanto de grupos quanto individuais, em uma arena política partilhada. (Raz, J. apud Habermas, 1998, p. 113)

Esse enfoque apresenta o caráter liberal estruturado no pluralismo competitivo, que nos referimos anteriormente como desprovido de alteridade, e que não tem como pressuposto o reconhecimento das diferenças perante o processo de formação das identidades e seus interesses simbólicos, nem o propósito dialógico da política como instrumento de manutenção das diferenças.

O segundo modelo é conceituado a partir da perspectiva multicultural de Kymlicka e se fundamenta numa ótica cidadã multicultural que propõe o reconhecimento dos aspectos diferenciais na sociedade, como étnicos e culturais dos indivíduos, sob um pressuposto moral. Nesse modelo, a referência identitária do grupo é o elemento mediador entre o público e o privado. Segundo Semprini,

O modelo multicultural não elimina essa posição, mas a dialetiza ao introduzir o grupo como termo mediador. Mesmo que se reconheçam formas de autonomia a certos grupos, continua subsistindo uma zona onde os grupos participam de uma esfera pública comum. Esta região torna-se zona de consciência do sistema. Em vez de dividir-se em duas esferas em cada indivíduo, o espaço social encontra-se dividido em uma zona central “monocultural”, em que participam em graus variados todos os grupos, e em uma quantidade de zonas periféricas, onde cada grupo é autônomo.” (1999. p.138).

No terceiro enfoque temos um modelo de multiculturalismo denominado de “maximalista” que se apresenta pela radicalidade fragmentária do tecido social. Neste o comunitarismo dos grupos é definido pela pertença do próprio grupo, sem que seja possível remeter essa identidade, ou construção identitária do grupo, ao processo de reconhecimento das diferenças (alteridade). O reconhecimento do outro é preterido em favor do reconhecimento de si. Esse modelo nega a possibilidade de uma esfera pública comum, na qual se possa intercambiar politicamente interesses, assim como também nega a separação entre os espaços público e privado. O caráter fragmentário, em termos pós-modernos, demarca a perspectiva da segmentação dos interesses fundados no discurso da pertença do que chamamos auto-referência identitária.

O quarto modelo é denominado de “multiculturalismo combinado” que, segundo Semprini, tem como principal preocupação administrar diferenças. Ao contrário dos outros modelos sua fundamentação é definida no aspecto econômico a partir do qual a diferença é um bem simbólico que potencialmente transforma-se em bem material, enfatizado do ponto de vista do consumo. Nesse sentido, no processo da globalização essa perspectiva comunitarista potencializa valores étnicos e culturais como mercadorias negociáveis, *o multiculturalismo combinado transforma a diferença num argumento de venda.* (p.114). Os fatores identitários são assim bens simbólicos de consumo na sociedade global.

Os efeitos da globalização presentes no contexto das localidades representam uma forma de mercantilização simbólica dos valores dos particularismos identitários. Esse conjunto nos traz de volta à relação entre o local e o global no que toca ao relacionamento político dessa interação simbólica. Nesse sentido, o objeto simbólico da política definido como instrumento de negociação dos interesses identitários e as identidades definidas como reconhecimento político das afirmações de interesses simbólicos, são categorias de análises intercambiáveis na discussão do sentido da democracia no interior desse espaço público multicultural. Esse modelo tem como característica a noção de fronteira na relação do fluxo identitário entre o local e o global. Segundo Santos,

O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona de fronteira torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-e-vem e como tal nunca está escancarada nem nunca está fechada. A zona de fronteira é uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas. (1994, p. 50-51)

Esse sentido de fluxo de troca é a situação através da qual a política da identidade ganha poder de representação simbólica nos espaços públicos multi-identitários e, conseqüentemente, reestrutura os valores do ideário democrático no sentido de atuar contra os fundamentalismos nas formações identitárias.

Esses aspectos da identidade como estruturação da política demandam uma reestruturação da compreensão da democracia como problema de pesquisa, através do qual as noções da representação da realidade política e da formação discursiva fazem parte da validade do reconhecimento desta democracia, seja em termos dos valores universais, particulares ou na fronteira entre ambos com base nesse fluxo de valores simbólicos político-identitários. O conceito de fronteira identitária é, sob esse aspecto, importante pois é através dela que se tornam possíveis trocas simbólicas nas formas de reconhecimento.

A cultura de fronteira é uma cultura antropofágica, na medida em que é subversiva e livre no sentido de criação, incorporação e reelaboração de sentidos, em que

a possibilidade de troca de informação é uma troca de bens simbólicos e de significados identitários diversificados nas esferas contemporâneas. *A zona de fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco suscetíveis à globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural (...)* (Santos, 1994, p.49).

Dentro desse contexto, o ideário da democracia é um campo simbólico discursivo através do qual a formação identitária tem a possibilidade de estabelecer a política dialógica do reconhecimento multi-identitário. Sendo assim, podemos entender a democracia também como um bem simbólico dialógico que, introduzido no contexto discursivo da identidade, nos fornece elementos para melhor compreendermos os espaços públicos híbridos e multiculturais. E isso demonstra como o conceito de democracia pode ser também inserido como problema de pesquisa, tendo como fundamento a mudança do enfoque de análise dos espaços públicos como espaços de sociabilidades plurais de ressignificação da cultura política das sociedades complexas multiculturais, tanto na perspectiva de autores como Santos como na de Canclini.

O multiculturalismo de Canclini (1998; 1999), por exemplo, analisa com bastante propriedade o caráter da cidadania definida pelo consumo simbólico, no qual as diferenças identitárias são bens simbólicos que dinamizam o mercado político e a cultura de massa criada na democracia capitalista. Num contexto de análise próximo ao de Canclini, Mike Featherstone (1995) desenvolve uma análise sobre o consumo simbólico na cultura contemporânea a partir das formações identitárias da sociedade atual. A questão do consumo simbólico é fundamental para a definição do estilo de vida e afirmação política na sociedade contemporânea, assim como para a demarcação dos limites nos relacionamentos sociais no interior das formações identitárias, o que incide diretamente na questão política da cidadania ligada à cultura de massa na sociedade global. Conforme aquele autor,

“O processo de globalização não parece produzir uniformidade cultural. Ele nos torna sim conscientes de novos níveis de diversidade. Se existir uma cultura global, seria melhor concebê-la não como uma cultura comum, mas como um campo no qual se exerçam as diferenças, as lutas de poder e as disputas em torno do prestígio cultural. (...) Em consequência, a globalização nos torna conscientes do próprio volume, da diversidade e das muitas facetas da cultura. Os sincretismos e os hibridismos constituem mais a regra que a

exceção, o que nos leva a suscitar a questão das origens e da manutenção de determinadas imagens da cultura, com a qual operamos muito tempo nas ciências sociais.” (1995, p.31)

Voltando à perspectiva multicultural crítica, Peter McLaren (2000b) afirma que *As identidades híbridas tornaram-se mercantilizadas. Elas se limitam à compra de estilos de vida e à apropriação cultural. Para os autores denominados pós-estruturalistas, tornar-se alguém que cruza fronteira constitui uma maneira de recusar que a dura realidade do capitalismo mercantilizou e canibalizou os mundos da natureza, deixando-nos muito pouco para construir nossas identidades, a não ser o excesso de valor de troca. (p.295).* Essa sentença crítica introduz o elemento multicultural como instrumento de reestruturação das elaborações identitárias no sentido de articulação no campo político e no mercado de bens simbólicos que este campo estrutura.

Para que essas formações identitárias possam se traduzir em contextos de coalizão política e de transformação social, elas precisam manter o dispositivo de agregação simbólico e de mudança no bojo de sua formação. E, nesse sentido, essa cultura de fronteira presente na esfera pública multi-identitária da sociedade global, funciona como um elemento de estruturação da dinâmica da diversidade e da afirmação política da mesma.

Para Peter McLaren o espaço público multicultural é um espaço político segundo o qual as formações das identidades são historicizadas, interativas e múltiplas permitindo que estas estejam *constantemente em um processo de diferenciação, de fluxo e de contradição, mas sempre abertas à mudança e à transformação.* Pois para ele, a luta e o conflito político são fundamentais no processo de mobilização identitária da sociedade multicultural. *Não há coisa alguma a respeito da formação de identidades que as impeçam de tornarem-se coalisionárias, ao invés de divididas e independentes. (2000b, p.296)*

Do ponto de vista interativo das identidades vemos que a esfera pública pode também ser um campo simbólico no qual as opiniões se traduzem em bens de consumo, ou seja, um mercado político de bens simbólicos no qual as formações identitárias estão pressupostas a partir de uma lógica discursiva num contexto de relações interativas.

Este campo simbólico é um ambiente de concorrência e dialogismo pelo bem simbólico do reconhecimento identitário, representado através de valores políticos afirmativos. Sendo assim, o mercado que esse campo estrutura é conflitivo dado a complexidade das diferenças nele encontradas e ao mesmo tempo, as relações simbólicas identitárias vem transformando esse campo em universo de interação das diferenças na sociedade global através de valores e afirmações políticas.

Canclini (1999), desenvolve uma reflexão sobre as transformações das formações identitárias em que se mostra a substituição dos símbolos racionais e territoriais por símbolos culturais e políticos por parte dos atores identitários na sociedade global. E essa mudança dos valores simbólicos vem influenciando a percepção e a representação da cidadania e da democracia na sociedade contemporânea demonstrando que as mudanças de caráter simbólico redimensionam os conceitos e os valores antes imutáveis dos posicionamentos políticos, sociais e institucionais.

Deste modo, a relação entre identidade, espaço público, cultura e, em certa medida, mercado, ganha aspectos significativos do ponto de vista do poder simbólico nas sociedades globais, caracterizadas por um processo de reinvenção do sentido da política e da democracia. A política no contexto do campo simbólico ganha uma dinâmica maior no que toca à compreensão das mudanças dos valores e dos sentidos.

A aproximação da cidadania, da comunicação de massa e do consumo tem, entre outros fins, o de reconhecer esses novos cenários de constituição do público e mostrar que para se viver em sociedade democrática é indispensável admitir que o mercado de opinião cidadã inclui tanta variedade e dissonância quanto o mercado da moda, do entretenimento. Lembrar que nós cidadãos também somos consumidores leva a descobrir na diversificação dos gostos uma das bases estéticas que justificam a concepção democrática de cidadania. Se reconhecermos estes deslocamentos dos cenários em que se exerce a cidadania (do povo à sociedade civil) e esta reestruturação do peso do local, do nacional e do global, algo terá que acontecer à forma pela qual as políticas representam as identidades. Outro modo cultural de fazer política e outros tipos de políticas culturais deverá surgir. (Canclini, 1999, p.67)

Para Santos (1994) a questão multicultural da cidadania política no cenário da globalização tem um outro caráter simbólico que não se refere à postura mercantil de bens de consumo. O aspecto político do reconhecimento multicultural das diferenças na composição da cidadania política é feito no contexto do campo normativo da política e do direito, especificamente dos direitos humanos e como estes podem representar um

caráter inclusivo das diferenças identitárias e dos excluídos, sem identidade sequer, no processo global.

Voltando à perspectiva de Santos, vemos que o formato inclusivo das referências identitárias é ambientado na perspectiva multicultural que toma como base diferenças locais como valor de referência política para os direitos sociais. Numa concepção política dos direitos humanos, o autor apresenta a argumentação contra hegemônica em relação ao processo global, no qual o multiculturalismo crítico tem uma função de mudança de base do ideário democrático, considerando as diferenças regionais e locais das várias sociedades.

A concepção de multiculturalismo é pré-condição da relação de equilíbrio potencializadora de uma legitimidade global com base nas suas diferenças, o *empowerment* social é o principal instrumento de poder político emancipatório. O sentido de “legitimidade” dos valores da diferença, segundo Santos, representa os atributos de uma política contra hegemônica dos direitos humanos, assim como influencia também diretamente a questão do contrato social na contemporaneidade ou, como ele mesmo afirma, influencia o pós-contratualismo da sociedade atual. E isso é relevante visto que tanto em termos dos direitos humanos como de um novo modelo de contrato social, há que se considerar o aspecto da exclusão e da inclusão social das diferenças reafirmado a partir de um processo normativo, político e cultural mais complexo e descentralizado para que este seja representativo da legitimidade emancipatória e da regulamentação social no mundo global.

O contrato social é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Os critérios de inclusão/exclusão que ele estabelece vão ser fundamento da legitimidade da contratualização das interações, econômicas, sociais, políticas e culturais. As abrangências das possibilidades de contratualização têm como contrapartida uma separação radical entre incluídos e excluídos. Embora a contratualização assente numa lógica de inclusão/exclusão, ela só se legitima pela existência de não excluídos.(...). A lógica operativa do contrato social está, assim, em permanente tensão com sua lógica de legitimação (Santos, 1999, p. 85).

Essa afirmação é fundamental na análise da sociedade contemporânea porque representa o caráter concreto de duas coisas importantes para o estabelecimento da legitimidade tanto do processo normativo constitutivo da sociedade, como de uma

percepção do valor universal e particular nessa formação social da democracia política. Essas duas coisas são a *regulação social* e a *emancipação social* que só podem ser possíveis a partir de um contrato social inclusivo que revele politicamente a tensão dialética entre estes dois valores e que tenha como síntese a legitimidade da diversidade.

A perspectiva de um multiculturalismo global contra hegemônico para Santos é fundada na própria crítica conceitual que ele faz ao modelo de globalismo unilateral ou globalização de mão única. Para ele a questão da globalização é mais complexa e apresenta quatro formas de discussão conceitual. A primeira, que ele chama de localização globalizada; a segunda, globalização localizada; a terceira, é vista por ele como cosmopolitismo e, por fim, a questão dos recursos comuns universais.

A primeira dessas questões tem a ver com o processo de expansão econômico-cultural através do qual o poder hegemônico local é propulsor das diretrizes globais. A questão da economia do consumo, do comportamento cultural e demais bens simbólicos da sociedade americana, retratam bem essa primeira forma como uma localização globalizada. Essa globalização é hegemonicamente representada pelos valores gerais da sociedade americana no qual o localismo estadunidense dita, em boa medida, o processo de enculturação global.

A forma do globalismo localizado, como segunda questão, refere-se aos efeitos, de uma maneira geral, das práticas imperativas transnacionais nos contextos globais. Os efeitos mais claros desse processo são as áreas de livre comércio, ALCA, Mercosul, NAFTA, as zonas francas, as explorações ambientais como devastação de áreas para pagamentos de dívidas externas, exportação de lixo tóxico pelos países centrais e uma super exploração da mais valia global.

A divisão internacional da produção da globalização assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, ao passo que aos países periféricos cabem tão somente as escolhas de globalismos localizados. O sistema mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados. A divisão internacional da produção de globalização articula-se com a divisão nacional do mesmo tipo: as regiões centrais ou grupos dominantes de cada país participam na produção e reprodução de localismos globalizados, enquanto às regiões periféricas ou grupos dominados cabe produzir os globalismos localizados. (Santos, 2000, p. 24)

A terceira forma conceitual de análise da globalização é vista como cosmopolitismo e representa uma resposta global de origem periférica ao processo de exploração e dominação simbólica e material dos países centrais. Segundo Santos (2000), a interação de regiões, nações, classes e formações sociais identitárias subordinadas na globalização de mão única, podem através da via do cosmopolitismo criar oportunidades de defesas de interesses comuns. Vários são os exemplos de articulações desse tipo: redes de interações dos movimentos ambientais e sociais; articulação de organizações não-governamentais; federação mundial dos sindicatos, grupos de articulação anticapitalista, rede de mobilização virtual antiglobalização; fóruns sociais mundiais, etc., todos constituídos como esferas públicas políticas.

O cosmopolitismo, facilitado pela atual estrutura eletrônica de articulação social e política das identidades, representa o processo em favor de uma globalização incluyente e contra hegemônica. É válido citar, a título de análise, o caráter de mobilização ocorrido pela internet em favor de uma política de justiça social e equidade econômica entre as sociedades ricas e pobres, assim como as mobilizações dos ciberativistas, como os Hactivistas (hackers que realizaram um congresso sobre a mobilização política pela internet contra os grandes grupos privados e estatais proporcionadores da globalização hegemônica em Nova York no ano de 2000), transformando a via cosmopolítica numa estrutura de articulação política multi-identitária.

Sobre o argumento de mobilização antiglobalização em favor da democracia global, é pertinente também nos referirmos à passagem de Castells (2002) em seu ensaio: *“A necessidade de representação”*, em que ele afirma que para que a conjuntura social se adapte aos novos tempos será preciso ou relegar a democracia a um plano abstrato ou reinventá-la na forma de relação global-local com seu caráter de resistência anti-hegemônica. Segundo ele na relação local-global é possível ver que,

(...) as instituições políticas se globalizaram à sua maneira, construindo um Estado-rede em que os Estados nacionais se encontram com instituições supranacionais, como a União Européia ou clubes de decisão como o G-8 ou instituições de gestão como o FMI, para tomar decisões de forma conjunta. Longe fica o espaço nacional de representação democrática, construindo-se os espaços locais mais como resistência do que como escalão participativo. (...). As pessoas vivem e reagem com o que vão percebendo e, em geral, desconfiam dos políticos. E, quando não encontram canais de informação e participação, saem para a rua. Assim, diante da perda de controle social e político sobre um sistema de decisão globalizado que atua sobre um mundo globalizado, surge o

movimento antiglobalização, interligado e organizado pela internet, centrado em protestos simbólicos que respondem aos tempos e espaços dos agentes decisores da globalização e utilizam seus mesmos canais de comunicação com a sociedade: os meios de massa, nos quais uma imagem vale mais que mil palestras. (Castells, 27/01/2002, Folha de São Paulo, Caderno Mais!)

Essa forma de mobilização da sociedade conectada em rede pode representar um processo fundamental para a democracia global, visto ser propositivo no sentido de articulação e reagrupação política dos atores em nível internacional em favor de um ideário democrático global e articulado através da interação dialógica na rede mundial de computadores, funcionando como uma esfera pública política multi-identitária.

Voltando à análise conceitual da globalização, Santos (2000) afirma que a quarta forma de análise refere-se ao direito internacional sobre os usos dos recursos ambientais comuns à humanidade. Ou seja, recursos comuns de sustentabilidade ambiental que servem como instrumento de articulação dos interesses dos atores sociais (no sentido de proteção e manutenção destes interesses) como forma de resistência à globalização hegemônica. A questão de fundo dessa argumentação é que a articulação de atores internacionais interessados cria uma política de incômodo ao modelo desenvolvimentista de vários grupos e países centrais, principalmente os EUA.

Sobre essas duas últimas formas de visão, o “cosmopolitismo”, articulador de mobilização e resistência propositiva dos atores sociais, e a “articulação acerca do patrimônio ambiental comum da humanidade”, Santos (2000) afirma que constituem a possibilidade de uma formação política de globalização que vai da base, onde se encontram as minorias e os atores sociais, para o topo, onde se encontram os agentes articuladores da política hegemônica da globalização.

Enquanto que as duas formas iniciais da globalização, “o localismo globalizado” e o “globalismo localizado” constituem um modelo que se estrutura de cima para baixo e não reconhecem os valores da diversidade social, cultural e da política dialógica nos moldes emancipatórios de uma democracia da diversidade. A questão relevante dessa discussão para nosso trabalho se refere à relação dessa análise com a questão da política democrática e a formação das diversidades identitárias no processo de configuração da sociedade global. Mas essas argumentações conceituais sobre a globalização, têm uma base normativa que complementa o raciocínio político e sociológico de Santos. Essa

base é a questão dos direitos humanos definidos em termos multiculturais na dimensão da democracia globalizada.

A questão multicultural dos direitos sociais e humanos representa, segundo ele, um argumento normativo de visibilidade política da democracia nas diferenças contemporâneas. E se expressa como um modelo emancipatório sustentável e legitimamente referendado numa esfera pública global. Em termos práticos da política esse contexto normativo teria, na visão de Santos, uma função regulativa estruturada através da politização da justiça e dos direitos em favor da reestruturação do ideário da democracia contemporânea.

Santos (2000) argumenta que é possível identificar as condições em que os direitos humanos estruturam uma política de emancipação social na sociedade global considerando as questões de tensão entre a regulação e a emancipação, o Estado e a sociedade civil, o Estado-Nação e o processo global, esta última estabelecida no contexto da soberania nacional e relações internacionais. A questão fundamental desses processos de politização emancipatória da sociedade através dos direitos humanos e das diferenças identitárias se ampara numa argumentação política e cultural do sistema social global.

A política dos direitos humanos é basicamente uma política cultural. Tanto assim é que poderemos mesmo pensar os direitos humanos como sinal do regresso do cultural, e até mesmo do religioso. (...) falar de cultura e de religião é falar de diferença, de fronteiras, de particularismos. Nessa ordem de idéias o meu objetivo é desenvolver um quadro analítico capaz de reforçar o potencial emancipatório da política dos direitos humanos no duplo contexto da globalização, por um lado, e da fragmentação cultural e da política de identidades, por outro. A minha intenção é justificar uma política progressista de direitos humanos com âmbito global e com legitimidade local. (Santos, 2000, p.21).

A relação entre a política de identidade, o multiculturalismo e a interação social passa pelo pressuposto da alteridade como forma de legitimidade de uma democracia das diferenças que encontra nos direitos humanos um princípio universal legítimo a partir do local. Embora saibamos que a constituição dos direitos humanos seja algo criado a partir da racionalidade e dos interesses da sociedade ocidental, a questão é como poderíamos encontrar uma base de legitimidade desses direitos para a sociedade mundializada pelas

diferenças identitárias, em que o sistema-mundo demonstra claramente uma relação cultural, política e econômica de poder dos ocidentais sobre os não ocidentais?

Segundo Santos esta resposta seria encontrada a partir do reconhecimento das diferenças e do multiculturalismo na sociedade global, na qual a perspectiva multicultural de um cosmopolitismo contra hegemônico, com uma política de reconhecimento da diversidade, estruturaria uma globalização de base infra-estrutural. Nesse sentido, os direitos humanos teriam que ser reconceitualizados com o caráter multicultural de reconhecimento da diversidade sob o aspecto político da alteridade, o que o diferenciaria de sua forma original, ou seja, do foco meramente ocidental normativo que o constituiu no pós-guerra.

Nesse sentido, argumentaríamos que os direitos humanos teriam uma validade normativa multi-identitária e se aplicariam através de uma fundamentação política das legitimidades identitárias. Os valores sociais e políticos da diversidade, formariam o pressuposto democrático legítimo dos direitos humanos imaginado por Santos.

A política da diversidade representa a política do reconhecimento no processo democrático, seja do ponto de vista local ou global, e é sob esse aspecto que as articulações contra hegemônicas encontram valores comuns de manutenção da cultura política efetivamente democrática. A questão do reconhecimento do direito à diversidade e dos direitos das diversidades pressupõe a noção de legitimidade política no processo de produção de sentido da democracia. Na relação global-local, isso revela um processo de avanço político e social a partir de um modelo contra hegemônico que se fundamenta em conquistas sociais, e demonstra como existem diferenças em relação aos modelos de desenvolvimento capitalista desta globalização.

Neste trabalho, não partimos do único e exclusivo pressuposto de que os direitos humanos e a questão da cidadania seriam juntos a condição *sine qua non* do problema da democracia contemporânea na sociedade global mas, sem dúvida, eles são relevantes juntamente com outros como: as questões do reconhecimento da diversidade cultural, étnica, a política internacional e reconhecimento das soberanias nacionais e a equidade econômica como uma política econômica redistributiva, e todas têm sua relevância analítica com base nas várias formas da esfera pública multi-identitária.

O cerne do problema é como entender o estabelecimento e manutenção da democracia da diversidade na contemporaneidade global tendo como pressuposto os fundamentos da identidade e da política como base de argumentação dialógica. E no contexto dessa base, a questão da cultura política se estrutura de maneira multidisciplinar onde a relação entre a política e a formação identitária forma uma referência conjuntural do que chamamos de produção de sentido da democracia contemporânea.

Nesse sentido, a investigação política da esfera pública é fundamental para o problema da democracia contemporânea na globalização, porque a forma como os processos econômicos, políticos, sociais, culturais, normativos, etc., das interações são estabelecidos na sociedade global, revela uma mudança de sentido da democracia a partir da multidimensionalidade criada na esfera pública desse novo contexto global. E nessa esfera pública, seja local, global ou virtual, o espaço de produção de sentido comunicativo e simbólico tende a ter um redimensionamento político e fundamentalmente multi-identitário que vem modificando o ideário da democracia na sociedade globalizada.

Nesse sentido, todo o contexto discursivo contra a globalização tem adquirido força política através das mobilizações nas esferas públicas articulatórias formadas através das redes de interações e estas interações identitárias têm estabelecido sentidos propositivos e de resistências simbólicas nas reuniões dos FSMs e nas mobilizações de protestos internacionais contra ALCA, G8, OMC, FMI, dentre outras reuniões.

As mobilizações identitárias têm encontrado força discursiva nos FSMs para tornar visível suas demandas e afirmações políticas. Dentro desse contexto, os FSMs têm se constituído num espaço de visibilidade de política contra hegemônica que simboliza e propaga a legitimidade das formações identitárias através de um eco comunicativo global que reproduz o som da equidade democrática das diferenças. A referência simbólica e a representação discursiva dos FSMs exercem, com isso, um poder argumentativo de mudança do ideário democrático local e global.

As temáticas enunciativas presentes em nossa discussão são “política, identidade e democracia”, numa relação constituída entre o local e o global. Nesse sentido, a conjuntura discursiva dessas temáticas na base de formação da cultura política demonstra que as representações dos atores sociais, nesta base, são expressões de mudança visíveis através do comportamento político que incide diretamente sobre o

habitus democrático. Nessa tríade temática, conjuntura discursiva é assim o indicador de orientação política e ideológica de configuração das identidades, pois essa conjuntura orienta as articulações políticas das identidades na prática da sociedade civil. Um exemplo disso é as formas de protestos presentes nas articulações da sociedade em rede na qual a cultura política tem passado por uma mudança significativa no que corresponde as práticas de protestos e resistência estabelecidos ao sistema político local e internacional.

Nesse sentido, a visualização de formas de representações sociais como modo de produção de conhecimento²⁷ e formações discursivas a partir de contexto enunciativos como os Fóruns Sociais Mundiais, os movimentos antiglobais e as ações políticas da cybercultura política desenvolvidas nestes últimos anos, demonstra a mudança global da esfera pública e a reestruturação da cultura política a partir de uma conjuntura discursiva que relaciona os elementos presentes em nossa temática: identidade, política e democracia.

A temática sugerida invoca três questões interrelacionais que são: 1) a política como processo de reconhecimento identitário; 2) a política como instrumento de produção do conhecimento prático; e 3) a significação do conhecimento político e da formação identitária relacionada à legitimidade dos valores democráticos que incidem diretamente sobre a ordem simbólica da democracia. Estas questões nos permitem refletir sobre alguns pontos específicos que são: a formação e mobilização social e política dos

²⁷ Os elementos metodológicos das formações discursivas e das representações sociais funcionam simbolicamente como processo de investigação da produção de sentido da democracia contemporânea. O modelo de produção do saber nas explicações das representações sociais é estruturado com base no enfoque do mundo da vida do cotidiano e se configura, segundo Jodelet (1988), como uma forma de conhecimento e pensamento social voltado à vida prática, orientando, assim, a comunicação e a compreensão em torno das questões sociais. Poderíamos dizer que uma representação social se desenvolve pela forma como os sujeitos produzem o conhecimento a partir das relações e das experiências sociais. As representações sociais funcionam *como um sistema de interpretação da realidade, organizando as relações entre os indivíduos com o mundo e orientando as suas condutas e comportamentos no meio social. Tal sistema de interpretação se enraíza nas formas de comunicação social permitindo ao indivíduo interiorizar as experiências e as práticas sociais e os modelos de condutas* (Artur Perrusi, 1995, p.61). As representações sociais se estruturam a partir de dois elementos: a ancoragem e a objetivação, que são conceitos que definem a forma e o processo de produção do conhecimento (Moscovici, 1978; Jodelet, 1988; Valla, 1992; Spink, 1993). A objetivação se refere à questão de que tal produção de conhecimento tem postos ou bases estruturados a partir de experiências anteriores. Segundo Jorge Valla: *“Se a objetivação mostra como os elementos representados se integram a uma realidade social, a ancoragem estrutura e permite compreender o modo como eles contribuem para modelar as relações sociais e como as exprimem.”* (1992, p.362). A questão a tratar é que a democracia, referida ao processo concreto das formações e relações sociais das formações identitárias, está relacionada ao aspecto de representação social no ponto de vista prático da dinâmica social. Este cenário processual está circunstancialmente relacionado ao conhecimento vivenciado pelos atores sociais no contexto da esfera pública político-participativa. Nesse sentido, a efervescência política da esfera pública define o universo de ancoragem do conhecimento destas representações, assim como permitem visualizar as formações identitárias em seus processos discursivos.

atores, o lugar social de enunciação discursiva dos mesmos na esfera pública multi-identitária, a formação identitária como reconhecimento simbólico e as condições discursivas como processo do saber simbólico da política enunciada pelos atores.

A referência do capital simbólico nestes pontos de análise representa a fundamentação sociológica da produção de sentido da democracia no contexto da diversidade das referências identitárias. Quando aqui nos referimos à expressão “política”, associamos a esta o peso semântico “reconhecimento afirmativo”. “Política” e “reconhecimento afirmativo” são expressões ligadas a um mesmo capital simbólico que se condensa na representação da identidade. Nesse sentido nos referimos às identidades, pautados no reconhecimento dos mecanismos de afirmação política das mesmas.

A reflexão metodológica fundada na fusão entre representações e formações discursivas no enfoque da cultura política, nos leva a refletir sobre o papel da sociedade civil política nesta mudança. Pois é no contexto da sociedade civil que as formações identitárias representam seus valores políticos afirmativos e suas heterogeneidades discursivas. A identificação do processo das formações discursivas, nas práticas políticas propositivas e nas ações de resistências da sociedade civil, através das várias formas de mobilizações, mostra a mudança de atitude dos valores simbólicos em relação à produção de sentido da democracia na busca de maior legitimidade democrática.

Dentro desse contexto, o conhecimento vivido e as formações discursivas são, politicamente, elementos das formações identitárias. As representações sociais e as formações discursivas, no campo das ciências humanas, nos indicam um caminho de ilustração da análise sobre o processo das relações e ações sociais como ambiente fecundo de conhecimento produzido a partir do conhecimento ancorado, sobre o qual as objetivações discursivas se expressam como modelos de saber identitários na relação global e local a partir do espaço público das diferenças. Vejamos o papel dos FSMs como exemplo dessa conjuntura discursiva de mudança da cultura política da sociedade contemporânea.

4.3.1. O Fórum da diversidade e da alocação política multi-identitária

O FSM representa uma ação política num espaço público de legitimidade global que se constituiu como resposta ao processo de centralização do poder hegemônico das relações globais.

Numa definição comparativamente simples podemos dizer que se o primeiro Fórum Social Mundial demonstrou para o mundo o quanto o desenvolvimento da forma de exclusão capitalista da sociedade globalizada é um processo hegemônico de espoliação global reprodutora da miséria em escala internacional, o segundo FSM se apresentou como um espaço processual de mobilização internacional contra os mesmos problemas discutidos no primeiro FSM, assim como representou também um aumento participativo dos atores internacionais e locais, consolidando este espaço como uma esfera de articulação político-identitária internacional. Porém o que é mais relevante nas ações de realizações dos FSMs é que este espaço público é um ambiente articulador e representativo de uma agenda política global contra hegemônica. O que reforça nossa argumentação de que este espaço se constitui, ano a ano, num ambiente de estruturação de esferas públicas multi-identitárias da sociedade civil global.

Porém muito mais que isso, o caráter simbólico da realização dos FSMs representa um novo contexto de articulação social da diversidade presente no mundo, como foi afirmado no texto de abertura da revista *“Fórum: outro mundo em debate”*²⁸: *O Fórum Social Mundial tem um papel no novo ciclo da história da humanidade. É um pólo da diversidade, das diferentes concordâncias, da realização de um projeto sem centralismos. De uma nova cultura política, em que o social seja o foco. (...) O FSM apresentou muitas respostas. E muitas perguntas. Foi o maior evento da política de que se tem notícia. Cinquenta e tantas mil pessoas de 131 países e quase mil debates.* (2002, p.03)

O FSM, como agenda anual tem se constituído num cenário de representação política e deliberação simbólica das formações identitárias. Os conceitos de cenário de representação política, relativo à constelação simbólica das práticas sociais e políticas a partir da noção de campo social, e esfera pública multi-identitária representam bem os elementos analíticos implementados para que se discuta o papel do FSM no processo democrático global.

Segundo Lima, (2001) o cenário de representação política está relacionado ao

²⁸ Seção “Nossa Palavra”, p. 03. Revista inspirada no Fórum Social Mundial, editada por Publisher Brasil.

imaginário social e político dentro da conjuntura das sociedades. No caso do FSM diríamos que este cenário se aplica às conjunturas de várias sociedades dentro de um mesmo campo discursivo de caráter global. Este conceito é utilizado por Lima (2001) com o intuito de analisar o papel da mídia a partir de seu caráter hegemônico presente no desenvolvimento das articulações hegemônicas da sociedade contemporânea associada à política.

A convergência tecnológica entre telecomunicações, mass media e informática, gestada pela “era digital”, colocou a mídia como elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural e como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, para o qual estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais. (...) é a centralidade da mídia que faz com que suas implicações possam ser sentidas no cotidiano das pessoas independentemente de classe, etnia, sexo ou idade. Não surpreende, portanto, que a mídia tenha também se transformado em palco e objeto de disputas pelo poder político na contemporaneidade e conseqüentemente, em fonte primeira das incertezas com relação à democracia. (...) O conceito de Cenário de Representação da Política (CR-P) ambiciona aqui constituir-se numa contribuição para o reconhecimento da mídia como objeto fundamental de análise para a compreensão do poder político no mundo contemporâneo. (Lima, 2001, p.176)

Lima (2001) afirma que o CR-P está relacionado a três questões de fundo: a questão da hegemonia, da cultura política e o imaginário social dentro das sociedades democráticas. E isso é referido ao fato de que assim como existe um espaço mundialmente constituidor de hegemonia e consolidação de um poder, este deve ser entendido num contexto contra hegemônico, ou seja, num cenário de oposição em relação a este poder. De forma mais específica ele afirma que: *O CR-P é o espaço específico de representação da política, nas democracias representativas contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, construído em processo de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na e pela televisão. Como hegemonia, o CR-P não pode nunca ser singular. Temos, portanto, de acrescentar ao conceito de CR-P o conceito de contra CR-P ou de CR-P alternativo. (Lima, 2001, p. 182).* É dentro desse último aspecto que o FSM é um CR-P alternativo.

Diríamos que o FSM tem simbolicamente um poder de representação discursiva de uma política contra hegemônica que representa os discursos da diversidade identitária excluída do processo global. Fazemos menção ao caráter contra-hegemônico do FSM no

sentido de tentar demonstrar o poder simbólico de uma política discursiva e multicultural que visa contribuir para o processo de mudança do ideário político e cultural da sociedade contemporânea global, assim como para a mudança da conjuntura discursiva da democracia das diferenças contemporâneas. É dessa forma que o FSM se consolida num Cenário de Representação da Política. Mas para que seja entendida a consolidação deste cenário, em relação ao FSM, valeria a pena apresentarmos sua origem de resistência e proposição.

A origem do FSM, dentre outros fatores, se constituiu a partir de uma perspectiva de resistência simbólica por parte de atores sociais comprometidos com uma ação contra os interesses econômicos internacionais. Um desses atores idealizadores do FSM foi Oded Grajew, empresário brasileiro hoje responsável pelo instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, e pela Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania.

Observando o fato de que os grandes encontros das instituições internacionais, de caráter econômico, ocorriam sempre a partir de diretrizes hegemônicas no sentido de produzir políticas do centro para as periferias, os idealizadores do FSM imaginaram que seria possível um modelo contrário a partir do qual fosse possível se criar um fórum de discussões *“em que o centro são as pessoas e a economia esteja a serviço das pessoas... ver o mundo a partir das pessoas, da solidariedade, da qualidade de vida, da preservação do planeta e da espécie humana”*. (Grajew apud Souza, 2001, p.15)

Essa visão social contra hegemônica de uma sociedade global, foi apresentada ao secretário da Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Francisco Whitaker Ferreira, que de pronto legitimou a idéia e aceitou o desafio de levá-la adiante. A partir daí, levaram-na a Bernard Cassen, um dos criadores da Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, (ATAC). Esse diálogo consensual foi o primeiro passo para concretização do FSM. A partir de então, as questões de ordem executiva ganharam legitimidade internacional em termos de apoio econômico.

A decisão da realização do FSM foi consensualmente definida que seria no hemisfério sul. Nesse caso, o Brasil, sendo um país com tradição histórica em termos de manifestações populares e sendo um lugar da própria diversidade cultural, étnica, religiosa, etc., ou seja, da diversidade histórica, teve amplas chances de sediar o evento.

Além disso dos três idealizadores, dois eram brasileiros o que reforçou a decisão para que este país se tornasse a sede do evento. Nesse sentido, tendo a região sul do Brasil uma cidade que vem se caracterizando pelas formas de manifestações populares, pela experiência do poder local no que diz respeito à gestão popular de caráter multicultural, a cidade de Porto Alegre, com a possibilidade de apoio do governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi escolhida como município de realização do FSM.

Segundo Luiz Alberto Gomes de Souza,

Os organizadores se comunicaram com governador Olívio Dutra e o prefeito Raul Pont, que aceitaram ser os anfitriões. Foram-se somando, no comitê organizador, a ABONG (Associação Nacional de ONGs), o IBASE, e depois a CUT, o MST, o Centro de Justiça Global.... A eles se juntaram organismos de outros países, especialmente franceses, assim como entidades de apoio brasileiras, com bom número de ONGs, entre as quais o CERIS (...). Um secretariado mínimo asseguraria a bases de lançamento e a montagem. Os Governos do RS e de Porto Alegre deram a estrutura local, precisa e eficiente. O plano era simples: um espaço plural aberto a muitas atividades, laboratórios e grupos de trabalhos, sem direção nem organização e sem um documento final. Resolveu-se por uma lado, que esse último não conseguiria expressar toda a multiplicidade das experiências e dos debates e, por outro, poderia ser motivo de tensões ideológicas abstratas ou de disputas por palavras-de-ordem tantas vezes tradicionais e impositivas. (Souza, 2001, p.13).

Em termos simbólicos e materiais, estava confirmado o espaço da multiculturalidade identitária, social, política, religiosa e étnica, como um cenário de representação política em favor da mudança do ideário da democracia global. A sociedade civil, agora internacionalizada com base numa formação discursiva articulada, tinha como proposta uma contra hegemonia simbólica e propositivamente estruturada no sentido de construir um discurso formado contra as políticas globais.

Esse processo só seria possível se no lugar do pensamento único e centralizado, houvesse um contexto de pensamento diversificado e descentralizado, porém integrado democraticamente. A tese do pensamento único foi criticamente questionada e o modelo de desenvolvimento econômico do liberalismo foi o motivo de maior questionamento. A representação social do conhecimento político dos atores no FSM, tinha como ancoragem crítica o discurso da falência do liberalismo e a impossibilidade da legitimação de um modelo neoliberal de política econômica para o desenvolvimento das sociedades.

Essa forma de representação social da política e da economia por parte dos manifestantes tinha como fundamento reflexivo as análises de Fukuyama em sua tese sobre o fim da história. Simbolicamente Fukuyama representava o mal teórico encarnado para a grande maioria dos participantes do FSM que de uma forma ou de outra ainda acreditavam na mudança histórica ou pelo menos numa outra forma de mudança que tivesse como base a legitimidade dos processos sociais, mesmo sem a presença de um grande sujeito.

O Fórum Social Mundial apresentou uma forte mudança de caráter cultural, mas seus contornos sociais e teóricos ainda estão indefinidos. A ideologia do pensamento único que apontava o que se convencionou chamar de modelo neoliberal como estação final da história não resistiu ao duro choque da realidade. (...) O modelo político-econômico baseado na globalização do capital financeiro não engendra um processo histórico inevitável, até porque não há tal coisa, como processo histórico inevitável; se é inevitável não é histórico, mas uma força da natureza. Assim não cabe falar de “alternativa única”, “pensamento único”. Nesse sentido, a iniciativa de construir o Fórum Social Mundial teve o singelo mérito de demonstrar na prática, que nem todo mundo pensa do mesmo jeito, que nem todo mundo vê a sociedade de consumo como um paradigma universal. A primeira edição do Fórum, reuniu socialistas, comunistas, anarquistas, ecologistas, sociais democratas e uma miríade de outras tribos. O que elas tinham em comum, era a recusa do pensamento único, do fim da história e da vitória definitiva do mercado. (Meisshemer, 2001, p.05)

O processo de formação discursiva que se apresentou no FSM representa na prática o aspecto mais significativo da mudança de sentido na representação social da democracia. Isso foi possível pelo fato de que a idéia da diversidade identitária trazia de volta o significado da democracia fundado na diferença. E sob esse aspecto, a identificação do princípio político da alteridade foi o grande responsável pelo progresso das formas de ressignificação dos valores da democracia, valores esses representados por ressignificações de outros valores retomados e postos em discussão, como as categorias “classe” e a relação desta com a categoria “identidade”.

A questão relevante deste processo foi que isso pôde construir uma base para a formação do que Jameson²⁹ havia chamado de “luta do discurso”, na tentativa de demonstrar os valores sociais sendo postos em prática sócio-discursiva na sociedade contemporânea que ganhou espaço e legitimidade permanente por todos que se identificam com a contra hegemonia global.

²⁹ Entrevista à Folha de São Paulo, em maio de 2000, caderno Mais!

A formação da luta discursiva e simbólica das várias formações identitárias que compuseram o FSM, possibilitou que inclusive conceitos vinculados aos modelos paradigmáticos fossem postos à prova de legitimidade frente a outros conceitos e posturas teóricas. Um exemplo claro disso, foi o retorno à referência de classe social travestida de novos significados e clarificado por novos valores agregados, etnia, raça, religião, etc. frente às novas estruturas, conjunturas e problemas. Encontramos o significado dessa composição discursiva presente nos ressignificados políticos dos atores sociais no que diz respeito às mudanças que devem ser implementadas na sociedade global e, em especial, o FSM deve ser pelo menos esse espaço de consolidação das propostas.

Afirmamos isso para que possamos entender como realmente o conceito de “luta discursiva” pode representar o contexto de ação afirmativa do FSM em escala global.

Jameson afirma que:

Para se ter uma visão da sociedade é preciso haver uma identificação das forças implicadas. Antigas palavras para isso, como lutas de classe, polarização, nacionalização, etc., ainda são verdadeiras. (...) o que talvez tenhamos que pensar é uma forma nova de dizer isso. (...) mesmo que nossas declarações sobre a situação social sejam importantes, não se consegue projetá-las a não ser que se tenham novas formas de fazer sobre elas. As pessoas nos perguntam se vamos desistir de noções clássicas como luta de classes e outras. Não se trata de desistir, mas sim de ser capaz de projetar esse conceitos de uma outra forma e mostrar que essas lutas existem desde o início do capitalismo. Temos de encontrar termos contemporâneo para mostrar à sociedade o que está acontecendo. Isso é que chamo de luta do discurso. (Entrevista à Folha de São Paulo, em maio de 2000, caderno Mais!)

O contexto do significado discursivo é o fator mantenedor de reestruturação do sentido nas várias formas de mobilização e articulação da política. No FSM, especificamente, o espaço discursivo, estruturado no contexto da diversidade, dá à política um instrumento com poder de mudança de sentido em relação ao *habitus* democrático e isso é possível graças ao processo de reconhecimento inerente às diferenças identitárias.

Nesse espaço discursivo e dialógico “diferença” é a palavra de ordem e a política tem a função primordial de reestruturar os valores simbólicos da democracia através do seu exercício discursivo. E quando esse aspecto ganhar um contexto discursivo ligado em

rede, a legitimidade da democracia e sua forma de instauração da mudança adquirem um caráter realmente global, logo as diferenças locais ganham legitimidade global na medida em que as diferenças identitárias reconhecem a possibilidade de reconhecimento numa globalização estruturada pelas diferenças. Isso ocorre por várias razões, porém uma das mais importantes se fundamenta no fato de que as formações identitárias locais, no exercício do reconhecimento de suas diferenças, identificam a possibilidade de poder mostrá-las num espaço ampliado que é estruturado pela própria idéia da diferença como modelo de diversidade mundial. Como afirmamos, a alteridade é a palavra de ordem e o FSM é o espaço de exercício dessa palavra na consolidação de um *habitus* democrático.

O FSM, como ambiente globalizado e ativado pela diversidade, reforça a necessidade de que haja a manutenção de seu sentido político através das redes virtuais. E isso representa um consenso entre os atores participantes de que tem que haver um processo permanente de discussão das questões afirmadas no FSM. Em termos discursivos isso é uma noção de sentido presente na articulação das questões de uma democracia global, por parte dos atores identitários, em relação à cidadania, à política internacional, à economia, à justiça, etc. Citamos a justiça, embora não seja objeto de nosso estudo, apenas para remeter a um exemplo que julgamos importante, quanto à questão que envolve o aspecto político de todo esse processo democrático global. Nesse caso gostaríamos de fazer referência a uma questão levantada no FSM e que gerou uma ampla discussão por parte de um grande número de atores distintos, dada a complexidade do assunto. Estamos falando da questão das drogas no contexto global e em especial nos referindo ao caráter jurídico deste problema, levantado pelo procurador italiano Roberto Scarpinato, que defendeu o estabelecimento de um direito penal internacional com aplicabilidade à questão do narcotráfico, visto que este possui uma estrutura de articulação realmente global. O tema suscitou a viabilidade de uma globalização jurídica fundamental para uma sociedade global e foi posto em pauta de discussão social e política no sentido de demonstrar, dentre outras coisas, que o FSM tem um caráter propositivo legítimo.

A riqueza dos significados simbólicos resultantes das práticas discursivas, e em certa medida dialógica da política por parte das formações identitárias na constituição do FSM, é representativamente significativo para contextualizá-lo como um cenário de

representação política contra hegemônica. Afirmamos isso pelo sentido simbólico que ele constitui na formação da opinião pública política internacional que o legitima, seja pelos atores que participaram concretamente do evento, ou pelo grande número de atores que estão conectados virtualmente com o evento e seu ideário democrático. Como bem disse Rigoberta Menchú em suas várias falas durante o FSM,

Esse Fórum representando mais de 130 países do planeta, é o único organismo que reúne mulheres, movimentos de indígenas e direitos humanos, pobres que querem ser livres. Porque nossa dignidade ainda não tem preço, mas, provavelmente, as terras já tem um preço posto pelo Banco Mundial. Provavelmente os rios têm um preço e em todas as madeiras do planeta já colocaram um preço. Mas há algo que nos salva. O ser humano não tem preço, não está a venda, aí reside a importância da luta pela dignidade. Que são nossas potencialidades, nossas forças. É assim que pensam os povos indígenas, e é por isso que, apesar do genocídio, apesar do colonialismo permanente, apesar da fome extrema e do silêncio, apesar de tudo, vocês os encontram falando seus idiomas e vivendo extremamente como querem³⁰.

Para que tenhamos uma noção simbólica do que os números representam em termos de participantes que legitimam a diversidade, o FSM I teve cerca de 16 mil representantes de uma política da diversidade internacional. A segunda versão, esse número aumentou para precisamente 53.300, segundo números da organização do evento e na sua terceira versão ocorreu um aumento significativo de 117.000 participante. Esse cenário de representação de uma política alternativa para a globalização aumentou em três anos não só em números de participantes mas em força discursiva e demandas simbólicas, através de uma ação comunicativa multi-identitária ano a ano mais legitimada.

O fórum é um espaço representativo da diversidade global e o sentido político que ele possui é fundamental para o processo de formação realmente democrática da sociedade contemporânea. Nesse sentido, ele é uma agenda política globalizada num cenário público e político que referenda a formação discursiva da diversidade para uma globalização inclusiva.

A constelação política das proposições identitárias presentes no FSM é caracterizada pelo discurso da descentralidade de representação política que se articula e

³⁰ Citação textual da fala de Rigoberta Menchú durante a conferência no FSM II em Porto Alegre, traduzido e publicado pela revista *Fórum: outro mundo em debate*. p. 10.

atua através da rede, e cuja função conectiva contra hegemônica fortalece a noção de sociedade civil global. Segundo Scherer- Warren (1999),

No mundo globalizado há uma tendência, tanto por parte das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais em pensar suas articulações e intercâmbios mútuos enquanto redes (...). Os atores dos movimentos tendem a conceber a rede como um modelo real ou virtual, ou ainda como uma imagem das novas formas de articulações solidárias e políticas da sociedade civil. (...) Parte-se, portanto, do pressuposto de que os movimentos sociais avançarão na sociedade complexa, globalizada, informatizada, na medida em que aprofundarem formas de relações sociais já emergentes – a solidariedade local e planetária –; fortalecerem-se politicamente e ampliarem sua legitimidade na sociedade civil como um todo, através de ações complementares – as redes estratégicas que conectam as ações locais com as globais –; e se avaliarem constantemente através de uma reflexividade ancorada numa relação teoria-prática, que busca entender a complexidade da sociedade contemporânea e acompanhar seu dinamismo, superando as ortodoxias teóricas e os fundamentalismos ideológicos. (p. 01-02)

Esta argumentação representa uma explicação em que o campo simbólico das ações políticas está sendo redimensionado e redefinido em termos das novas tecnologias de comunicação e de como estas estão funcionando como estrutura contra hegemônica na sociedade global. O FSM exerce nesse sentido o papel de espaço virtual de comunicação identitária. Ele é um nó conectivo da rede de resistência dos atores em seus vários movimentos políticos afirmativos.

O FSM como cenário é uma mídia propositiva mantida pelo discurso político da resistência formada por uma constelação identitária, que através de suas formas de conexão reestrutura o ideário da democracia mantendo-se como esfera pública multi-identitária na sociedade global.

Segundo Otavio Ianni (2002),

Na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política. Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Altera-se as formas de sociabilidade e os jogos de forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isso significa a emergência e dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial. Em segundo lugar, no bojo desse mesmo processo de globalização político-econômica e sócio-cultural, desenvolvem-se tecnologias eletrônicas, informática e cibernética que agilizam, intensificam e generalizam as articulações, as

interações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças sócio-culturais e político-econômicas pelos quatro cantos do mundo (p. 51).

Esses argumentos demonstram como o panorama da política a partir das transformações globais está caracterizado por novos significados e novas articulações simbólicas no que tange às formas de produção de sentido do ideário democrático. O príncipe de Maquiavel e Gramsci foi substituído por um príncipe eletrônico na reflexão sócio-política contemporânea. Acreditamos que esse príncipe não só mudou de formatação, mas se descentralizou e se fragmentou a partir de códigos diferenciados das sociedades complexas, agora conectadas politicamente por formações identitárias ativas.

Nesse sentido, a esfera pública multi-identitária é também representada eletronicamente como um espaço virtual de produção simbólica que possibilita de forma mais eficaz a democratização das relações na sociedade global e ao mesmo tempo torna possível atuações contra as iniquidades dessa própria sociedade.

Esse tópico justifica a passagem para nossa última discussão referente ao contexto eletrônico da esfera pública e a atuação democrática das formações identitárias através desta esfera.

CAPÍTULO V

A Política da Virtualidade Real

5.1. Democracia (des)conectada: mídia e ciberespaço como esferas simbólicas de ação da política.

(...) devemos dizer o que temos que dizer e seremos ouvidos. Procure um meio de manifestar nossas idéias a todos que se disponham a ouvi-las.

Comandante Marcos

Milhares de megabytes abatendo a solidão, com a graça de Bill Gates viva a globalização.

Zeca Baleiro

O meio é a mensagem.

Marshall McLuhan.

Como nos referimos no capítulo anterior, uma das principais características da sociedade contemporânea é a descentralidade proporcionada pela formação das redes autônomas informacionais de articulações de interesses econômicos, políticos e sociais que são frutos das mudanças estruturais proporcionadas pelas novas tecnologias.

Para Castells (1999) a sociedade está passando por uma transformação cultural de dimensão histórica através da interação de vários modos de comunicação em uma rede estruturada e articulativa de diversas formações identitárias.

A interação potencial de texto, imagens e sons no mesmo sistema – interagindo a partir de pontos múltiplos em uma rede global em condições de acesso aberto

– muda de forma fundamental o caráter da comunicação. E a comunicação molda a cultura. Como a nossa cultura é mediada e determinada pela comunicação (...) nosso sistema de crença e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e serão ainda mais com o passar do tempo. (Castells, 1999, p. 354)

Esse é um dos fatores que nos permite falar de uma mudança fundamentada em rede numa dimensão ao mesmo tempo simbólica e material de interesses diversificados. Castells (1999) e Melucci (1996) demonstram o contexto de articulação da sociedade em rede e o processo de reestruturação política dos sistemas sociais. Ambos destacam o papel político das formações identitárias nesse processo. A relação entre sociedade complexa, informação, identidade e política forma um conjunto de questões fundamentais para o tratamento teórico sobre a democracia contemporânea, pois o ideário democrático através dessas questões contemporâneas visa manter a legitimidade da democracia no cenário de mudança da sociedade globalizada. Por exemplo, em termos da articulação entre os elementos: complexidade, democracia e governabilidade, o senador canadense Michael J. L. Kirby, do Estado de Ottawa, revelou sua preocupação quanto a essa questão em publicação dedicada à discussão sobre o aspecto prático da complexidade,

Parce que la communication est instantanée, les électeurs exigent des réponses immédiates à chacun des problèmes nouveaux qui se posent. Cet état de choses est encouragé par les médias, qui résolvent également les problèmes en mettant l'accent sur les personnalités et les conflits plutôt que sur le fond des questions. Alors que ce dont on a besoin, c'est d'une amélioration de la communication entre les gouvernements et les gouvernés pour que les citoyens comprennent les problèmes et la difficulté des arbitrages nécessaires pour les affronter, il arrive trop souvent que les médias présentent les problèmes d'une manière simpliste qui dissimule les difficultés réelles d'une question pour traduire en termes de gagnants et de perdants. Ceci ne sert qu'à compliquer davantage l'approche des questions déjà complexes. (Kirby, 1986. p. 383).

Esta complexidade em termos de relação política no contexto das redes informacionais da sociedade atual revela que a informação se torna um instrumento político, assim como o seu espaço de veiculação. Nesse sentido, o reconhecimento dos interesses identitários nas redes de relações interativas da sociedade informacional torna a mídia num espaço de veiculação e visibilidade de demandas políticas. Na visão de Rudiger (2002),

Os recentíssimos progressos tecnológicos verificados com o aparecimento das máquinas geradoras de realidade virtual e das redes de integração telemáticas estimularam o surgimento de uma reflexão teórica em que essas questões e seus pressupostos passaram a ser profundamente questionados. Na Internet, as pessoas estariam descobrindo a possibilidade de construir suas identidades se ajustando às outras. A tecnologia conteria o poder de transcender a consciência solipsística que funda o conceito moderno de sujeito. O processo em que ele se formava é descentrado, no momento em que os recursos com que se modela a ação cultural são pouco a pouco democratizados. (p.100)

Esse dado concreto das sociedades contemporâneas dá um caráter maior de complexidade e autonomia às formações identitárias, sobretudo no aspecto da cidadania e da articulação política da sociedade civil.

Informação e política, informação e poder e informação e identidade são combinações que instrumentalizam a sociedade em rede. Em termos de redes de relações podemos verificar que o papel da informação comunicativa na relação identitária tem, dentre outros, um caráter político na formação da opinião pública. Quanto a essa questão, Costa (1997) apresenta um comentário acerca do estudo de Schenk & Rössler, segundo ele: *As conclusões do estudo são enfáticas no sentido de identificar a relevância das redes pessoais como 'escudo' que protege o público da influência dos media: tais redes constituiriam fonte fundamental para a formação da opinião pública política e para a atribuição de pesos (hierarquização) e reconhecimento da relevância dos diferentes temas. (1997, p.13)*

Com a mesma linha de argumentação Costa apresenta, a partir da afirmação de Klein, a relação entre a mídia e os interesses identitários dos movimentos sociais no sentido de serem constituídos como um veículo de protesto no contexto de seus intercâmbios locais:

Apenas a comunicação interna produz, nos movimentos sociais, autolegitimação e coordenação além da clarificação de objetos comuns, das orientações e das interpretações de situações, necessárias à articulação de protesto (...). As ações e interações, no nível local, continuam sendo requisitos para as performances de transferência via mídia. (Klein apud Costa, 1997, p. 14).

A mobilização identitária dos movimentos sociais, embora esteja presente na mídia, deve ser também compreendida “*em relação ao processo de difusão das redes de intercâmbio enraizadas localmente*” (Costa, 1997, p.13). O que reforça a argumentação de que no processo de formação identitária há o caráter de sensibilização dos interesses localmente representados, que ganham força política no sentido da sensibilização e legitimidade pública da sociedade civil ampliada. Nesse sentido, a política é reconhecida como instrumento comunicativo da sociedade civil que funciona estruturalmente na articulação da diversidade contra hegemônica da esfera pública multi-identitária, que passa a funcionar assim como campo político.

Segundo Habermas (1997), as estruturas comunicacionais da esfera pública estão relacionadas a aspectos da vida social, no sentido de fazer com que a sociedade civil desenvolva uma maior sensibilidade para os problemas sociais, conseguindo captá-los antes do sistema político ou das mega-organizações. Ele afirma que isso pode ser comprovado

(...) através dos grandes temas surgidos nas últimas décadas – pensemos na espiral do rearmamento atômico, nos riscos do emprego pacífico da energia nuclear, nos riscos de outras instalações técnicas de grande porte ou de experimentos genéticos, pensemos na ameaça ecológica que coloca em risco o equilíbrio da natureza (...) no empobrecimento progressivo e dramático do Terceiro Mundo e nos problemas da ordem econômica mundial, nos temas do feminismo, no aumento da imigração, que traz conseqüência para a composição étnica e cultural da população, etc. Não é o aparelho do estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais que tomam a iniciativa de levantar esses problemas. Quem os lança são intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, etc. (...) os temas dão entradas em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidades, etc., onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outro tipo de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleo de cristalização de movimentos sociais (...). E este, por seu turno, tem condições de encenar e dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão. Pois para atingir o grande público e a grande ‘agenda pública’, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. (p.116-117)

A formação dos interesses dos grupos sociais dentro do processo interacional das redes de articulação sociais (local-global) e informacionais caracterizam a complexidade das ações políticas da sociedade civil. Nesse sentido, o conceito de sociedade complexa expressa uma demanda pelo entendimento político dos reconhecimentos identitários.

Conforme argumentamos anteriormente, a sociedade contemporânea está se estruturando autonomamente por um sistema de rede de relações configurado por *nouds* flexíveis, porém esta autonomia é relativa pois é estabelecida entre o local e o global ou, como é criticamente referenciado, entre a globalização e a glocalização, entendendo esta última como caráter de efeito da primeira. E dentro desse contexto o discurso das articulações fragmentárias, dos movimentos sociais, e grupos identitários, tem adquirido espaço comunicativo e político nas redes sociais e comunicacionais.

Sobre isso Scherer-Warren (1999) apresenta uma discussão da cidadania através da desfronteirização comunicativa da sociedade contemporânea, em que as ações coletivas são formadas no processo de reconhecimento da globalização como cenário de articulação de interesses identitários e de politização da sociedade civil ampliada. Para articular a representação política dos atores no contexto da globalização a autora apresenta o conceito de rede, e a define como instrumento propositivo e articulador das formações identitárias de função política:

(...) Há pressupostos ideológicos para tal forma/estratégia de organização e relacionamento. Primeiro pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas, em que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico. Por exemplo a possibilidade de se criar fóruns cidadãos com participação de associações de bairros, grupos negros, de mulheres, pastorais, ONGs, sindicatos etc. Segundo aposta na possibilidade de conectar o local ou o específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta. Este é por exemplo, o caso de redes de ONGs e movimentos de bairros que se articulam com base em interesses locais, específicos das comunidades, em torno de um projeto cidadão comum(...). Como o conhecimento propositivo de redes tem cunho ideológico e tem sentidos simbólicos diversos, cabe às Ciências Sociais interpretar tais sentidos e observar se na prática este ideal de democracia é efetivado. (1999, p.28-29)

O processo de complexidade social marcado pelo reconhecimento da diversidade cultural, afirmação política e formação identitária constitui um procedimento de construção democrática contextualizado agora nas redes de ações públicas e coletivas, que formam estruturas de esferas públicas políticas em favor da manutenção do ideário democrático. Segundo Rudiger a relevância política da sociedade em rede na era da globalização está no fato de que *o desenvolvimento de mecanismos tecnológicos de interação e o surgimento de uma esfera pública virtual projetaram-nas em uma segunda*

fase, em que se vê caducar o conhecido esquema comunicador-mensagem-receptor. Os participantes começam a transcender essa oposição, tornando-se usuários integrantes de redes abertas e sem centro, nas quais os sujeitos se tornam cada vez mais instáveis, múltiplos e difusos.” (2002, p.100).

O exercício político de grupos de resistência internacionais, apresentado através da mídia e da internet na luta pelo reconhecimento das identidades excluídas, vem sensibilizando a sociedade internacional no sentido de trazer para o debate público o caráter nem sempre positivo da globalização. A ação propositiva e de resistência dos veículos de mídia alternativa passa a fazer parte de um mesmo ideário político democrático no contexto da esfera pública global por parte da sociedade civil, o que proporciona atividades cada vez mais coletivas das formações identitárias.

Embora seja dado um enfoque maior ao aspecto de resistência em relação ao propositivo, a ação de resistência assim como a de proposição são partes de um mesmo contexto de processamento na esfera pública das sociedades complexas, sobretudo quando há uma estrutura informacional de comunicação que possibilita a articulação mais efetiva das redes de ação.

Como afirma Costa (1997),

(...) a intenção em si meritória de incrementar a participação das associações civis na revitalização da esfera pública não pode pretender confinar a ação destas às arenas institucionais – nem mesmo num novo contexto institucional mais poroso e democrático. O caráter renovador das ações dos movimentos sociais reside precisamente na sua institucionalidade distinta (mais flexível e informal) e em seu ancoramento nos processos primários de reprodução social. Sua contribuição para o revigoramento da vida pública encontra-se na possibilidade de tornar conhecidas demandas e questões que emergem nas franjas dos núcleos institucionais de discussão e deliberação. A distinção entre ‘cultura da resistência’ e ‘cultura da proposição’ (...) constitui uma falsa dicotomia: a única base possível de legitimação para a participação das associações civis no processo de proposição política (...) é seu enraizamento nas teias sociais de resistência. (Costa, 1997, p. 17)

Dentro desse contexto, a mídia pode atuar como meio de comunicação pública discursiva, no sentido de expressão simbólica, visando se contrapor à forma monológica de comunicabilidade da opinião pública. Ou seja, como um espaço dialógico de visibilidade política e de entendimento das justificações dos argumentos

dos atores sociais, dentro das lutas de resistência ou de proposição. Com base em Peters (1994), Costa afirma que:

“As formas de comunicação pública discursiva são caracterizadas, em distinção às formas homologatórias (de formato monológico) pelo seu conteúdo argumentativo. Na comunicação pública discursiva, a aceitabilidade de afirmações, julgamentos e reivindicações está fundada na apreciação dos argumentos que as justificam, admitindo-se a possibilidade de entendimentos comunicativos efetivos que podem levar até a revisões das posições iniciais. (1997, p. 14)

Representativo do que estamos tratando foi o diálogo virtual desenvolvido entre representantes do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, e do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, apresentado pelas televisões e jornais de todo mundo, assim como pela Internet, no sentido de se estabelecer um entendimento simbólico entre as duas faces da globalização: o *establishment* (Davos) e os *Outsiders* (FSM)³¹. Trata-se de um episódio somente possível na sociedade complexa, através da qual a rede de interesses possibilita um sistema de articulação das ações da sociedade civil política, agora munida de instrumentos eletrônicos e digitais para as orientações de suas ações.

Dentro desse contexto a mídia é fundamental para a compreensão dessa configuração social, assim como para o entendimento das mobilizações contra ou a favor dessa conjuntura. Thompson (1998) apresenta o papel relevante da mídia no que concerne a estruturação da informação simbólica e sua relação com a política nos processos de interação social dos atores.

O surgimento da comunicação de massa, e especialmente o surgimento da circulação em massa de jornais no século XIX e a emergência da difusão por ondas no século XX, teve um impacto profundo no tipo de experiência e nos padrões de interação característica das sociedades modernas. Para a maioria das pessoas hoje, os conhecimentos que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato são, em grande parte, derivados de nossa

³¹ Utilizamos as expressões *establishment* e *outsiders* com base em Nobeert Elias (2000). Os termos designam a relação de estratificação entre grupos que ocupam posição de prestígio e poder e grupos que estão fora desta esfera simbólica e material. Frederico Neiburg na apresentação deste livro à edição brasileira define claramente os sentido atribuídos a estes termos: *Um establishment é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’ mais poderosa e melhor, com uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: o establishment funda o seu poder no fato de ser um modelo moral para os outros. (...) os outsiders são os não membros da ‘boa sociedade’, os que estão fora dela. Tratam de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem o establishment. Os outsiders, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social. (Neiburg in Elias, N. 2000.)*

recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. (...). Do mesmo modo, nossa experiência dos acontecimentos que tiveram lugar em contextos que são, espacial e temporalmente, remotos, de greves e demonstrações até massacres e guerras, é, em grande parte, mediada pelas instituições da comunicação de massa; de fato, nossa experiência desses fatos como 'políticos', como constitutivos do campo da experiência que é vista como política é, em parte, o resultado de uma série de práticas institucionalizadas que conferem a ela um status de notícia. O papel da mídia é tão fundamental a esse respeito que seríamos, no mínimo, parciais se retratássemos a natureza da conduta política, a nível nacional e internacional, sem referência ao processo de comunicação de massa. (p.285).

Os movimentos de formação identitária contemporâneos, locais e globais, encontram eco para suas proposições e resistências políticas numa forma de publicização tanto de suas idéias como de suas condutas nos veículos de comunicação de massa. Isso não significa dizer que os meios de comunicação de massa, sejam estes públicos ou privados, estejam do lado desses movimentos ou que simpatizem com suas lutas, ou mesmo que sejam instrumentos deliberados de formação de consciência política. Nesse sentido, é a sua condição de equalização e propagação de sentidos, através de sua forma massificadora de comunicação e informação, que proporciona a eles o estatuto de ser uma caixa de ressonância de opinião dando-lhes assim uma condição de espaço público.

Os meios de comunicação de massa são veículos e mercados de informação e, como tais, veículos de proposições de bens simbólicos pagos com a moeda da audiência. Em outras palavras, a mídia não é isenta no que consiste à publicação das informações, estamos nos referindo ao tratamento dado às informações manipuladas por algumas emissoras tanto de rádio como de televisão pelo fato de difundir interesses simbólicos específicos, sobretudo no que consiste a transformação de informação em produto de consumo da sociedade.

A primeira característica da comunicação de massa é, então a produção e difusão institucionalizada de bens simbólicos. A comunicação de massa pressupõe o desenvolvimento de instituições interessadas na produção em larga escala e na difusão generalizada de bens simbólicos. Essas atividades são em 'larga escala' porque implicam a produção e difusão de cópias múltiplas ou a provisão de materiais para receptores numerosos. Isso se torna possível pela fixação em meios técnicos e pela capacidade de reprodução dessas formas. Fixação pode implicar processos de codificação através dos quais as formas simbólicas são traduzidas em informações que podem ser armazenadas num meio específico ou num substrato material; tais formas podem ser transmitidas como informações e então decodificadas para fins de recepção ou consumo. As

formas simbólicas difundidas através da comunicação de massa são inerentemente reproduzíveis, pois múltiplas cópias podem ser reproduzidas e tornadas acessíveis a numerosos receptores. (Thompson, 1998, p.289).

É nesse sentido que a incorporação da mídia como instrumento da luta pela democracia por parte dos atores políticos da sociedade civil, considerando ou não o seu sentido mercadológico, é feita pela sua multiplicidade de acesso aos receptores, o que agiliza o sentido de sensibilização da opinião de outros atores que passam a legitimar as lutas como suas. A mobilização dos vários atores da sociedade civil internacional contra a política de globalização foi um exemplo claro dessa questão. Durante os anos de 1999 até 2002 houve manifestações das mais variadas orientações ideológicas divulgadas pela grande mídia internacional, assim como pela internet, dos atores que enfrentaram policiamentos fortemente armados para protestarem, resistirem e proporem formas diferentes quanto ao processo de globalização democrática.

Estes processos mobilizaram a opinião pública de uma forma tal que o hegemônico discurso da globalização passou a ser tema de discussão crítica nas várias esferas públicas da sociedade.

A política propositiva e resistente desses atores que se mobilizaram em Seattle (1999), Washington (2000), Praga (2000), Zurique em consequência de Davos (2001), Porto Alegre (2001-2002-2003) e Quebec (2001), representam, dentre várias coisas positivas, a utilização do capital simbólico veiculado pelos meios de comunicação de massa como forma de sensibilização da opinião pública global, na medida em que suas propostas antiglobalização são instrumentos que buscam legitimidade para suas ações. Vemos nesse processo, formações identitárias revelando seu aspecto político e com isso equalizando seu poder de articulação comunicativa e simbólica nas lutas no espaço público político da sociedade global. Espaço público esse possibilitado pela estrutura de comunicação eletronicamente definida na própria sociedade globalizada.

Seguindo sua ordem cronológica apresentamos estes grupos de mobilizações identitárias e suas respectivas atividades de sentido democrático no processo da globalização com uma proposta democrática de outra forma de globalização.

- 1) EUA – Seattle, Dezembro de 1999. Um número estimado em 100 mil manifestantes ocuparam as ruas da cidade durante a reunião da Organização

Mundial do Comércio – OMC, para realização de protesto contra o evento. O saldo das ações dessa manifestação foi o desconhecimento da legitimidade das atividades realizadas pelos manifestantes, a prisão de mais de 500 pessoas, vitrines quebradas ou pichadas com protestos, violenta ação policial com bombas de efeito moral, balas de borracha e sprays de pimenta, o isolamento do centro da cidade e a instituição do toque de recolher.

- 2) EUA - Washington, Abril de 2000. Cerca de 10 mil manifestantes desfilaram pelas ruas com bandeiras vermelhas e cartazes em sinal de protesto contra o encontro semestral do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O resultado das ações desta manifestação foi a desconsideração do caráter democrático da manifestação com o uso de cassetetes e sprays de pimenta, assim como a prisão de cerca de 1.300 manifestantes.
- 3) República Tcheca – Praga, Setembro de 2000. Cerca de vinte mil ativistas participaram do protesto contra a reunião entre o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e autoridades políticas e econômicas internacionais. O saldo dessas ações foi um confronto violento entre os manifestantes e o policiamento a ponto de provocar o encerramento da reunião um dia antes do previsto, cerca de mil participantes do protesto foram detidos e presos, havendo inclusive denúncia de tortura por parte da polícia.
- 4) Suíça – Davos, Janeiro de 2001. Na Reunião do Fórum Econômico Mundial os organizadores do evento providenciaram, com o consentimento do Estado Suíço, o fechamento de todas as vias públicas (estações de trens e estradas) promovendo o impedimento ao acesso de qualquer tipo de manifestante durante o evento. Em resposta os protestos foram realizados em Zurique, onde houve ações mobilizatórias de ocupação do centro com confronto com os policiais.
- 5) Brasil – Porto Alegre, Janeiro de 2001. Realização do Fórum Social Mundial. Manifestantes de várias formações identitárias participaram do evento caracterizado como resposta político-propositiva à globalização econômica representada pelo Fórum Econômico Mundial. Os participantes realizaram suas manifestações político-dialógicas nas discussões realizadas durante o evento. O

saldo dessas ações foi o reconhecimento da necessidade de entendimento de uma democracia das diferenças, o estabelecimento de uma agenda de discussão política anual, assim como uma agenda de discussão local e o encontro virtual entre representantes do Fórum Econômico Mundial com representantes do Fórum Social Mundial, que propositalmente foi realizado nos mesmos dias. Não houve prisões ou feridos.

- 6) Canadá – Quebec, Abril de 2001. O encontro de Cúpula das Américas que reuniu 32 chefes de Estados teve uma estrutura de segurança orçada em US\$ 40 milhões e mais de 6 mil policiais estiveram participando da operação de segurança. O protesto dos manifestantes foi reprimido com bastante violência, comparado proporcionalmente aos primeiros eventos acima citados. O saldo dessas ações foi a prisão de 400 manifestantes. Paralelamente em São Paulo, cerca de 2000 manifestantes se mobilizaram na avenida Paulista sofrendo repressão dos policiais, tendo 69 manifestantes detidos.
- 7) Itália – Gênova, Julho de 2001. Cerca de 150 mil manifestantes participaram do protesto contra a reunião do G-8. O saldo dessa vez foi caracterizado por uma fatalidade, o manifestante Carlo Giuliani de 23 anos foi morto com um tiro na cabeça por um dos policiais. Bem como cerca de 220 manifestantes foram presos e 560 pessoas ficaram feridas como resultado do confronto.
- 8) Brasil – Porto Alegre, Janeiro de 2002. 51.300 manifestantes em favor de uma outra forma de globalização, esta democraticamente constituída, se reuniram novamente na capital gaúcha para manter um espaço público multicultural e politicamente propositivo em favor de um modelo de globalização que minimize a distância entre riqueza e miséria proposto pela estruturação estratificada da sociedade global. Diferentemente do primeiro fórum realizado um ano antes, este teve o caráter mais estruturado como um palco de discussão político aberto a todos os interesses. Em outras palavras, este Fórum se constituiu legitimamente numa esfera pública multi-identitária global. O saldo simbólico foi o fortalecimento do caráter de propostas novas e o convencimento geral deste Fórum como esfera de articulação propositiva da sociedade internacional.

9) Brasil – Porto Alegre, Janeiro de 2003. 117.000 manifestantes reunidos em favor da paz mundial e contra as ações hegemônicas de guerra ao Iraque. A ação global do FSM 2003 desta vez se realizaria como sinal de protesto contra o desrespeito as decisões democráticas da Organização das Nações Unidas – ONU que deliberou a favor de uma saída pacífica negociada politicamente, no sentido de evitar a intervenção norte americana no Iraque. O saldo simbólico foi a constatação da existência de uma rejeição mundial à política imperialista norte americana sobretudo no que tange ao desrespeito aos processos democráticos das relações internacionais. Isso fez perceber ainda que no conjunto da globalização as táticas de articulação simbólica dos atores sociais internacionais, formam uma base de resistência da sociedade civil mundial, que tende a minar o poder hegemônico norte americano. O debate público sobre essa questão neste último FSM desencadeou uma consciência política sobre a nova geo-política da sociedade mundial.

Devemos destacar que no conjunto de todas essas ações o saldo maior não foram apenas prisões, espancamentos e morte, mas o estabelecimento do poder simbólico comunicativo de ações de mudança na cultura política mundial ou tomada de consciência do contexto internacional. Podemos dizer com isso que o *habitus* político contemporâneo proporcionou uma mudança no significado do uso do instrumento político e, o que é o mais importante, a reestruturação do ideário democrático na sociedade global, nos possibilitando falar de sentidos da democracia através das representações discursivas da sociedade de uma maneira geral. Esse é um dos aspectos configurativos de articulação da sociedade civil política, no contexto das redes de relações de interesses complexos. Um cenário de formação identitária que articula sentidos propositivos como instrumentos de mobilização política e como forma de luta por reconhecimento e por resolução de demandas glocalizadas, na busca por democracia.

Seguramente as mobilizações da sociedade civil na era da globalização através da mídia, sobretudo de uma mídia independente como a internet, demonstram de forma clara o caráter de descentralização da sociedade e o reconhecimento do déficit democrático dos sistemas sociais contemporâneos, tanto em termos locais como em termos globais.

O aparecimento na mídia de temas e assuntos que estão em torno das mobilizações dos atores sociais, faz com que os sentidos de resistência e proposição nas políticas (no contexto de suas formações identitárias) ganhem visibilidade pública quando fortemente constituídos, sobretudo pela influência na formação da opinião pública que, nesse sentido, ganha ares de opinião política nos processos democráticos, isso em se tratando, sobretudo, da mídia eletrônica pluridimensional como a internet.

Um exemplo claro desse processo pode ser demonstrado com a chamada guerrilha informacional tão comum nos nossos dias que, como forma de mobilização política contra a ditadura dos sistemas digitais, dos sistemas de informação e dos sistemas tradicionais da sociedade, propõem a chamada “ciberdesobediência civil”, termo criado pelo movimento hacktivista de justiça social para caracterizar a mobilização política dos usuários de sistemas de internet, que veremos mais adiante. Vejamos antes disso, o contexto reflexivo da articulação política no sistema da comunicação.

5.2. virtualidade real: política, comunicação midiática e contra hegemonia.

A discussão proposta neste capítulo busca desenvolver uma reflexão sobre as formações identitárias no contexto dos sistemas complexos da sociedade global, procurando enfatizar a mudança que se faz presente nos argumentos teóricos atuais no campo da teoria social e a relação desse campo com os sistemas de informação eletrônicos, comunicação de massa e os processos de sociabilidade política do universo virtual da rede mundial de computadores e dos meios de comunicação de massa. O intuito discursivo dessa proposta é aproximar esses assuntos ao problema da produção de sentido da democracia contemporânea.

Consideramos a estrutura da mídia de massa da sociedade global e seus mecanismos de comunicação, como instrumento simbólico e comunicativo de produção social da cultura política. Pois essas formas comunicativas de interação social facilitam a formação e consolidação da base real e hiperativa dos processos democráticos, tanto em termos locais como globais. E essa relação influencia, sobre maneira, o nosso problema de pesquisa em termos teóricos, no que respeita às mudanças do ideário democrático da sociedade.

No caso específico da internet, em relação aos outros meios de comunicação que são de caráter unidirecional, abriremos de início um pequeno parêntese para este espaço público multi-identitário definindo-a como um lugar do não lugar, no modo como Marc Augé (1994) argumenta, ou como lugar da virtualidade real com afirma Castells (1999), na medida em que esse não lugar digital é um ciberespaço eletrônico que tem como vocação principal a conexão interativa e pluridirecional, em tempo real, entre atores sociais de diferentes lugares, distâncias e orientações identitárias, e com isso esse meio eletrônico tem um papel extremamente relevante na mudança da cultura política da sociedade atual.

Esse lugar, do não lugar da virtualidade real, é assim uma infovia de passagem por onde circulam as informações de todas naturezas transformadas em dados eletrônicos disponíveis para o acesso de todos, facilitando assim a funcionalidade das práticas políticas através de sua forma de sociabilidade. Mas de uma maneira geral todos os meios de comunicação estão assim interligados eletronicamente sendo também dependentes desta infovia de comunicação na transição das condições sociais contemporâneas da democracia.

A partir do contexto de transição contemporânea no qual os meios de comunicação eletrônicos são fundamentais, como já dito, buscamos constituir um mosaico teórico no sentido de aproximar referências de análises que procuram explicar os fenômenos sociais que se situam conceitualmente na dimensão entre a “modernidade” e a “pós-modernidade”, como é o caso da identidade e dos sistemas sociais complexos como elementos característicos dos espaços públicos contemporâneos da sociedade global *on-line*, conectada e articulada em torno de novos signos interativos e novas realidades culturais decorrentes das mudanças estruturais contemporâneas e das revoluções tecnológicas.

Para tal propósito partimos dos argumentos reflexivos como os de Lima (2001) que destaca o fato de que *A convergência tecnológica entre telecomunicações, mass media e informática, gestada pela era digital, colocou a mídia como elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural e como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, para o qual estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais.* (p.175)

A informatização dos processos de articulação institucional e das formas organizacionais na sociedade, facilita o controle dos fluxos de informações tão essenciais à vida contemporânea mas, ao mesmo tempo, facilita outros mecanismos de controle a terem poder de produção, reprodução e divulgação de informações para a sociedade de uma maneira geral.

Esse processo de digitalização da vida social, seja da *mass media* ou das vias virtuais informatizadas (infovias) torna também possível o acesso ao fluxo de informação de qualquer pessoa que tenha interesse em acessar dados disponíveis na rede mundial de computadores. Do ponto de vista sociológico, a principal função da rede mundial de computadores se funda no seu significativo poder de sociabilidade e na facilidade de interação que proporciona. Como afirma Cardoso (1998): *A vocação do Cyberespaço é a interação. Por trás da simples troca de informações entre cybernautas, há um entendimento. Mais que isso todo ato de comunicação na rede é um ato social. O estrato material que circula na rede, portanto, é a sociabilidade. Em excesso, na verdade. Da mesma forma que se pode falar em sobrecarga de informação, pode-se falar num excesso de interações sociais* (p. 79).

Um exemplo claro disso são as agências de notícias independentes que têm procurado utilizar a internet para divulgar informações completamente dissociadas das grandes agências. Os FSMs têm sido o espaço onde essas agências encontraram mecanismos de articulação em favor de uma forma mais democrática de reproduzir informações em nível internacional, totalmente desatrelado da grande mídia. Nesse caso a mídia independente, assim como outros grupos, encontraram nos FSMs um espaço de legitimidade informativa articulando os vários atores representados no evento como atores produtores de informação através de *e-mails*.

Do ponto de vista estrutural, o contexto de relações da sociedade contemporânea tem se transformado em palco de luta explícita da centralização do poder econômico e político com base no controle sobre a informação. Isso em termos de interesses de poder institucionalizado, a partir das grandes empresas da mídia, o próprio Estado, setores especulativos, megacorporações, etc., ou setores da sociedade civil organizada. Nesse sentido, não nos referimos apenas ao controle e divulgação de informações da mídia televisiva ou aos outros meios de comunicação unidirecionais, mas a toda forma

telemática de informação comunicativa, eletronicamente estruturada, que permita o agenciamento de mensagens e dados informacionais. E isso justifica, na prática, o pensamento de McLuhan de que “o meio é a mensagem” na aldeia global, pois tanto a mensagem como a estruturação de sua veiculação faz parte de um mesmo contexto conjuntural no que respeita à formação de uma sociedade globalmente estruturada.

A mídia tem se mostrado como cenário de representação do poder por ser palco de disputas em torno de interesses hegemonicamente constituídos, sobretudo de interesses políticos ou do próprio poder político, o que é uma questão relevante quanto ao futuro da democracia e das incertezas que circundam seu contexto na sociedade contemporânea. Vide, por exemplo, os processos eleitorais em sociedades institucionalmente democráticas, como as dos países latino-americanos, nas quais os meios de comunicação de massa são os agentes que não apenas buscam se constituir como uma esfera de debate público entre os políticos que são candidatos, mas que fazem parte diretamente da plataforma política de alguns políticos ou grupos políticos.

A grande mídia é nesse sentido um agente produtor de sentido e tem tido o papel de criar uma representação da realidade de forma seletiva ou super expositiva, no que respeita à economia e à política. As formas de representações da realidade midiática têm se pautado num modelo de anti-reflexão das informações. Segundo Escosteguy,

Na realidade, a representação implica uma prática, uma produção de sentido – o que, subsequentemente, veio a ser definido como uma prática significante. Os meios de comunicação são agentes significantes. (...) Os significados são, então, uma produção social; resultam de uma prática social. Considerando o pressuposto de que o sentido é produzido e não dado, diferentes significados podem ser creditados para os mesmos eventos. Diante disso, Hall (1982) problematiza a questão de como o discurso dominante se garante ele próprio com a versão diante de outros sentidos alternativos e competitivos. Problematiza, também, como as instituições que são responsáveis pela explicação desses eventos – nas sociedades modernas os media por excelência – têm sucesso na manutenção dos sentidos preferenciais (ou dominantes) dentro do sistema de comunicação. (2001, p.61)

E dentro desse processo se fundam os elementos simbólicos da composição do imaginário na visão social coletiva e individual de percepção da própria realidade, a relação imagem e significado formam sentidos referendados e produtores de sentidos através da mídia.

Nesse espectro teórico, os media são responsáveis por promover a base pela qual grupos e classes sociais constroem uma imagem das vidas, práticas e valores de outros grupos e classes. Essas imagens, representações esparsas e fragmentadas da totalidade social acabam constituindo um todo coerente, o imaginário social. (...) através do qual nós percebemos os mundos, as realidades vividas dos outros e, imaginariamente, reconstruímos suas vidas e as nossas, em algum mundo por todos inteligível, numa totalidade vivida. (Hall apud Escosteguy, 2002 p.63). É também função dos media refletir e expressar uma pluralidade – mesmo que aparente – de representação ao invés de um universo ideológico unitário. Esse conhecimento social que os media seletivamente fazem circular é organizado através de sentidos preferenciais. (...) esse conjunto de representações, imagens e sentidos seletivamente representados e classificados, é organizado e articulado num todo coerente, numa ordem reconhecida, na produção do consenso, na produção da legitimidade. (Escosteguy, 2001, p. 63)

A noção de produção de consenso é um fator de real significação para os interesses em torno da produção da comunicação em suas representações simbólicas da realidade, e isso se revela num contexto ideológico da comunicação midiática. Se traduzirmos essas reflexões teóricas para o campo do mercado simbólico da política na mídia, veremos como a representação da imagem, em todo seu processo de produção de sentido simbólico, seletivamente estruturado, está atrelada à representação dos interesses políticos definidos.

Alguns trabalhos no campo da investigação social e política da mídia, como as abordagens de Lima (2001) e Kucinski (1998), têm demonstrado que em eleições majoritárias a grande mídia forma conjunturas simbólicas e discursivas que proporcionam legitimação e apoio a determinados candidatos que correspondem a interesses internacionais e nacionais.

Apenas a título de ilustração podemos citar casos que se tornaram públicos envolvendo emissoras de televisão e candidaturas políticas. A disputa Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), versus Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989, foi o que melhor representou este fato em termos da história recente, demonstrando claramente que a mídia é um cenário de representação da política (CR-P) uma vez que o envolvimento da grande mídia, em especial da Rede Globo, com o processo eleitoral funcionou como uma estrutura de influência na formação da opinião eleitoral da sociedade brasileira em favor do candidato do PRN. Havia de um lado Lula, representando simbolicamente o operariado num consenso forjado do discurso da esquerda brasileira, e do outro Collor, um jovem da oligarquia nordestina que se elegera

governador de Alagoas apoiado pela mídia, que atuou como força estrutural em sua campanha política e levou à vitória sua candidatura.

Esse processo eleitoral foi o único em que um presidente de uma rede de televisão, no caso o Sr. Roberto Marinho, veio a público declarar em carta aberta à sociedade, mas em especial ao candidato Lula, na imprensa televisiva e na imprensa escrita³² que: *Não é verdade que eu exerça poder político e hegemônico e menos ainda que o faça em caráter pessoal. A orientação que imprimo aos veículos que me cabe dirigir visa estritamente à defesa do que julgo serem os reais interesses do país e dos caminhos a serem trilhados para que se possa alcançar o bem-estar do povo.* (Kucinski, 1998, p.167). Essa carta foi uma resposta a uma ampla acusação da esquerda de que a TV Globo teve forte influência na eleição de Collor de Melo.

O mesmo jogo de interesses entre a grande mídia e os setores políticos no poder foi responsável pelo desenvolvimento de campanhas de divulgação das questões ilícitas da gestão Collor de Mello. O ataque conjuntural e insistente dos jornais e revistas formou uma opinião pública consensual, que foi responsável pela legitimidade da derrubada do governo Collor. Conforme Kucinski, tanto a mídia televisiva, quanto a mídia impressa atuaram na campanha contra o governo Collor: *as revistas Veja e Isto É revezaram-se na revelação da existência de uma rede de corrupção no governo e das tentativas de Collor de encobri-la. Enquanto competiam comercialmente pelo mesmo público leitor, as duas revistas juntaram suas forças na rejeição ao presidente.*(1998, p.170).

Nesse caso o cenário de representação da política (CR-P) da mídia atendia aos interesses de setores médios da sociedade, e este era apresentado por um discurso de moralização institucional da política, contra a corrupção na gestão Collor. Isso motivou a mobilização pró-impeachment no qual formações identitárias, inclusive antagônicas, ocuparam o mesmo espaço público sob a égide de um mesmo discurso o “fora Collor!”. A cultura dos “cara-pintadas” é um exemplo de comportamento político modal representado nesse CR-P. Ser “cara pintada” representaria um comportamento político consensualmente estabelecido na publicidade política midiática.

Saindo da esfera nacional, podemos ilustrar a questão do CR-P midiática num outro contexto de interesse político com o caso das eleições presidenciais no México, no

³² Jornal Nacional, dia 18/12/1989; Jornal *O Globo* do dia 19/12/1989, ambos pertencentes às Organizações Globo, da qual ele é seu principal executivo.

qual o protagonista foi o atual presidente Vincent Fox. O caso Fox foi sem dúvida um caso singular de favorecimento de poder na medida em que o apoio da CNN Espanhol em relação à sua candidatura foi fundamental para sua eleição. Esse apoio midiático foi estruturado por setores financeiros e políticos dos EUA, que viam na sua candidatura a possibilidade de uma futura calma ao mercado especulativo e tranqüilidade democrática para a política latino-americana³³. A ação da mídia funcionou como cenário de produção de consenso na medida em que a ressonância de sentido que ela veiculou tranqüilizou as instituições. O que torna o caso Collor e o caso Fox relevantes para nosso estudo é a constatação de que a ressonância midiática exerceu um poder hegemônico em relação à formação da opinião pública-política da sociedade. E, assim como falamos anteriormente, da mesma forma em que a mídia pode atuar como ressonância das demandas sociais e políticas quando trata de temas de interesses sociais diversos, pode ser uma estrutura de poder discursivo e imagético do *establishment*.

Esses exemplos servem para ilustrar nosso argumento de que a mídia unidirecional, televisiva ou impressa se constitui direta ou indiretamente em cenário de representação da política e do poder atrelado a ela. Sobretudo no contexto conjuntural da sociedade globalizada através dos sistemas de informação e comunicação eletrônicos.

Em alguns aspectos ou exemplos podemos afirmar que o papel da mídia é relevante para a consolidação democrática, em outros a mídia é extremamente antidemocrática e responsável pelo controle e manipulação das informações.

O conceito de cenário de representação da política (CR-P) aplicado à mídia é uma forma objetiva de entendê-la como espaço de informação política do poder. E é assim que Lima (2001) utiliza-o em sua análise teórica sobre a relação entre a mídia e a política. A aplicação deste conceito é uma forma de contribuir para que sociologicamente se reconheça a mídia como objeto fundamental de estruturação da política de uma maneira geral e a relação que esta tem com o imaginário social das relações contemporâneas, no que respeita a legitimidade da democracia.

Porém a questão da mídia não pode está circunscrita simplesmente aos aparelhos tradicionais e unidirecionais de mensagem dos meios de comunicação de massa como televisão, rádio e jornal. Sobretudo pelo caráter centralizador de comunicação que esses

³³ Diga-se de passagem, Vincent Fox foi um dos principais executivos da megacorporação *Coca-Cola* nos EUA, não tinha vinculação com setores tradicionais da política representados no PRI, e muito menos com os ativistas políticos neozapatistas, que lhe facultaria legitimidade política da sociedade mexicana.

possuem, assim como pelo poder de censura representado na sua forma de informação. Sobre a questão da censura no contexto da mídia de massa, Sodré (1999) nos afirma que *esta é um sistema informativo homólogo aos códigos da economia de mercado e acionado pelo desenvolvimento tecnológico. Os jornais, o rádio, a revista integram esse sistema com uma função de metacensura. Em outros termos os diversos veículos tendem a justificar culturalmente os conteúdos passíveis de transmissão, essa transmissão já implica numa censura da possibilidade de responder ou falar.* (p.18).

Há que se considerar a feição ideológica hegemônica e também o caráter pluralista, no que diz respeito às formas de interação emissão-recepção desses instrumentos de comunicação. Nesse caso, o cenário unidirecional da mídia está inserido num contexto em que se considera a relação entre a emissão simbólica da mensagem e as suas formas de recepção. As informações televisivas são assim enfocadas a partir da relação entre a semiótica e ideologia, no qual se destaca o caráter hegemônico desses meios, bem como a pluralidade identitária e cultural no processo de emissão e recepção unidirecional das mensagens, ou seja, o público da audiência. Escosteguy (2001) mostra que os *estudos culturais* têm procurado ampliar as abordagens sobre a comunicação num caráter complexo, que considera valores de posicionamentos identitários dos receptores associados a valores hegemônicos dos emissores na mídia.

Hall argumenta, que podem ser identificadas três posições de interpretação da mensagem televisiva: uma posição dominante, quando o sentido da mensagem é decodificado segundo as referências da sua construção, uma posição negociada, quando o sentido da mensagem entra em negociação com as condições particulares dos receptores, e uma posição de oposição quando o receptor entende a proposta dominante da mensagem, mas a interpreta segundo uma estrutura de referência alternativa. (p.68)

O aspecto unidirecional, determinante sobre os critérios da emissão da informação, ou o aspecto plural fundado nas formas de recepção, como pensado acima, formam conjuntos de argumentações teóricas que visam explicar a funcionalidade da mídia no sentido das relações de poder, com base na informação comunicada nos meios de comunicação de massa.

Já os sistemas de comunicação pluridimensionais, como a internet, tendem a reestruturar as formas de comunicação pessoal sem um controle central ou censura e se

fundamenta fora do unidirecional. O sistema pluridimensional em rede é, nesse sentido, aberto e com alto grau de interatividade, tornando-se possível uma outra forma de emissão e recepção de informação na interação sócio-comunicativa de proposição política.

O contexto contemporâneo em que as várias formas de mídias vem se reestruturando, representa um momento de ruptura e de proposição de novos sentidos no que no que toca às mudanças estruturais e simbólicas na formação da globalização. O que faz com que pensemos numa transição entre processos históricos e sociais, e de seus novos significados dentro de uma sociedade onde todos podem se comunicar independente das fronteiras territoriais em tempo real, assim como podem utilizar novos espaços públicos proporcionados por implementos tecnológicos e telemáticos de última geração com velocidade nunca antes vista. Segundo Campelo (2001): *Em razão da crescente influência dos modernos meios de comunicação e seu desenvolvimento tecnológico, as populações de diversas e distantes áreas geográficas se encontram em condição de desenvolver uma íntima interação influenciando-se mutuamente.* (p.116). Nesse sentido, o contato social possibilita o fortalecimento político em se tratando de formações identitárias que lutam por forma de reconhecimento e legitimidade afirmativa.

Um exemplo disso foi a legitimidade que o movimento político neozapatista conquistou ao tornar pública suas lutas e demandas, através da rede mundial de computadores, o que fez com que grupos simpatizantes em várias partes do planeta enviassem mensagens de apoio ao movimento, e com que o governo mexicano revisse suas atividades militares contra esse movimento. Uma estrutura global só será possível se houver uma estrutura de comunicação global, pois só a partir desta é que sentidos podem ser pronunciados legitimamente. O processo de produção de sentido democrático presente nessa estrutura de comunicabilidade colocou em discussão o caráter global da democracia tanto em termos locais como internacionais. Desse modo, a representação que temos de todos esses fatores traduz-se em uma redução de sentido global, somos globais por termos possibilidades de ligações que diminuem e até eliminam, algumas vezes, os espaços e os tempos que separam nossas localidades e nossas culturalidades.

Segundo Lévy (2000), *Assustamo-nos pelo fato de a internet ser irrepresentável, de a web ser oceânica e sem forma. Mas talvez assim seja, porque ela incorpora a*

primeira materialização não redutora da cultura, isto é do contexto e hipercontexto mediador. Torna-se hoje em dia visível que a totalidade dinâmica da sociedade é irrepresentável. Agora há virtualmente uma única sociedade. Já podemos ver que a relação da humanidade com ela própria é intotalizável. (p.156). Em sua palavras vemos um pouco da dimensão do que temos hoje com o advento das novas tecnologias e quão profuso é a condição da cultura e das formações sociais e políticas nesse mundo conectado.

A possibilidade de articular um amplo painel eletrônico dos pontos de vista em várias línguas e com vários sentidos, em forma de rizoma, sem a centralidade estatal ou de outra natureza, é um feito que desterritorializa a imaginação e a vida humana, descentraliza a idéia de sujeito, ao mesmo tempo em que lhe dá sentido e poder de ação em uma esfera pública integrada sem centralidade, como nos afirma Melucci (1996).

Embora pareçam paradoxais, tais elementos de análise permitem considerar o mundo virtual como um mundo de virtualidade real, como citamos linhas acima, uma virtualidade do real possível e cada vez mais viável. Na medida em que diminuem as fronteiras, as novas tecnologias de comunicação em rede tornam possível uma condição de mudança da cultura política fora de uma centralidade de poder. Nesse sentido, a potencialidade das localidades dos grupos, embora nas margens das decisões centrais, tem adquirido um *empowerment* considerável através dessa estruturação de relações em rede, com base em novas tecnologias informacionais.

Gerschman e Vianna (1997) ajudam-nos a defender essa afirmação quando argumentam que,

Hoje, ao falar de globalização, fica-se geralmente numa perspectiva econômica segundo a qual as decisões permanecem cada vez mais na mão de centros transnacionais de poder e as margens de autonomia local parecem desaparecer. É preferível ampliar a análise para um quadro mais abrangente e complexo e falar de planetarização, a partir da revolução tecnológica dos meios de comunicação e principalmente da informática. A esse respeito, podemos, pensar dois cenários alternativos. Um é o da dominação centralizante massificadora, onde os meios de comunicação veiculam informações dirigidas, destroem pluralismos culturais, variedades de opiniões e concentram cada vez mais o poder econômico. O outro cenário é os das redes interativas de intercomunicação horizontal, através das infovias e das televisões democratizadas, das redes ligando atores e experiências diversificadas, democratizando e difundindo a informação e o conhecimento, onde as diversidades locais podem dialogar. (...) há uma potencialidade democrática e

pluralista na tecnologia. Competem aos grupos e movimentos sociais e aos diferentes interesses sociais e culturais conseguir o acesso a esses meios. (p.23)

O contexto de *empowerment* social, de fragmentação identitária e das novas estruturas de consolidação do poder demarcam a caracterização da sociedade contemporânea, que é ao mesmo tempo globalizada e regionalizada através das novas condições sociais da tecnologia, das novas formas de arranjos econômicos de configurações do capitalismo e da dimensão afirmativa do poder cultural das formações identitárias.

O desenvolvimento ideológico e discursivo desta conjuntura é multidimensional e incide sobre o ideário democrático de forma heterogênea. A formação democrática desta sociedade é caracterizada por uma fragmentação e descentralização integrada pela rede de comunicação informacional numa dialética tecnológica entre excluídos e incluídos. É dentro desse contexto que a contra hegemonia tem seu respectivo multidimensionamento funcional, aplicado a essa configuração globalizada.

Para enfatizarmos o caráter contra hegemônico presente nas formas de lutas políticas das formações identitárias, recorreremos aos estudos culturais em que tal conceito é desenvolvido a partir da referência de poder simbólico da cultura política. Nesse sentido buscamos as categorias hegemonia e contra hegemonia presentes nas explicações de Raymond Williams, em que é afirmado que a

Hegemonia é um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida. (...) A hegemonia é no seu sentido mais forte uma cultura que tem de ser considerada como domínio e subordinação vivida de determinadas classes. Uma hegemonia é sempre um processo (...) um complexo realizado de experiências, relações e atividades (...) e limites específicos e mutáveis. Também é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então que acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra hegemonia que são elementos reais e persistentes da prática. (1979, p. 115)

A questão da hegemonia e da contra hegemonia tem feito as ciências sociais contemporâneas discutirem se é possível existir apenas uma globalização ou várias formas de globalização, sobre as mesmas condições determinantes. E com isso, como é possível justificar uma luta em favor de um modelo democrático com legitimidade global a partir das formações identitárias, através de suas articulações em rede.

As questões que envolvem capitalismo financeiro, cultura local-global, política internacional e mídia eletrônica formam uma conjuntura temática que caracteriza a relevância do debate sobre a hegemonia e a contra hegemonia do ponto de vista do poder simbólico da cultura global. A interação local-global representa a multifocalidade das questões na formação das ações da contra hegemonia presentes no processo das ações políticas multi-identitárias em favor de uma democracia global. O que nos leva a concordar com Santos (2002) que afirma que

(...) o local e o global são cada vez mais dois lados da mesma moeda. A globalização contra hegemônica é tão importante como a localização contra hegemônica. As iniciativas, organizações e movimentos integrantes do cosmopolitismo e do patrimonialismo comum da humanidade tem uma vocação transnacional mas nem por isso deixam de estar ancorados em locais concretos e em lutas locais concretas. (...). O global acontece localmente. É preciso fazer com que o local contra hegemônico também aconteça globalmente. (...) a transformação contra hegemônica consiste na construção democrática de regras de conhecimento recíproco entre identidades e entre culturas distintas. Este reconhecimento pode resultar em múltiplas formas de partilhas – tais como, identidades duais, identidades híbridas, interidentidade e transidentidade – mas todas elas devem orientar-se pela seguinte pauta transidentitária e transcultural: temos o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferiorizam e a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (p.74-75)

As regras de reconhecimento identitário podem resultar em formas políticas compartilhadas de interesses na mobilização contra hegemônica. Um de seus exemplos é a constituição simbólica do Fórum Social Mundial (em sua dinâmica cultural, religiosa, étnica, social e política) e seu papel na produção discursiva de uma nova forma de globalização democrática, assim como os vários movimentos “antiglobalização” que demarcam politicamente o poder simbólico de resistência propositiva dos atores sociais contemporâneos.

Dentro desse processo, considerar a globalização e o significado simbólico de seus efeitos é considerá-la como um processo hegemônico relacionado ao seu oposto contra hegemônico, na medida em que há atores sociais que utilizam estruturas tecnológicas de articulação comunicativa da própria globalização para estabelecer uma luta contra hegemônica.

5.3 . O Local plural de ressignificação do ideário democrático.

O papel das novas tecnologias de comunicação tem sido fundamental na sua função facilitadora de articulação identitária, bem como tem contribuído em muito para a mudança da cultura política e para a consolidação da democracia na sociedade mundial. Podemos verificar isso com o conceito de *cibercultura* política, que empregamos nos dois últimos capítulos, que demonstra que este espaço da virtualidade real é cada vez mais um espaço de ação propositiva da política e, com isso, vem se transformando numa esfera pública política digital em que a cultura da participação ganha ressonância global. A internet é, como afirmou Ianni (2002), o *Ágora* eletrônico da sociedade global.

A internet tem desempenhado um papel fundamental como afirma Schroeter (2000), que demonstra como esse meio *está provocando uma revolução cultural e social que está mudando, fundamentalmente as maneiras como as pessoas comunicam entre si*” (p.97). Acreditamos que vai além disso, do ponto de vista da revolução tecnológica e suas conseqüências sociais, a internet é, sem sombra de dúvida, um fenômeno sem precedente. A forma como a sociedade se apropriou da tecnologia de rede, assim como o desenvolvimento descentralizado e socialmente acessível que este tipo de comunicação permitiu, faz jus ao uso do termo sociedade global como referido à sociedade conectada em rede.

(...) interconectar, através de links de hipertextos, todos os documentos numerados do planeta e torná-los acessíveis, mediante alguns cliques no mouse, não importa de que qualquer ponto do globo eles venham. Trata-se provavelmente da maior revolução da história da escrita desde a invenção da imprensa. Devemos notar que a explosão da web não foi prevista nem desejada pelas grandes multinacionais da informática, das telecomunicações ou da multimídia, mas explodiu como uma rajada de bala entre os ciberconautas. Todas as pessoas e todos os grupos que realmente desejam fazê-lo, podem publicar um texto, uma música ou uma imagem na World Wide Web e tornar então as informações disponíveis para um vasto público internacional. Cada um pode também contribuir para a escrita do imenso hiperdocumento mundial (...) o processo de leitura e escrita coletiva na web parece uma comunicação ‘de todos para todos’. (Schroeter, 2000, p. 151-152).

É sobre esse aspecto que cada vez mais a rede mundial de computadores justifica a composição conceitual de sociedade com propensão democrática, a partir da disponibilidade de informação e da facilidade de acesso a todos os atores sociais, tornando-se assim um sistema complexo em todos seus aspectos, seja este social,

cultural, político ou econômico que possibilita a democracia das relações e instituições no contexto atual.

A justificativa de relacionarmos o tema das formações identitárias ao da sociedade complexa se dá pela necessidade de constituirmos elementos conceituais para uma base teórica em torno da noção de identidade no contexto contemporâneo e o sentido da mobilidade política em que esta está inserida. Ou seja, é possível buscar uma explicação sobre a formação identitária no contexto da complexidade social ante um processo de reestruturação dos valores democráticos na sociedade global-local e do processo de mudança cultural e política que esse propôs às novas formas de organização, mobilização e sociabilidade dos atores sociais nas várias esferas públicas, sobretudo a eletrônica.

Com isso concordamos com Castells (1999) quando afirma que:

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 90 é a construção da ação social e das políticas em torno de identidades(...). Os primeiros passos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. (p.39)

E Castells, nesse contexto, nos dá de início uma definição de identidade em que seu significado é interativo no sentido de ao mesmo tempo se afirmar e afirmar ao outro, seja sob o atributo político, social ou cultural, pois esse é o sentido do que ele chamou “o ser na sociedade informacional”.³⁴

Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural, ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. A afirmação de identidade não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades, ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade. Mas as relações sociais são

³⁴ É válido fazer aqui a distinção entre os termos “informacional” e “informação”, do ponto de vista do tratamento sociológico dado na sociedade em rede. O termo “informacional” refere-se ao surgimento do paradigma baseado na tecnologia da informação disponibilizada em rede. Essa tecnologia é desenvolvida para agir sobre a informação, esse termo indica *a atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido as novas condições tecnológicas* Castells (1999, p. 46). O termo “informação” refere-se a um conjunto de dados que são comunicados e enfatiza o papel da informação na organização da sociedade. Essa definição de sociedade da informação está próxima a definição de Vilém Flusser que concebe como *tal aquela estrutura social na qual geração, o processamento e a disseminação de informação ocupa uma posição central dentro desta sociedade.* (Flusser apud German, 2000, p.116).

definidas vis-a-vis as outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade. (1999, p.39)

E no contexto da sociedade contemporânea, ligada em rede, como relações descentralizadas e inovações simbólicas, há ainda que se considerar o aspecto inovador de uma cultura virtual que promove a comunicação polissêmica dentro de um processo de diversidade interativa e de realidade virtual que tende a amplificar a construção das identidades no seu sentido de articulação e mobilização, sobretudo de cunho político. As inovações tecnológicas estão, como afirma Schroeter (2000), ajudando os indivíduos e os grupos a encontrarem um novo valor na informação, o que propõe um novo contexto de democracia e de democratização nas relações interativas contemporâneas, uma vez que *a diversidade e a natureza descentralizada da internet já nos aproxima do tipo de mídia participativa* (p.100).

Essa afirmação tem como complemento a questão de que este meio de informação interativa traduz-se numa forma de comunicação que torna heterogênea a distribuição das informações e fortalece os indivíduos do ponto de vista de suas ações políticas e suas opções identitárias. A rede fortalece e encoraja uma democratização da informação na medida em que os seus atores podem distribuir seus produtos simbólicos, suas proposições políticas e seus desejos de articulações, no sentido de mobilizar recursos e articular interesses de forma efetivamente democrática. Na visão de Schroeter, *A internet desafia a homogeneização das fontes de informação característica da mídia tradicional. Ela estremece a topografia da mídia de maneiras interessantes, porque pelo menos historicamente, o que permitia que as empresas de mídia se tornassem tão grandes eram seus controles sobre a distribuição.*(2000, p.95).

A formação cultural desse novo ambiente é revolucionário no contexto da horizontalização da comunicação em rede, a partir do *empowerment* dos atores sociais conectados *on line*. *A internet e as modernas redes de computadores abrem canais de comunicação totalmente novos para informações civis em torno do globo; facilitam as ONGs a se engajarem em questões sociais, promovem o entendimento internacional e geram novas formas de interação direta entre cidadãos e políticos*” (German, 2000, p.118).

Os atores do movimento antiglobalização, por exemplo, articulam suas ações através da rede mundial de computadores. Neste contexto a mesma estrutura que serve de suporte estrutural para a consolidação de uma globalização hegemônica serve também como instrumento de estruturação para lutas políticas em favor de uma democracia global de base, contra a consolidação do capitalismo neoliberal, contra a política de armamento nuclear, a favor de uma política de meio ambiente sustentável, a favor de modelos de ações políticas alternativas e propositivas de consolidação democrática global.

A própria história do surgimento do *modem* demonstra um pouco o quanto o caráter originário da internet tem um sentido político propositivo de caráter contra hegemônico. Segundo Castells (2000) os criadores deste aparelho que temos nos nossos computadores e nos possibilita falar, ver, ouvir e emitir sinais articulados *on line*, foi invenção de dois alunos de Chicago em 1978, Ward Christensen e Randy Suess. O ambiente político propositivo de protesto contra as formas de dominação da comunicação e informação no campo da informática foi uma das principais motivações desses usuários de computador, para produzir um formato de envio de informação via telefone. O termo *hackers* ainda não possuía uma conotação negativa e se aplicava a esses dois alunos que tentavam descobrir um meio de transmissão de programas de um micro computador para outro.

No ano seguinte esses inventores apresentaram o “protocolo *Xmodem*”, um equipamento que permitia o envio e recebimento de informações e arquivos de softwares sem que fosse preciso passar por nenhum sistema central. Castells afirma que Ward Christensen e Randy Suess *difundiram essa tecnologia sem nenhum custo porque o objetivo era espalhar a capacidade de comunicação o máximo possível* (2000, p.377). Esse procedimento está claramente referido a uma relação de poder que havia entre os grupos que lidavam com sistema de comunicação, e que estavam sendo questionados de forma político-propositiva através da democratização da tecnologia. Uma ação, portanto, contra a hegemonia das empresas de rede de informática vinculadas ao governo norte americano³⁵.

³⁵ É válido salientar que esse processo fez parte de uma luta não só entre grupos, mas também entre Estados-Nações pelo controle hegemônico da política de informação telemática internacional. Sobre esse tema Castells nos informa que no período acima referido havia a ARPANET, empresa norte-americana predecessora do que hoje conhecemos por internet, responsável pelos assuntos de Estado ligados às estratégias militares no período da guerra fria e que tinha como função proteger as redes de computadores dos EUA caso houvesse ataques nucleares, assim como *criar um clube mundial de usuários de computadores e bancos de dados*. E havia a MINTEL, ligada ao

Em termos de significante simbólico da política, isso representa mudança de comportamento político a partir de táticas de resistência e proposição. E o processo contra hegemônico que isso representa é fundamental para que se possa entender a idéia de liberdade de ação política na sociedade *on-line* e também a base de mudança que esse ambiente digital representa para processos de mobilizações democráticas ou em prol da sociedade global. Segundo Castells (2000):

Essa abordagem contracultural da tecnologia (associada ao) advento da computação pessoal e da comunicabilidade de redes estimulou o desenvolvimento dos sistemas de boletins Informativos (BBS), primeiro nos Estados Unidos depois por todo o mundo: os protestos eletrônicos contra os acontecimentos da Praça da Paz Celestial na China, em 1989 via redes de computadores operada por estudantes chineses no exterior, foram uma das manifestações mais notórias do potencial dos novos dispositivos de comunicação. Os sistemas de boletins informativos não precisavam de redes de computadores sofisticadas; apenas PCs, modems e linhas telefônicas. Por isso tornaram-se os quadros de avisos eletrônicos de todos os tipos de interesses e afinidades criando o que Howard Rheingold chama de comunidades virtuais” (p.378)

Esse contexto de troca de informação por via eletrônica, a partir das comunidades de comunicação virtuais, criou um ambiente digital de comunicabilidade que agiliza as mobilizações, ao mesmo tempo em que muda a cultura da participação política e seus valores simbólicos em relação à democracia. Esta mudança cultural proporcionada por

Estado francês que tinha basicamente a mesma função quanto ao gerenciamento do sistema de comunicação. A diferença entre estas duas empresas é que a ARPANET estruturou a internet que ligava computadores e a MINTEL ligava sistemas de servidores. Ambas propunham grandes vias da informação de dados, mas suas diferenças constituíram questões fundamentais na relação de poder internacional quanto ao controle do sistema de informação. O Mintel é um sistema que nunca pôde ultrapassar as fronteiras da França por causa de restrições regulamentares, enquanto a internet tinha como proposta a criação de um clube mundial de usuários de computadores e de banco de dados, ou seja, a rede mundial de computadores que conhecemos hoje (Castells, 2000). Em 1979 três estudantes da universidade de Duke e da Carolina do Norte, desenvolveram uma versão modificada do *modem* “protocolo UNIX” que tornou possível a conexão de computadores através de linhas comuns de telefones domésticos. Com o mesmo espírito político propositivo citado linhas acima, esses usuários utilizaram essa tecnologia para iniciar um fórum de discussão *on line* sobre computadores, fora do controle do Estado americano. Esse fórum foi conhecido como *Usenet*, e rapidamente se tornou um dos sistemas pioneiros de comunicação de usuários comuns em larga escala. Castells afirma que *Os inventores do Usenet News também difundiram seu software gratuitamente em um folheto que circulou no congresso de usuários do Unix* (2000, p.378). Estes foram os precursores do software livre que circula na rede, especificamente o programa do sistema operacional LINUX que tem como principal função desbancar a hegemonia da Microsoft propondo uma distribuição de programas e aplicativos de última geração. A principal função política do soft livre na rede é democratizar da maior forma possível a utilização de aplicativos e sistemas operacionais que sirvam como prática de uma cultura da liberdade digital. Vale lembrar que no último congresso mundial de soft livre realizado em Porto Alegre (em 2002) o principal tema de discussão foi sobre a forma de possibilitar recursos tecnológicos à democracia contemporânea através do soft livre, assim como influenciar o Estado a utilização dos programas gratuitos no sentido de economizar gastos públicos. Um dos principais problemas da hegemonia da informática privada é o fato de empresas de computadores já instalarem programas pagos nos PCs e nos servidores que num prazo curto de tempo demanda atualizações, o que é feito a custos altos.

essa esfera pública eletrônica criou o que se entende por cultura da virtualidade real que se afirma a cada momento pela prática das comunicações em rede.

Em termos das mobilizações políticas dos atores da sociedade global essa *cibercultura* proporciona uma velocidade de articulação que faz diferença no processo contra hegemônico contemporâneo, em favor do que podemos chamar de uma ação de democratização da informação política na sociedade, no contexto de interação local global. Quanto à disponibilidade de informação Lévy afirma que:

Um computador e uma conexão telefônica permitem acesso imediato a quase todas informações do mundo ou recorrer a redes de pessoas capazes de enviar a informação procurada. Esta presença virtual de tudo em qualquer ponto talvez tenha seu paralelo físico no fato de qualquer prédio de uma grande cidade conter elementos materiais provenientes de todas as partes do mundo e concentrar conhecimento, técnicas, processos de cooperação e inteligência coletiva acumulados há séculos com a participação de uma forma ou de outra, dos mais diversos povos. (Lévy, 2000, p.142)

A relação da informação simbólica comunicada em rede é fundamental para o contexto de formação e mudança cultural, pois a cultura é formada a partir dos processos comunicacionais de produção e consumo de sinais e, nesse sentido, o processo em rede tende a ampliar as ressignificações simbólicas das formações culturais, em especial da cultura política, pelo fato de se ter a possibilidade de um fortalecimento político-identitário dos atores conectados nessa mesma relação de produção e consumo de bens simbólicos informativos. As sociabilidades identitárias, culturais e sociais estão cada vez mais fundamentadas a partir de interações simbólicas e processos de interação comunicativa no contexto da representação da realidade vivida. Segundo Castells, *Em todas as sociedades, a humanidade tem existido em um ambiente simbólico e atuado por meio dele. Portanto o que é específico ao novo sistema de comunicação organizado pela comunicação eletrônica de todos os modos de comunicação, não é a indução da realidade virtual, mas a construção da virtualidade real.* (2000, p.395)

O real é o que existe de fato, verdadeiro, que diz respeito à coisa ou coisas, se opõe ao ideal, ao fictício, aparente, ilusório, etc. O virtual é o que existe como faculdade, porém sem o exercício; suscetível de se realizar, potencial, como nos define o dicionário Aurélio. Essas definições são relevantes de serem processadas em conjunto, no sentido de que se possa fazer uma aproximação concreta da dimensão de percepção do vivido e

experimentado na sociedade informacional, por parte dos atores sociais em suas configurações culturais e identitárias locais e transnacionais. Na concepção de Castells, o virtual e o real existem na dimensão da prática simbólica,

(...) a realidade como é vivida, sempre foi virtual porque sempre é percebida por intermédio de símbolos formadores da prática com algum sentido que escapa à sua rigorosa dimensão semântica. É essa capacidade que todas as formas de linguagem tem de codificar a ambigüidade e dar abertura a uma diversidade de interpretações que torna as expressões culturais distintas (...) É por meio do caráter polissêmico de nossos discursos que a complexidade (...) se manifesta.(...) Todas as realidades são comunicadas por intermédio de símbolos. E na comunicação interativa humana todos os símbolos são deslocados em relação ao sentido semântico que lhes são atribuídos. De certo modo toda realidade é percebida de maneira virtual. (2000, p.395)

A questão é que esse processo virtual de informação e comunicação revela também um processo cultural novo e fundamentalmente dinâmico que redimensiona “tempo” e “espaço” na sociedade contemporânea e traz para o debate político a questão da mudança cultural e a proposição de um novo ambiente de acontecimento virtual de interação comunicativa. O sistema de comunicação presente nesse contexto, gera cultura num aspecto inteiramente inusitado: o da *virtualidade real*. Esse sistema de comunicação *É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica e material das pessoas (formando cultura) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência.* (Castells, 2000, p.395)

E o que caracteriza primordialmente esse sistema complexo interligado é sua capacidade de comunicação baseada no processo de inclusão abrangente de todas as formas de expressão cultural na rede digital. O que significa uma diversidade multidimensional e versátil com capacidade de integração das diferenças das formações identitárias, das diferenças simbólicas e dos conflitos como resultado do processo interativo. Esse processo de inclusão da diversidade no sistema de rede de comunicação traz dois resultados importantes para o que chamamos de mudança cultural.

O primeiro é que o fato deste sistema ter como principal função a inclusão dos vários valores simbólicos e expressões culturais tende, segundo Castells (2000), a enfraquecer o poder simbólico dos emissores tradicionais que estão fora deste sistema

transmitindo por hábitos tradicionais historicamente e socialmente codificados (religiões, moralidade, valores, etc.), o que faz com que esses hábitos sejam recodificados no sentido de se introjetarem no sistema em rede e assim possam redimensionar inclusive seu alcance. Um exemplo claro disso é a forma como as religiões e as ideologias políticas penetraram no sistema de rede informacional adquirindo uma maior força propulsora para seus propósitos na sociedade, ou mesmo qualquer forma de ativismo político contemporâneo.

Nesse sentido, as identidades institucionais ganham força propositiva de implementação de suas políticas de visibilidade e legitimidade. A presença da diversidade na rede mundial de computadores torna-a uma esfera pública superdimensionada com ressonância e funcionalidade global multi-identitária.

Essa “tecnologia da liberdade” é citada por Ithiel de Sola Pool apud Castells (2000), no sentido de demonstrar a internet como um *locus* potencial de democratização e equalização do poder contra hegemônico. Para Schroeter (2000) a Internet representa um valor que vai muito além do conteúdo comercial que é nela veiculado, e possibilita a criação de comunidades de interesses através das quais vislumbra-se a capacidade de geração da participação cívica e política de uma democracia real. Nesse sentido, os atores/emissores de informação redimensionam-se simbolicamente para manter suas legitimidades propondo a construção e visibilidade desse ambiente eletrônico como um lugar social de democracia viva, uma esfera pública multi-identitária real.

Essa realidade redimensionada da esfera pública eletrônica traz à tona o processo da diversificação identitária de forma mais dinâmica no seu sentido político. As formações identitárias, dentro desse contexto, requerem uma virtualidade real propositiva no sentido de viabilizar e visualizar suas ações e seus processos interativos com agentes mantenedores dessa cultura informacional. Seus interesses identitários ganham espaço nessa virtualidade real.

A questão do espaço público é retraduzida para esse campo da virtualidade real, pois esse sistema é um espaço de interação de interesses, de mobilização de recursos, de representação simbólica, de troca de informação, de criação de demandas, de elaboração de questionamentos e, fundamentalmente, de afirmação discursiva da visibilidade

identitária, assim como de veiculação do grande poder econômico, responsável pela própria globalização hegemônica de que já falamos no decorrer desse trabalho.

Logo, esse sistema informacional é um espaço público de dimensões globalizadas. E sendo assim, deve ser tratado nos moldes interdisciplinares que dizem respeito a tal conceito, ou seja, no aspecto de seu aparato político funcional, social interativo, cultural simbólico e financeiro, fazendo com que as categorias aplicáveis a sua análise tenham o sentido que faça jus à sua realidade.

O caráter das formações e interesses identitários nesse espaço, demonstra como o poder simbólico comunicado se constitui em força política não só no sentido das mobilizações identitárias, mas na produção de sentido dos comportamentos interativos dentro da virtualidade real entre identidades díspares através da *cibercultura*.

Um caso modelar é o dos Sem Terra que embora não possuam os elementos básicos de sobrevivência social, por se encontrarem abaixo da linha mínima de subsistência, têm sua representação simbólica no universo *on line*, o que faz com que sua luta por reconhecimento político e por terra seja legitimada em todos os pontos do planeta, através da mobilização eletrônica do mundo da virtualidade real ganhando legitimidade global, e se fazendo representar nas várias mobilizações internacionais a favor de uma nova forma de globalização democrática. Um exemplo claro do significado da virtualidade real da política de afirmação do MST foi a expectativa criada em torno dos representantes deste movimento na mobilização contra a reunião anual do FMI realizada em Praga, República Theca, em 2000.

A legitimidade internacional (global) dos referenciais sociais e políticos que o MST adquiriu em termos simbólicos foram possíveis graças às forças comunicativas de suas lutas equalizadas na esfera pública global. As representações das ações do MST criaram uma ressonância simbólica na sociedade internacional através dos mecanismos eletrônicos de visibilidade pública, mídia eletrônica, Internet, etc.

Em termos de representação simbólica das siglas MST e FMI, a primeira representa-se pela negação de si próprio, ou seja, pela negação de sentido presente na sua afirmação identitária “sem terra”, estruturada pela pobreza e total ausência de propriedade. Em outras palavras, sem as condições mais básicas de uma estrutura produtiva nos moldes de uma sociedade ainda pré-capitalista, que em termos históricos

deixou de ter um caráter relevante há cerca de duzentos anos com o advento da revolução industrial, formadora da sociedade capitalista burguesa no mundo urbano. Já a segunda sigla representa a identificação econômica do poder na afirmação de sentido de “fundo monetário” na qual a identidade é definida e estruturada pela riqueza. Em outras palavras, a identificação econômica do poder econômico internacional.

O MST e o FMI estão em universos materiais e simbólicos tão distantes, compondo-se em formações identitárias tão díspares que só mesmo através de uma estrutura conectiva multi-identitária, de uma sociedade globalizada pela eletrônica, é possível imaginar os dois agentes num mesmo contexto de formação discursiva (política global), numa mesma cidade europeia. A realidade crua das condições sócio-econômicas de um movimento como o MST ganha um significado simbólico e potencialmente político em termos internacionais, devido à estrutura conectiva que redimensiona as condições de articulação política nos processos democráticos da sociedade global.

As estruturas conectivas da sociedade em rede têm possibilitado a mudança da cultura política dos atores. Com nos afirma Ianni (2002) *Na época da globalização, modificam-se radicalmente as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política. (...) alteram-se formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isso significa a emergência e dinâmica de grupos sociais, classes, estrutura de poder e lutas em escala mundial.* (p.51). A cultura política a partir desse contexto passa a adquirir novos significados em termos do comportamento. A velocidade e a forma com que as informações são processadas agilizam as articulações identitárias e as lutas políticas nas quais os atores formam novos interesses mobilizatórios. Há uma mudança institucional do comportamento político associada às novas formas simbólicas de reconhecimento deste poder. As condições eletrônicas e telemáticas da sociedade global formam assim o novo cenário das mobilizações políticas. Ainda segundo Ianni (2002) *Esse é o novo, imenso, complexo e difícil palco da política, como teoria e prática. As instituições “clássicas” da política estão sendo desafiadas a remodelar-se ou a ser substituídas, como anacronismos, já que outras e novas instituições e técnicas da política estão sendo criadas, praticadas e teorizadas.* (p.52)

Na epígrafe do segundo capítulo, “*A Sociedade da Informação*”, do livro de Kurma (1997), encontramos uma representação argumentativa que demonstra a relevância do poder de informar numa sociedade tecnologicamente potencial. A primeira citação é do visionário Marshal McLuhan que em 1967 já afirmava que *o computador promete, através da tecnologia, uma situação milagrosa de compreensão e unidades universais (...) A atual tradução de toda nossa vida para a forma espiritual da informação aparentemente torna todo o globo, e a família humana, uma única consciência* (McLuhan apud Kurma, 1997, p.18).

A idéia de articulação já é eminente no pensamento estruturador de uma aldeia global, termo que é criado também por McLuhan para tratar analiticamente a mídia em seu papel informacional. “A mídia é o meio” e isso passa a mostrar como é possível viver em função do meio de veiculação e de conexão de sentidos na cultura da informação eletrônica. O meio de informação é, assim, um objeto contemplado pela grande maioria dos atores sociais, pois é um instrumento hoje de poder simbólico no campo social.

É dentro desse espírito que podemos entender a dinâmica do que chamamos de sociedade complexa, baseada no processo ativo da informação e seus sentidos simbólicos, configurando novas formas de comportamentos sociais e políticos da sociedade em rede, e definindo, assim, uma cultura política pós-tradicional, como pode ser visto através das mobilizações dos atores políticos na rede gerando formações identitárias e adquirindo, cada vez mais, legitimidade.

Um exemplo claro disso são os *hacktivistas*, termo construído pela fusão das expressões *hacker* e “ativista”. Estes representam uma formação identitária de atores digitais que através do computador afirmam a necessidade de utilização das novas tecnologias com fins políticos e sociais. Eles agem articuladamente sensibilizando a opinião pública na internet no sentido de se engajarem na sua luta contra a antidemocracia promovida pelas grandes agências do mundo globalizado, tanto governamentais como supra governamentais, assim como agem contra a política de governos não democráticos.

Há várias formas de ações através das redes informacionais que são utilizadas por esses agentes, sendo três destas bastante conhecidas. A primeira é a procura por descobrir formas de superar os poderosos programas de segurança nas redes dessas agências no

sentido de adquirir informações importantes e danificar dados fundamentais do sistema. A segunda forma, a “*Denial of Service*”, constitui-se em ataques previamente coordenados aos computadores daquelas agências requisitando ao mesmo tempo dados de um servidor (computador responsável pelo gerenciamento do seu sistema em rede), fazendo com que este seja sobrecarregado a ponto de não mais funcionar. E a última é o conhecido “*Span*” que é uma forma de ataque mais popular e que se caracteriza pela ação de envio de milhões de *e-mails* aos mesmos destinatários, fazendo com que as caixas de entrada de mensagens fiquem superlotadas e, assim, fora de operação na rede.

O significado dessas ações digitais tem um caráter de simbologia política por se fundamentar num consenso de ação contra hegemônica com relação ao caráter antidemocrático que as agências supranacionais (FMI, OMC, G-8, Banco Mundial, etc.) representam. A luta por democracia, nesse sentido, transcende em muito as formas tradicionais de ação e visibilidade política, pois novos canais articulatórios vão ser mobilizados.

Os movimentos de ações políticas através da rede mundial de computadores são mais que uma simples moda contemporânea de adolescentes ocupados em quebrar sigilos digitais. É um fenômeno novo que mobiliza um campo simbólico articulado no que diz respeito à sensibilização dos usuários da Internet.

Para uma idéia do poder simbólico comunicativo dessa “*cybercultura política*”, podemos citar o Congresso de *Hackertivistas* (H2K) realizado em Nova Iorque, em 2000.

Os participantes ficaram fascinados com os discursos pronunciados pelos ativistas virtuais, sobretudo pelo discurso do líder da banda punk “*Dead Kennedys*”, Jello Biafra, em que conclamou todos os hackers a usarem seus conhecimentos em internet contra as grandes organizações estruturadoras da globalização, como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e a Taco Bell (rede de alimentação) citadas em seu discurso. *Usem a Internet para criar uma geração que não se deixa enganar pelo papo furado das grandes empresas* (Biafra, 2000). Segundo Koerner (2000) esse foi o ponto simbólico do grande momento dos ativistas políticos virtuais. O propósito do movimento é lutar por justiça social defrontando digitalmente a globalização por meios dos microcomputadores. Durante o evento um grupo de *hacktivistas* denominado “*Gforce Pakistan*” invadiu e desconfigurou onze *homepages* da “*Administração Oceânica Atmosférica Nacional*”, as

quais tiveram seu conteúdo substituído por enunciações em favor da independência da Caxemira.

O ressignificado simbólico desses grupos assemelha-se aos movimentos de contracultura dos anos 60 e ao movimento anarquista, pois trazem símbolos de protestos contra a centralização de qualquer tipo de poder, contra a coerção instituída pelo Estado, contra o poder econômico, enfim, um típico discurso dos grupos excluídos dos processos de *establishment* da sociedade contemporânea. Mas a questão relevante é que os novos valores simbólicos ganham engajamentos através das novas tecnologias de onde estes ativistas digitais pronunciam mudanças do comportamento político. Este movimento não tem líderes nem disciplinamento. O ativismo político começou espontâneo dado o sentimento de exclusão social que o processo de globalização proporciona aos atores sociais, mas esse caráter está mudando e já se tem notícias de organizações e códigos de ética para *hacker* político. Um exemplo disso é feito pelo Prof. de Informática Greg Newby, da Universidade da Carolina do Norte, que está supervisionando a organização dos *hacktivistas* e o código *hacker* em que é possível se ler *Os hackers compartilham conhecimentos e se dispõem a ensiná-los, os hackers discordam das autoridades* (Koerner, 2000). Segundo Newby, os *hacktivistas* necessitam de um mínimo de organização para que possam reconhecer seu poder político de transformação social.

Ainda do ponto de vista da releitura simbólica das novas atividades políticas desses ativistas, Dan Orr da Universidade da Pensilvânia, também participante do congresso H2K, afirmou que as raízes históricas do *hacktivism* podem ser relacionadas às figuras de líderes como Luther King e Ghandi reconhecendo o sentido positivo da luta contra o preconceito racial nos EUA e a luta contra a colonização da Índia. Na verdade estão tentando traduzir um sentido resistente e propositivo que possa estruturar uma representação simbólica de suas atividades do ponto de vista de sua justificativa legítima. O contexto de representação social presente nos argumentos desses *ciberativistas* é claramente demarcado por valores que as gerações anteriores defendiam como emblema simbólico contra hegemônico de suas lutas políticas. Os termos e expressões já conhecidos pelos agentes políticos da sociedade civil da vida tradicional são reapropriados pelos *hacktivistas* em suas invasões virtuais.

Mas o ativismo digital desses agentes políticos virtuais não se refere apenas às organizações econômicas ou não-estatais. A possibilidade de ação frente aos governos de vários países é também comum pelo fato de que a esfera institucional do Estado representa um símbolo de poder constituído que ampara a institucionalização dos aparelhos de violência, repressão, normas constitucionais e todos os referenciais de controle sobre a liberdade. Nesse sentido, a legitimidade repressora do Estado é vista, por esses atores, como um aparelho de negação ao qual se deve resistir. E dentro desse contexto, podemos citar alguns exemplos de atividades político-digitais desenvolvidas como formas de protesto contra o governo de alguns países.

Um desses exemplos foi o ataque promovido pelo grupo EDT (*Electronic Disturbance Theatre*) simpatizante da causa zapatista, que em 1998 ficou conhecido e famoso pelos ataques contra o *site* do então presidente do México, Ernesto Zedillo, o que fez com que aquele *site* entrasse em pane ficando fora da Internet por vários dias até seus técnicos reconfigurarem a página com uma maior segurança. Segurança eletrônica é a palavra de ordem de todos os usuários da rede mundial de computadores, pelo fato de se ter na informação uma referência simbólica e material de poder constituído, e é por esse motivo que há vários grupos procurando romper com os mais sofisticados sistemas de segurança da rede.

É dentro desse aspecto que a contingência está instaurada nessa relação eletrônica sistêmica. Não há certeza ou controle definitivo quanto ao que pode acontecer com as informações virtuais. Por um lado, as empresas, organizações e governos, dentre outros, investem milhões de dólares em programas de segurança na Internet que se tornam um desafio propulsor para serem burlados, decodificados e quebrados pelos *hackers*. No que se refere aos *hacktivistas*, há alguns grupos especializados nesses programas de segurança na Internet, um deles é o grupo denominado *Oxblond* que nesses últimos anos vem trabalhando num projeto de aplicativos de programas de computadores que consigam burlar os filtros dos conteúdos dos governos que eles julguem antidemocráticos e organismos internacionais que corroborem com a globalização excludente.

Em termos de sentimento de liberdade de ação, poderemos entender que o significado de democracia presente na Internet, representa para esses usuários um espaço público ativo e livre. E por mais que se tente estabelecer mecanismos de controles,

estatais ou privados, haverá sempre a possibilidade de se ter acesso à liberdade no que tange à disponibilidade e velocidade de informações dos mais variados tipos e das mais variadas formas dentro da rede³⁶. E, sendo assim, o ativismo político recorre a esse aspecto de disponibilidade de informação para implementar suas formas de luta contra os que julgam ser os injustos e os controladores do poder.

É interessante ressaltar que há uma ancoragem simbólica dos ativismos dos atores das gerações passadas, que servem como signos disponíveis de legitimidade. Há concretamente um resgate dos significados tradicionais ideológicos dos atores sociais do passado quando estes ativistas digitais representam seus significados enunciativos no decorrer de suas atividades *underground*.

Um exemplo dessa representação de sentido foi que no referido Congresso de *Hackers* (H2K), citado acima, houve um debate em que um dos participantes afirmou: *Se nos livrássemos de coisas como o capitalismo, a Internet seria incrível.* (Koerner, 2000). Este instante no congresso foi marcado por um momento de silêncio profundo, seguido de risos e aplausos ensurdecadores de todos os membros participantes. Guardada as devidas proporções no processo de ativismo político da década de sessenta e na luta em favor da democracia travada por toda a década de setenta, foram pronunciadas frases que continham a mesma carga simbólica e um mesmo sentido de energia propulsora de luta pela liberdade contra todo tipo de autoritarismo.

Uma das mais conhecidas lutas eletrônicas contra o totalitarismo é travada por um chinês de pseudônimo “Richard Long”, qual é definido como “um rebelde virtual com causa”. Sua causa é fundamentalmente ampliar os horizontes da democracia para o povo chinês, produzindo um sentido de democracia através de sua luta político-virtual na Internet. Richard Long não é apenas um político virtual, no sentido eletrônico da expressão, ele participou de lutas políticas como o movimento da praça Tianammen, no ano de 1989 em Pequim, e tem com isso uma certa experiência material com relação ao enfrentamento político no mundo da realidade política. Exilado nos EUA e perseguido

³⁶ Exemplificando melhor esse aspecto fora das questões do ativismo político, podemos referir ao acesso a dados de imagem e som de que é possível fazer cópias gratuitamente. No exemplo de cópias não autorizadas houve no ano de 2000 vários problemas com alguns *sites* de música na Internet quanto à questão de *copyright*. Um dos mais conhecidos foi com a comunidade NAPSTER, que disponibilizava dados de música para os usuários da rede. O governo norte americano tentou de todas as maneiras fechar o *site* alegando o não respeito aos direitos autorais. Isso foi o suficiente para que alguns dias depois várias comunidades de músicas semelhantes ao NAPSTER, fora dos EUA, aparecessem com maior visibilidade, disponibilizando, com maior velocidade e em maior número, dados de músicas para todo o mundo.

pelo governo chinês, Richard Long assim que tomou conhecimento da Internet desenvolveu uma forma bastante criativa de atuar contra os governantes Chineses.

Long é editor da revista eletrônica *VIP reference*, uma *newsletter* distribuída através de correio eletrônico para centenas de milhares de chineses dentro e fora da China, e utiliza o SPAN, que definimos como distribuição não requisitada de e-mails, para protestar junto ao povo chinês. A criatividade se dá pelo fato de que os destinatários não podem ser punidos pelo governo da China por que a recepção deste tipo de mensagem não é voluntária. Mas a repressão dos órgãos daquele governo responsável pela punição dessas atividades é extremamente voluntária e vê em Richard Long um dos principais inimigos que deve ser punido a qualquer custo.

Uma forma de coerção severa imposta por aquele governo é a prisão imediata de qualquer simpatizante da causa política virtual. Nesse sentido, como exemplo de repressão e coerção da polícia chinesa, podemos citar o caso de um proprietário de uma empresa de programas de computadores, situada em Xangai, que foi condenado a dois anos de reclusão por ter enviado uma lista com *e-mails* de cerca de trinta mil chineses para a *VIP reference*.

No mês de dezembro de 2000 a Folha de São Paulo publicou uma entrevista com Richard Long, o qual demonstrou um sentido propositivo no tocante à necessidade de abertura e veiculação de valores democráticos na China. Segundo ele é difícil responder se a internet é capaz de modificar politicamente a China, em proporções consideráveis, do ponto de vista de que aquele se transforme num país aberto e democrático, dado o fato que a internet não atinge a grande maioria dos camponeses ficando restrita a um público pequeno, sobretudo caracterizado por intelectuais de uma maneira geral. Mas, segundo Long, mesmo assim, *A internet ajuda a espalhar idéias ligadas à democracia, ao estado de Direito e a outros valores ocidentais. Não posso prever os resultados desse livre fluxo de informações.* No que se refere aos envios de informações ele afirma que: *Acumulamos uma imensa lista de e-mails, representativa da população de internautas da China. Entre vários métodos, (para superar o bloqueio do governo), utilizamos truques de SPAN para conseguir introduzir os artigos no país. Se eles receberem nossos e-mails como um SPAN, eles podem honestamente alegar que não os requisitaram. Nós instruímos nossos leitores a dizerem isso às autoridades se forem pegos.*³⁷

³⁷ Folha de São Paulo, caderno Mais! Dezembro de 2000.

Além do SPAN, Long fala de outras formas de atividades pró-democracia através da internet como o “*IP dinâmico*”, um sistema contra o bloqueio de *sites* e um programa de troca de informação por comunidades virtuais. Como ele nos fala, *Tentamos um sistema de “IP dinâmico” para tornar impossível para os sensores na China o bloqueio ao nosso site, também estamos trabalhando em um projeto de programa similar ao Napster (software usado para troca de músicas no formato MP3) para o intercâmbio de artigos não censurados.*

A troca de informações por comunidades na Internet é um meio de agilizar o processo de formação da opinião pública nas relações sociais visto que muitos internautas fazem partes de várias comunidades e participam de inúmeras listas virtuais. Um exemplo disso foram as estratégias dos zapatistas na internet criando uma corrente de legitimidade política para as suas atividades por todo o mundo.

A busca de legitimidade das ações políticas, sejam estas de resistências ou propositivas, é o principal instrumento de troca simbólica nessa nova cultura política. Referimo-nos ao caráter de nova cultura política pelo fato de que a disponibilidade de novos sentidos e novos significados está sendo apresentada através das leituras atuais da construção desses interesses sociais, o que possibilita a produção de um novo capital simbólico.

Se pensarmos através dos elementos explicativos que nos apresenta Melucci (1996) quanto ao ressignificado de sentido dos novos movimentos sociais, novos movimentos feministas, ou o movimento dos trabalhadores através do novo sindicalismo, entenderemos que há nessa nova cultura política um processo de releitura tanto das identidades quanto da mobilização de seus sentidos de luta, no que se refere à manutenção dos valores da democracia nessas novas formações sociais contemporâneas. E isso é feito através de uma reestruturação do *habitus* político no qual a ancoragem das tradições serve de suporte, como conhecimento adquirido, para redefinir seus papéis e os significados das formações identitárias contemporâneas. É dentro desse contexto que a produção de sentido da política, como instrumento de representação da realidade caracteriza uma energia propulsora de reestruturação da democracia (local-global) da sociedade em rede.

Analisando esse contexto a partir de realidades localizadas que se traduzem em sensibilidades transnacionais, veremos que o advento da sociedade em rede possibilita a articulação de novos sentidos de tradição histórica dentro das sociedades. Um caso representativo disso pode ser visto pelo mesmo movimento neozapatista de Chiapas com a releitura que eles fizeram da luta política travada por Zapata muitos anos atrás. O neozapatismo deu um novo sentido à tradição de luta no intuito de produzir um significado democrático e de justiça social para a sociedade mexicana contemporânea, sobretudo no que tange ao reconhecimento inclusivo da identidade indígena no México. E isso se tornou possível através da utilização dos instrumentos tecnológicos de informação, mídia e internet, disponíveis para sensibilizar a opinião pública global.

Os zapatistas são chamados por Castells (1999) de “rebeldes legítimos” e representam a manutenção de resistência e proposição política de luta social presente na história dessa sociedade contra a exploração e colonização. As ações simbólicas que eles desenvolvem buscam um sentido de legitimidade na formação de um ideário da identidade mexicana sob o discurso da unidade do México fora de qualquer relação de exploração. Recentemente isso pode ser visto através de um ato simbólico na comemoração dos quinhentos anos da conquista espanhola sobre o território mexicano quando houve a destruição da estátua de Diego de Mazariegos, o colonizador de Chiapas. Na verdade, é a concretização simbólica da revolta dos camponeses que deu sentido ao novo imaginário de reconhecimento político dessa formação identitária. Segundo Castells, *Os rebeldes reafirmam seu orgulho indígena e luta pelo reconhecimento dos índios na constituição mexicana. Contudo, não parece que a defesa da identidade étnica constitui elemento predominante no movimento. (...) Portanto, essa nova identidade indígena foi construída por meio de sua luta e acabou incluindo diversos grupos étnicos* (Castells, 1999, p.102).

Isso demonstra o caráter multicultural presente nas releituras que as formações identitárias contemporâneas fazem das tradições e da história, tornado-as presentes na realidade contemporânea e visíveis através da esfera pública multi-identitária.

A questão relevante para nossa discussão é o aspecto propositivo de sensibilização da opinião pública política através da sociedade em rede no que compõe a cibercultura política, na luta por reconhecimento identitário na formação democrática das sociedades.

E dentro desse aspecto o sucesso do movimento foi em grande parte possível dada a estratégia de comunicação de massa, mídia em geral e internet, a ponto de ser considerado como o *primeiro movimento de guerrilha informacional*.

“Os zapatistas fizeram uso das armas para transmitir sua mensagem, e então divulgaram à mídia mundial a possibilidade de serem sacrificados no intuito de forçar uma negociação e adiantar uma série de reivindicações bastante razoáveis que, segundo pesquisas de opinião, tiveram grande apoio da sociedade mexicana em geral. A comunicação autônoma foi uma das principais metas estabelecidas pelos zapatistas. A capacidade de os zapatistas se comunicarem com o mundo e com a comunidade mexicana e de captarem a imaginação do povo e dos intelectuais, acabou lançando um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial (Castells, 1999, p.104).

Essas mobilizações identitárias, a partir de seus interesses propositivos, são conscientes da impossibilidade da mudança macro estrutural, como pensado pelo paradigma do marxismo, mas não significa dizer com isso que o processo de luta política não tenha a reincorporação do valor simbólico da mudança, pois este faz parte desse *habitus* experimentado historicamente. E dentro desse contexto, o discurso da diferença estrutura seu sentido de legitimidade. A luta por reconhecimento é fundamentalmente uma luta por mudança dentro do contexto legítimo da formação democrática, mas não um modelo de democracia que não se permita mudar, mas, como afirmado no início desse trabalho, levanta questões democráticas sobre os valores da formação da democracia, o que nos leva a perguntar mais uma vez sobre as regras em que estão assentadas a democracia e os princípios norteadores dessa democracia na sociedade atual, localmente ou globalmente falando.

A questão é que as representações das identidades estão cada vez mais se estruturando como processo afirmativo na sociedade complexa, o que permite-nos entendê-las positivamente sob os cuidados da alteridade e da tolerância e que, sem as quais, todo e qualquer processo de relação social fundamentado em termos políticos perde seu sentido. A pluralidade dos níveis de estruturação social global que encontramos nas sociedades complexas cria o sentido dinâmico das formações identitárias. O que é fundamentalmente necessário é que tais mobilizações identitárias consigam a

legitimidade de estruturação de seus instrumentos de mudanças reconhecendo o valor positivo da diferença como valor político de emancipação social.

Um dos principais aspectos da articulação em rede é sua descentralização, que promove uma forma horizontalizada de interação simbólico comunicativa. Na forma de interação eletrônica como a internet o processo de relação dos atores, não é só descentralizado, mas também é muito rápido em termos de troca de informação por vias digitais.

Esses aspectos tornam esse ambiente eletrônico uma esfera pública diferenciada no seu sentido multi-identitário, na medida em que esse espaço apresenta-se como um sistema de comunicação que agrupa o caráter de reunião dos atores, o processamento interativo dos temas de interesses e discussão e a transmissão da opinião pública. E esses elementos são somados à rapidez eletrônica da agilidade dialógica e da ação política. Além desses pontos, esse ambiente eletrônico é uma mídia em que o público é ao mesmo tempo platéia e ator. Este caráter da virtualidade real da mídia em rede lhe confere uma natureza dialógica, pois a emissão de informação torna possível o envio de respostas imediatas.

Troca e acesso à informação, rapidez de resposta e agilidade de articulação em grupos são elementos fundamentais do *empowerment* dos atores, assim como estruturadores de poder dos grupos hegemônicos. De uma maneira geral todos os conectados têm uma forma de aquisição e demonstração de poder na virtualidade real da rede, diferentemente das outras mídias.

Aparelhos de rádio, televisores ou mídia impressa, das mais variadas naturezas, são instrumentos de emissão monológicos dentro de uma forma de rede de comunicação unidirecional. Esses instrumentos fazem parte da extremidade, da ponta periférica do universo da informação na relação que estabelece com os receptores, público/platéia. Esses meios unidirecionais centralizam e filtram as informações, disponibilizando um tipo de comunicação controlado, dado os interesses que estão em torno das agências de notícias e das emissoras de comunicação. A informação monológica dos meios de comunicação de massa não constitui-se como critério de comunicação que demanda interação entre emissor – receptor – emissor, o que tende a ser anti democrático em sua origem.

A imprensa, a edição, o rádio e a televisão funcionam segundo um esquema de estrela ou “um em direção a todos”. Um centro transmissor envia suas mensagens a receptores passivos e sobretudo isolados uns dos outros. Com certeza o dispositivo de mídia cria uma comunidade já que um grande número de pessoas recebe as mesmas mensagens. Mas não há reciprocidade nem interação (pelo menos no interior do dispositivo de mídia) e o contexto é imposto por centro transmissores (Lévy, 2000, p. 150)

A análise de Rui Paulo da Cruz (2000) é elucidativa dentro desse contexto argumentativo a que nos referimos, por demonstrar a não comunicabilidade no *mass media*:

Ao contrário do que certas doutrinas nos querem fazer acreditar, chamando aos media de “comunicação social”, e substituindo no léxico corrente a palavra imprensa pela expressão “comunicação social”, os órgãos de imprensa, escrita ou audiovisual, não são órgãos de comunicação. São órgãos de informação. O seu objetivo social e econômico não é servir ou promover comunicação entre membros de uma comunidade, mas sim servir-lhes com regularidade um determinado menu informativo. E nas sociedades modernas (...) é nos jornais, nas rádios e nas televisões que a esmagadora maioria dos cidadãos bebe a sua dieta diária de informação. (p.17).

Nesse sentido, se pensamos esse ambiente de *mass media* como espaço público, devemos levar em conta a estruturação de poder no sentido centralizador que ele representa, mas devemos levar em conta outros contextos que funcionam como visibilidade das demandas sociais que a televisão e o rádio, sobretudo por serem os meios mais acessados, podem representar algumas vezes, fazendo pressão no sistema político. Quando comunidades apresentam seus problemas na mídia e esse fluxo ganha poder de legitimidade da opinião pública, políticas públicas são elaboradas para resolver tais demandas. Dentro desse contexto as mídias unidirecionais não são apenas veículos de visibilidades comerciais, publicidade e informes noticiários, mas também emissores de demandas sociais.

Já a esfera pública do mundo digital é um instrumento de troca, de fluxos temáticos em vários sentidos e o tempo todo, no que se refere à emissão, recepção e armazenamento de informações, sendo essas entendidas como bens simbólicos comunicativos. A partir do momento em que a rede nessa virtualidade real canaliza,

entrelaça e disponibiliza uma grande quantidade de fluxos ela se torna um centro virtual de instrumento de poder.

Como afirma Pierre Lévy (2000),

Na face interna, as redes de computadores dão suporte a uma quantidade de tecnologias intelectuais que aumentam e modificam a maioria de nossas capacidades cognitivas: memória (banco de dados, hiperdocumentos), raciocínio (modelagem numérica e inteligência artificial), capacidade de representação mental (simulações gráficas e interativas de fenômenos complexos) e percepção (síntese de imagens a partir de dados numéricos principalmente). O domínio dessas tecnologias intelectuais traz uma vantagem considerável aos grupos e aos meios humanos. Ele favorece o desenvolvimento e a manutenção de processos de inteligência coletiva já que, exteriorizando uma parte de nossas operações cognitivas, as tecnologias intelectuais as tornam públicas e compartilháveis. (p. 147).

Os meios eletrônicos conectivos possibilitam, assim, uma articulação intercomunicativa entre atores dada sua forma descentralizada de acesso e disponibilidade informativa. O universo da virtualidade real da rede mundial de computadores apresenta uma mídia com potencialidade dialógica que se solidifica cada vez mais como via de várias mãos, no que toca à emissão, recepção e reenvio de informação constituída em processo de comunicabilidade. O *input - output* é operado de forma descentralizada nesse ambiente permitindo cada vez mais a composição de uma esfera pública multi-identitária de virtualidade real.

O ciberespaço se constitui num ambiente interativo no qual o dispositivo de comunicabilidade é bastante original em relação aos outros *mass media* na medida em que a descentralização é o principal caráter de organização dialógica deste espaço e as formações identitárias podem comportar-se politicamente com maior liberdade de ação e agilidade de mobilização, o que possibilita outro caráter à cultura política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reconhecimento identitário se constitui cada vez mais a partir de ações de conflitos inter e intra identitários, e vem se constituindo como condições de interação fragmentária, bem como têm se mostrado como formações sociais cada vez mais complexas na atual conjuntura da sociedade global.

O conflito em si não representa um processo de exclusão, mas uma condição de vida social cada vez mais determinante das diferenças nas formações democráticas, como visto através de Simmel (1983). Nesse sentido, o conflito é paradoxalmente uma condição de reconhecimento político. A questão a salientar é que o conflito tem adquirido poder afirmativo cada vez maior na sociedade contemporânea através da esfera pública multi-identitária. Porém salientamos que as estruturas dos conflitos identitários, na esfera pública contemporânea, na medida em que reconhecem o valor da condição democrática usam a política como meio de sedimentar as diferenças.

Esse ponto demarca o debate sobre a mudança do ideário democrático no contexto social das diferenças através do processo de reconhecimento político. Defendemos com isso que a esfera pública, chamada aqui de multi-identitária pelo seu caráter integrador das diferenças, determinada pelas condições sociais contemporânea é um espaço de reconhecimento, assim como reafirmamos sua função política pois é a partir dela que

visualizamos de certa maneira a mudança da cultura política, através da interação diferenciada dos atores identitários em relação ao sistema político. As demandas cada vez mais afirmativas na esfera pública multi-identitária são demandas simbólicas de reconhecimento e legitimidade identitária que diretamente contribuem para a redefinição do *habitus* democrático. Nesse sentido, o reconhecimento identitário é um reconhecimento político e com isso o processo de conflito nas interações sócio-identitárias se transforma diretamente num processo de formação democrática.

Mas a questão que justifica esse fato é a mudança no contexto da esfera pública que apresentamos a partir de sua formação multi-identitária, pois a medida em que o caráter multi-identitário se estrutura nos espaços sociais, os valores identitários ganham força político-comunicativa, fazendo com que haja mudança quanto aos valores de legitimação do *habitus* democrático contemporâneo. O que faz com que o barulho comunicativo das vozes identitárias seja um barulho democrático que ganha ressonância nesta estrutura de esfera pública.

O nosso exercício teórico nos leva à constatação de que as categorias de análises que relacionamos neste estudo, formação identitária, formação política e formação democrática, vêm sofrendo mudanças e com isso demonstrando que é necessário um olhar conceitual diferenciado sobre as mesmas, o que tentamos fazer através de uma base minimamente interdisciplinar. Nesse sentido, recuperamos a ação comunicativa na tentativa de relacioná-la a uma discussão atual situada a partir das mudanças das nossas categorias de análise e a partir da qual damos um foco à teoria discursiva tendo como ponto de partida a mudança do ideário democrático no limite entre o universal e o particular.

O processo de formação identitária, no contexto contemporâneo, tem se estabelecido com base no processo de resignificação de sentidos mediados por um jogo de interesses no âmbito simbólico, a partir do qual a ação das representações sociais, no contexto de formações de grupos, comunidades, movimentos, etc., tem definido os limites identitários nas interações sociais. Sob esse aspecto, o contexto de formação de redes de significação e interação, seja local ou global, permite o estabelecimento de representações simbólicas e mobilização dos interesses no plano do reconhecimento das diferenças na constituição política da esfera pública.

Nesse sentido, no nível interno da unificação discursiva das formações identitárias há o que chamaríamos de uma economia de conflitos ou a minimização das disparidades dentro da própria identidade, justamente para garantir o fortalecimento identitário frente ao processo comunicativo com outras identidades no reconhecimento das diferenças. Isso garantiria, pelo menos em tese, o fortalecimento do núcleo identitário no contexto da constituição de um campo comunicativo de conflito que justifica a política da negociação identitária. Queremos dizer, em termos sociológicos, que quanto maior for a unificação discursiva da identidade, maior o fortalecimento político de interação na conjuntura democrática, o que determinará seu poder afirmativo e sua base de negociação política.

Defendemos este argumento a partir da formação social da alteridade pois esta é a categoria que demarca a produção de sentido da democracia contemporânea das diferenças. A democracia só se constitui com base nos sujeitos democráticos, e sobre isso afirmamos que a prática democrática somente é possível na medida em que os comportamentos políticos dos atores identitários aceitam os valores das diferenças como postura ética, o que torna possível a negociação dialógica das diferenças e um contexto de entendimento em que sejam mantidas as posturas identitárias em um nível mínimo de satisfação dos diferentes.

Isso corrobora com nossa afirmação hipotética de que as diferenças justificam os conflitos e estes justificam a interação política e as negociações dialógicas e com isso a manutenção das diferenças em bases de alteridade. Se pensarmos essa questão do ponto de vista das relações entre táticas e estratégias dialógicas poderemos entender como as diferenças constituídas na esfera pública das singularidades identitárias são pertinentes ao caráter político de mobilização dos interesses.

Por exemplo, podemos argumentar que quando se afirma que existem questões políticas, pensa-se em questões relativas a interesses na distribuição, manutenção, transferência ou reafirmação do poder constituidor do conflito, o que implica, por um lado, em questões referentes a esfera da delegação da autoridade no campo político e, por outro, no contexto de fragmentação do poder mediante a diversidade dos interesses. Mas, de uma forma ou de outra, tem-se uma questão referente aos posicionamentos estratégicos ou táticos do poder. Pensada em termos de processos simbólicos as questões táticas e estratégicas são referidas as formas de articulações identitárias nos processos de

mobilizações de interesses simbólicos dos atores sociais neste campo político. A noção de tática aqui referida tem respaldo na visão analítica de Michel de Certeau (1987) que afirma que no campo social as formas de relacionamentos, com base no que ele chama de arte do fazer, têm dimensões táticas e estratégias. Segundo ele, a estratégia está referida a interação da manipulação de forças interidentitárias. Sob esse aspecto as estratégias estão postuladas nas dimensões de poder a partir do lugar social destas relações de força. E com isso propagam formações hegemônicas discursivas capazes de articular um conjunto de lugares onde as forças se distribuem. Enquanto as táticas são procedimentos de intervenção de resistência identitária em relação a pretensão hegemônica do poder estratégico que ganham dimensões políticas como forma afirmativa.

Em termos do campo social e dos procedimentos comunicativos, a questão das estratégias e das táticas é pertinentes nesta forma de reflexão uma vez que o campo simbólico da política e todo seu aparato cultural, ideológico são lugares sociais de proliferação do poder e, ao mesmo tempo, um ambiente de luta contra hegemônica desse próprio poder a partir da prática dos atores em suas formas de resistências. Na perspectiva de Bourdieu (1989), o caráter de participação ativa no campo político tem o significado de luta pelo poder, seja o poder pelo poder ou como meio de servir objetivos ideais, porém nas duas perspectivas o sentido do poder é o de desfrute da sensação do prestígio identitário. Com isso ele afirma que *O homem pode dedicar-se à política portanto busca influir na distribuição do poder dentro de estruturas políticas e entre elas (...)*.(1989, p.103). Pensemos, por exemplo, as formas de reconhecimento identitário a partir da lógica contra hegemônica de uma cultura, etnia, raça, língua, religião, ou qualquer outra forma discursiva de dominação simbólica.

O espaço político, e seus recursos simbólicos, se transformam em um lugar de práticas e usos de táticas a partir do qual as formas de reconhecimento e formações identitárias se posicionam, ao seu tempo, contra uma dimensão estratégica de uma suposta dominação simbólica em favor de uma estrutura democrática das diferenças identitárias.

O reconhecimento do outro, como sujeito de relações intersubjetivas e o reconhecimento de si no limite da relação com o outro, formam o processo das relações multi-identitárias presentes na cultura política complexa da sociedade civil

contemporânea e esta se reproduz na formação do *habitus* democrático da singularidade identitária.

A construção identitária é assim uma construção pronominal, como afirmamos, o “eu” e o “nós” identitário é uma abstração comunicativa de interação que tem valor político a partir da ação dialógica. Dentro desta perspectiva o “eu” identitário é por si só um “eu” político. A presença do reconhecimento do outro se encontra no cruzamento identitário do eu, e essa relação identitária é, como vimos no capítulo dois, um espaço de multiplicidade em si mesma num âmbito de formação cultural. O reconhecimento do outro, como sujeito de relações intersubjetivas, e o reconhecimento de si no limite da relação com o outro formam o processo das relações multi-identitárias presentes na cultura política complexa da sociedade civil contemporânea.

Argumentamos inclusive que uma política identitária com alteridade no processo da esfera pública multi-identitária pode além de tudo incorporar a diferença pelo reconhecimento e aceitação tornando este um processo de hibridismo identitário, legítimo do ponto de vista das interações sociais.

Essas afirmações incidem diretamente sobre a mudança da cultura política da sociedade contemporânea, no sentido de que esses fatores são reflexos de práticas simbólicas que estão ganhando presença no mundo da vida e, com isso, mudando a cultura normativa dos sistemas, sobretudo o sistema político. A questão de maior relevância para isso é que os processos de articulações identitárias da sociedade global são facilitados pelo fluxo de informação, deste modo as articulações políticas transcendem as fronteiras dos localismos pontuais. O local é condição do global assim como o seu contrário é também possível através da sociedade em rede de articulação identitária. O caráter simbólico e comunicativo desses argumentos tem um significado relevante para as mudanças quanto ao fortalecimento do *habitus* democrático na sociedade global a partir da constatação da mudança da cultura política.

Uma das questões que tem demonstrado a mudança da cultura política na sociedade global tem sido o fato de que os atores sociais, em todas as áreas, estabelecem formas diferentes de comportamentos políticos, fundadas em batalhas por reconhecimentos identitários. Porém, há que se destacar nessa conjuntura, o caráter simbólico presente nessas formas de reconhecimento e o processo de formação política

dessas representações sociais. Sendo assim, a demanda por reconhecimento identitário é um processo de interação simbólica que é reproduzida em cenários diferenciados e que encontra nos instrumentos comunicativos de propagação de sentido um meio de afirmação política.

A condição da cultura política frente às estruturas comunicativas da sociedade contemporânea tem apresentado aos atores sociais três fatores: uma nova estrutura de organização do poder pautada em redes de articulação e reconhecimentos simbólicos, uma forma de ressignificados sobre os valores do conhecimento político - fundamentados em modelos e tipificações de leitura fragmentária da realidade social, econômica e cultural-, e uma força discursiva de proposição e resistência contra hegemônica entre o local e o global.

Esses fatores têm se justificado pela mudança de comportamento nos processos de democratização das relações sociais na transição paradigmática da modernidade tradicional para a pós-tradicional, no qual os velhos valores simbólicos do *establishment* tentam resistir às mudanças das novas formas de figuração e afirmação legítimas da democracia das diferenças na complexidade da sociedade global.

A sociedade global e o sistema complexo são dois objetos de discussão que situam investigações interdisciplinares fundamentais em nossos dias permitindo que as explicações teóricas abordem tais temas num ambiente de análise situado entre a modernidade e a pós-modernidade. Uma modernidade teórica que procura manter o caráter de explicação estrutural em relação às mudanças contemporâneas, e uma pós-modernidade arredia e polifônica que fala várias línguas, ainda desarticuladas, no sentido de analisar de forma fragmentária essas mesmas mudanças.

Embora haja, tanto no âmbito teórico quanto no conceitual, diferenças fundamentais entre estas concepções há uma inevitável constatação de que existem duas situações reais em nossos dias: a complexificação da sociedade e a fragmentação identitária do mundo contemporâneo, e ambas estão situadas no que se pode chamar de uma constelação virtual de articulação, ou seja, uma sociedade conectada em rede mediada por uma forma de comunicabilidade eletrônica situada num mundo do exercício político digital.

Esse exercício político de que estamos falando produz novos significados

simbólicos que demandam cada vez mais a reestruturação comunicativa da esfera pública em favor da democracia.

Nessa relação de transição paradigmática, a noção de hegemonia e afirmação política tem um novo caráter constitutivo que vem mudando o ideário da democracia a partir de formas de representações sociais da política. Quanto a isso há inúmeras formas de interações sociais e políticas mediadas pela comunicação virtual contra hegemônica dos grupos identitários. São ações conectivas e afirmações simbólicas que utilizam as ferramentas do novo campo político de resistência alternativa do *cyberspace* e se organizam de forma paralela à reestruturação do poder econômico mundial no processo da globalização. Lembremo-nos, por exemplo, que a globalização econômico-financeira representa um epifenômeno da comunicação eletrônica, e o neoliberalismo um modelo econômico e político de administração dos Estados que combina um padrão formal de democracia com uma estruturação midiática eletronicamente constituída de interesses financeiros e políticos. E como consequência sabemos que a cibercultura política é fruto da crise paradigmática das ideologias somada ao posicionamento contra a unificação do mundo em torno de um único modelo político-econômico, o neoliberalismo global, e esse posicionamento crítico se processa numa rede de trocas eletrônicas que é a internet.

Trazendo as questões acima para o plano de discussão da democracia vemos que, do ponto de vista da mudança do ideário da cultura política contemporânea, temos um problema entre a formalidade e a realidade da democracia. Porém, do ponto de vista prático, o problema se refere à crise de legitimidade desse modelo formal dado o fato de que tal modelo se encontra em dissonância em relação às mudanças promovidas pela cultura política da diversidade, não conseguindo se afinar com as demandas dos reconhecimentos identitários. Sobre esse aspecto, argumentamos que a distância tradicional entre o sistema político e a sociedade civil tem aumentado e, com isso, o sentimento de insatisfação política por parte dos atores sociais.

Em contrapartida a forma de fiscalização por parte desta sociedade civil em relação ao Estado tem adquirido força cada vez maior através dos meios eletrônicos da esfera pública, produzindo uma aproximação entre os interesses identitários e os subsistemas político normativos. A presença política das formações identitárias na sociedade civil tem sido marcada cada vez mais por demandas de políticas públicas de

caráter multicultural que visa reconhecer afirmativamente o contexto de diversidade no cenário social da democracia. O que tem provocado mobilizações de vários setores das sociedades locais e, ao mesmo tempo, a legitimidade global de atores internacionais através do espaço público virtual nessas lutas locais.

A cultura afirmativamente política das ações identitárias na sociedade civil tem adquirido força de propulsão legítima com base nas articulações desta mesma sociedade em rede através da internet, e isso tem provocado um sentido de desterritorialização da cultura política. Esta se insere agora numa relação virtual entre o local e o global pelo fato dos atores, em suas formações identitárias, reconhecerem o poder de ressonância político-comunicativa de suas ações e assim poderem agir de forma afirmativa contra hegemônica nessa luta simbólica presente na sociedade global. Os valores simbólicos destas formações transcendem o plano das localidades e das racionalidades instrumentais e com isso tendem a se inscrever num plano de relações híbridas no espaço público global no qual a razão comunicativa potencializa politicamente estes espaços.

Nesse sentido o conceito de “cibercultura política”, demonstra essa realidade como sendo uma estrutura infosocial transacional de comunicação que permite a realização de trocas simbólicas através das quais as formações identitárias articulam novos sentidos, em termos do reconhecimento do sentimento de pertença identitário nas lutas sociais e políticas. O local e o global representam, assim, espaços de formações discursivas que fazem parte de um mesmo contexto informacional numa relação dialética entre hegemonia e contra hegemonia. A expressão política da sociedade civil global, através da rede, utiliza os mesmos meios eletrônicos que servem à estruturação econômico-financeira do mercado global.

É dentro dessa nova condição conjuntural da cultura política que a noção de espaço público também se desterritorializa e com isso o *habitus* político (como disposição de conhecimento e comportamento) passa a ser compartilhado numa mesma formação discursiva em favor do discurso contra hegemônico que legitima o reconhecimento e a inclusão da diversidade na formação da globalização. Neste contexto, as referências discursivas locais e a sua ressonância global, através das mídias eletrônicas, se constituem como produção de sentido político do ideário democrático global. As novas mídias formam, assim, estruturas de esferas públicas multi-identitárias

de reprodução simbólica do comportamento político.

O conceito de “esfera pública multi-identitária” demonstra como as relações e os processos de interação social devem estar pressupostos nas formas positivas de reconhecimento das diferenças, no respeito político da diversidade e na constituição de um modo de relacionamento democrático instituído nas formas de relações vividas no mundo dos atores sociais, que podem estabelecer uma relação de alteridade através de suas diferenças.

A esfera pública é assim a porta de entrada de nossa discussão interdisciplinar na medida em que o nosso exercício teórico nos leva à constatação de que as propostas de análises que relacionamos neste estudo vêm sofrendo mudanças e de que se faz necessário um olhar conceitual diferenciado sobre as mesmas.

É isso o que buscamos fazer através de uma base minimamente interdisciplinar ancorada a partir da teoria social, da cultura política e da comunicação que dialogam sobre o mesmo objeto de análise, a esfera pública presente de forma pós-tradicional, através da qual percebe-se que há uma reestruturação das novas formas de resistência político-identitárias, fundadas em práticas híbridas onde ressignificados de valores ideológicos se apresentam e têm ganhado legitimidade comunicativa no cenário global em favor de uma democracia que reconheça as diferenças.

O caráter pós-tradicional e pós-nacional da cultura política nos faz perceber a necessidade de se manter o debate sobre a reestruturação do processo democrático demonstrando que há uma mudança de sentido e de valores em relação à legitimidade da instituição simbólica da democracia.

Podemos dizer que este trabalho representa um esforço de teorização sobre a mudança da cultura política no modelo da sociedade contemporânea no qual se destaca o caráter do poder simbólico nas formas de socialização identitárias presentes na esfera pública.

Porém há que se destacar um problema de reestruturação teórica no campo das ciências sociais quanto à explicação dessas formas de comunicação e articulação identitárias pós-tradicionais, que resultam no que chamamos aqui de *cibercultura política*, em relação às mudanças no comportamento político e à cultura política. O problema é que a teoria social se encontra em dificuldade de explicação para dar conta

das mudanças ocorridas com as tecnologias nos últimos anos. Conseqüentemente observamos que a cultura tecnológica, hoje presente na realidade social, suplantou as explicações tradicionais paradigmáticas do universo sociológico, político e cultural das ciências humanas colocando em xeque epistemológico as funções analíticas destas ciências.

Esses fenômenos não só podem nos indicar, referencialmente, o que se pode chamar no campo da sociologia de “o fim da modernidade”, mas indicam justamente dois processos relevantes do contexto contemporâneo que são a formação da sociedade mundializada e as formações dos sistemas complexos. As transformações tecnológicas possibilitaram uma revolução nas formas de interação dimensional entre “espaço” e “tempo” e nos modelos de relação cultural que tendem a se estabelecer de forma descentralizada, porém com tendência à integração em rede. Isso está composto num cenário que mescla elementos da modernidade com a pós-modernidade, num paradoxo de elaboração do conhecimento sobre as estruturas contemporâneas em que os modelos paradigmáticos demandam novos olhares epistemológicos.

A questão ainda mais relevante é que a epistemologia das ciências humanas de uma maneira geral, perdeu a habilidade para apreender o funcionamento da lógica dessas mudanças e, com isso, a capacidade de constituir uma reflexão que consiga ir além das formas descritivas dessa realidade infocultural. Segundo Rudiger (2002) “*O pensamento comunicacional e a cibercultura em processo de formação poderiam ser indícios eloqüentes do surgimento de uma nova época, em que o saber, ao invés de construir, destrói seu objeto e assim faz caducar socialmente as pretensões normativas da epistemologia.*” (p.23).

Queremos reafirmar que a crise a que nos referimos é de caráter epistemológico e se reflete tanto na teoria, em sua pretensa função explicativa, quanto nos indivíduos presentes nessas novas figurações infoculturais e políticas, no que se refere à forma como estes compreendem e agem sobre esta realidade. Este problema apresenta um mal-estar nas formas de crítica e explicação sobre a sociogênese da inforultura. No caso dos indivíduos (atores identitários) esta epistemologia é da ordem do senso comum informado, através do qual estão presentes formas de representações sociais que estruturam, orientam ou condicionam as relações desses atores, ancoradas em leituras

políticas sobre a realidade e que justificam suas ações.

As representações sociais funcionam neste caso como *modus vivendi* de reprodução e ressignificação de conhecimentos partilhados numa sociedade conectada em torno da “motivação de sentidos” de liberdade da ação política. A política no cenário desse *modus vivendi* identitário é ao mesmo tempo objeto, processo e modelo de conhecimento para as formações identitárias. O caráter de objeto se fundamenta no fato de que a política é o motivo que caracteriza os interesses identitários. O caráter de processo é explicado pelo fato de que as mobilizações identitárias justificam a interação política como forma de afirmação do reconhecimento nas relações das diferenças; e o caráter de modelo de conhecimento se justifica pela forma como estas formações desenvolvem uma epistemologia da experiência prática no mundo da vida, como modo de apreensão e reprodução dos valores simbólicos nas mobilizações identitárias.

Os elementos “representação” e “reconhecimento”, remetidos ao problema exposto, forjam a noção de identidade e se tornam mais efetivos quando remetidos ao mundo da vida cotidiana, onde experimentam tipificações emergentes com base em marcos de referência da vida na prática, ou seja, ambiente no qual relações simbólicas e materiais se efetivam concretamente e tendem a se relacionar na esfera pública. Diante desse aspecto podemos assegurar que os processos dos comportamentos sociais e suas orientações na vida cotidiana dependem de tipificações elaboradas nos procedimentos de interações sociais que se ampliam quando estabelecidos em rede. Isto significa que as identidades estão atreladas a interesses tipificados e mediados pelo contexto dos reconhecimentos.

Com isso podemos argumentar que os modos de representações sociais nas formações identitárias ressignificam as práticas políticas na sociedade conectada. E isso é feito a partir de uma luta semiótica e ideológica dentro da cultura contemporânea da informação. O paradoxo contemporâneo é justamente o jogo de contraposição entre o poder de centralização da informação dos grandes conglomerados econômicos e das grandes agências da mídia internacional unidirecionais, interessados em produzir e reproduzir notícias e informações, por um lado, e a descentralização das informações através da mídia pluridirecional da internet, que é um ator que disponibiliza e apropria-se de dados informativos e os reproduz conforme os interesses de articulação social, cultural

e política.

A *cybercultura* política é assim uma cultura da liberdade da virtualidade real da política, em que o real e o virtual são potenciais de mudanças num mesmo espaço de informação e reprodução simbólica, que visam ganhar força e legitimidade discursiva.

O acompanhamento das ciências sociais, nesse caso, se encontra aquém da realidade prática, e nos vem a pergunta reflexiva sobre qual é o papel da teoria na conjuntura de comunicação da sociedade tecnológica, e quais mudanças serão necessárias para que as ciências sociais reconheçam que a política adquiriu uma autonomia processual relativa às formações identitárias, nessa conjuntura complexa.

A complexidade das redes forma um emaranhado processo de articulação que se caracteriza por uma autonomia relativa dos sistemas e dos indivíduos, tornando possíveis mudanças através da pressão política articulatória relativa ao comportamento dos atores nos sistemas complexos.

A prática política tem sido cada vez mais atuante dentro dos espaços públicos da sociedade complexa e esses têm se mostrado mais que um mercado de opinião pública, como têm se discutido na teoria social. Eles têm se constituído num mercado simbólico de formação discursiva e de reconhecimento político multi-identitário, proporcionando mudanças de sentido ao ideário democrático. As práticas multiculturais são claramente elementos de representação dessas formações discursivas em que as diferenças fazem valer seus reconhecimentos através de ações discursivas que resultam em ressonâncias simbólicas na esfera pública multi-identitária. Não por acaso podemos citar a passagem de Silvério (1999, p. 49) em que se afirma que uma (...) *efetiva política do ponto de vista multiculturalista deve-se assentar na construção de um novo (...) espaço público, onde a diversidade seja a regra* e o barulho identitário seja um barulho democrático.

Esse pensamento constitui a fusão dos dois princípios da democracia das diferenças: a identidade e o reconhecimento político da mesma. Princípios que podemos referir ao foco da auto-identidade e da alter-identidade como elementos de compartilhamento social, político e cultural na construção da alteridade no ideário democrático. Nesse sentido, o reconhecimento do “outro” como sujeito de relações intersubjetivas e o reconhecimento de si no limite da relação com esse “outro”, formam processos de relações multi-identitárias presentes positivamente nesse contexto de cultura

política.

Porém, é válido destacar que nessa cultura política contemporânea há claramente a visibilidade de formas de resistência táticas das identidades, que se fundamentam em relações de forças validadas pela própria prática política de se manterem (re)conhecidas.

Em termos do campo simbólico da política, as táticas de resistência identitárias são pertinentes e legítimas nas relações de conflito deste campo na medida em que este é um lugar social de proliferação do poder entre hegemonias e contra hegemonias a partir da prática dos atores em suas formas de resistências. Pensemos, por exemplo, as formas de reconhecimento identitário a partir da lógica contra hegemônica de uma cultura, etnia, raça, língua, religião ou qualquer outra forma discursiva de dominação simbólica, que são ao mesmo tempo relações de reconhecimento e poder. Os espaços políticos com seus recursos simbólicos se transformam em lugares de práticas e usos táticos a partir dos quais os reconhecimentos e as afirmações das identidades se posicionam, ao seu tempo, contra uma dimensão estratégica de dominação simbólica.

Isso é fato porque reconhecemos que o campo político, como um campo de luta dialógica, é um ambiente de interação no qual só se podem habitar formações identitárias que reconheçam a necessidade de participação nas relações de negociação de sentidos das diferenças. A força que as idéias e os interesses políticos proporcionam poderia ser medida pelo ânimo de mobilização que eles configuram a partir dos grupos que os reconhecem, o que significa dizer que: *Em política, 'dizer é fazer', quer dizer fazer crer que se pode fazer o que se diz em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e deste modo, uma ordem social* (Bourdieu, 1989, p.186), o que em nossa compreensão implica em conflitos dialógicos proporcionados por reconhecimentos e afirmações simbólicas da diversidade.

A diversidade nesse caso é onde as diferenças começam e não onde estas terminam, por isso a necessidade comunicativa do entendimento político. O espaço dos confrontos identitários é um ambiente de fronteira em que as diferenças se fazem presente. Como nos afirma Heidegger *Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente*. A partir dessa lógica, a formação discursiva multi-identitária ganha uma conotação legítima no ideário

democrático contra a suposta noção de democracia do “pensamento unificado”. A diversidade nas relações de fronteiras é interativa e potencializada politicamente através de processos da produção de sentido da democracia das diferenças.

Sobre esse aspecto, as formações identitárias, nessas produções de sentidos, mantêm a capacidade política de indignação e ocupam os espaços públicos contemporâneos com a intenção de produzirem lutas por mudanças. Esses espaços são mantidos pelos não satisfeitos com o inferno global e são, assim, espaços de não sofrimento, de reconhecimento e pertença conflitiva, em que os atores políticos forjam formas de conhecimentos identitários e, a partir deles, implementam uma política contra hegemônica global supostamente menos infernal. Como afirma Ítalo Calvino: *O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo e abrir espaço* (1991, p. 150).

Ou seja, abrir um espaço público multi-identitário de manutenção do *habitus* democrático através de uma prática comunicativa entre os diferentes num mundo globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBLASTER, Anthony. *A Democracia*. Lisboa, Editora Estampa, 1988.

ALONSO, Luiza Klein. “Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social”. In SPINK, M. Jane. (org.) *A cidadania em construção uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo, Cortez, 1994.

ANDRADE, Maria A. Alonso. “Redefinindo o Conceito de Cultura Política: cultura política e representações sociais”. XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambú 1996.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989

ARAGÃO, Lúcia Maria. *Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992.

AVRITZER, Leonardo. *A Moralidade da Democracia: Ensaio em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo, Perspectiva. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

_____. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

_____. “Complex Cultural, Pluralism and Democracy: collective action in the public space”. in *Social Science Information*, Columbia University: New York, 2000

_____. “Teoria Democrática e Deliberação Pública”. In. LEIS, H. et. alli. *Modernidade Crítica e Modernidade Acrítica*. Florianópolis, Cidade Futura, 2001.

_____. e OLVERA, Alberto. “El Concepto de Sociedade Civil en el Estudio de la Transición Democrática”. *Revista Mexicana de Sociologia*, Ciudad de Mexico, ed. N.280,1992.

_____. “Teoria democrática, esfera pública, e participação local”. In, *Sociologias 2; Dossiê/ Cidadania e democracia*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.

BAUMANN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

BECK, Ulrich. “A Reinvenção da Política”. In. GIDDENS, A. et alli. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Unesp, 1995.

BECKER, Carl L. *O Dilema da Democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

BECK, U. “Teoría de la modernización reflexiva”. In Giddens, A. Et alli. *Las consecuencias Perversas de la Modernidad: contingencia y riesgo*. Barcelona, Anthopos, 1996

_____. *O que é a globalização? Equívocos do Globalismo: respostas à globalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

BEILHARZ, Peter. “Globalização, bem-estar e cidadania” in Oliveira, F e Paoli, M. C. (Orgs). *Os sentidos da Democracia: políticas do discurso e hegemonia global*. Petropolis. Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis. Vozes, 1990.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1997a.

_____. *O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997b.

_____, et alli. *Dicionário de Política*. Vol. I e II. Brasília. UNB. 1997.

BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva, mercado contra a democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes, São Paulo, Clacso, LPP. Coleção Outra Margem, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa, Difel, 1989.

_____. *Sobre a Televisão – A influência do Jornalismo e os Jogos olímpicos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997.

_____. “Sociologia”, in Ortiz, Renato (org). *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática. 1994.

BRAIT, Beth “A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva”, in. FARACO, C. A. et. alli. (Orgs) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba, UFPR, 1999.

CALHOUN, Graig. “Multiculturalismo e Nacionalismo, ou por que sentir-se em casa não substitui o espaço público”, in MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

CALVINO, Í. *As Cidades Invisíveis*. SP: Cia das Letras, 1991.

CANCLINI, N. Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo, Ed. USP, 1998.

_____. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais na Globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: Uma exploração das hibridações Culturais*. São Paulo, Studio Nobel, 1996.

CAPELO, Héctor Manuel. “Efeitos da Globalização Econômica sobre a Identidade e o Caráter das Sociedades Complexas”, in MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

CARDOSO, Cláudio. “Vínculo e Compromisso Social no Cyberespaço”, in *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, n.7, 1998.

CARDOSO, Ruth C.L. “Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico”, in SORJ, Bernard e ALMEIDA, Maria Hermínia, T. de (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense. 1983.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro, 2.ed, Paz e Terra, 1983.

_____. *The City and the Grassroots: a crosscultural theory of urban social movements*. Berkeley, University of California Press, 1993.

_____. *A Sociedade em Rede: a era da informação*. São Paulo, Paz e Terra, vol. I, 1999.

_____. *O Poder da Identidade*. São Paulo. Paz e terra, vol.II, 1999.

_____. *Folha de São Paulo*, “Caderno Mais!”. São Paulo. 27de Janeiro de 2002

CERTEAU, M. *A Cultura no Plural*. São Paulo, Papirus, 1995.

_____. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1996

CHOMSKY, N. *Os Senhores do Universo e os Malucos de Porto Alegre*. In Revista Fórum: outro mundo em debate. N.04. 2002. p. 30-31

CRISPINIANO, José. *A Guerrilha Surreal*. São Paulo. Com Arte/Conrad Livros, 2002.

COHEN, J e ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, the MIT Press, 1992.

COSTA, Sérgio. “Complexidade diversidade e democracia: Alguns apontamentos conceituais e uma alusão à singularidade brasileira”, in, SOUZA, Jessé. (org). *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, UNB, 2001.

_____. *As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. BH: Humanitas/UFMG, 2003.

_____. “Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil”. Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. CFCH. UFSC. 1997a.

_____. “Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais, in, *RBCS*. ANPOCS. São Paulo, n. 35, Outubro de 1997b.

_____. “Do simulacro e do Discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil”. *Revista comunicação e Política*. Rio de Janeiro, Vol. IV, n.2., 1997c

_____. “Contexto da construção do Espaço Público no Brasil”. Caxambú, XX Encontro Nacional da ANPOCS. GT 2 - Cultura Política. ANPOCS. 1996.

_____. “A democracia e a Dinâmica da Esfera Pública”, In, *Lua Nova*. n. 36. São Paulo. CEDEC, 1995.

_____. “Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa”, in, *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 38, Março de 1994.

COSTA, Belarmino C. G. da *Estética da Violência: jornalismo e produção de sentido*. São Paulo. Fapesp Unimep, Editora Autores Associados, 2002.

CRUZ, Rui Paulo da. “Mídia e Participação Política: mídia, desenvolvimento, prática e crítica da democracia e do jornalismo”, in, GUIMARÃES, César.(org.) et. alli.*Informação e Democracia*. Rio de Janeiro. Eduerj, 2000.

DALLMAYR, Fred. “Para Além da Democracia Fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas”. in Souza, Jessé. (org) *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, UnB, 2001.

DÉCHAUX, Jean Hugues (1993) “Nobert Elias et Pierre Bourdieu: analyse conceptuelle comparée”. in *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge, 2001.

ECO, U. *Entrevista Sobre o Fim dos Tempos*. 2001

ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000

_____. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

_____. *O Processo Civilizador*. Vols. I e II. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, Editor, 1990a.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1990b.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa. Edições 70, 1980.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo. Unesp/Boitempo,1997.

ESCOSTEGUY, A.C.D. *Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana*. BH: Autêntica, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. *O Desmanche da Cultura: Globalização, pós-modernismo e identidade*. Rio de Janeiro, Estudos Nobel,1995.

FERRARI, Vincenzo “Democracia e informação no final do século XX”, in,

FILHO, Aranha Jayme. “Tribos Eletrônicas: metáforas do social”, in, *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Mais! Dezembro, 2000.

FORGET, Danielle. *Conquistas e Resistências do Poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, Edusp, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1993.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. RJ: NAU Editora, 2002

FRAZER, Nancy. “Rethinking Recognition”, in, *New Left Review*. 3 Second Series, May-June, London, 2000.

FREITAG, Barbara. “A Questão da Moralidade: Da Razão Prática à Ética Discursiva de Habermas”, in, *Série Sociologia*, n. 80 Brasília, UNB. 1991

FUNG, Archon e WRIGHT, Erik. “Experimentos em democracia deliberativa” In, *Sociologias 2*; Dossiê/ Cidadania e democracia. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GARDINER, Michael. “Alterity and Ethics: A dialogal perspective”, in, *Theory, Culture and Society: explorations in critical social science*. London, VI. 13, N. 2, May, Sage Publications. 1996.

GERMAN, Christiano. “On line – of line: informação e democracia na sociedade de informação”, in, GUIMARÃES, César.(org.) et. alli. *Informação e Democracia*. Rio de Janeiro. Eduerj, 2000.

GERSCHMAN, Silvia. “Democracia, políticas Sociais e Globalização: relações em revisão”, in, GERSCHMAN, Silvia; VIANA, Maria Lúcia Wernek (orgs). *A Miragem da Pós-Modernidade: Democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1997.

GERSCHMAN, Silvia e VIANNA, Maria L.W. “Introdução”, in, GERSCHMAN, Silvia; VIANA, Maria Lúcia Wernek (orgs). *A Miragem da Pós-Modernidade: Democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro, Fiocruz. 1997.

GIDDENS, A. *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*. São Paulo, Unesp, 1996a.

_____. “Modernidad e Autoidentidad”, in, GIDDENS, A. et. ali. *Las consecuencias Perversas de la Modenidad: contingencia y riesgo*. Barcelona. Anthopos, 1996b

_____. et. ali. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Unesp, 1997.

_____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.

GÓMEZ, J. M. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis, Vozes, 2000.

GOUVEIA, Taciana M. de V. *Repensando Alguns Conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva*. Recife, UFPE. Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1993.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. “Dossiê: os Movimentos Sociais e a Construção Democrática”, in, *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, UNICAMP 5(2)/6(1), 1999.

GUIMARÃES, César.(org.). et. alli. *Informação e Democracia*. Rio de Janeiro. Eduerj, 2000.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

HABERMAS, Jurgen. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo, edições Loyola, 2001.

_____. “Inclusão: Integrar ou Incorporar”, in, *Novos Estudos*, São Paulo, n.52, Novembro, CEBRAP, 1998a.

_____. *Identities Nacionales y Postnacionales*. Barcelona, Tecnos, 1998b.

_____. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro, Tomos I e II, Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Racionalidade e Comunicação*. Lisboa. Edições 70, 1996.

_____. “Três modelos normativos de democracia” *Lua Nova*. N.36. São Paulo, CEDEC, 1995.

_____. *Pensamentos Pós-Metafísicos*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, n.90, Tempo Brasileiro, 1990.

_____. *Teoria de la accion comunicativa; critica de la razón funcionalista*. Madrid, Tomo II. Taurus, 1987.

_____. *Razão Comunicativa e Emancipação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen e ROUANET, Sérgio P. - *Habermas 60 Anos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

HELLER, Agnes. FEHÉR, F. *A condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

HENRY, Paul. “Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux.”, in, HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por um Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, UNICAMP, 1993.

HELD, David. *La Democracia y el Orden Global*. Buenos Aires, Paidós, 1997.

HORKHEIMER, Max. *La Crítica de La Razón Instrumental*. Buenos Aires, SUR, 1973.

HUNT, S. BENFORD, R. SNOW, D. “Marcos de acción colectiva y campos de identidad en la construcción social de los movimientos”, in, LARANA, E. GUSFIELD, J. (orgs.). *Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid. CIS. 1994.

IGRAM, David. *Habermas e a Dialética da Razão*. Brasília, UNB, 1994.

IANNI, Otávio. “O Príncipe Eletrônico”, in BACCEGA, M. A. *Gestão de processos Comunicacionais*. São Paulo, Atlas. 2002.

_____. “Globalização e a nova ordem internacional”, in, FERREIRA, J, et. alli, (orgs). *O Século XX: o tempo das dúvidas – do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

_____. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Teoria da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas - demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo 1974 - 1984*. São Paulo, 2ª ed., Cortez, 1993.

_____. “Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão”, in, SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P. (orgs.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

JAMESON, F. *Caderno Mais! Maio*, 2002.

JODELET, Denise. “La Representación Social: Fenómenos, Concepto y Teoría”, in, MOSCOVICI, S. (org.). *Psicología Social II*. Barcelona, Paidós, 1988.

JOHNSTON, H.; LARANA, E. e GUSFIELD, J. “Identidades, Ideologías y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales”, in, LARANA, E. e GUSFIELD, J (orgs). *Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid, CIS. 1994.

KAPLAN, E. A. *O Mal-Estar no Pós-moderno: teorias, práticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

KYMLICKA, Will. *Liberalism, Community and Culture*. Oxford: Claredon Press, 1989.

KYMLICKA, Will e NORMAN, Wayne. “El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente de la ciudadanía”. In, Cuadernos del CLAEH, v.20, 1996.

KIRBY, M. “Complexité, démocratie et gouvernement” in *Science et Pratique de la Complexité: Acts du colloque de Montpellier*. Montpellier, Mai, IDATE, 1986.

KRISCHKE, P. “Aprender a Democracia na América Latina: Notas sobre o aprendizado político e as teorias da democratização”, in, LEIS, H. et. alli. *Modernidade Crítica e Modernidade Acrítica*. Florianópolis, Cidade Futura, 2001.

_____. “Problems in the Study of Democratization in Latin America: Regime Analysis vs Cultural Studies”, in, *International Sociology*. London, V.15 n.1, Marc, SAGE-ISA, 2000.

_____. “Atores Sociais e Consolidação Democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica”, in, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. “Movimentos sociais: contribuições da democracia de base.”, in, SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P.(orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina..* São Paulo, Brasiliense, 1987.

KUCINSKI, B. *A Síndrome da Antena Parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo, Percepo Abramo, 1998.

KUMAR, K. *Da Sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

LACLAU, E. “Universalismo, Particularismo e a Questão da Identidade”, in, MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs) *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização..* Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. *Emancipation(s)*. London/New York. Verso. 1996.

LACLAU, E; MOUFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London/New York, Verso, 1985.

LASH, Scott. “Crítica da Informação”. In, Revista Crítica de Ciências Sociais. N. 54.

LAVALLE, Adrián. “O Vigoroso modelo da Sociedade Civil Miúda”. Mimeo, 2001

LEIS, Héctor R. *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. “Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional”, in, SCHERER-WARREN, I. et.a alli. *Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa, ICCTI; Florianópolis, UFSC, 2000.

_____. et alli. (2001) *Modernidade Crítica e Modernidade Acrítica*. Florianópolis. Cidade Futura.

LEIS, Héctor; Silva, Sérgio Luís P. “Razão Sincrética e Valores Universais”. Florianópolis. *Cadernos de Pesquisa* - PPGICH. n.20, 2001

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo, Fundação Perceus Abramo, 2001.

LÉVY, Pierre “A revolução contemporânea em matéria de comunicação”, in, GUIMARÃES, César.(org.) et. alli. *Informação e Democracia*. Rio de Janeiro. Eduerj, 2000.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre, Artmed, 2000a

_____. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000b.

MAFFESOLI, M. *O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas*. RJ: Forense-Universitária, 1987.

_____.
MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. Campinas, 2ªed. Pontes/Ed. Unicamp, 1989.

MARCUSE, Hebert. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1969.

MALERBA, J. “Sobre Nibert Elias”, in, Malerba, J. (org). *A Velha História: Teoria, Método e Historiografia*. São Paulo, Papirus, 1996.

MELUCCI, Alberto. *Sistema Politico, partiti e movimenti sociali*. Milão, Feltrinelli, Editore, 1990.

_____. “Um Objetivo Para os Movimentos Sociais”, in, *Lua Nova*, São Paulo, (n.17). Jun/1989.

_____. *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge, 1996.

_____. “Que hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?”, in, LARANA, E. GUSFIELD, J. (orgs.). *Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid, CIS, 1994.

_____. *Esfera Pública y Democracia en la era de la información*. México, 1999.

MONTERO, Paula. “Cultura e Democracia no Processo da Globalização”. *Novos Estudos*. São Paulo, N. 44, 1996.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

MOUFFE, Chantal. “Identidade Democrática e Política Pluralista”, in, MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. *O Regresso do Político*. São Paulo. Grávida, 1986.

MILL, John Stuart. *Considerações Sobre o Governo Representativo*. Brasília, N.19, UNB, 1981.

MILLER, D. “Deliberative Democracy and Public Choice.”, in, Held, D. *Prospects for Democracy, Political Studies*. Cambridge, 1992.

MOISÉS, J. Alvaro. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática, 1995

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

_____ y HEWSTONE, Miles. “De la Ciência al sentido comum”, in, MOSCOVICI, S. (org.). *Psicologia Social II*. Barcelona, Paidós, 1988.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática de Discurso.”, in, HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por um Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, UNICAMP, 1993.

_____. “Análise de discurso: três épocas.”, in, in, HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por um Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, UNICAMP, 1993.

PENA, Maura. “Identidade, Movimentos Sociais”, in, *Política e Trabalho*. João Pessoa, n. 7, 1989.

PERRUSI, Artur F. de A.. *Imagem da Loucura: representação social da doença mental na psiquiatria*. São Paulo. Cortez; Recife, ed. Universitária, 1995.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da Diferença*. São Paulo, Editora 34, 2000.

PIETESER, J. Nederveen. "Globalisation as Hybridisation" in, *International Sociology*. Lodon, Vol 9, n.2, June, SAGE-ISA, 1994

PINTO, Celi R. J. "A democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais". *Revista da Usp (Pós-Modernidade e Multiculturalismo)*, N. 42, 1999.

_____. *A Versão de públicos Múltiplos e a Democracia Brasileira: a propósito dos trabalhos de Nancy Fraser*. Porto Alegre, UFRGS, Mimeo. 2000.

_____. "Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe." In, *Sociologias 2; Dossiê/ Cidadania e Democracia*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

PORTELA, Eduardo. "As Modernidades", in, *Modernidade e Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 84, 1989.

REVISTA FORUM: outro mundo em debate. 2002. n. 04.

ROBERTSON, Roland. "Valores e Globalização: comunitarismo e globalidade", in, MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

RORTY, Richard. "Uma 'mãozinha' para Oliver North", in, *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 42, Junho de 1995.

ROSENFELD, Denis "A medida ficcional da democracia", *Caderno Mais!*. Folha de São Paulo. S.P. Abril, 2000.

ROUANET, Sérgio P. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

RÜDIGER, Francisco. *Elementos para a crítica da Cibercultura*. São Paulo, Hacker Editores, 2002.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. e GENTILI, P. (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SAINT-PIERRE, H.L. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas, Unicamp, 1994.

SANTOS, Boaventura. Souza. *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 2002a.

_____. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002b.

_____. *A Crítica da Razão Indolente Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. “Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos”, in, FELDMAN-BIANCO, Bela. CAPINHA, Graça. (orgs). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo, Hucitec, 2000.

_____. “Reinventar a Democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”, in, OLIVEIRA, F. e PAOLIM, M. (orgs.). *O Sentido da Democracia..* Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. *Introdução à Ciência Pós-Moderna*. São Paulo, Graal, 1997.

_____. “A construção Multicultural da Igualdade e da Diferença”, in, *VII Congresso da SBS*. Rio de Janeiro, 1995.

_____. “Modernidade, Identidade e Cultura de Fronteira”, in, *Revista de Sociologia da USP Tempo Social*. São Paulo, VI. 5, n.12. Nov. USP, 1994.

_____. *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Movimentos em cena e as teorias por onde andam?”, in, SCHERER-WARREN, I. et. alli. (orgs). *Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil Contemporâneo*. Lisboa/Florianópolis, UFSC, 2000.

_____. *Cidadania sem Fronteiras*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1996a.

_____. “Ação cidadã no combate à Pobreza” in, *Formas de Combate e Resistência a Pobreza*. Gaiger, L. I. (org). São Leopoldo, 1996b.

_____. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, EDUSC, 1989.

_____. “O caráter dos novos movimentos sociais” in SCHERER-WARREN, I e KRISCHKE, P. (Orgs.) *Uma revolução no Cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____; ROSSIAUD, J. Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais. Florianópolis, Univali, 1999.

_____; ROSSIAUD, J. *A Democratização Inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis, Vozes, 2000.

SCHMITTER, Philippe. “Perspectiva da democracia no mundo contemporâneo: mais liberal, pré-liberal ou pós-liberal”, in, Gerschman, Silvia; Viana, Maria Lúcia Wernek. (orgs). *A Miragem da Pós-Modernidade: Democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro. Fiocruz, 1997.

SCHROETER, Josh “A internet e o futuro da democracia e dos negócios”, in, GUIMARÃES, César.(org.) et. alli. *Informação e Democracia*. Rio de Janeiro. Eduerj, 2000.

SCHIOCHET, Valmor. *Sociedade civil: o social o político e suas mediações*. 1ª Parte. Brasília. UNB. Tese de Doutorado, 2000.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru. Edusc. 1997

SILVÉRIO, Valter (1999) “O Multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora”, in, *Revista da USP. (Pós_ modernidade e Multiculturalismo)*. São Paulo, Jun-Ago, n. 42, 1999.

SIMMEL, George. *Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho. (org.) São Paulo, Ática, 1983.

SODRÉ, Muniz. *A Comunicação do Grotesco*. Petropolis, Vozes, 1985.

_____. *O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. *Sociedade, Mídia e Violência*. São Paulo. Sulina/EDIPUCRS, 2002.

SOUZA, Jessé *A Modernidade Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, UNB, 2000.

_____. “Gilberto Freire e a singularidade cultural brasileira”, in, SOUZA, Jessé. (org) *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília. UNB, 2001.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. “Lições do Fórum Social Mundial 2001”. In *Fórum Social Mundial: como é possível um outro mundo*. Cultura Vozes. Petrópolis. Vozes, 2001.

SPINK, Mary Jane. “O Estudo Empírico das Representações Sociais”, in, SPINK, M. Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano. as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

SPOSATI, Aldaíza. “Globalização: um novo velho processo.” In, IANNI, Eti all, *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. “Desvendando as Teorias Implícitas: Uma Metodologia de Análise das Representações Sociais.”, in, GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petropolis, Vozes, 1995.

SILVA, Sérgio Luís P. “Pensamento Político e Representação Ambiental: elementos de compreensão do “*habitus sócio-ambiental*” da sociedade contemporânea. Florianópolis. *Cadernos de Pesquisa - PPGICH*. n.19, 2001.

_____. “Razão Instrumental E Razão Comunicativa: Um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade”. Florianópolis, *Cadernos de Pesquisa - PPGICH*. n.18, 2001.

_____. “Identidade e Complexidade: uma sociologia para os elementos emergentes da sociedade atual”. Florianópolis, *Cadernos de Pesquisa - PPGICH*. n.9. 2000.

_____. “As representações sociais e o campo simbólico da política: um estudo da política e da identidade na vida cotidiana”, in, *Revista Estudos Sociológicos*. Recife, PPGS, UFPE, 1999.

_____. “Senso comum cotidiano e conflito: elementos para um estudo da representações sociais da política nos movimentos populares”, in, FONTES, Breno (org). *Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentido*. Recife, Ed. UFPE, 1999.

_____. *Imagens de Reconhecimento e de Conflito: um estudo sociológico das representações sociais da política*. Recife. Dissertação de Mestrado em Sociologia. PPGS. UFPE, 1997.

STAM, Robert. Bakhtin; da Teoria Literária à Cultura de Massa. São Paulo. Ed. Ática, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI: no loop da montanha-russa*. SP: Companhia das Letras, 2002.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme: différence et démocratie*. Paris, Flammarion, 1994.

TELLES, Vera da Silva. “Movimentos Sociais: Reflexões sobre a Experiência dos Anos 70”, in, SCHERER-WARRER, Ilse e KRISCHKE, Paulo J.(orgs.). *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

_____. *O avesso da cidadania: pobreza e cidadania*. São Paulo. Editora 34., 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura de Massa: teoria social crítica e a era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petropolis, Vozes, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América – Leis e costumes*. Rio de Janeiro. Martins Fontes, 1998.

TORFING, Jacob. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford, Blackwell, 1999.

TOURAINÉ, Alain. *Podemos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *O Que é Democracia*. Petropolis, Vozes, 1996.

_____. *Crítica da Modernidade*. 2.ed. Petropolis, Vozes, 1995.

_____. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas. Ed. Unicamp / São Paulo. Trajetória Cultural. 1989a.

_____. “Os Novos Conflitos Sociais”. *Lua Nova*, São Paulo: (n.17). Junho, 1989b

_____. *Em Defesa da Sociologia*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976.

TREVISOL, J. *Tecendo a Sociedade Civil Global e Ampliando a Esfera Pública: a articulação dos atores civis ante ao projeto Hidrovia Paraguai-Paraná*. São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia. USP, 2000.

TRIVINHO, Eugênio. *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro, Quartet, 2001.

VALLA, Jorge. MONTEIRO, Maria Benedita. *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

VIEIRA, Listz. *Os Argonautas da Cidadania: A sociedade civil na Globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. *Cidadania e Globalização*. Rio da Janeiro, Record, 1997.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, 1987

WEISSHEIMER, M. Aurélio “Desafio do Fórum Social Mundial 2002” Fórum Social Mundial: como é possível um outro mundo”, in, *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis. Vozes, 2001.